



Linguagens
e Saberes na
Amazônia

nova revista amazônica

REVISTA DO PROGRAMA DE MESTRADO EM
LINGUAGENS E SABERES NA AMAZÔNIA (PPLSA)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ / BRAGANÇA

DOSSIÊ

Saúde e doença na Amazônia

Contribuições da
interdisciplinaridade

Covid e isolamento social entre
grupos indígenas na Amazônia

A trajetória de uma parteira, pajé
e benzedeira tembé tenetherar

Saúde, língua e humanização no
contato entre médicos cubanos
e pacientes brasileiros na Amazônia

E mais



jun2021

Volume IX, número 2
ISSN 2318-1346



USE UM LEITOR
DE CÓDIGOS QR E
BAIXE ESTA EDIÇÃO

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS E
SABERES NA AMAZÔNIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – CAMPUS BRAGANÇA

VOLUME IX – NÚMERO 02 – JUNHO 2021 – ISSN – 2318-1346

QUALIS B3

Os artigos publicados na Nova Revista Amazônica são indexados por:

Periódicos – CAPES; Diadorim; LivRe – Revistas de Livre Acesso; latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal; ROAD – Directory of Open Access Scholarly Resources; CiteFactor – Academic Scientific Journals

NOVA REVISTA AMAZÔNICA

DOSSIÊ "SAÚDE E DOENÇA NA AMAZÔNIA: CONTRIBUIÇÕES DA INTERDISCIPLINARIDADE"

APRESENTAÇÃO

Vanderlúcia da Silva Ponte

Érico Silva Muniz

Rômulo de Paula Andrade

Tânia Chaves _____ 04

MÉDICA DA (E NA) FLORESTA: A TRAJETÓRIA DE UMA PARTEIRA, PAJÉ E BENZEDEIRA TEMBÉ TENETHERAR

Ana Lídia Nauar Pantoja _____ 09

ASSIMETRIAS DA MEMÓRIA: TRAJETÓRIAS SIMILARES, LEMBRANÇAS DESIGUAIS – MARIA DO CARMO SARMENTO E BETINA FERRO DE SOUZA, MÉDICAS NO PARÁ

Aristóteles Guilliod de Miranda

José Maria de Castro Abreu Júnior _____ 21

ENTRE MIASMAS E O ANOPHELES: A HISTÓRIA DA MALÁRIA NO ALVORECER DA REPÚBLICA EM MANAUS

Márcio De Carvalho e Silva

Keith Valéria de Oliveira Barbosa _____ 37

“NO OLHO DO FURACÃO”: A CONSTRUÇÃO PROJETO DE ISOLAMENTO SOCIAL FRENTE AO COVID-19, EM UM GRUPO INDÍGENA NA AMAZÔNIA

Petrônio Lauro Potiguar Junior _____ 51

UMA EXPERIÊNCIA EM SAÚDE, LÍNGUA E HUMANIZAÇÃO NO CONTATO ENTRE MÉDICOS CUBANOS E PACIENTES BRASILEIROS NA AMAZÔNIA PARAENSE

Danieli Pinto Silva

Tabita Fernandes da Silva _____ 67

**SAÚDE PÚBLICA EM TEMPOS DE GUERRA: HOSPITAIS DO SESP E A SÃ
POLÍTICA DE BOA VIZINHANÇA NAS CIDADE PARAENSES DE BREVES E
SANTARÉM (1942-1945)**

Edivando da Silva Costa _____ 87

**SEXO É SÓ PARA QUEM PODE PAGAR: UM DIÁLOGO COM O COTIDIANO DA
PROSTITUIÇÃO NO PARÁ**

Augusto César Pinto Figueiredo _____ 105

**PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES COM LEISHMANIOSE VISCERAL
NAS REGIÕES DO BRASIL**

Eirilana Silva Pacheco

Josiane Silva de Lima Azevedo

Yrlane Paes Ferreira

Sylvia de Fátima dos Santos Guerra

Márcia Cristina dos Santos Guerra _____ 123

SEÇÃO LIVRE

**DESAFIOS NA INCLUSÃO DE SABERES E PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS
LOCAIS NO PLANO DE MANEJO DA RESEX MARINHA CAETÉ-TAPERACU**

Marcelo do Vale Oliveira _____ 133

**SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE COMENSALIDADES DE IMIGRANTES
BRASILEIROS E PARAENSES EM CATALUNHA**

Miguel de Nazaré Brito Picanço _____ 153

**A BIBLIOTECA COMO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO: O LETRAMENTO DE JOVENS
E ADULTOS – PROJETO “ALFABETIZAR PARA LIBERTAR”**

Camila de Cássia Brito

Karley dos Reis Ribeiro

Joana D'Arc de Vasconcelos Neves _____ 173

**CANTOS E GRITOS DA TERRA: CAMPELINOS E PROPRIETÁRIOS RURAIS NOS
PROCESSOS DE REFORMA E CONTRARREFORMA AGRÁRIA DO CHILE (1958-
1990)**

Vanderlei Vazelesk Ribeiro _____ 191

**A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE LINGUÍSTICA SURDA: A
NARRATIVIZAÇÃO AVALIATIVA SURDA SOBRE PORTUGUÊS E LIBRAS**

Marília do Socorro Oliveira Araújo

Elenilce Reis Farias Peixoto

Rosângela do Socorro Nogueira de Sousa _____ 209

**PEDAGOGIA MATERIALISTA HISTÓRICO-CRÍTICA: O CONTO LITERÁRIO
COMO PROPOSTA DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUA MATERNA**

Valdeci Batista de Melo Oliveira

Francisco Pereira Smith Júnior

André Boniatti

Edina Boniatti _____ 225

SAÚDE E DOENÇA NA AMAZÔNIA: CONTRIBUIÇÕES DA INTERDISCIPLINARIDADE

APRESENTAÇÃO

A Amazônia brasileira e suas fronteiras internacionais apresentam um cenário diverso e multifacetado de culturas, biomas e sujeitos sociais. Rica em sua diversidade biológica e plural em sua sociodiversidade, a realidade amazônica compõe complexas relações para se pensar o fenômeno saúde e doença. O perfil epidemiológico dessa região, ainda hoje, aponta para a convivência com doenças transmissíveis, de fácil controle, e outros problemas sanitários de diversas complexidades, dadas as dimensões ecológicas e culturais da floresta.

Fortemente impactada pelos projetos de desenvolvimento, a floresta e a paisagem dos rios têm reagido e, cada vez mais, modificado a forma como se adoece e morre na Amazônia. O controle do adoecer e morrer é imprescindível da complementariedade entre os saberes dos conhecedores das práticas de cura tradicional e dos conhecimentos da biomedicina ocidental e de suas tecnologias. É na rica relação entre os diferentes sujeitos sociais, suas culturas, posições políticas e sociais que esse dossiê busca levar o leitor para entender a saúde, a doença e as suas múltiplas relações interdisciplinares.

Ana Lúcia Nauar Pantoja faz um estudo exploratório com base no método biográfico e da história oral, e toma como ponto de análise a biografia de Francisca dos Santos Tembé. O estudo busca refletir sobre as tensões entre os saberes (e poderes) entre os especialistas médicos e os especialistas ditos tradicionais. O enfoque do estudo busca mostrar como esses saberes, historicamente postos como subalternos, continuam resistindo, apesar dos processos de hegemonia da medicina e de suas práticas. Nesse contexto, a autora enfatiza a necessidade das políticas públicas assumirem uma posição de valorização desses saberes, já que se trata de saberes ancestrais, transmitidos de geração em geração, que sustentam as identidades das populações indígenas e de outras comunidades que compõem a Amazônia brasileira.

Aristóteles Guilliod de Miranda e José Maria de Castro Abreu Júnior lançam mão da análise das biografias comparadas de duas importantes médicas do Estado do Pará pioneiras no ensino de cardiologia e do uso do aparelho eletrocardiograma – Maria do Carmo Sarmento Carvalho e Bettina Ferro de Souza -, formadas nos anos de 1930, pela Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará. Ao analisar as trajetórias de ambas as mulheres, os autores analisam o “esquecimento” que levou a sociedade de cardiologia e os mais destacados médicos da área a silenciarem o pioneirismo de Maria do Carmo Sarmento de Carvalho e destacar a trajetória de Bettina Ferro. Ainda que ambas tenham sido mulheres e médicas, segundo os autores, é a trajetória política de Maria do Carmo e seu percurso marginal, fora dos padrões ideais da classe médica, que possibilita que alguns sujeitos sociais, “escapa (pem) aos cânones de memória” como foi o caso de Maria do Carmo Sarmento.

No cenário da Belle Époque, em Manaus, Márcio de Carvalho e Silva e Keith Valéria de Oliveira Barbosa analisam como a malária tomou proporções epidêmicas no período republicano. Em um cenário de transformação urbana e modernização, ao passo em que a cidade era saneada, a epidemia da malária e da febre amarela se intensificava, assim como o discurso médico-sanitarista também se transformava. Reconhecendo o âmbito social da doença, os autores procuram mostrar seus agentes sociais e, a própria noção da doença, como decorrente dos determinantes políticos e sociais do seu tempo. A produção do discurso médico compõe oscilações entre a defesa da teoria dos miasmas,

em razão das condições insalubres da cidade, sobretudo, do curso dos igarapés (discurso mais presente nos últimos anos da época provinciana), e a defesa do caráter científico do vetor *Anophele*, que sugeria a profilaxia sanitária da cidade (já no século XX). Em ambos os discursos buscava-se justificar as mudanças na paisagem urbana da cidade, formalizando uma interpretação híbrida sobre a doença.

Com base em sua experiência de campo, no período em que eclode a pandemia da Covid-19 no Brasil e no mundo, Petrônio Potiguar relata como o plano de isolamento social na aldeia Mapuera, localizada na fronteira entre o Pará e o Amazonas, foi tensionado por questões religiosas. O cenário da Covid-19 leva o pesquisador a questionar-se acerca do papel do antropólogo perante essa realidade, denominada por ele, “no olho do furacão” da Covid-19. Com a entrada de 45 pessoas, inesperadamente, na aldeia, o plano de isolamento construído com algumas lideranças e o cacique geral é desconsiderado e a despreocupação com os riscos atribuída à “fé em Deus”. No entanto, mesmo em contexto adverso, o autor relata que o plano inspirou a adoção de medidas nacionais para os DSEI’s do Brasil, sendo adotado parcialmente e com relativo controle da doença, o que reforça, no autor, a ideia de que são imprescindíveis ações conjuntas, interdisciplinares e dialógicas com os indígenas para que o enfrentamento da Covid-19 seja exitoso.

Danieli Pinto Silva e Tabita Fernandes da Silva apresentam impasses e diferenças linguísticas no contato entre a comunidade bragançana e os médicos cubanos estabelecidos na cidade de Bragança (PA) em virtude do Programa Mais Médicos. As pesquisadoras mostram que o contato linguístico espanhol/português lançou mão de estratégias e soluções variadas na interação da prática clínica. A pesquisa mostra que se construiu em Bragança uma relação que lançou mão de termos linguísticos populares, mímicas, movimentos e variedades regionais da língua em nome do atendimento de saúde humanizado.

Recorrendo à história da saúde pública, Edivando da Silva Costa estuda o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e o modelo hospitalar posto em prática nas cidades de Breves e Santarém entre 1942 e 1945. Criado como agência binacional de cooperação entre Brasil e Estados Unidos, o SESP ficou conhecido por implementar um modelo de atenção à saúde horizontalizado. O arranjo político dos interesses pela floresta no contexto da guerra e dos anseios do governo Vargas para a região viabilizaram estruturas de saúde pública até então desconhecidas pelas populações do arquipélago do Marajó e do oeste paraense.

No artigo “Sexo é só pra quem pode pagar: um diálogo com o cotidiano da prostituição no Pará”, Augusto César Pinto Figueiredo debate através do recurso da história oral as memórias sobre as dinâmicas das trabalhadoras do sexo em áreas de barragens na Amazônia. Por meio de discussão teórica e trabalho de campo o texto descreve o cotidiano da prostituição em meio a questões culturais, psicológicas e de ordem prática da vida material.

Erilana Silva Pacheco, Josiane Silva de Lima Azevedo, Yrlane Paes Ferreira, Sylvia de Fátima dos Santos Guerra e Márcia Cristina dos Santos Guerra expõem dados epidemiológicos sobre a Leishmaniose visceral, doença endêmica no Brasil. A alta incidência da doença nas regiões norte e nordeste, apresentada de forma detalhada em gráficos e tabelas, indica o crescimento da doença em locais que vivenciaram redução de áreas de florestas, facilitando a entrada da Leishmaniose nos centros urbanos. Ou seja, uma leitura pela epidemiologia que revela também as faces das condições sanitárias e de acesso à saúde nas regiões do país.

Esperamos que aqueles que tenham encontrado este dossiê possam se beneficiar da interdisciplinaridade na área de estudos em saúde como tônica e possibilidade para tematizar nossos problemas e dinamizar nossos saberes na Amazônia.

Os organizadores

Vanderlúcia da Silva Ponte

Antropóloga, Professora Adjunto da Faculdade de História, Campus de Bragança, do Programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia (UFPA) e do Programa de Educação Escolar Indígena (UEPA/UFPA/UFOPA/UNIFESSPA). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Interculturais Pará-Maranhão (GEIPAM). E-mail: vantutorapa@gmail.com.

Érico Silva Muniz

Historiador, Professor Adjunto da Faculdade de História, Campus de Bragança, e do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Interculturais Pará-Maranhão (GEIPAM). E-mail: ericosilvamuniz@gmail.com.

Rômulo de Paula Andrade

Professor do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, na Fundação Oswaldo Cruz. Pesquisa e orienta temas relacionados aos impactos ambientais e sanitários de projetos de desenvolvimento na região amazônica, além de trabalhos sobre a história do combate à fome no país. E-mail: romulopa@hotmail.com

Tânia Chaves

MD, Ph.D, Médica Infectologista, Docente da FAMED/UFPA. Pesquisadora em Saúde Pública/IEC/SVS/MS/Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia e Vigilância em Saúde do Instituto Evandro Chagas/SVS/MS. Membro e Consultora das Sociedades Científicas Brasileiras de Imunizações/ e de Infectologia. Presidente da Sociedad Latino Americana del Viajero. E-mail: tania.chaves@uol.com.br

DOSSIÊ AMAZÔNIA

MÉDICA DA (E NA) FLORESTA: A TRAJETÓRIA DE UMA PARTEIRA, PAJÉ E BENZEDEIRA TEMBÉ TENETHERAR

Ana Lúcia Nauar Pantoja¹

RESUMO

A proposta deste artigo é fazer uma reflexão sobre a importância dos saberes tradicionais e práticas de curas tradicionais entre os povos indígenas Tembé Tenethehar, Nordeste do estado do Pará, por meio das narrativas biográficas de uma parteira, pajé e benzeadeira da Aldeia Ytuaçu. A pesquisa de caráter exploratória com utilização do método biográfico e história oral, teve os dados submetidos à análise qualitativa, apontando para a importância que as mulheres assumem na comunidade e em particular a parteira Francisca, cuja trajetória revela a tradição de uma medicina popular que nem sempre é valorizada no contexto das políticas de atenção à saúde indígena que vêm sendo implementadas pelo Estado no local, apontando, com isso, para os riscos de desenraizamentos de valores culturais ancestrais essenciais à preservação das suas tradições e identidades.

Palavras-chave: Parteiras. Saúde. Medicina popular. Saberes ancestrais.

DOCTOR (AND/IN THE) FOREST: THE PATH OF A MIDWIFE, PAJÉ AND TEMBÉ TENETHEHAR FAITH HEALER

ABSTRACT

The purpose of this article is to reflect on the importance of traditional knowledge and traditional healing practices among the Tembé Tenethehar indigenous peoples, in the northeast of the state of Pará, through the biographical narratives of a midwife, shaman and healer from Aldeia Ytuaçu. The exploratory research using the biographical method and oral history, had the data submitted to qualitative analysis, pointing to the importance that women assume in the community and in particular the midwife Francisca, whose trajectory reveals, the tradition of popular medicine that it is not always valued in the context of indigenous health care policies that have been implemented by the State and at the local level, thereby pointing to the risks of uprooting ancestral cultural values essential to the preservation of their traditions and identities.

Keywords: Midwives. Health. Popular medicine. Ancestral knowledge.

Data de submissão: 23.04.2021

Data de aprovação: 23.05.2021

INTRODUÇÃO

As doenças e as preocupações em torno da saúde sempre estiveram presentes em todas as sociedades humanas, e, assim, pode-se considerá-las universais. Cada sociedade ou grupo social desenvolveu, ao longo do tempo, suas formas particulares de organização coletiva, atualizadas em práticas e ideias pautadas em lógicas culturais próprias e específicas na busca de soluções para as diversas situações apresentadas. No campo da saúde, do mesmo modo, todas as sociedades humanas desenvolveram ideias e materiais em busca de conhecimentos e técnicas que fossem capazes de dar respostas aos episódios de doenças vivenciados de forma individual ou coletiva. Com esse objetivo, toda sociedade e cada uma em particular, também

¹Doutora em Antropologia Social. Professora Adjunta IV de Antropologia Social na Universidade do Estado do Pará, Centro de Ciências Sociais e Educação. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar Indígena – PPGEEI (UEPA/UFPA/UFOPA/UNIFESSPA). E-mail: ananauar@uepa.br.

desenvolveu conhecimentos, práticas e instituições que aqui compreende-se como “sistemas de atenção à saúde”, tal como propõem Langdon e Wiik (2010). Nesse sentido, parto do pressuposto de que, sendo a cultura um fenômeno universal, ela oferece uma visão de mundo às pessoas, que orienta as suas práticas e saberes na vida cotidiana de um modo geral, nas quais também se encontram inseridas as questões relativas à saúde e à doença. Ou seja, não é possível separar os conhecimentos, técnicas e práticas em saúde, dos outros aspectos da cultura de uma sociedade ou indivíduo.

A Amazônia brasileira é palco de uma diversidade cultural enorme que se atualiza, entre outros aspectos, no rico universo simbólico das diversas práticas de cura tradicionais e saberes em torno da gestação e do nascimento das crianças. Nas sociedades indígenas, o nascimento em domicílio é parte da cultura e da tradição secular que se mantém, apesar das interferências do conhecimento, da prática médico-hospitalar e a imposição do saber médico científico. No contexto de comunidades tradicionais como as indígenas, os partos domiciliares se inserem e fazem parte de uma rede de significados simbólicos que expressam saberes que são pautados nas crenças culturais e no conhecimento da natureza.

Neste artigo, realizo uma breve reflexão sobre a importância dessas práticas para a manutenção e fortalecimento das identidades dos povos indígenas, a partir da trajetória e história de vida de Francisca dos Santos Tembê, parteira tradicional da aldeia Tembê Ytuaçu, na parte alta do rio Guamá, localizada no município de Santa Luzia, Nordeste do estado do Pará. Trata-se uma mulher de importância reconhecida na aldeia por deter saberes ligados às atividades realizadas como parteira e, também, como pajé e “rezadeira” (benzedeira) no local. Dentre as tantas mulheres do mesmo modo importantes na aldeia, a escolha recaiu em Francisca pela sua trajetória de vida, pelo reconhecimento coletivo de sua atuação como detentora de saberes de cura e como parteira, e por ser uma grande referência para seu povo, Tembê Tenetherar. Trata-se, portanto, de uma mulher sábia, muito valorizada na aldeia pela sua atuação como rezadeira bem como pelas práticas de cura realizadas como pajé e ainda pelos inúmeros partos feitos, de gerações diversas de mulheres na comunidade onde mora atualmente.

Tomei conhecimento da sua história através das alunas e alunos indígenas, em janeiro de 2015². Na ocasião das aulas, como parte das atividades ministradas no contexto da disciplina História Indígena na Amazônia, solicitei aos grupos de alunos, que entrevistassem pessoas que a sua comunidade julgasse importantes e fundamentais no local por sua atuação em prol do coletivo e sua contribuição à história e cultura do grupo, e, uma das escolhidas foi a parteira Francisca. Ouvi várias histórias de mulheres trazidas pelos grupos de alunas e alunos Tembê Tenetherar e a da parteira me chamou atenção em particular, pela sua importância na continuidade e fortalecimento do grupo por meio de suas práticas culturais tradicionais, já que ela, sendo filha de parteira, “pegou” crianças que formam algumas gerações atuais da comunidade e durante muitos anos é a pessoa responsável pelos rituais de cura e benzeções, sobretudo, de crianças da aldeia.

Neste ponto, importa ressaltar a centralidade que as mulheres indígenas, como as do povo Tembê Tenetherar, assumem no contexto de suas lutas históricas e culturais. É exemplar nessa direção a grandeza da liderança política e cultural da aldeia Tekohaw, Verônica Tembê. A partir de fins do século passado, como posto por Ivânia Neves (2018), Verônica liderou as lutas em defesa do território Tembê e, portanto, assumiu um papel fundamental no processo de reconhecimento e demarcação da Terra Indígena (TI) Alto Guamá. Ponte e Teisserenc (2013, p. 1), em estudo sobre o aprendizado e a transmissão de conhecimento na aldeia

²Precisamente, pela turma de História, do curso Intercultural Indígena, da Universidade do Estado do Pará (UEPA), quando uma disciplina fora por mim ministrada. Agradeço, portanto, a turma, pela oportunidade de conhecimento e aprendizado sobre as experiências e importância das mulheres na organização e fortalecimento da identidade cultural do povo Tembê Tenetherar.

Tembé Tenetherar, apontam como os saberes e práticas tradicionais encontram-se relacionados às ações coletivas no território que envolve muitos conflitos e, cujo contexto, as mulheres assumiram historicamente papel importante na luta e defesa do território e, conseqüentemente, na manutenção da identidade étnica do grupo. As autoras ressaltam que, sobretudo na década de 1950, época em que os homens das aldeias estiveram envolvidos nas frentes de atração criadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), momento em que eles se ausentaram das aldeias, as mulheres tiveram que ficar à frente, assumindo responsabilidades na defesa de seu povo.

Nesse contexto de luta pelo território, elas imprimiram outras dinâmicas que favoreceram o seu papel como líderes, como foi o caso de Verônica Tembé que assumiu o controle político de todo o grupo. Além de aproximar os Tembé que se encontravam dispersos ao longo do Rio Gurupi e com isso criou uma nova aldeia – a aldeia Tekohaw – ela também atualizou novas formas de valorização da cultura do grupo por meio de ações de incentivo ao fortalecimento de sua língua nativa, de seus rituais ancestrais e práticas tradicionais, dentre estas as de cura. Nesse sentido, as autoras mostram como as práticas relativas ao cuidado do corpo e da saúde por meio de rituais de iniciação e outros, assumiram importante lugar enquanto “estratégia de revalorização de costumes e saberes, associada às lutas por direitos, em especial, o direito ao próprio território” (PONTE; TEISSERENC, 2013, p. 2). E em um desses importantes rituais descritos pelas autoras (o ritual da Festa da Moça), resta evidente a importância dos saberes (e poderes) das mulheres enquanto “donas da festa”, pois são elas que, “por meio de um canto, clamam aos espíritos da floresta por proteção às ‘meninas moças’ e aos rapazes” (PONTE; TEISSERENC, 2013, p. 7). Esse mesmo tipo de conexão com os espíritos “encantados” da natureza, veio à tona nas narrativas de Francisca quando se referiu ao dom que deles recebeu para fazer os partos e os rituais de cura como pajé e benzedeira.

Assinalo que este texto tem por base a pesquisa exploratória que teve início na sala de aula e posteriormente se estendeu para a comunidade, momentos em que pude conversar e entrevistar Francisca³. Nesse sentido, tomo por base a metodologia de narrativa biográfica que privilegia a história oral e a centralidade do indivíduo nas narrativas, neste caso a da parteira Francisca. Convém deixar claro que trabalhos dessa natureza guardam uma certa complexidade, pois que a ideia de história de vida pressupõe uma “unidade do eu” que na verdade é inexistente, portanto, ilusória, como nos ensina Bourdieu (2006), em seu clássico estudo “A ilusão biográfica”. Este autor propõe a ideia de “fragmentação do eu” em oposição ao que ele denominou de “unidade do eu”, ou seja, a ilusão de uma linearidade, como uma série de acontecimentos que seguem uma ordem cronológica. Nesse sentido, a narrativa biográfica revela o caráter dinâmico da trajetória do indivíduo, ou seja, o movimento em múltiplas direções que é peculiar a todo processo histórico, e aqui se incluem as experiências vividas pelo indivíduo ao longo do tempo, e, portanto, envolve (ou pode envolver) outros também, pois não se faz uma história sozinha(o).

E no que diz respeito particularmente à importância da biografia de mulheres, esta reside na valorização de sujeitos que por muito tempo tiveram suas práticas invisibilizadas por uma história que se dizia oficial, posto que, como sabe-se, as mulheres e suas experiências históricas, sempre foram consideradas de menor importância. O método biográfico nesse sentido se coloca como o campo perfeito à verificação de lacunas utilizadas pelos excluídos da história, entre estes sujeitos, as mulheres. E, se considerar-se o componente étnico-racial – neste caso as mulheres indígenas – esta invisibilidade, silenciamento e exclusão da história ganha dimensões muito maiores.

³Aproveito para registrar aqui a minha enorme gratidão para com a Dona Francisca Tembé, por sua gentileza e generosidade em me receber em sua casa na aldeia e confiar a mim suas experiências em torno das práticas de pajelança e como parteira e benzedeira tradicional de seu povo.

Particularmente, no contexto da Amazônia, é de fundamental importância dar visibilidade às experiências de mulheres que por muito tempo tiveram suas histórias negadas por uma lógica instrumental e positivista que tem relegado-as a uma posição de inferioridade e subalternidade. Face a essa realidade, há, pelo menos, três ou quatro décadas, pesquisadoras e pesquisadores locais, sobretudo da área de Ciências Humanas e Sociais, tem procurado suprir essa lacuna e cada vez mais investido em pesquisas nas quais as mulheres assumem o lugar de sujeitas principais. Nessa esteira, ressalto a importância das publicações do Grupo de Pesquisa Eneida de Moraes – GEPEM/UFPA – que inclusive atualmente possui uma Revista Eletrônica intitulada “Revista Gênero na Amazônia”, que tem contribuído substancialmente na divulgação semestral de pesquisas de excelência, cujos temas têm sido as mulheres e suas experiências na região. Também nesse sentido, destaco a Enciclopédia “Mulheres Pan-Amazônidas”, organizada por Simonian (2011), que traz uma contribuição inédita no sentido de construir uma contralógica, oferecendo – por meio das várias biografias apresentadas no mesmo volume – uma proposta de compreensão das mulheres biografadas como sujeitas de uma história da Amazônia (ou de parte dela), contada por elas mesmas, trazendo experiências culturais relevantes e diversas tornando possível ao público mais amplo, conhecê-las em suas particularidades e complexidades.

Assim, e com o intuito de valorizar a voz de uma mulher indígena da Amazônia, apresento e analiso a seguir a trajetória de vida de Francisca dos Santos Tembé. O desafio assumido aqui é o de tentar compreender, a partir das suas experiências, as (re) significações da arte e do ofício de partejar e as alterações que essa prática sofreu (e vem sofrendo) nas últimas décadas, na Aldeia Ytuaçu. Ressalto, nesse sentido, que esta reflexão se insere (também) no contexto das relações e significados das práticas realizada pelas parteiras tradicionais na Amazônia, as quais, ainda que em número mais reduzido atualmente, permanecem em muitas comunidades tradicionais assumindo papel importante na sua reprodução, como é também o caso de inúmeras comunidades quilombolas no estado do Pará. No contexto específico da Aldeia Ytuaçu, essa prática vem, aos poucos, com a introdução do subsistema de saúde médico, deixando de ser frequente, o que é visto com certa preocupação sobretudo por Francisca e pelas mulheres de sua geração.

Os povos Tembé Tenetehar se encontram em territórios pertencentes aos estados do Pará e Maranhão, separados pelo Rio Gurupi. De acordo com Wagley e Galvão (1961), eles falam a mesma língua – o tupi guarani – possuem a mesma tradição cultural e consideram pertencer a um único povo que se autodenomina Tenetehar. A antropóloga Vanderlúcia Ponte (2014, p. 29), em sua tese de doutorado desenvolveu uma rica análise sobre a relação entre território e saúde desse povo, na qual destaca que eles foram diferenciados na percepção de viajantes naturalistas que os identificaram como dois subgrupos: o grupo que se fixou na região do Maranhão foi denominado Guajajara, e o que ficou na região do Pará, foi denominado Tembé. De acordo com a autora, embora tenham sido considerados como pertencentes a um único grupo, eles guardam diferenças culturais marcantes um em relação ao outro.

1 ORIGEM E TRAJETÓRIA DE FRANCISCA E SUA FAMÍLIA

Francisca dos Santos Soares Tembé nasceu – pelas mãos de uma parteira, a Senhora Antonina dos Santos Farias, que era sua avó materna –, na aldeia Tembé Ytuaçu, na parte alta do rio Guamá, em 25 de outubro de 1959 e, atualmente, está com 61 anos. Filha de Luiza Agostinha Farias (que também era parteira) e Félix Sarmiento dos Santos, que era “funcionário braçal da FUNAI”, ou, como ele era conhecido pelo órgão, “amansador de índio”, ela é a terceira filha do casal que teve um total de seis filhos, todos nascidos na mesma aldeia.

Francisca casou-se aos 15 anos com Pedro Soares Tembê, que é raizeiro⁴ e caçador na mesma aldeia. Junto com ele constituiu sua família, teve seu primeiro filho com 15 anos de idade, logo após se casar. No mesmo local e ao longo de mais de 40 anos, viu sua família crescer a partir do casamento de seus filhos, a formação de suas famílias e o nascimento de seus netos.

Ao lado de seu marido e com a expansão da sua família, ela criou a aldeia Ytuwaçu no ano de 1984, onde vive atualmente. Esta aldeia é constituída principalmente pelos seus descendentes, dentre estes, filhos, netos e, agora, bisnetos. Atualmente ela tem sete filhos, 25 netos e quatro bisnetos. Portanto, Francisca descende diretamente de uma família de mulheres parteiras e pajés de povo Tembê Tenetehar. Tanto sua mãe quanto sua avó materna partejavam e praticavam também a pajelança nas aldeias onde moravam.

Nesse ambiente de mulheres sábias, Francisca cresceu vendo sua mãe e sua avó exercitarem essas práticas ancestrais. Pelo relato dela e de outras pessoas da aldeia, ficou patente que o conhecimento em torno da prática de partejar foi sendo mantido e repassado às mulheres de sua família, por várias gerações, tratando-se, portanto, de um saber ancestral intergeracional. A sua mãe Luíza foi a parteira que “pegou” os seus sete filhos e por sua vez, ela e seus irmãos foram “pegos” pela avó materna que se chamava Antonina dos Santos Farias. São mulheres sábias pertencentes a várias gerações de uma mesma família de parteiras que se sucederam ao longo do tempo no mesmo local. Tal como também acontece em outros povos indígenas da Amazônia, entre os Tembê Tenetehar – a exemplo dos povos indígenas da região do Baixo Amazonas, pesquisados por Vaz Filho (2016) – as mulheres são as principais guardiãs dos saberes e práticas de cura tradicionais ligadas ao mundo cosmológico desses povos.

2 A MEDICINA POPULAR E A PAJELANÇA

Falar das práticas das mulheres parteiras, pajés e curandeiras no contexto amazônico é situá-las, portanto, no âmbito de seus universos cosmológicos e como parte de um sistema simbólico que possui lógicas culturais específicas. Nesse sentido, em uma conversa que tive com Francisca em um fim de tarde no quintal de sua casa, ela ressaltou que, apesar de ter convivido desde a infância com mulheres de sua família que atualizavam cotidianamente práticas e saberes em torno da pajelança e do ofício de partejar, ela atribui seu conhecimento em torno dessas práticas, a um dom, uma missão, pois compreende ter sido escolhida pelos seres encantados da natureza (das matas ou dos rios) – conhecidos também por Caruanas⁵ – para seguir a carreira de pajé e parteira. Sempre se referindo a tais seres com muito respeito, ela ressaltou que foi deles que recebeu as orientações e conhecimentos em torno das mesmas práticas. Ela conta que, embora nunca os tenha visto, desde criança sentia a presença dos Caruanas que se comunicavam com ela e chegavam a “perturbá-la”, dada sua resistência em atender aos seus chamados.

Assim, após muito relutar em atender aos chamados dos Caruanas, finalmente começou a atuar como pajé já na sua fase adulta – aos 27 anos de idade – após muita “perturbação” dos encantados acabou cedendo e conta que passou a exercer o dom especialmente a partir de um episódio inusitado. Em seu relato, há referência de um certo dia, quando sentiu um mal-estar no corpo seguido de desmaio, tendo permanecido desacordada

⁴Raizeiro é o nome dado à pessoa (geralmente um homem) na aldeia que conhece a floresta e sabe onde estão as raízes e vai apanhá-las quando as pessoas delas necessitam para tratamento de saúde.

⁵Caruanas é o termo também conhecido, evocado e referido no contexto da pajelança cabocla amazônica para designar os seres encantados da natureza. De acordo com Dona Zeneida Lima (1992, p. 165-166), “quem cura são os Caruanas através do pajé. [...] e eles são seres encantados, donos dos mistérios do mundo (p. 135)”. Essa autora, indígena e pajé da ilha de Marajó, no Pará, ressaltava ainda sobre isso que: “Se não fosse pelos ataques, a doença inexplicável e o rápido desenvolvimento do meu poder de cura, exercido desde cedo, eu não seria diferente de tantas crianças em minha idade.”

durante 20 dias. Nesse tempo, apenas dormiu e ficou sem comer e beber nada. Ela acredita que os Caruanas a protegeram durante esse tempo, pois, do contrário, não teria sobrevivido tantos dias sem comer e beber água. Ela tomou esse evento como um sinal de que deveria seguir os seus ensinamentos e, desse modo, quando voltou a si, resolveu atender aos chamados deles e começou a fazer os trabalhos de cura na aldeia.

Ao estudar a medicina popular na Amazônia rural e se detendo particularmente na “pajelança cabocla”, Maués (1994) destaca que esta é uma prática secular na região, sendo constituída por um conjunto de práticas de cura xamanística. Segundo este autor, tais rituais guardam suas origens nas crenças e costumes dos indígenas Tupinambás antigos, sincretizados após o contato com os brancos e negros a partir da segunda metade do século XVIII. Dentre as crenças que sustentam e dão significado às mesmas práticas, está a crença nos “encantados” – os Caruanas – que são seres invisíveis que se apresentam durante os rituais de cura incorporados no pajé ou xamã.

Apesar da existência de outras medicinas nas áreas rurais amazônicas, o autor ressalta que ainda é o pajé (eu diria, também, a pajé), que desempenha o papel de médico (ou médica) popular mais importante nas comunidades. Esse (ou essa) especialista⁶ (mulher ou homem) é, em geral, alguém que conhece profundamente os remédios da fauna e da flora e quase sempre exerce também as funções de benzedor ou benzedeira e de parteira⁷. Segundo Maués (1994), quando a parteira também é pajé, passa a ser muito solicitada por se tratar de uma “parteira de dom”, ou seja, aquela que trabalha com a assistência dos “encantados” Caruanas, das florestas ou dos rios.

De fato, tais aspectos, como se pode perceber, parecem mesmo ocupar parte importante da história de vida de Francisca. O ofício de partejar ela iniciou aos 33 anos de idade e, de acordo com seu relato, teria acontecido no contexto de uma emergência, em que uma mulher grávida e em trabalho de parto, necessitou de alguém que “pegasse” o seu bebê. Ou seja, na ausência de sua mãe que era a parteira conhecida e oficial da aldeia, ela teve que fazer o parto tendo sido bem-sucedida na missão cuja orientação ela atribui aos Caruanas.

Ressalta ainda Francisca que apesar de ter exercido a profissão por pouco tempo – sete anos – ela fez muitos partos na aldeia. Conta que “pegou” nesse tempo, mais de 58 crianças em aldeias distintas entre os Tembé Tenetehar. E que só não “pegou” mais crianças porque as mulheres da aldeia começaram a ir para o hospital na cidade e foram, aos poucos, perdendo a confiança em seu conhecimento e em sua prática.

3 A ATUAÇÃO COMO AGENTE DE SAÚDE NA ALDEIA

Apesar de sua importância como parteira na comunidade e mesmo com o reconhecimento de seu trabalho pelos seus pares indígenas, sobretudo as mulheres em idade reprodutiva, Francisca nos últimos anos foi deixando de fazer os partos e praticar a pajelança. No que se refere ao ofício de partejar (que ela exerceu dos 33 aos 40 anos), há pelo menos 15 anos ela deixou de exercê-lo em face do impedimento imposto pelo Sistema Único de Saúde (SUS), ao qual foi incorporada como agente de saúde. Segundo ela, “[...] disseram que estava acontecendo muitos problemas e que não era mais pra mim me responsabilizar pelas mulheres grávidas, pois caso alguma coisa desse errado eu seria a culpada.” (Francisca dos Santos Soares Tembé, 2015).

Nesse trecho da narrativa de Francisca fica evidenciado que na aldeia Tembé Ytuaçu, pelo menos no que se refere à realidade das parteiras indígenas, o respeito às lógicas culturais internas da comunidade, expressas em tais saberes tradicionais, não acontece como deveria.

⁶ Que também pode ser uma mulher, como no caso de Francisca.

⁷ Quando se trata de uma mulher, como dito na nota anterior.

De fato, com a imposição do sistema de saúde indígena na aldeia, Francisca foi levada a abandonar suas práticas tradicionais do partejar, embora tenha sido incorporada ao mesmo sistema como agente de saúde. Em seu trabalho nesta nova função, ela foi recomendada a não fazer mais os partos sozinha – sem o acompanhamento de um médico – pois, se assim o fizesse, estaria pondo em risco a vida das gestantes e das crianças.

De acordo com Del Priore (2009), as mulheres benzedeiras, pajés e parteiras, possuem uma longa história na região amazônica. Desde o período colonial essas práticas eram exercidas por mulheres que tratavam, principalmente, de outras mulheres em um contexto em que praticamente não existiam médicos. Então as médicas eram elas que, por possuírem conhecimentos específicos e diferenciados daquele defendido pela ciência médica, com frequência, eram vistas e tratadas como suspeitas, acusadas de feitiçarias e sofriam perseguições tanto pelos inquisidores do Tribunal do Santo Ofício da Igreja Católica, instalado aqui no Brasil à época, como pelas autoridades civis que representavam o Estado brasileiro.

É importante lembrar que, durante o século XVIII, o Pará (que à época era Província do Grão Pará e Maranhão), foi palco de grandes embates entre agentes de cura que se empenharam em resolver o problema das epidemias de cólera e lepra que se alastravam, contexto em que as disputas de saberes (e poderes) entre a medicina científica e as práticas de cura tradicionais foram bastante evidentes em todo o Brasil. Santos *et al.* (2012, p. 12), ressaltam, por exemplo, que, durante muito tempo e até os dias atuais, a medicina científica conviveu com outras práticas de cura de caráter popular, sempre tentando impor seu saber como o único possível e com propriedade de explicar as causas e apontar a cura para as doenças. E assim, de acordo com os mesmos autores, “médicos, intelectuais e cientistas conviviam, muitas vezes de forma pouco harmoniosa com práticas populares dos pajés, benzedeiras, homeopatas, boticários, feitiçeiros (sic), barbeiros, sangradores, espíritas, práticas estas consideradas como charlatanismo pelos médicos”. Ao que parece (e a narrativa de Francisca confirma), esse embate entre o que Langdon e Wiik (2010) denominam de “sistemas de saúde” diferenciados culturalmente, permanece nos tempos atuais, contexto em que se observa a imposição do modelo biomédico sobre as práticas tradicionais de cura.

Como se sabe, foi na passagem do século XIX para o XX que a medicina social passou a desenvolver o projeto de medicalização da sociedade como parte de uma política mais ampla de higienização dos espaços sociais. Nestes termos e progressivamente, as parteiras foram sendo afastadas do cenário público. Isso em face da valorização da prática médica que acompanhou – e acompanha – o discurso higienista. A partir desse momento, elas vão sendo substituídas pelos médicos. Enfim, como se depreende de Barroso (2009), o parto se institucionaliza e o saber médico é legitimado em detrimento do saber da parteira que passa ser considerada uma prática ultrapassada e de risco às mulheres e suas crianças.

Particularmente entre os povos indígenas, a prática das parteiras vem sofrendo alterações a partir da instituição de políticas públicas voltadas para o projeto de atenção à saúde indígena, atualizado nas últimas décadas. Ferreira (2013), aponta que foi na década iniciada em 1970, que a Organização Mundial de Saúde (OMS) inseriu nas suas recomendações, tal proposição. E isso em “[...] consonância com a nova ordem internacional” (OMS, 1978, p. 3) e que o Estado Nacional integrasse as medicinas tradicionais a seus sistemas de saúde, inclusive os saberes e as práticas das parteiras.

Entretanto, somente em 2002, com a publicação do documento “Estratégias da OMS sobre a medicina tradicional, 2002-2005”, a OMS passou a estimular os Estados Nacionais a regular, disciplinar e controlar as respectivas medicinas tradicionais (ORGANIZAÇÃO, 2002). Também, foram criadas diretrizes básicas para o estabelecimento das relações de cooperação entre a ciência médica – sistema oficial de saúde – e as medicinas tradicionais. Porém, esses processos todos têm sido difíceis de se efetivarem no âmbito da gestão pública.

No Brasil, de acordo com Ferreira (2013, p. 205), as recomendações internacionais se efetivaram via políticas públicas “[...] delineadas como ações e programas governamentais voltados para a realização de objetivos específicos [...]”, com o intuito de integrar as medicinas tradicionais ao sistema de saúde oficial. Dentre estas políticas, destaca-se a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASI), que considera as especificidades das medicinas indígenas, referindo-as como práticas tradicionais de saúde que operam a partir de lógicas culturais específicas no contexto de um sistema baseado nas relações cosmológicas, destacando que:

As práticas de cura respondem a uma lógica interna de cada comunidade indígena e são produto de sua relação com o mundo espiritual e os seres do ambiente em que vivem. Essas práticas e concepções são, geralmente, recursos de saúde de eficácia empírica e simbólica, de acordo com a definição mais recente da OMS. (BRASIL, 2002, p. 16-17).

Observa-se que a PNASI⁸, apesar de considerar, em tese, que as práticas de cura tradicionais são detentoras de especificidades baseadas em lógicas internas, na prática esse reconhecimento nem sempre se apresenta. Desse modo e de acordo com seus relatos, para se tornar agente de saúde, há 18 anos, Francisca teve que se deslocar de sua aldeia até a capital do estado do Pará, Belém, para fazer um curso de capacitação promovido pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Nessa ocasião, ela foi orientada a não mais partejar nos domicílios, sob a justificativa de que haveria riscos à saúde das mulheres e das crianças nascidas pelas mãos da parteira. Ao mesmo tempo, na sua aldeia, as mulheres grávidas passaram a ser incentivadas pelo SUS – Sistema Único de Saúde – a realizarem o pré-natal com acompanhamento dos médicos e enfermeiros na cidade e a fazerem seus partos nos hospitais.

Francisca seguiu tais orientações, tendo deixado de fazer os partos há pelo menos 17 anos, lembrando que “[...] quando eles [o seu povo, sobretudo as mulheres em idade reprodutiva] começaram a conhecer a vida dos brancos nos hospitais, deixaram a confiança nas parteiras”. No entanto, nesse espaço de tempo em que está trabalhando como agente de saúde, houve um caso de emergência que ela não pôde deixar de atender. Isso ocorreu há sete anos.

Ela relatou que nessa ocasião, uma mulher grávida da aldeia retornou, após ter sido assistida por médicos do hospital da cidade de Capitão Poço que haviam dito que não “estava na hora” da criança nascer. Então de volta à aldeia, a mulher deveria aguardar mais um pouco a hora do parto e no mesmo dia, à noite, sentiu as dores. No entanto, não houve tempo dela retornar ao hospital. Na ocasião, Francisca foi, então, chamada para atender a parturiente e o fez como os tantos atendimentos similares já feitos por ela anteriormente e todos bem-sucedidos, com a ajuda dos encantados Caruanas.

É importante ressaltar que apesar das restrições sofridas em torno do seu ofício tradicional de partejar e de ter se tornado uma agente de saúde, Francisca ainda é chamada pelas mulheres grávidas na aldeia para “puxar a barriga” e “ajeitar o nenê na barriga”. Isso acontece, segundo ela, porque as mulheres fazem o exame de ultrassonografia recomendado pelo médico, porém não confiam nos resultados e passam a procurá-la para ver a posição da criança no ventre. Assim, e embora tenha diminuído a frequência da procura pelos cuidados de Francisca, ela continua atendendo e cuidando da saúde das mulheres e das crianças da aldeia.

⁸ A PNASI – Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas – foi elaborada pela FUNASA – Fundação Nacional de Saúde – e aprovada pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria 254, de 31 de janeiro de 2002 e publicada no Diário Oficial da União (DOU) número 26 – Seção 1, p.46 a 49, de 06 de fevereiro de 2002.

A prática como benzedeira é a única, dentre as consideradas tradicionais, que ela continua a desenvolver com mais frequência. Assim, as pessoas da aldeia a procuram para rezar em crianças e adultos quando adoecem. A maior procura é para identificar as doenças, para, segundo ela, saber se é “quebranto”, “bicho da água” ou “bicho do mato” ou “se é preciso ir ao médico”, neste caso deixando nítido o reconhecimento dos limites de seus conhecimentos, recomendando que a pessoa procure o médico. Recorrentemente, ela é chamada a qualquer hora para rezar e benzer as pessoas acometidas pelos “males do corpo”, momentos em que recomenda os banhos de ervas para tratar os casos identificados como doenças. Dentre os principais estão: o quebranto (que atinge mais as crianças), o parto quebrado (oriundo de “pouco resguardo” da mulher) e rasgaduras no corpo.

Ademais, as atividades desenvolvidas como agente de saúde não a satisfaz. Estas se restringem a acompanhar os casos identificados como doenças (de acordo com os preceitos da ciência médica), sob o cuidado principal de médicos e enfermeiros que atuam no Posto de Saúde da aldeia. Como já não parteja há alguns anos, ela considera que pode até esquecer como se faz. Fica aqui, portanto, o registro de uma situação preocupante que é o processo – que inclusive é histórico –, de perda das suas crenças e costumes baseados em suas tradições culturais, o que inclui as práticas em torno da gestação das mulheres e o consequente nascimento das crianças.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção das práticas e histórias das benzedeiras, pajés e parteiras como Francisca são reveladoras de uma tradição de medicina popular, cuja importância e eficácia nem sempre são valorizadas no contexto das políticas de atenção à saúde indígena que vem sendo implementadas pelo Estado, apontando para o risco de desenraizamento de valores culturais ancestrais, essenciais à preservação de suas tradições e de suas identidades. A história de vida de Francisca, particularmente sua experiência como parteira, pajé e benzedeira – e, mais recentemente, como agente de saúde – na Aldeia Tembé, aponta as alterações que o sistema de saúde impôs nos costumes relativos aos partos e nascimentos das crianças indígenas. Ao assumir a função de agente de saúde, Francisca ao tempo em que foi proibida de partejar, viu-se também obrigada a aprender técnicas na área da saúde, que são próprias da ciência médica. Isso significa que, tal como há séculos ocorre, a medicina científica permanece impondo seu saber e seu domínio e assim, não reconhece a validade e a importância dos conhecimentos e práticas tradicionais de cura na comunidade.

No que diz respeito particularmente ao ofício de partejar, é nítida a insatisfação dela diante da proibição imposta pelo sistema médico de saúde, associada a uma preocupação por ela externada, de, sem poder exercitar seus saberes, vir a esquecer as técnicas e o conhecimento herdados de sua mãe e avó, temendo que, com o passar do tempo, tal saber se perca totalmente, já que não mais praticado na aldeia com a mesma frequência que fazia há alguns anos. Faz-se assim, urgente, pensarmos propostas de intervenção face às políticas de saúde das populações indígenas que de fato integrem os saberes tradicionais e diferenciados desses povos, pois se trata também de salvaguardar um patrimônio imaterial que significa muito para a história e para as suas identidades, particularmente para os Tembé Tenetherar.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Iraci de Carvalho. Os saberes de parteiras tradicionais e o ofício de partejar em domicílio nas áreas rurais. **PRACS** - Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, n. 2, p. 01-14, dez. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. Brasília: Ministério da Saúde; Fundação Nacional de Saúde. 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, J. e FERREIRA, M. (Org.). Usos e abusos da história oral. 8ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 183-191.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FERREIRA, Luciane Ouriques. A emergência da medicina tradicional indígena no campo das políticas públicas. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 203-219, jan./mar. 2013.

LANGDON, Esther Jean.; WIIK, Flávio Braune. Antropologia, Saúde e Doença: uma introdução ao conceito de cultura aplicada às ciências da saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 18, n. 3, 2010.

LIMA, Zenaida. **O Mundo Místico dos Caruanas e a Revolta de sua Ave**. Belém: Cejup, 1992.

MAUÉS, Raimundo Heraldo. Medicinas populares e “pajelança cabocla” na Amazônia. In: ALVES, P. C.; MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Saúde e doença: um olhar antropológico**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. p. 73-81.

NEVES, Ivânia dos Santos. S. As histórias de Murué Suruí e Kudã’í Tembê: traduções e temporalidades. **Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. n. 53, Brasília, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Declaração de Alma-ata. **Conferência Internacional sobre cuidados primários de saúde**. Alma-ata, URSS: 6-12 de setembro, 1978.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Estratégias de la OMS sobre medicina tradicional 2002-2005**. Genebra: Organização Mundial da Saúde. 2002.

PONTE, Vanderlúcia da Silva. **Os Tenetehar-Tembé do Guamá e do Gurupi, Povo verdadeiro!:** “saúde diferenciada”, território e indianidade na ação pública local. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia), Universidade Federal do Pará, 2014.

PONTE, Vanderlúcia da Silva; TEISSERENC, Maria José Aquino. “Para ser mulher verdadeira!” – os Tenetehara-Tembé: relações entre ritual, direitos e estratégias de afirmação cultural em ações locais. **Nuevo Mundo-Mundos Nuevos**, v. 01, p. 1-24, 2013. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/66051>. Acesso em: 30 maio 2021.

SANTOS, Alessandra Carla Baia; SILVA, Andrei Ferreira; SAMPAIO, Danielle Leal; SENA, Lidiane Xavier; GOMES, Valquíria Rodrigues; LIMA, Vera Lúcia de Azevedo. Antropologia da saúde e da doença: contribuições para a construção de novas práticas em saúde. **Revista NUFEN**, v. 4, n. 2, 2012.

SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. **Mulheres Pan-amazônidas**: enciclopédia cooperativa de biografias (Org.). Belém: NAEA, 2011.

WAGLEY, Charles.; GALVÃO, Eduardo. **Os índios Tenetehara**: uma cultura em transição. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1961.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. **Pajés, benzedores, puxadores e parteiras**: os imprescindíveis sacerdotes do povo na Amazônia. Santarém: UFOPA, 2016.

**ASSIMETRIAS DA MEMÓRIA: TRAJETÓRIAS SIMILARES,
LEMBRANÇAS DESIGUAIS – MARIA DO CARMO SARMENTO E BETTINA
FERRO DE SOUZA, MÉDICAS NO PARÁ**

Aristóteles Guilliod de Miranda¹
José Maria de Castro Abreu Júnior²

“Não há futuro para a História das mulheres sem um permanente
exercício arqueológico da memória”

(Losandro Antônio Tedeschi)

RESUMO

O artigo aborda as trajetórias de duas médicas paraenses, graduadas pela antiga Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará – atualmente Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Pará, na segunda metade da década de 1930, ambas figuras de destaque na especialidade de Cardiologia, que começava a se firmar como tal: Maria do Carmo Sarmento Carvalho, a que primeiro utilizou o aparelho de eletrocardiograma em Belém do Pará, tendo tido, também, grande atividade política pelo Partido Comunista Brasileiro, mas que permanece esquecida em seu pioneirismo; e Bettina Ferro de Souza, que firmou-se como figura destacada tanto na docência quanto na especialidade, tornando-se uma espécie de padroeira da Cardiologia no Pará. As diferenças entre ambas as médicas e os possíveis motivos para que as lembranças relacionadas a elas resultassem tão desiguais, com o apagamento da memória de uma e a celebração da outra, são apresentadas e discutidas, procurando-se explicações para tal fato.

Palavras-chave: História da Medicina. Mulheres na medicina.

**MEMORY ASYMMETRIES: SIMILAR PATHS, UNEQUAL
MEMORIES - MARIA DO CARMO SARMENTO AND BETTINA FERRO DE
SOUZA, DOCTORS IN PARÁ**

ABSTRACT

This article illustrates the trajectories of two female doctors from state of Pará-Brazil, graduated from the former School of Medicine and Surgery of Pará, now, School of Medicine of Federal University of Pará in the late 1930s, and who had important roles in Cardiology, which had only begun to establish itself as a medicine specialty at the time: Maria do Carmo Sarmento Carvalho and Bettina Ferro de Souza. The former, was the first to use electrocardiography in Belém-Pará, and, who was also a great activist for the Brazilian Communist Party; her pioneering, however, seems to have been forgotten. The latter, stood out both academically, by teaching at the School of Medicine and also, in the Cardiology field, thus becoming some kind of patroness of this specialty in Belem-Pará. The differences between these two women will be presented and discussed in order to try and find the possible reasons why one is celebrated while the other was somewhat erased in the memory of people.

Key words: History of Medicine. Women and medicine.

Data de submissão: 03.02.2021

Data de aprovação: 30.04.2021

INTRODUÇÃO

¹ Médico, Doutor em Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Médico do Serviço de Cirurgia do Hospital Universitário João de Barros Barreto/UFPA. Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. E-mail: guilliod@gmail.com.

² Médico, Doutor em História pela UFPA. Professor de Patologia da Faculdade de Medicina da UFPA. Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. E-mail: jmcajr@gmail.com.

Estudar comparativamente as sociedades ou a vida de personagens históricos constitui-se em um método de abordagem dentre tantos utilizados pela História em suas abordagens, sendo clássicos os trabalhos de Plutarco (45 d.C – 125 d.C.) contrapondo a vida de figuras de políticos e militares do mundo grego com outras do mundo romano da Antiguidade Clássica. Os 23 pares de biografias comparadas analisados por Plutarco, e que chegaram aos nossos dias, são considerados referência fundamental para a Historiografia, representando um marco nos estudos biográficos, à despeito dos séculos que nos separam da sua elaboração pelo grande polímata grego (JOSÉ, 2009).

Além desse modelo comparativo, as biografias têm ganhado o “recente entusiasmo” dos historiadores, a despeito da complexidade do tema, considerando-se suas ambiguidades. Partindo de uma provocação, para incrementar a discussão – “pode-se escrever a vida de um indivíduo?” Levi (2006, p.167-169), dá a sua resposta: “as biografias individuais só despertam interesse quando ilustram os comportamentos ou as aparências ligadas às condições sociais estatisticamente mais frequentes” (LEVI, 2006, p.174).

Considerando as noções do método comparativo e também a prosopografia, nossa abordagem analisa a trajetória de duas médicas paraenses – Maria do Carmo Sarmiento Carvalho e Bettina Ferro de Souza, formadas nos anos de 1930, na Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, período em que o exercício da medicina por mulheres ainda era incipiente no Brasil³. Ambas também se destacaram como pioneiras na mesma especialidade – a cardiologia. Mesmo sendo reconhecidas por seus contemporâneos, uma tem sua memória preservada fazendo parte do inconsciente coletivo notadamente da classe médica de Belém. A outra, raramente é lembrada, aparecendo muitas vezes como “nota” ou “rodapé” nas narrativas memorialísticas tão comuns no ambiente médico. Partindo das suas trajetórias paralelas e suas peculiaridades – mulheres, médicas e cardiologistas pioneiras, tenta-se entender onde esses caminhos se distanciam na edificação de suas memórias, ao ponto de uma praticamente desaparecer dos relatos, enquanto que a outra assume aspectos de verdadeira santidade. Em suma, adaptando as palavras de Plutarco nas suas *Vidas Paralelas* a figuras femininas e atualizando-as por conta das peculiaridades individuais: “Examinarei em confronto o caráter e as disposições de alma de ambas a partir das ações e da vida pública de cada uma, mas renunciarei a comparar seus discursos e a dar opinião sobre qual as duas é mais agradável ou mais hábil ao falar” (VÁRZEAS, 2010, p.35).

1 MARIA DO CARMO: UM NOME GARIMPADO NOS ESCANINHOS DA MEMÓRIA

Em 1989, em palestra inaugural à 3ª Jornada Paraense de Cardiologia, promovida pela Sociedade Paraense de Cardiologia, o médico Paulo Roberto Pereira Toscano, ao esboçar um histórico dessa especialidade no Pará, fez a seguinte afirmação: “Na década de 40, com a introdução de eletrocardiografia, pela Dra. Maria do Carmo Sarmiento, teve início a Cardiologia como especialidade autônoma em Belém” (TOSCANO, 1989, p.24). Além de destacar o papel da médica citada como introdutora da eletrocardiografia em Belém, Toscano descreveu, também, o aparelho que realizava o exame naqueles tempos iniciais:

³ Dados estatísticos da Faculdade de Medicina da UFRJ, antiga Faculdade Nacional de Medicina, uma das principais escolas médicas do país, mostram que, entre 1949 e 1968, o número de médicas formadas correspondia a 10% do total de egressos por ano. A partir de 1969 começou uma curva crescente que aumentou de 16,48% para 38,53% em apenas dois anos. No ano de 1999 o percentual era de 63,51% (FRANCO, 2001, p.52). Na Faculdade de Medicina da Bahia, a escola médica mais antiga do Brasil, a desproporção entre o número de formados *versus* formadas também persistiu até a década de 60 do século XX, quando a tendência passou a sofrer progressiva mudança sendo no intervalo de 1980 a 1993 maior o número de médicas formadas do que de médicos (TAVARES-NETO, 2008, p.41).

Dêem asas à imaginação os que estão me ouvindo, para “visualizar” o eletrocardiograma de então, tão grande em tamanho como nas dificuldades para operá-lo, desde a interferência por corrente alternada até o sistema fotográfico de registro do traçado (TOSCANO, 1989, p.24).

Em seguida, acrescentou: “É do meu conhecimento que a pioneira Dra. Maria do Carmo foi uma autodidata, e quanto esforço há de ter despendido para estudar, fazer e interpretar eletrocardiogramas, no início da década de 40” (TOSCANO, 1989, p.24).

Na década de 1990, já estava consolidado um grupo de Cardiologia do Hospital da Santa Casa de Misericórdia do Pará o qual ministrava cursos básicos de Eletrocardiograma para estudantes de medicina e para médicos. Na última aula de cada curso, antecedendo o jantar comemorativo, uma personalidade de destaque na Cardiologia era homenageada. Em 1991, a grande homenageada fora a médica Bettina Ferro de Souza, professora de Propedêutica Médica da antiga Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Pará, e reconhecida como grande formadora de várias gerações de clínicos e cardiologistas.

Naquela noite, ao saudar a professora Bettina e citando tópicos do vasto currículo da famosa mestra, o médico Tadeu Daibes, pela organização do curso, mencionou ter sido ela “a primeira cardiologista no Pará”. Em seu discurso de agradecimento, Bettina, para surpresa de muitos dos presentes, retificou a informação sobre o seu suposto pioneirismo restaurando a verdade ao afirmar que a pioneira fora Maria do Carmo Sarmento, a médica que trouxera o primeiro eletrocardiograma para Belém, confirmando a informação anteriormente prestada por Paulo Toscano.

Como resultado da atitude de Bettina, em 1995⁴, ao final do curso de Eletrocardiograma, foi a vez da médica Maria do Carmo ser homenageada, tendo sido representada, naquela ocasião, por uma parenta sanando, pelo menos momentaneamente, a falha pelo desconhecimento da sua importância para a medicina no Pará (DAIBES, 2019).

Esses dois fatos, isolados e pontuais, originaram-se de depoimentos, manifestações orais. Para Pollak (1989, p.4) os estudos da História Oral, ressaltam a importância das ditas “memórias subterrâneas”, privilegiando a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, em uma oposição a dita “memória oficial”. Possivelmente o caso da Dra. Maria do Carmo, até aqui à margem da história local, uma *outsider* por razões que serão brevemente abordadas. O primeiro registro, felizmente reproduzido no jornal, permitiu sua pesquisa na hemeroteca da Biblioteca Nacional, importante ferramenta atual na rede de computadores, nem sempre completa, mas, pelo menos, satisfatória na medida do possível. Se assim não fora, certamente a manifestação do médico Paulo Toscano naquele evento científico teria se perdido para sempre por conta dos caprichos de Mnemosine.⁵

A informação de Tadeu Daibes – a segunda fonte, não pode ser atribuída ao acaso, considerando que o primeiro a ser contatado por nós fora o médico Antônio Castelo Branco, também membro do “grupo dos três”⁶ da Cardiologia da Santa Casa, ainda que a propósito de outros assuntos, mas, de qualquer maneira, relacionados à Medicina, como saber sobre um determinado professor da antiga Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, e complementado pela pergunta: “sabes alguma coisa sobre a Dra. Maria do Carmo Sarmento?”. A resposta de

⁴ O tempo decorrido entre a “descoberta” do feito da médica Maria do Carmo pela professora Bettina e a homenagem àquela pelo grupo da Cardiologia da Santa Casa do Pará deveu-se ao fato de já haver alguns nomes relacionados para ser homenageados, e também à dificuldade em contatar familiares da médica, uma vez que ela não estava morando em Belém, além de o seu estado de saúde não a permitir viajar (DAIBES, 2019).

⁵ Na mitologia grega, a personificação da Memória ou Lembrança. Filha do Céu e da Terra. Júpiter amou-a durante nove noites e, ao fim de nove meses Mnemosine deu à luz as Musas. (Dicionário, 1976, p.124).

⁶ Segundo Tadeu Daibes os outros componentes eram os médicos Nelson Gama e Antônio Carlos Castelo Branco.

Antônio Carlos de pouco saber sobre a médica mencionada foi seguida da informação que “talvez o Daibes saiba um pouco mais” (BRANCO, 2019). Memória e esquecimento coexistindo como unidade. Novamente vindo à tona as “memórias subterrâneas” que de maneira quase imperceptível tendem a aflorar em determinados momentos entrando em disputa com as “memórias oficiais” (POLLAK, 1989, p.4).

O contato seguinte, desta vez com o médico Tadeu Daibes, pode parecer à primeira vista que pouco rendera, considerando este somente lembrar-se dos fatos acima narrados e que a homenageada fora representada por uma sobrinha, talvez e que esta era estudante de medicina no Rio de Janeiro. Entretanto, tais referências, aparentemente vagas, sustentam um dos postulados da história oral, qual seja a importância do testemunho oral como núcleo de investigação, jamais como acessório (MIKKA, 1988:132. Apud: AMADO; FERREIRA, 2006, p.xiv).

Sem dispensar um tratamento crítico da fonte oral (VOLDMAN, 2006, p.249), aí é que entra o olhar aguçado do pesquisador, nesse caso, os ouvidos! Na recepção e transformação das duas informações em fato histórico: o reconhecimento do pioneirismo da Dra. Maria do Carmo, evento referendado pela Dra. Bettina, considerada como um ícone da cardiologia paraense e, por tudo isso, legitimada como fonte. Daí em diante “as soluções e explicações devem ser buscadas onde sempre estiveram: na boa e antiga teoria da história” (AMADO; FERREIRA, 2006, p.xvi), desdobrando as informações, cotejando-as, confirmando-as ou não quando possível, refazendo perguntas ou elaborando novas. E foi o que tentamos fazer: preencher lacunas, a partir desses modestos testemunhos buscando a reconstituição do passado.

Os dados fornecidos por Daibes, constituídos pela vivência de fatos posteriormente evocados, podem ser classificados como “arquivos provocados”, segundo Jacques Ozouf (Apud BECKER, 2006, p.28), e pertencentes “à mesma categoria das *recordações* ou *memórias*” (BECKER, 2006, p.28). Nesse caso específico uma “memória subterrânea” que provocada veio à tona se contrapondo aquela memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária deseja impor (POLLAK, 1989, p.8). Especificamente, neste estudo, a sociedade médica e as memórias que esta deseja reter para si. Considerando que as coletividades, em diferentes tamanhos (partidos, igrejas, famílias, nações) buscam no passado referências para manter coesão dos grupos, definindo seu lugar respectivo, e fornecendo pontos de referência, o que Pollak (1989, p.9) entende como uma “memória enquadrada”.

2 DADOS BIOGRÁFICOS OU QUEM FOI MARIA DO CARMO

O desconhecimento, inclusive dos cardiologistas paraenses, sobre a médica Maria do Carmo Sarmiento foi à tônica do processo de elaboração deste trabalho, sendo poucas as informações obtidas sobre ela, constituindo-se em um viés a mais na abordagem do personagem e permitindo conjecturar os motivos de seu olvido. Sua história oficial dentro da Sociedade Brasileira de Cardiologia se resume a três linhas ressaltando ter iniciado a eletrocardiografia em Belém (LUNA, 1993, p.98). Cabe ao historiador não só acrescentar mais linhas a biografia desta personagem, como também questionar o porquê de a doutora ter ficado à margem da história.

Maria do Carmo Sarmiento Ferreira de Carvalho nasceu em Belém, a 5 de maio de 1908, filha de Augusto Paulo de Carvalho, advogado e lente de Francês da Escola Normal, atual Instituto de Educação do Pará (LUCTO, 1916), e Emiliana Sarmiento Ferreira, professora catedrática de Francês do antigo Colégio Estadual Paes de Carvalho, e que hoje dá nome a uma escola estadual em Belém (REGO, 2002, p.97 e 99). Por sua filiação depreende-se uma consistente estrutura familiar, com ênfase no aspecto educacional, embora tenha ficado órfã de pai aos seis anos, junto a mais três irmãos (LUCTO, 1916).

Tendo iniciado seus estudos em 1932, formou-se em 11 de dezembro de 1937 (Figura 1) pela Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará (MIRANDA; ABREU JR., 2009, p.202). Durante sua vida de estudante teve passagem pelo Diretório Acadêmico de Medicina, como membro da Comissão de Beneficência e Previdência (MIRANDA; ABREU JR, 2009, p.215).

Figura entre as 15 primeiras mulheres a graduar-se na mencionada escola médica⁷, fundada em 1919 e que teve seus primeiros formandos em 1924. É considerada pioneira na Cardiologia no Pará, por ter instalado, juntamente com o médico Francisco Rosário Conte, “os primeiros aparelhos de eletrocardiografia em Belém” no Hospital da Santa Casa de Misericórdia (MEIRA, 1986b, p.42).

Figura 1- Maria do Carmo por ocasião de sua colação de grau, em 1937



Fonte: Coleção dos autores.

Sua atividade no hospital da Santa Casa proporcionou o convívio com os estudantes de medicina, que utilizavam o hospital para treinamento, tendo inclusive publicado um trabalho científico sobre eletrocardiograma na Revista do Acadêmico de Medicina, órgão do Diretório Acadêmico da faculdade (CARVALHO, 1944), possivelmente um dos primeiros trabalhos realizados em Belém utilizando essa nova ferramenta de trabalho médico⁸.

⁷ Naquele ano de 1937 formaram-se quatro mulheres (FMCP, 1945, mapa nº 5)

⁸ Até agora, no Pará, apenas um trabalho sobre Eletrocardiograma anterior a este é conhecido. Trata-se de um texto de Pedro Borges intitulado “Noções de Electrocardiografia” apresentado na Revista Pará Médico de junho de 1939

Em suas reminiscências dos tempos de estudante de medicina, após definir Maria do Carmo como “colega distinta, estudante, incentivadora dos mais moços” e “cardiologista de reais méritos, introdutora do eletrocardiograma como método propedêutico”, Meira assim descreve os primeiros tempos da eletrocardiografia:

Os primeiros aparelhos, muito sensíveis, a eletricidade instável, instalou na Santa Casa um ambiente que neutralizava esses efeitos prejudiciais, uma verdadeira gaiola telada, onde colocava o aparelho e o divã para deitar o paciente (MEIRA, 1990, p.65).

E complementa, lançando luzes sobre a atuação de Maria do Carmo no hospital da Santa Casa naqueles anos iniciais da década de 1940⁹: “Quando estudei clínica médica, com Acylyno de Leão, Arthur França e Gastão Vieira, o Rosário Conte, Pedro Borges e Maria do Carmo ensinavam, na qualidade de assistentes” (MEIRA, 1986b, p.42). Ainda, segundo esse autor, ela “funcionava como assistente na Faculdade, mas não chegou a fazer concurso para a cátedra, que veio a ser ocupada por Garcia Filho” (MEIRA, 1990, p.65). Paralelamente, ainda segundo o mesmo autor: “Ensinou muitas gerações de jovens no Ginásio Paes de Carvalho, a cadeira de inglês” (MEIRA, 1990, p.65). Informação não referenciada no livro sobre a história do mencionado colégio, um dado ausente, o qual involuntariamente serve de mais um elemento de reforço de seu esquecimento ou teria Meira a confundido com Emiliana Sarmiento Ferreira, professora catedrática de Francês no mencionado colégio e mãe da médica? (REGO, 2002, p.96).

Sua carreira profissional certamente foi impactada pela militância política no Partido Comunista Brasileiro (PCB), tendo pertencido a “uma excelente geração de médicos ligados ao Partido (OLIVEIRA, 2010, p.518). Segundo esse autor: [Maria do Carmo] “médica humanista, sensível aos problemas sociais, interessou-se pelo estudo da filosofia marxista e acabou ingressando no Partido em 1944” integrando a célula Castro Alves (OLIVEIRA, 2010, p.518). Nos arquivos do antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), consta uma ficha com o seu nome, datada de 21 de novembro de 1951. O documento não apresenta nem uma anotação além da identificação e de um número de prontuário. Um detalhe: no quadrado onde deveriam ser anotadas características físicas tais como altura, marcas, cabelos, etc., consta destaque, a palavra “Dulce”. Seria este um codinome? (DEOPS, 1951).

Na eleição de 2 de dezembro de 1945, à semelhança de outros médicos ligados ao Partido, em nível nacional¹⁰, candidatou-se a deputada federal, mas não foi eleita (OLIVEIRA, 2010, p.518). Com o cancelamento do registro pelo TSE, em maio de 1947, o PCB entrou novamente na clandestinidade, não obstante Maria do Carmo prosseguiu atuando nas várias ações empreendidas pelo partido. Entre 1949 e 1950, principalmente, fez-se presente em comícios e assembleias, assinou manifestos participando efetivamente da campanha em favor da Paz (OLIVEIRA, 2010, p.518). Em 1952, tornou-se vice-presidente do Movimento pela

(BORGES, 1939, p.10). Diferente do trabalho de Maria do Carmo, fruto de pesquisa com pacientes do Hospital da Santa Casa de Misericórdia do Pará, o trabalho de Pedro Borges, em linhas gerais, é uma revisão teórica do assunto.

⁹ Clóvis Olinto de Bastos Meira (1917-2002), paraense, médico formado em 8 de dezembro de 1940 pela então Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará. Professor catedrático de Medicina Legal da Faculdade de Direito da UFPA, destacou-se, também como cirurgião. Foi membro da Academia Paraense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Dentre os vários livros de sua autoria destacam-se: “Médicos de outrora no Pará”; “Medicina de outrora no Pará”, “E tempo passou”, todos tendo a Medicina paraense e seus personagens como foco central.

¹⁰ Um desses nomes foi Samuel Pessoa, professor de Parasitologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, que também não conseguiu ser eleito. Por conta de suas posições políticas, Pessoa foi perseguido, desde os anos da Guerra Fria, por sua postura anti-americanista, perseguição exacerbada nos anos da ditadura militar pós-1964. Ver: PAIVA, Carlos Henrique Assunção. Samuel Pessoa: uma trajetória científica no contexto do sanitarismo campanhista e desenvolvimentista no Brasil. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 795-831, Dec. 2006.

Vida e Liberdade, o Movil, organizado pelo médico Wilson da Motta Silveira e responsável pela implantação dos Conselhos de Paz, nos bairros de Belém (OLIVEIRA, 2001, p.169).

Em 1955, em apoio a uma campanha pela Amazônia, eterna fornecedora de matérias-primas, como borracha, castanha, essências e óleos vegetais, madeiras de lei, mas possuidora de ricas jazidas de minérios, “e, ao que se estima, de um dos maiores lençóis petrolíferos do mundo”, e que “está sob controle dos trustes internacionais”, juntamente com um grupo de personalidades, Maria do Carmo, assinou o Manifesto de Convocação da Conferência Nacional de Defesa da Amazônia, a ser realizada em Belém entre 13 a 17 de abril de 1955¹¹ (A AMAZÔNIA, 1955).

Até 1962 participou de uma nova base de médicos do PCB, e embora mantendo suas convicções ideológicas, afastou-se da militância partidária com o golpe militar de 1964 (OLIVEIRA, 2010, 518).

Além da Cardiologia da Santa Casa, aonde chegou à Chefia da Clínica Cardiológica daquele hospital, Maria do Carmo exercia sua atividade profissional na Av. Presidente Vargas, nº 145, no edifício Bern, salas 25 e 26 (A Dra. MARIA, 1947; CRM-PA).

Um exemplo do reconhecimento da sua atuação como profissional, acima de tendências políticas, foi o fato de ter sido chamada a Macapá, em 1945, para assistir a esposa do então capitão Janary Gentil Nunes, governador do recém-criado Território Federal do Amapá, vítima de grave cardiopatia (MONTORIL, 2011).

Em consonância com os avanços da Cardiologia, em 1947 comunica “a seus colegas”, pelo jornal, a instalação em seu consultório de um “eletro-esteto-esfigmógrafo Cambridge”, colocando-o a disposição em terminados dias da semana (A Dra. MARIA, 1947)¹². Se considerarmos que a Cardiologia como especialidade estava se organizando, no Brasil, nos anos de 1930, com a chamada “geração pioneira”, solidificando-se na década seguinte, tornando-se “plenamente preparado para um progresso até certo ponto rápido” (REIS, 1986, p.376), Maria do Carmo estava perfeitamente sintonizada com os avanços desenvolvidos nos grandes centros do país.

Juntamente com um grupo de 16 médicos, em 16 de maio de 1957, fez parte da fundação da Sociedade Brasileira de Cardiologia – Regional do Pará, mais tarde rebatizada de Sociedade Paraense de Cardiologia (REZENDE, 2002 p.210).

Uma última informação sobre Maria do Carmo vem dos seus apontamentos junto ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará. Em sua ficha de dados financeiros no referido órgão, consultada em 21 de março de 2003, consta como “aposentada”, com dados “atualizados” em 03 de novembro de 1999 (CRM-PA). Se ainda viva naquele ano de 2003, Maria do Carmo estaria com 95 anos, não se sabendo a data da sua morte. A partir desse registro cessam as fontes conhecidas sobre Maria do Carmo Sarmiento (como era mais conhecida profissionalmente, com a supressão do sobrenome paterno).

Até onde pudemos apurar, a residência, enquanto viveu em Belém, foi na mesma na avenida Presidente Vargas, no número 351/ 816, no edifício Palácio do Rádio, um dos primeiros prédios modernos construídos naquele perímetro urbano central da cidade de Belém, figurando entre os compradores iniciais do prédio (EDIFÍCIO, 1952).

3 INTERMEZZO: O ELETROCARDIÓGRAFO

¹¹ Em pesquisa nos jornais de Belém, do período referido, não encontramos nenhuma notícia dando conta da realização da mencionada conferência. (N.A.)

¹² Supomos tratar-se de um modelo inicial, mais rudimentar àquele que seria mais tarde conhecido simplesmente como eletrocardiógrafo. (N.A.)

A história da invenção/criação do eletrocardiógrafo foge ao propósito desse artigo. Entretanto, torna-se necessário contextualizar o início da sua efetiva utilização na prática médica para entendermos o que isso significa, historicamente, para a medicina no Pará¹³.

Segundo Reis (1986, p.373), os [dois] primeiros eletrocardiógrafos – “tipo galvanômetro de corda” chegaram ao Brasil por volta de 1910-1912, sendo instalados no antigo Hospício da Praia Vermelha, atual prédio da Universidade Federal do Rio de Janeiro e no Hospital da Santa Casa do Rio de Janeiro, respectivamente.

Nos anos de 1920, em razão de várias modificações, os aparelhos diminuíram de tamanho e peso, podendo ser transportados com mais facilidade, e, como tal, permitindo a ampliação de seu uso em vários ambientes. O primeiro aparelho verdadeiramente portátil foi fabricado em Londres em 1929. Ainda assim, pesava em torno de 13 kg (BURCH; De PASQUALE 1990, p.41), fato confirmado pelo resumo de artigo, publicado na revista *Brazil Médico*, de 1930, onde se lê:

Um novo electro-cardiographo facilmente transportavel – CH. J. KELLER (Leipzig, da Clinica do prof. Morawitz) – *Munchener medizinische Wochenschrift* n.30, pag. 1267, 1930.

O autor recommenda o novo aparelho que é fornecido pela Phys. Und med. Apparatebau-Gesellschaft, Freiburg, in B., Zahringestr., preço 1:500\$000. Vantagens: Suporta muito bem o transporte e pesa, apenas, 12 kilos. O modo de usar o aparelho não exige grande aprendizagem; qualquer enfermeira póde com duas ou tres lições manejar-o. O aparelho é muito sensível de sorte que as curvas podem ser lidas sem correcção. O gasto de corrente é minimo. O novo aparelho vem contribuir enormemente para a diffusão da electrocardiographia na clinica domiciliar. – M.R.J (BRAZIL MÉDICO, 1930, p.10).

E continua Reis (1986, p.376) relatando sobre o surto de progresso e evolução da cardiologia brasileira, na segunda metade da década de 1930 e início da de 1940, inclusive com a criação de uma Sociedade da especialidade, sendo considerado pelo autor como “os anos heroicos da cardiologia nacional”. Para esse autor, após a geração” pioneira, “nos anos 40, o meio cardiológico brasileiro já estava plenamente preparado para um progresso até certo ponto rápido” (REIS, 1986, p.376).

É nesse contexto que se inicia em Belém o uso do eletrocardiógrafo, pela Dra. Maria do Carmo Sarmento de Carvalho, logo seguida por outros médicos interessados na revolucionária novidade tecnológica no campo da medicina, dentre estes Bettina Ferro de Souza, e da qual certamente já tinham conhecimento, considerando que até os meados da década de 1930, a formação médica até então era voltada para a Europa, predominantemente de origem francesa e alemã (SOUZA, 2017, p.37) de onde chegavam os livros e as novidades.

Um fato restou sem resposta nesse relato: como o primeiro eletrocardiógrafo chegou a Belém nos anos de 1930? E por que foi parar nas mãos de Maria do Carmo? Os autores que escreveram sobre ambas as médicas nada falam a respeito. De acordo com o médico Jorge Alberto Langbeck Ohana, a médica lhe revelara que o aparelho fora trazido, a seu pedido, por um comandante de navio que fazia linha da Europa até Belém e com quem manteve algum relacionamento. Ainda, segundo Ohana, Maria do Carmo chegou a viajar no navio pelo baixo Amazonas até Manaus, realizando atendimento médico aos habitantes dos locais de parada da embarcação (OHANA, 2019). Perdido o nome do protagonista e a sua nacionalidade, poderíamos falar nos “traçados do coração” corroborando essa história? Quem sabe.

4 A “CANDURA EM PESSOA” OU ERA UMA VEZ A BETTINA

¹³ Entre as inúmeras obras, citaríamos o trabalho de Burch e DePasquale – *A history of electrocardiography*, - por nós aqui utilizado. (N.A.)

Ao revisarmos os textos produzidos sobre História da Medicina ao longo dos últimos 50 anos, no estado do Pará, observa-se a tradição de memorialistas, médicos em sua maioria, destacando-se a figura de Clóvis Meira, com narrativas heroicas dos grandes fatos ou personalidades consideradas importantes. É esse memorialista quem descreve uma “festa promovida pelo Centro de Ciências da Saúde, no auditório da antiga Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará”, para homenagear professores da mencionada faculdade, “que se aposentavam, depois de longo tirocínio no ensino”. Além de José Monteiro Leite, catedrático de Anatomia Patológica, e Heber Chilon Monção, assistente de Pediatria, figurava, também, Bettina Ferro e Souza, professora titular de Propedêutica Médica, e, segundo o autor, “todos notáveis educadores”, descritos também como “bons médicos, excelentes professores, conduta ética irrepreensível e preparo intelectual do mais alto nível” (MEIRA, 1986a, p.227).

As palavras de Meira particularmente sobre Bettina “a candura em pessoa”, conferem a ela um certo sopro de divindade, que se tornaria habitual nas narrativas sobre essa médica, tratamento fartamente empregado por Alencar (2013, p.23) em seu trabalho com o intuito de “resgatar a trajetória profissional e de vida da professora Bettina”, [...] “em virtude da contribuição da referida docente para a história da medicina no Pará e no país”, em uma postura assumidamente ufanista.

Segundo Meira: “A Bettina, formada com a turma de 1935, a mais antiga, era dos anos 30, uma das primeiras mulheres a se formar em medicina, antecedida por Olga Paes de Andrade e Lucidéa Lobato”¹⁴.

Bettina Ferro de Souza, paraense de Belém, nascida em uma família de 9 irmãos (ALENCAR, 2013, p.25), em 14 de maio de 1913, era filha de João Batista Ferreira de Souza e de Zuleide Ferro de Souza. Seu pai era advogado e professor de Latim e de Direito, além de político pelo Partido Civilista, pelo qual chegou a senador. Sua mãe, professora, faleceu quando a futura médica tinha 8 anos de idade, passando a responsabilidade de sua criação e dos outros irmãos para a irmã mais velha, Maria Amélia, na ocasião com 14 anos. Formada em medicina pela Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, em 08 de dezembro de 1935 (Figura 2) (REZENDE, 2001, p.48), “próximo de 1950 [...], após fazer um curso no Rio de Janeiro, começou a exercer a Cardiologia Clínica, já com ‘status’ de especialidade”, segundo (TOSCANO, 1989, p.24). Em 3 de outubro de 1949 assumiu o cargo de médica do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC), por concurso público (REZENDE, 2001, p.49). A docência iniciou-se em 1950, “na condição de instrutora de ensino não remunerada, da 2ª Cadeira de Clínica Médica da Faculdade de Medicina e Cirurgia da UFPA, vinculando-se, posteriormente à disciplina de Propedêutica Médica, em 1952, “e dela fazendo um apostolado, até a sua aposentadoria” (TOSCANO, 1993, p.85), tornando-se Livre Docente de Clínica Propedêutica Médica em 1953, defendendo a tese “Beribéri e Cardiopatia” (TOSCANO, 1993, p.86). Para esse autor:

A abordagem científica mais antiga da Cardiologia, que se tem notícia, em Belém, ocorreu em 1956, através de dois cursos proferidos pela prof.ª Bettina: “Alguns aspectos da Cardiologia Clínica” (para alunos da 5ª e 6ª séries do curso médico) e “Noções de Eletrocardiografia”, em 18 aulas, durante 2 meses.

Para Meira:

[Bettina] Sempre foi muito estudiosa, aplicadíssima, aluna exemplar. Trazia essa aura do Ginásio Paes de Carvalho. Quando o professor perguntava alguma coisa a alguém

¹⁴ Cronologicamente, Bettina Ferro de Souza foi a 9ª mulher a se formar pela então FMCP (Ver: MIRANDA; ABREU JR., 2009).

e ninguém sabia, podia perguntar à Bettina. Vinha sempre a resposta, recordam seus contemporâneos” (MEIRA, 1986a, p.227).

Professora por vocação sabia ensinar e prender a atenção dos alunos, ainda que professando uma cadeira difícil de ser transmitida (...) [Bettina] é de uma acuidade excepcional no uso dos sentidos. Tem um ouvido de ouro, dizem todos. Suas possibilidades de diagnosticar podem ser tidas como de certeza, sempre confirmadas pelos aparelhos eletrônicos sofisticados. Dedicada à Clínica e ao Ensino, tem vivido para os pacientes e os alunos, sempre somando e fazendo crescer a aura de simpatia e de cultura que orna seu espírito” (MEIRA, 1986a, p.228).

Figura 2 – Bettina Ferro por ocasião de sua colação de grau, em 1935



Fonte: Coleção dos autores.

Bettina foi a fundadora e primeira presidente, em 1957, da Sociedade Brasileira de Cardiologia – Secção do Pará, hoje Sociedade Paraense de Cardiologia. Em 1970, organizou o Congresso Brasileiro de Cardiologia, realizado em Belém do Pará, tornando-se a primeira mulher a presidir a entidade nacional (REZENDE, 2001, p.49). Em 1974 torna-se professora Titular da disciplina de Clínica Propedêutica Médica, sendo aposentada pela compulsória em 1983 (ALENCAR, 2013, p.125 e 127).

Paralelamente ao aspecto profissional, científico, Bettina teve também uma faceta pessoal marcante - suas atividades religiosas: foi catequista, na igreja de São João Batista, na Cidade Velha, organizadora de pastorinhas, “em louvação ao Menino Jesus e as apresentava em teatrinhos religiosos de Belém (REZENDE, 2001, p.49).

Bettina tem o seu lado “humano” representado pela fala de um dos seus vários ex-alunos e discípulos. O médico Murilo de Souza Morhy é quem nos conta que quando a Faculdade de Medicina precisou abrir outra turma de Propedêutica Médica, disciplina em que ela era a única mulher professora, ela conseguiu reunir em torno dela somente professores mais jovens, assumindo uma posição de liderança, sem atritos. E com o detalhe de, geralmente após as reuniões deliberativas com seus assistentes, sempre rolava um uisquezinho, apreciado prazerosamente pela mestra (MORHY, 2019). Ela era Ferro de Souza, mas não era de ferro!

5 À GUIA DE CONCLUSÃO OU CAMARADA DO CARMO VERSUS BEATA BETTINA

Seria possível atribuir o silêncio sobre o papel da médica Maria do Carmo Sarmento no desenvolvimento da Cardiologia paraense à figura da professora Bettina? Pensar num apagamento de memória feminina ironicamente por outra mulher? Acreditamos que não; que embora a memória da médica Bettina tenha permanecido, ela própria contribuiu para a manutenção da memória da Maria do Carmo, ao reconhecer o papel desta nos primórdios da cardiologia no Pará.

Se ambas podem ser consideradas precursoras em vários sentidos “a primeira cardiologista”, “a primeira professora”, “a primeira Titular”, não podemos deixar de levar em conta a época em que se formaram e iniciaram as suas atividades profissionais: as décadas de 1930-40, período em que as mudanças sociais se fizeram sentir, por meio de políticas sociais e educacionais, possibilitando novas oportunidades profissionais para as mulheres, sobretudo às pertencentes aos estratos superiores de uma sociedade que se urbanizava e se modernizava, à mulher sendo atribuídos novos papéis (AZEVEDO; FERREIRA, 2006, p.241). Neste processo, a educação exercendo um papel, ainda que a presença da mulher, particularmente na medicina, fosse exceção. As palavras de Rezende (2001, p.49) sobre Bettina, guardadas as proporções, fazem sentido, também para Maria do Carmo:

A Professora Bettina venceu, resolutamente, as dificuldades e os preconceito da época, pela concretização daquilo que, para muitos, se resumia em simples aspiração. Ela soube imprimir, às vitórias, um cunho de sua personalidade forte e perseverante. No Brasil, na primeira metade do século XX, a organização universitária privilegiava as profissões tradicionais de médico, professor, engenheiro e advogado. As duas primeiras foram, por ela, escolhidas por vocação e por tradição. [...]. Por sua competência de dedicação construiu clientela heterogênea sob o ponto de vista social, com predomínio dos pobres e dos mais desamparados, extensão de sua convicção religiosa.

Se existem pontos em comum, como o fato de ambas terem iniciado sua profissão praticamente ao mesmo tempo, no final dos anos de 1930 e início dos anos de 1940, quando novas tecnologias começavam a ser utilizadas na medicina – neste caso, o eletrocardiograma, grandes são as diferenças entre elas.

Bettina fez o modelo tradicional do que se esperava de uma mulher: comportada e obediente; estudiosa e competente; religiosa e cumpridora de tarefas; o perfil idealizado para o modelo de médico enquadrado no que pede/pedia a sociedade, ainda que, de certo modo, por sua competência tenha sido uma precursora ao ponto de conseguir ocupar lugares tradicionalmente reservados aos homens, como a docência no ensino superior e até cargos de direção no ambiente acadêmico. Isso tudo lhe conferiu um quê de santidade nos arraiais da medicina paraense, gerando seguidores e verdadeiros devotos, à semelhança do que aconteceu com a memória de Camilo Salgado.

É possível fazer um paralelo com o proposto por Goffman (2001, p.17) quando o autor estuda o que denomina “instituições totais” (manicômios, prisões e conventos), cujos

mecanismos acarretam consequências na formação do indivíduo que delas participam sob determinada condição. Por extensão, podemos entender a medicina, como uma “profissão totalizante”; um médico o será 24 horas por dia, mesmo depois de sua aposentadoria, e a sociedade médica e não-médica vai exigir dele um modo de agir, uma postura, uma espécie de “enquadramento” mediado pela imposição de regras de conduta, uma espécie de conversão a determinados valores.

Bettina preenche essas expectativas do que se esperava de uma mulher que exercesse a medicina naquele período: dedicação total ao ofício, cujas únicas atividades paralelas seriam às ligadas à igreja e que serviriam como elemento de reforço à visão caritativa que a profissão médica reivindica para si. A professora dedicada e desapegada que, conforme nos conta Alencar (2013, p.62), foi capaz de doar até seu anel de formatura para a igreja, sendo dessa autora a contribuição mais recente para a fixação da memória de Bettina nos moldes citados, na obra intitulada “A trajetória de Bettina Ferro e sua contribuição para a ciência e a sociedade” (ALENCAR, 2013). Obra mais de admiradora, a autora se vê, de alguma forma, refletida na biografada, gerando uma forte identificação, expressando-se na personalidade daquele que escreve, o que, por vezes, tende a omitir aspectos da vida do biografado que de algum modo sejam menos relevantes para a autora. O estudo é, portanto, calcado na tradição de uma história moral e estruturada em personalidades modelares nas suas virtudes, predestinadas à pátria e/ou a serviço de Deus (LEVILLAIN, 2003, p.149), destacando-se uma valorização da personalidade que acaba por heroizar a protagonista.

Maria do Carmo, por outro lado, assumiu uma postura divergente, por seu posicionamento e ativismo político, em um momento em que o campo político era ainda mais restrito para mulheres do que a medicina, além da orientação partidária de Maria do Carmo, ao optar pelo Partido Comunista Brasileiro, instituição que viveu boa parte da sua existência na clandestinidade, sempre estigmatizado, mesmo em dias de “promessas democráticas”, e cujos membros, não raro, acabavam em algum momento presos (OLIVEIRA, 2009). Questão que deve ter lhe acarretado problemas até mesmo em suas relações pessoais, a despeito da sua competência e pioneirismo – aqui, particularmente, comprovado pela inovadora utilização do eletrocardiograma como ferramenta na prática médica, com o reconhecimento inclusive daquela que se tornaria ícone na cardiologia do Pará, como exemplo, podemos citar o médico Jorge Alberto Langbeck Ohana, que conversou com a Dra. Maria do Carmo em 1999, ocasião na qual a mesma, mesmo apresentando lapsos de memória, recordou não ter conseguido se tornar professora na Faculdade de Medicina, pois os dirigentes da instituição não gostavam de sua pessoa (OHANA, 2019), afirmação que pode ser interpretada como consequência da sua militância política, considerando o engajamento ideológico da direção da faculdade. Foram grandes, portanto, os obstáculos para o seu merecido reconhecimento como profissional, contribuindo para o silêncio em torno da sua real contribuição para o desenvolvimento da ciência médica no estado do Pará.

Maria do Carmo é o exemplo do que Sarlo (2007, p.17) define como sujeito marginal, ignorado pelos modos de narrar o passado; no caso específico, a história tradicional, institucional e oficial. Daí a necessidade de garimpar vestígios de sua existência na tradição oral já que esta personagem escapa aos cânones de memória.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos médicos Tadeu Daibes, Antônio Carlos Castelo Branco, Murilo Morhy e Jorge Ohana pelos depoimentos sobre as médicas Maria do Carmo e Bettina. Ao professor Dr. Aldrin Moura de Figueiredo pela leitura e sugestões dos originais, e à professora Dra. Maíra Maia pelas indicações de leituras para a fundamentação teórica deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Cristina. **A trajetória de Bettina Ferro e sua contribuição para a ciência e a sociedade**. Belém: Ponto Press Ltda, 2013.

A AMAZÔNIA está ameaçada e é preciso defendê-la. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, p.6 6 mar. 1955.

A DRA. MARIA do Carmo Sarmento de Carvalho. **A Província do Pará**, p.3. 9 fev 1947.
AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. *In: Usos e abusos da história oral*. Organização Janaína Amado e Maria Julieta de Moraes Ferreira. 8ª ed. Rio de Janeiro/ Editora FGV, 2006.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920-1940.

Cadernos Pagu, Campinas, n.27, p.213-254. jul.-dez. 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n27/32143.pdf>. Acesso em: 26 maio 2019.

BECKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. *In: Usos e abusos da história oral*. Organização Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. 8ª ed. Rio de Janeiro/ Editora FGV, 2006.

BORGES, Pedro. Noções de Electrocardiografia. **Revista Pará Médico**, Belém, Ano XXI, N.48, p.11, jun 1939.

BRANCO, Antonio Carlos Castelo. **Informação pessoal**. 2019.

BURCH, George Edward; DePASQUALE, Nicholas. **A history of electrocardiography**. California: Norman Publishing, 1990.

CRM-PA. **Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará**. Documentos pessoais de Maria do Carmo Sarmento de Carvalho.

CARVALHO, Maria Sarmento de. Considerações acerca do trifasismo de QRS. **Revista do Academico de Medicina**. Belém, Ano 2, n.3, p. 15-18, fev 1944.

DAIBES. Tadeu. **Informação pessoal**. 2019.

DICIONARIO DE MITOLOGIA GRECO-ROMANA. 2 ed. São Paulo: Editora Abril, 1976
DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. **Fragmentos da memória; O historiador e os arquivos pessoais**. p195-207. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech12/arqtxt/PDF/carlosandiniz.pdf>. Acesso em: 27 maio 2019.

DEOPS. Ficha de Maria do Carmo Sarmento Carvalho, 1951. Arquivo Público de São Paulo. EDIFÍCIO Palácio do Rádio. **A Província do Pará**, 25 dez 1952, p.3.

FACULDADE de Medicina e Cirurgia do Pará. **Relatório do ano de 1944**. Belém, Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1945.

FRANCO, Talita Romero. Médicas Pioneiras. *In: A Faculdade de Medicina Primaz do Rio de Janeiro em Dois dos Cinco Séculos de História do Brasil*. Organização Marleide da Mota Gomes; Sylvia da Silveira Mello Vargas; Almir Fraga Valladares. Rio de Janeiro: Atheneu, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 7 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

JOSÉ, Natália Frazão. **Plutarco de Queronéia e suas Vidas Paralelas**. ISSN 1807-1783, 2009. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br> Acesso em: 24 nov. 2020.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. *In: Por uma história política*. Organização René Rémond. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p.141-84.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. *In: Usos e abusos da história oral*. Organização Janaina Amado e Marieta de Moraes Ferreira. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LUCTO. **Estado do Pará**, p.2, 7 abril 1916.

LUNA, Rafael Leite. **Sociedade Brasileira de Cardiologia. Cinquenta anos de História**. Belo Horizonte: BG Cultural, 1993.

MEIRA, Clovis Olinto de Bastos. **Médicos de outrora no Pará**. Belém: Grafisa, 1986^a

MEIRA, Clovis Olinto de Bastos. **Medicina de outrora no Pará**. Belém: Grafisa, 1986b.

MEIRA, Clovis Olinto de Bastos. **Vultos e memórias do eterno**. Belém: Grafisa, 1989.

MEIRA, Clovis Olinto de Bastos. **E o tempo passou**. Belém: Grafisa, 1990.

MIRANDA, Aristoteles Guilliod de; ABREU Jr., José Maria de Castro. **Memória histórica da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará. 1919-1950. Da fundação à federalização**. Belém, ed.autor. 2009.

MONTORIL Nilson. **O desenlace de Iracema Carvão Nunes**. Disponível em: <http://montorilaraujo.blogspot.com/2011/07/o-desenlace-de-iracema-carvao-nunes.html>. Acesso em: 23 maio 2019.

MORHY, Murilo de Souza. **Informação pessoal**, 2019

OHANA, Jorge Alberto Langbeck. **Informação pessoal**, 2019.

OLIVEIRA, Alfredo. **Cabanos e Camaradas**. Belém, ed. Autor, 2009.

OLIVEIRA, Alfredo. Resumo histórico do PCB no Pará.in: **Política democrática** – Revista de Política e Cultura, Brasília/DF: Fundação Astrojildo Pereira, 2001. Nº 30, jul 2001, 200 p.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção. Samuel Pessoa: uma trajetória científica no contexto do sanitarismo campanhista e desenvolvimentista no Brasil. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.13, n.4, p. 795-831, Dec. 2006. Available from. Disponível em :

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702006000400002&lng=en&nrm=iso. Acesso em : 16 jan. 2021.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p.3-15.

REGO, Clóvis Silva de Moraes. **Subsídios para a história do Colégio Estadual Paes de Carvalho**. Belém: EDUFPA/L&A Editora, 2002.

REIS, Nelson Botelho. Evolução histórica da Cardiologia no Brasil. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**. 46/6 371-376. Junho, 1986. Disponível em:

<http://publicacoes.cardiol.br/portal/portal-publicacoes/Pdfs/ABC/1986/v46n6/46060002.pdf>. Acesso em: 29 maio 2019.

REZENDE, Manoel Barbosa de. Bettina Ferro de Souza: 1913-1993. **Revista Pará-Médico**. Belém, v.8, n.1, p.49-49, set.-out. 2001.

REZENDE, Manoel Barbosa de. A Sociedade Brasileira de Cardiologia Regional do Pará. *In*: BORDALO, Alípio Augusto; BICHARA, Carlos David Araújo; PANDOLFO, Sérgio Martins (org.). **A Sociedade Médico-Cirúrgica e a medicina no Pará**. Belém: ed., 2002, p.209-213.

SARLO, Beatriz. **Tempo presente: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SOUZA, Rodrigo Otávio Paim. **História da cardiologia no Brasil: a construção de uma especialidade médica (1937-1958)** – Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2017, 158 f.

TAVARES-NETO, José (org.); OLIVEIRA, Vilma Lima Nonato de; SANTIAGO, Eliane da Cruz; SANTOS, Francisca da Cunha (cols.). **Formados de 1812 a 2008 pela Faculdade de Medicina da Bahia**. Feira de Santana: Academia de Medicina de Feira de Santana, 2008.

TOSCANO, Paulo. A cardiologia no Pará: visão do passado e antevisão do futuro. **O Liberal**, Belém, p.24, 18 jun 1989.

TOSCANO, Paulo Roberto Pereira. Bettina, a cardiologista – perfil biográfico. **An. Acad. Med. Pará** v.4 p.85-87, 1993.

UM NOVO electro-cadiographo facilmente transportavel. **Brazil Medico**, Rio de Janeiro, anno XLIV, n.38, p.10, 20 setembro de 1930.

VÁRZEAS, Marta. Introdução. *in* **PLUTARCO: Vidas Paralelas. Demóstenes e Cícero**. Trad. Marta Várzeas. 1ª ed. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos: Universidade de Coimbra/Faculdade de Letras. 2010.

VOLDMAN, Daniele. A invenção do depoimento oral. *In*: FERREIRA, Maria Julieta de Moraes; AMADO, Janaína (coord.). **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

**ENTRE MIASMAS E O ANOPHELES:
UMA BREVE HISTÓRIA DA MALÁRIA NO ALVORECER DA REPÚBLICA EM
MANAUS (1898-1904)**

Márcio de Carvalho e Silva¹
Keith Valéria de Oliveira Barbosa²

RESUMO

Os primeiros anos de República em Manaus foram movimentados devido às alterações significativas na paisagem da cidade, como a construção e o nivelamento de ruas e o aterro de igarapés. Esses acontecimentos foram propiciados graças ao acúmulo de capital advindo da comercialização do látex, a ponto de a cidade ficar conhecida como a “Paris dos Trópicos”, dada o cosmopolitismo que a cidade assumira com a economia da borracha. Ao mesmo tempo em que se expandiu enquanto cidade, Manaus também assistiu a expansão de doenças como a malária, esta que protagonizou sucessivas epidemias no período da Belle Époque. No presente artigo iremos abordar como a doença ganhou uma visibilidade diferenciada em relação à época provincial, destacando-se nos relatórios de autoridades sanitárias e dos governantes no alvorecer da República em Manaus. Para tanto utilizaremos a técnica da análise de discursos de modo a verificar as mudanças e permanências no entendimento sobre a doença entre 1898 e 1904. Ao mesmo tempo, iremos verificar como o recrudescimento da doença na cidade traz, à reboque, novos embates entre os médicos amazonenses em relação à etiologia e à transmissão da moléstia, isto é, a partir da ideia do mosquito enquanto vetor nos primeiros anos do século XX.

Palavras-chave: Manaus. História da Malária. República. Mosquito.

**BETWEEN MIASMAS AND ANOPHELES:
A BRIEF HISTORY OF MALARIA AT THE DAWN OF THE REPUBLIC IN
MANAUS (1898-1904)**

ABSTRACT

The first years of the Republic in Manaus were busy due to significant changes in the city's landscape, such as the construction and levelling of streets and the embankment of creeks. These events were propitiated thanks to the accumulation of capital from the latex trade, to the point where the city became known as the "Paris of the Tropics", given the cosmopolitanism that the city assumed with the rubber economy. At the same time as it expanded as a city, Manaus also saw the expansion of diseases such as malaria, which led to successive epidemics during the Belle Époque. In this article we will address how the disease gained a different visibility in relation to the provincial period, highlighting the reports of health authorities and rulers at the dawn of the Republic in Manaus. For that we will use the technique of discourse analysis in order to verify the changes and permanences in the understanding about the disease between 1898 and 1904. At the same time, we will verify how the recrudescence of the disease in the city brings, in tow, new clashes between Amazonian physicians in relation to the etiology and transmission of the disease, that is, from the idea of the mosquito as a vector in the early years of the twentieth century.

Keywords: Manaus. History of Malaria. Republic. Mosquito.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH-UFAM). Professor-titular na Secretária de Educação do Estado do Amazonas (SEDUC). E-mail: marcio.carvalho.silva@seducam.pro.br.

² Professora do Curso de História da Universidade Federal do Amazonas e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFAM). Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008). Mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2010). Doutora em História das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz- Fiocruz (2014).

Data de submissão: 24.04.2021

Data de aprovação: 16.05.2021

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da história da malária nos primeiros anos da República de Manaus. Nesse período a cidade passava por aquilo que se conheceu como Belle Époque³, cenário em que seu espaço urbano começou a ser transformado atendendo os anseios das elites e dos governantes locais. Nesse momento, buscou-se atender a um projeto de modernização do espaço urbano seguindo os moldes europeus com o aterramento de igarapés, a construção de longas avenidas e a instalação do primeiro sistema de esgoto na cidade. Essas transformações foram financiadas pela economia da borracha. No entanto, a pobreza e a miséria vivenciada por grande parte da população da cidade evidenciava as contradições desse período (DIAS, 1999). Ao mesmo tempo em que a paisagem urbana se modificava, encarava-se também velhos problemas, como as epidemias, sobretudo de febre amarela e malária. No instante em que se efetuam as reformas urbanas, a malária tornou-se um problema recorrente na cidade, passando a ser objeto de preocupação de médicos e autoridades locais.

Nesse sentido, buscamos examinar a história da malária nos anos iniciais da República. Para tanto se fez necessário, inicialmente, descrever como a doença era entendida na Província do Amazonas, identificar os agentes que discursavam sobre ela nos primeiros anos da República e, por fim, verificar os embates entre os médicos-sanitaristas em torno da teoria do mosquito-vetor.

Durante a época provinciana, as categorias que balizaram a doença se pautavam prioritariamente no termo “febres”. Sendo assim, era muito comum haver denominações anexas como febres palustres ou febre palustre para a malária. Essa interpretação se devia naquele momento às influências da teoria dos miasmas no saber médico amazonense. Segundo Cybele Costa (2008), a teoria miasmática encontrou vazão na Província do Amazonas devido em parte às características do meio ambiente amazônico, como o clima quente e úmido e as ações humanas por conta da caça de peixes com timbó, que liberava veneno nos rios e matava os peixes.

Dessa forma, haveria então a liberação de uma matéria pútrida que viajava pela água e pelo ar e seu contato com o corpo humano provocava as febres. Outro ponto se devia à possibilidade das febres serem causadas pelas alterações no temperamento e na constituição física de um indivíduo, que poderiam ocasionalmente desencadear um estado mórbido. Assim, a malária era entendida naquele momento com base nas causas predisponentes, um dos elementos que ajudava a balizar o paradigma miasmático no saber médico no século XIX.

Os reflexos da teoria miasmática no saber médico amazônico acabaram por ultrapassar o século XIX e adentraram o século XX. Observamos isso quando tivemos contato com os relatórios da Junta de Higiene de Manaus. Segundo o Inspetor de Higiene do Estado, Dr. Henrique Alvares Pereira, em 1897:

Examinnando os mapas verifica-se que o impaludismo em suas múltiplas manifestações foi a que mais victimas produziu. Debaixo de uma zona como a que estamos, como um ar impregnado de humidade e onde a vida dos vegetaes é um de uma exuberância indscriptivel, é natural que o impaludismo endemicamente viva comnosco nas mais vantajosas condições. Em outros anos, durante a época menos chuvosa, temos sido acometidos de fébres palustres epidemicamente tomando caracter

³ O conceito de Belle Époque cristalizado pela historiografia celebrativa amazonense diz respeito a um momento histórico (que se iniciam em 1890 e finda nas primeiras décadas do século XX) em que as elites locais buscavam seguir uma mentalidade burguesa e ostentavam as benesses dos melhoramentos urbanos realizados na área central de Manaus patrocinados pela economia da borracha. Ver mais em DIAS, 1999.

assustador; o ano último, porém, esta capital não experimentou os efeitos da epidemia paludica. (PEREIRA, 1897, p. 94).

Percebemos que os elementos da natureza amazônica como a alta umidade, a quantidade de vegetais e o regime das águas contribuíram para a incidência da doença. Nesse sentido, podemos observar as influências ainda presentes da teoria miasmática no entendimento sobre a malária.

Com o passar dos anos, a teoria do mosquito-vetor foi adentrando no saber médico local e a partir de então podemos observar uma certa mudança na interpretação sobre a malária com acolhida da ideia do mosquito *Anopheles*, enquanto transmissor da doença entre os médicos-sanitaristas amazonenses. Isso não implicou no desgaste da teoria miasmática de modo total, embora tenha havido uma mescla de interpretações sobre a malária e em alguns casos uma rivalidade aberta entre os médicos amazonenses no tocante à etiologia da doença.

Desse modo, nosso artigo parte da hipótese de que houve mudanças na interpretação e diagnóstico da doença, que ocorreu em parte devido ao decreto que criou o primeiro Regulamento Sanitário Republicano em Manaus. Acreditamos que esse órgão, embora estivesse subordinado a Junta de Higiene, passou a tratar dos assuntos sanitários com um viés científico, mais preocupado com as questões de higiene e salubridade se comparados a época provincial.

Além disso, observa-se o intenso trânsito de informações que os médicos amazonenses absorvem no contexto em que a cidade de Manaus passa pelo seu primeiro surto de urbanização no final do século XIX, assim como a formação das primeiras comissões de saneamento de Manaus compostas por médicos-sanitaristas. Esses novos conhecimentos e as mudanças na fisionomia da cidade provocam novos debates sobre a malária, sobretudo entre 1898 e 1904. Ao mesmo tempo, suscitam a chegada de novos paradigmas, como o do mosquito-vetor que passarão a ser debatidos entre os médicos locais, sem desconsiderar as ideias já existentes conforme veremos adiante.

1 A MALÁRIA NA CIDADE DA BORRACHA: TRANSFORMAÇÕES URBANAS E DEBATES MÉDICOS

Os últimos anos do século XIX foram intensos em Manaus. A produção da borracha natural em larga escala e o conseqüentemente escoamento do produto atendendo as necessidades do capital estrangeiro permitiram um acúmulo de capital jamais visto. Rapidamente, a cidade atraiu pessoas de diferentes localidades, desde estrangeiros e nacionais que vieram fazer negócios e em alguns casos fixar residência. Os administradores locais aproveitaram o excedente comercial e tornaram a cidade um verdadeiro canteiro de obras. A historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2015) disserta que nesse momento houve a:

Renovação dos prédios públicos, as construções monumentais, os aterros e desaterros, a abertura de ruas e avenidas foram acompanhadas pela incorporação, em alguns casos pioneiros, de tecnologias urbanas modernas como o sistema de bondes, a iluminação elétrica, sistema de galerias para drenagem de água e esgoto, além da abertura de espaços destinados ao lazer refinado, hipódromo, teatro, clubes, etc. (PINHEIRO, 2015, p. 41-42).

Ao mesmo tempo em que a cidade se transformava do ponto de vista estético, algumas velhas conhecidas marcavam sua presença no instante em que se efetuavam as reformas urbanas. Falamos aqui da malária que alcança notoriedade devido a três epidemias sucessivas. Primeiro em 1897, a doença atinge 1.074 óbitos, posteriormente em 1899 morrem 710 e por último em 1900, 1.495 vidas são ceifadas naquela que foi a maior epidemia da história de Manaus no século XX conforme Júlio Silva (2012).

Não obstante, as autoridades governamentais e médicos-sanitaristas começaram a fornecer suas explicações para o elevado número de óbitos. Um deles foi o médico Hermenegildo Campos, que fez o seguinte comentário:

Nesses anos (1897 a 1898) as excavações tornaram-se um delírio; eram feitas em todos os lugares e ao mesmo tempo cavava-se, aterrava-se depois lugares excavados; recavava o mesmo lugar, etc. Tal movimento de terras, concorreu muito para a recrudescência das febres. Aterraram-se igarapés, deixando-se grande espaço entre os dois aterros, ficando pântanos artificiais dentro da cidade. (CAMPOS, 1988, p. 65-66).

Observa-se na fala do médico a crítica em relação a intervenção no espaço urbano, pois “*cavava-se e recavava o mesmo lugar*”. Segundo Hermenegildo Campos, o movimento de terras ocorrido em grande medida para aterrar igarapés não levaram em conta os riscos de se produzirem os pântanos artificiais, e, portanto, as febres (leia-se malária) voltaram a ser uma realidade na cidade, pois disseminavam os miasmas no ambiente. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que as obras buscavam embelezar a urbes, não consideravam os riscos contra a salubridade da cidade. Nota-se o primeiro embate entre o projeto de cidade que se pretendia construir e os sanitaristas.

Os debates sobre as doenças foram fruto de um momento importante do ponto de vista sanitário em Manaus. Segundo Júlio Schweickardt (2009), os primeiros anos da República em Manaus assistiram à formação de diferentes comissões de saúde pública e tiveram como objetivo o estudo e a formação de medidas de saneamento na cidade e, posteriormente, a organização de profilaxias específicas para o combate das doenças tropicais - a exemplo da febre amarela e malária. Esse movimento foi um reflexo de um evento anterior, a criação do Primeiro Regulamento do Serviço Sanitário de Manaus em 1891 na gestão do então governador Guilherme de José Moreira. Para Silva Filho (2013), o Serviço Sanitário estava subordinado a uma Inspeção de Higiene que a partir daquele momento seria responsável pela administração pública dos assuntos relacionados às condições de salubridade da capital e dos municípios amazonenses, muito embora apenas Manaus tenha sido objeto de trabalho do referido órgão.

Acreditamos que esse duplo movimento contribuiu para intensificar o debate em relação às doenças na cidade. Ressalte-se que as discussões sobre as doenças não eram necessidade nova, pois durante a Província do Amazonas, os médicos e os presidentes de Província (O equivalente aos governantes na República), conservavam no tocante ao debate as influências da teoria miasmática e da climatologia médica sobre interpretação da malária. A climatologia médica é um campo do conhecimento científico que leva em conta as características ambientais e humanas de uma determinada região, como possíveis responsáveis pelo aparecimento de uma doença. Segundo Flávio Edler (2003), um dos fatores que refletiam nesse processo, seriam os *circunfusa*, ou seja, as questões relativas ao clima, a geologia e hidrologia de um referido lugar.

Observamos essa assertiva ao examinar os relatórios da Junta de Higiene de 1898:

Procurando o factor que tem motivado o aumento das febres palustres, julgamos não ser contrariados incriminando como causa determinante o começo da vasante do Rio Negro. Bem sabemos que a proporção que o volume das aguas diminue, vae ficando descoberto nas margens do rio citado e dos igarapés existente na cidade e circunvisinhança. Em vários logares dos igarapés da Cachoeirinha, Cachoeira Grande, Castelhana, Manaós e Bittencourt etc., os raios de sol não penetram até a superfície do solo em virtude dos diagramas neles existentes, constituídos pelas grandes árvores, não só em suas margens como nos próprios leitos: dahi a resultante assaz desfavorável da existência de uma atmosfera pesada, excessivamente viciada, contendo em si todos os miasmas, todos os princípios deletérios possíveis (MATTA; PALHANO, 1898, p. 73).

É perceptível como o discurso dos médicos sobre a doença vai se modificando a partir da aparição de novos elementos. Se antes as ações humanas eram as responsáveis pelo aumento das febres, temos agora o fenômeno da vazante do Rio Negro, que alimenta os igarapés que entrecortam a cidade, como amplificador do processo. Segundo Cristiana Grobe (2014), os igarapés eram comumente depreciados no discurso dos médicos e governantes, uma vez que eram vistos como obstáculos ao crescimento e desenvolvimento urbano, além de serem elementos possuidores e proliferadores de doenças.

Outro médico que na época deu sua contribuição para o debate foi o Dr. Carlos Grey. Ele afirmava que “as causas geradoras residem na grande quantidade de águas que nos vem das chuvas e da cheia do rio e dos igarapés” (GREY, 1899, p. 74). Todavia, o discurso do médico ressalta também que:

As primeiras encontrando as nossas ruas descalçadas, constantemente revolvidas, como que para buscar novas camadas de germens para a superfície, cheias de imensos buracos, aterros feitos sem ordem nem providencia por toda a cidade de modo a impedirem o naturalmente escoamento das aguas, formam ali e acolá pequenos e grandes pântanos artificiais que infeccionam todo o ambiente e só tendem a desaparecer com a grande secca da estação futura; as segundas sem a canalização regular que lhes tolha o passo, invadem os terrenos marginaes, alagam-nos e vem por idêntico processo ao das chuvas constituir outros tantos pântanos. (Ibid.)

Vale ressaltar que Carlos Grey ainda faz sugestões para a melhoria da salubridade do instituto e da cidade a partir de experiências realizadas em outras partes do país, a seguir exposto:

Eu o aconselharia seguir um plano methodico de arruamento, calçamento e drenagem da cidade e a modificação completa do abastecimento d’agua, não só a relação a quantidade como a qualidade: para este segundo ponto nos lembraríamos imitar a cidade de Campos (no Rio de Janeiro), que como se base está situada quase na foz do Rio Parahyba, depois de extensissimo percurso pelos Estados de S. Paulo e Rio de Janeiro. Pois bem, Campos é abastecido pela água do Parahyba que se torna boa qualidade depois da filtração e purificação para ser lançada nas bombas no encanamento geral [...] (Ibid.)

A sugestão feita pelo médico em relação ao abastecimento da água mostra que havia circulação de ideias entre os médicos em nível nacional com o local, isto a partir dos exemplos de ações realizadas em outros estados brasileiros. No que diz respeito ao plano de arruamento, percebemos que o modelo descrito pelo médico para o Instituto apresenta características mais específicas:

Nós indicaremos o nivelamento e calçamento das ruas e cercanias do Instituto de modo a terminar com os charcos existentes alli mesmo junto d’elle e do projectado palácio do governo; rever o nivelamento do próprio terreno do Instituto, examinar o estado do igarapé dos fundos na Rua Leonardo Malcher, dando escoamento as suas aguas, se necessário for. (Id., pp. 74-75).

Podemos observar mais uma vez o intuito de modificar os elementos que faziam parte da paisagem urbana a partir de nivelamentos dos terrenos, isto com o objetivo hidráulico, ou seja, sem permitir acúmulo de água estagnada. Desse modo, o discurso dos médicos-sanitaristas não se punha necessariamente contra os aterramentos, mas sim ao modo de como eles eram realizados.

Essa questão se manteria na pauta de discussão e estaria longe de ser consenso a partir dos primeiros anos do século XX. Em 1900, a família dos Nery assume o poder na cidade e o governador Silvério Nery se posiciona na sessão “Hygiene Pública” nos seguintes termos:

O saneamento desta cidade, como a de todo o globo, implica imediatamente a purificação de duas zonas distintas: o ambiente e o sub-solo. O ambiente porque leva a economia organica dos habitantes todos os germens tóxicos que contém o sub-solo, porque delle pela evaporação emanam miasmas, que são absorvidos e pela infiltração envenenam o lençol d'água subjacente que, uma vez utilizado, se torna grandemente nocivo a saude pública. Para intoxicação do ambiente contribuem factores accidentaes e estes factores estiveram aggando a pouco intensamente [...] taes foram as multiplas excavações no solo, comprehendendo extentíssimas areas e feitas a modo de repellir a todo critério [...] a consequencia imediata dessa cegueira em matéria de saúde pública, deu-se a mais tremenda propagação da toxina do impaludismo. Ainda encontrei infelizmente excavações, ao assumir a administração, e um dos meus primeiros actos foi manda-las sustar de prompto. O impaludismo que tomara character epidemico, cedeu então. (NERY, 1901, pp. 11-12). Grifos nosso.

Vemos aqui a combinação de dois elementos que justificam a presença da malária na cidade: o ambiente e o subsolo, pois ambos têm potencial para produzir os germes causadores da doença. Todavia, as escavações realizadas também contribuem para o processo. Em outros termos, os aterros e desaterros de igarapés, o que nos lembra o discurso de parte dos sanitaristas em relação aos riscos dos movimentos de terras conforme Silva Filho (2013).

É válido ainda destacar a ausência do termo “febres” na fala do governador, embora haja elementos da climatologia médica a exemplo do papel do meio ambiente e da teoria miasmática em seu entendimento, bem como os pressupostos da teoria do solo de Max von Pettenkoffer, algo que ressalta o papel das condições climáticas para a ativação do germe no ambiente segundo (BENCHIMOL, 2001).

A preocupação do governador em suspender as obras se deve pelo fato da moléstia ter alcançado em 1900 a cifra de 1.495 óbitos, e constitui-se na maior epidemia registrada da doença, superando as 1.074 vítimas de 1898 (SILVA, 2012). Acreditamos que as duas epidemias, num intervalo de três anos, contribuíram para modificar as ações dos agentes públicos em relação à doença, materializadas na paragem das obras de terraplanagem.

Todavia, essas ações ainda não são suficientes para alterar o entendimento em relação às causas da doença. Em relatório anexo à mensagem, o chefe da Diretoria de Higiene Pública, Dr. Alfredo da Matta (1901), utiliza-se do argumento da autoridade quando se posiciona em relação às modalidades de malária.

O mestre dos mestres, sobre o assumpto, Laveran, que tem estudado com abnegação científica o paludismo com todas as suas evoluções e modalidades, declara que a terra é indispensável a propagação do paludismo, declarando que a influencia do solo é tornada manifesta e que os trabalhos de subbida e terraplanagem são particularmente perigosos nos paizes palustres; estes trabalhos podem mesmo dar logar a epidemias de febres palustres fora dos focos epidêmicos. (MATTA, 1901, p. 6-7).

Alphonse Laveran foi médico-militar e cirurgião francês e responsável por identificar no sangue de doentes de Malária, ou seja, o protozoário *Plasmodium* em seu primeiro estágio de reprodução em 1880 (SCHWEICKARDT, 2009). No entanto, Alfredo da Matta não faz nenhuma menção a esse fato, embora reconheça a importância do solo na propagação da doença, conforme apontado pelo médico-cirurgião francês.

Outro elemento que o médico considera relevante nesse assunto é o papel da água para a propagação da doença, assim descrita:

Si folhearmos o trabalho de Laveran sobre a água veremos que ele cita de Raymond que diz os habitantes de Landes Bordelezas e de muitos pontos do departamento de Gironde, bebem a água pantanosa: ora aqueles que filtram essa agua em filtros de carvão não contraem a febre palustre. Substitua-se as palavras Landes Bordelezas por Manaós e Gironde por Amazonas e essa directoria declara corretamente que taes

proposições nos são aplicáveis de modo exacto, pois, é por demais importante o papel da água sobre a pathogenia do paludismo. (Id., p. 15)

Nesse momento são tomados como modelos o fornecimento da água em diferentes regiões da França e sua relação com o aparecimento da doença, muito embora o médico reconheça os limites dessa comparação. Desse modo, podemos afirmar que os elementos da climatologia, como o papel da água se constituía naquele momento como obstáculo epistemológico para aceitação total da ideia do mosquito *Anopheles* enquanto transmissor da malária entre os higienistas amazonenses, embora a menção aos trabalhos de Laveran representasse um primeiro sintoma numa possível mudança de abordagem nos anos seguintes.

No ano seguinte, a Mensagem de governo de 1902 confirma a queda no número de óbitos por malária em Manaus. Enquanto em 1900 houve 1495 mortes por malária, em 1901, a cifra caiu para 614 vítimas (SILVA, 2012). Segundo o governador Silvério Nery as razões disso se devem a paralisação dos serviços de terraplanagem:

Tenho por seguro que a paralysação quase completa de movimentos de terras, que tanto concorreu, para o *poussées* de febres de tempos que não vão longe, é o principal factor d'esse decrescimento de porcentagem, decrescimo que ainda será maior se, a respeito de todos os casos, os diagnósticos tiveram por base o exame seguro, o único possível de bacteriologia. (NERY, 1902, p.12).

É interessante notar que a diminuição dos serviços de modificação do solo contribuiu para o decréscimo das febres na cidade. Citamos também a solicitação por um diagnóstico mais preciso sobre os casos registrados, seguindo os parâmetros da bacteriologia, ramo da ciência que estava se impondo naquele momento. Em seguida, o governador chega a questionar a classificação da moléstia. Para ele:

Se acobertam apreciações incompletas ou casos de fundo desconhecido ou deturpado, como aconteceu com as próprias grandes febres que se manifestam simultaneamente com a pyrexia das excavações, nem todas talvez de natureza realmente paludosas e com o aparecimento de cólicas biliares e estados semelhantes, de origem desconhecida e, pela facilidade também, a conta do impaludismo postas. (Ibid.)

Conforme comentamos anteriormente ainda não havia um diagnóstico preciso sobre a doença, havendo, portanto, a possibilidade de surgirem morbidades de origem desconhecida ou então, a confusão com outras doenças de sintomas parecidos como a febre tifóide no caso das febres paulistas; o que levava as autoridades a duvidarem dos diagnósticos realizados (TEIXEIRA, 2004).

Era comum nos atestados de óbito os médicos declararem que a causa da morte fosse impaludismo, não podendo saber que variedade da doença havia se manifestado (CAMPOS, 1988). Desse modo, havia uma classificação aproximada da causa do óbito que considera as consultas feitas pelos mais antigos clínicos da cidade, ou seja, aqueles que se ocupavam com a doença. A identificação do *Anopheles* enquanto transmissor da doença no fim do século XIX viria a trazer um novo e importante elemento no debate sobre a malária nos anos subsequentes.

2 ENFIM, O ANOPHELES. MAS NÃO APENAS ELE

A primeira experiência que identificou o *Anopheles* enquanto transmissor da malária em humanos foi realizada em 1899 pelos médicos italianos Amigo Bignani, Giovanni Grassi e Giuseppe Bastinelli (SCHWEICKARDT, 2009). Utilizando voluntários humanos como cobaias previamente picados por mosquitos infectados, percebeu-se que a malária poderia se desenvolver nos seres humanos com a picada do mosquito. A partir de então, se configurou a

teoria do mosquito-vetor dentro do meio científico e ela não tardou a estimular debates devido às novas perspectivas sobre as doenças tropicais, após a percepção do mosquito como transmissor da febre amarela e da malária em Cuba, observado pela comissão estadunidense chefiada por Reed e Carroll, e na Itália por Grassi, respectivamente (SCHWEICKARDT, 2009; SILVA FILHO, 2013).

As observações tiveram ressonância na medicina brasileira, onde posteriormente se detectou o *Stegomyia fasciata* como agente transmissor da febre amarela a partir das experiências realizadas por Emílio Ribas, em São Paulo, e o *Anopheles* como transmissor da malária a partir dos estudos de Adolpho Lutz nas linhas ferroviárias no vale paulistano (BENCHIMOL, 2005; SILVA FILHO, 2013).

Desse modo, há uma ressignificação no que diz respeito ao entendimento das doenças que antes eram entendidas unicamente sob as bases da teoria miasmática e começam a se misturar como os pressupostos da medicina tropical que traz como fato novo a participação dos parasitas que agem dentro do organismo nos seres humanos e os mosquitos infectados como vetores conforme veremos adiante.

Segundo o médico, Dr. Alfredo da Matta:

Se tem seguido, dia após dia, a evolução do paludismo nos *Anopheles* que tinham se alimentado de sangue palustre; se tem realizado a inoculação dessa moléstia em indivíduos sãos; fora dos focos de infecção, fazendo-os serem picados pelos *Anopheles* inficionados. Em todas as zonas palustres a existência desses culicídeos tem sido demonstrada e a nossa as possui em abundância; a sua destruição se impõe. Os mosquitos necessitam de água estagnada para sua evolução; é na superfície delas que as gêmeas depositam seus óvulos e em taes águas que as larvas e as nymphas vivem até o momento de sua transformação em insetos perfeitos [...] (MATTA, 1902, p. 65).

Com efeito, o Dr. Alfredo da Matta torna-se o primeiro médico amazonense a reconhecer o protagonismo do mosquito *Anopheles* na transmissão da malária, embora ainda guarde as influências da teoria miasmática ao evidenciar uma possível relação entre a água e sua importância no ciclo de vida do vetor.

Assim, entendemos que houve uma aceitação preliminar em relação aos trabalhos realizados com mosquitos no Brasil e em outras partes do mundo pelos médicos amazonenses. Um exemplo disso é o momento em que o Dr. Alfredo da Matta faz menção ao médico inglês Patrick Manson para atestar sua posição.

Porém, é necessário elucidar que para eles não é desconsiderado o papel da água estagnada na transmissão da doença. Ela passa a ser ressignificada e tornar-se-á importante no que diz respeito ao ciclo de vida e para a evolução do mosquito.

Alfredo da Matta ainda cita medidas de combate ao mosquito inspiradas nas conclusões do médico Hilário de Gouveia. Elas foram trabalhadas na tese de Júlio Schweickardt, mas reproduzimos aqui por considerar sua relevância - sem esquecer do pioneirismo do autor citado - que Alfredo da Matta esclarece-nos da seguinte maneira).

A prophylaxia da febre amarela é a mesma do paludismo e da filarioses [...] Para evitar os mosquitos: a) a proteção dos indivíduos sãos pelos mosquiteiros; b) o isolamento do mesmo processo, o único que oferece toda a segurança para preservação das pessoas sãs; c) durante as horas de nocividade desses insetos procurar abrigo nas alturas; d) nos meios perigosos habitar os andares mais elevados das casas e arejá-los largamente; e) cobrir com telas metálicas inacessíveis aos mosquitos os reservatórios d'água, até mesmo os jarros com flores, tanto no interior da habitação, como em suas vizinhanças. (MATTA, 1902, p. 65-66 apud SCHWEICKARDT, 2009, p. 135)

A primeira observação diz respeito ao entendimento de que havia a mesma profilaxia

para três moléstias que tinham o mosquito como vetor. Isso é uma questão importante porque a espécie que transmite a febre amarela não é *Anopheles*, tampouco é este que transmite a filariose, mas sim o mosquito *Culex fatigans*; conforme Patrick Manson atestou pela primeira vez em 1877 quando trabalhava na Ásia.

Em suma, é compreensível que haja essa orientação, pois as discussões em torno do mosquito-vetor estavam sendo assimiladas a pouco tempo pelos higienistas locais e havia crença de que combatendo um mosquito, os outros poderiam ser eliminados. De resto, as medidas citadas acima possuem um caráter defensivo, na qual o mosquito independente se estivesse infectado ou não, deveria ser evitado, seja com mosquiteiros, uso de telas metálicas etc.

Essas medidas não são necessariamente novas, pois já vinham sendo aplicadas em outras partes do mundo, como nas colônias da África e Ásia pelas potências coloniais como Alemanha, França e Inglaterra, mas a sua aparição na fala dos higienistas amazonenses constitui-se num fato inédito na documentação.

Desse modo, são sugeridas como medidas para destruir os mosquitos os seguintes procedimentos:

- a) empregar contra as larvas substâncias reconhecidas como eficazes: alcatrão, petróleo e mesmo sal de cosinha em dose alta (para os pântanos), lembrando-se, porém que o emprego dessas substâncias deve ser renovado todas as semanas; b) quando o emprego desses meios é impossível, por haver necessidade da água do reservatório, como bebida para o homem e para os animais, povoar o depósito com peixes nos quais destroem as larvas dos mosquitos ou cobri-los com telas metálicas, de malhas finíssimas; c) drenar e nivelar o solo, evitando a estagnação das águas. (MANSON, 1897 apud SCHWEICKARDT, 2009, p. 80)

O foco principal nas medidas de ataque é justamente eliminar as larvas, segundo estágio no ciclo de vida do *Anopheles*. O objetivo seria interromper a cadeia de transmissão homem-mosquito antes do último chegar a sua fase adulta. Desse modo, podemos considerar o programa apresentado por Alfredo da Matta como híbrido, pois apresenta uma mescla de ações verticais e horizontais, uma vez que buscam agir de forma autoritária sobre a paisagem, principalmente os igarapés e ao mesmo tempo consideram seus aspectos sociais numa perspectiva mais ampla. Dessa forma, podemos perceber a importância social da doença e do mosquito *Anopheles* como atores sociais, sendo igualmente fatores numa possível configuração e estruturação das estruturas sociais na urbe.

Obviamente, não podemos perder de vista os interesses políticos e sociais em torno dessas ações. Nesse sentido, convém retomarmos as lições de Sidney Chalhoub a respeito do assunto, para ele na corte imperial buscou-se gerir a cidade e a política de acordo com critérios puramente técnicos, de modo a escamotear a intencionalidade dos atores sociais presentes no pensar dessas intervenções que visavam combater a febre amarela naquele momento (CHALHOUB, 1996). Argumentamos que os médicos-sanitaristas amazonenses se valeram de um discurso científico e da profilaxia de combate à malária para impor a sua visão de cidade saneada e livre das doenças naquele momento.

Conforme vamos avançando da documentação percebemos que a doença continuaria a ser uma presença constante no discurso dos agentes do Estado nos anos seguintes. Segundo Alfredo da Matta em Relatório (1903, p. 35) “ A malária voltaria a registrar o aumento em número de óbitos com 776 vítimas, representando 49,9 % sobre a mortalidade geral” . O médico não faz menção a razão do aumento de casos, todavia disserta sobre as principais modalidades da doença que são “febre intermitente, febre remitente simples ou complicada; manifestações larvadas; cachexia palustre, além da intercorrência do impudismo em outras moléstias” (Id., p. 43).

Esse último ponto é importante, pois segundo Alfredo da Matta seria difícil sem o

auxílio do microscópio diferenciar a moléstia da tuberculose, outra doença que existia também em Manaus.

A fim de asseverar tal interpretação, o médico recorre novamente às referências estrangeiras, demonstrando seu conhecimento acerca das experiências médicas em nível internacional. Segundo ele:

O que tanto nos impressiona, aqui no norte, taes as lesões que o impaludismo determina em duas importantes vísceras, o baço e o fígado, tem perdido quase a sua importância clássica perante a cabal experiência e peremptória demonstração que a phymatose as produz também, como declaram Widal, Collet, Rendu e Gallavardin. Podem ser hepatites tuberculosas, esplenomegalia [...] Não estamos, é bem verdade, compreendidos na conclusão de Bernheim, na ação predisponente do impaludado para nelle manifestar a phymatose. Jeannonpoulos tira também a mesma conclusão, isto é, que os tuberculosos da Ásia Menor são aptos a se impaludar e vice-versa. (MATTA, 1903, p. 43).

Assim, entendemos a importância do microscópio para o médico, pois com o uso desse instrumento seria possível diferenciar a malária de quaisquer outras doenças. O problema do diagnóstico é entendido como de suma importância. Pois implicaria na possibilidade de uma melhor compreensão sobre a etiologia da doença que comumente confundia os médicos locais devido aos seus sintomas.

Para tanto, em 1904, o governador Constantino Nery criou a Comissão de Saneamento de Manaus. O objetivo dela seria estudar as condições do clima e natureza do solo amazônico, de modo a propor medidas sanitárias que pudessem amenizar os impactos das doenças sobre a população local, dentre elas a malária (SCHWEICKARDT, 2009).

Por conseguinte, o governador nomeou seu irmão, Dr. Márcio Nery como chefe da referida comissão. Não pretendemos aqui falar dela e de sua composição⁴, mas sim verificar os pontos que Márcio Nery considerou relevantes na discussão e entendimento do problema da malária em Manaus.

Ao lado do homem, há uma flora microbiana e uma fauna de animalculação nocivas e parasitas, que tiram benefício da temperatura e da humidade e de climas intertropicais com o nosso. Muitos encontram o seu meio optimo e desenvolvem-se com exuberância, constituindo-se como uma ameaça aos habitantes desse clima [...] Todas as vezes que a temperatura se aproxima do corpo humano, esses seres extremamente pequenos, adquirem uma recrudescência de sua virulência, tornando-se extremamente perigosas para o homem. Em Manaós, encontram-se uma variedade uma rica variedade de mosquitos, muitos dos quais se prestam a vehiculação de agentes pathogenicos. (NÉRY, 1905, p. 122-123).

Para o chefe da comissão de saneamento, o clima tropical de Manaus contribuía para a criação de condições que aumentassem a virulência dos mosquitos, reconhecidos transmissores de doenças sob a população local. Além disso, as variáveis climáticas e a rica fauna de insetos transmissores poderiam amplificar o processo, agindo também outros fatores, como:

[...] em muitas ruas em que os aterros não concluídos deixam covões, nas depressões das próprias ruas, nas margens dos igarapés de águas pouco correntes [...] a água da chuva colecionando-se, pode tornar-se e efetivamente se torna viveiros de mosquitos de todas as espécies [...] (Id., p. 124)

⁴ O historiador Júlio César Schweickardt fala sobre a constituição da Comissão de Saneamento de Manaós no capítulo 3 de sua tese. Ver tópico 3.3: A comissão de saneamento em Manaus (1904-1906). (SCHWEICKARDT, 2009, pp. 150-184).

Nesse momento, o dr. Márcio Nery ressalta a mesma crítica em relação aos aterros realizada por muitos sanitaristas já citados, e segue então a mesma linha adotada por Alfredo da Matta. Uma das características da comissão é a utilização de pesquisas sobre os mosquitos, no qual são assinalados os seus locais de procriação e a parte do ano em sua aparição é mais constante na cidade de Manaus.

Nesse sentido, o dr. Márcio Nery comenta que:

As águas da bacia do Rio Negro sobem em regra geral a começar na segunda quinzena do mês de dezembro. Coincide, de ordinário, essa enchente com o período das chuvas [...] as águas paradas ou lentamente correntes, oferecem um meio favorável para o desenvolvimento de toda uma fauna de culicídeos que em nuvens se levanta da água desde que o voo sofreu a sua metamorfose. Foi o que observou esse ano no Igarapé da Cachoeirinha, no Igarapé do Bittencourt e no Igarapé de Manaós. Os *Anopheles*, que até então, dificilmente se encontravam, começaram a aparecer dentro dos domicílios. Em Junho, começa a vazante dos rios que constituem a bacia do Rio Negro. Em muitos pontos ficam águas estagnadas, que pouco a pouco, se evaporam sob a influência do sol na estação seca. Até certo ponto, repetem-se os mesmos fenômenos que se observam no princípio das enchentes. (SCHWEICKARDT, 2009, p. 177)

Para o médico, o regime das águas também apresenta sua parcela de responsabilidade, pois cria condições favoráveis para a proliferação dos mosquitos; seja durante o período de chuvas no início do ano, seja na vazante. Nessa condição, a quantidade de mosquitos na cidade era renovada mais facilmente, contribuindo para a permanência da malária em Manaus durante todo o ano.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da malária, no alvorecer da República em Manaus, apresentou idas e vindas e esteve longe de promover um consenso no discurso de governantes e médicos-sanitaristas acerca da sua etiologia e transmissão na capital da Borracha. Para desenvolver nossa investigação nos valem da análise do discurso a fim de compreender as perspectivas sobre a malária nos relatórios médicos e nas mensagens de governo. Identificamos que a narrativa sobre as influências dos miasmas estavam presentes desde o início na documentação analisada. Embora tais debates remontam aos últimos anos da época provinciana, verifica-se a importância da água e do ar para o desencadeamento das febres, ou seja, podemos dizer que houve uma certa mudança em seu entendimento à medida que entramos no século XX.

Podemos observar que os elementos da paisagem urbana da cidade como a vegetação e os igarapés também eram responsabilizados por liberarem os miasmas no ambiente. Além disso, as ações humanas como as escavações e aterros em áreas previamente alagadas também foram compreendidas em grande medida pelos médicos-sanitaristas e governadores responsáveis por desencadear as febres em Manaus.

Por fim, a acolhida da teoria do mosquito representou mais um elemento no debate sobre a malária à medida que o *Anopheles* passou a ser identificado como mosquito transmissor da doença. O fato não implicou necessariamente o desgaste total das teorias dos miasmas, pois como vimos, os aterros e os igarapés continuaram a ser espaços vistos como potenciais criadouros de mosquitos, formalizando uma interpretação híbrida sobre a doença. Em síntese, os debates sobre a malária acompanharam as transformações urbanísticas de Manaus, na virada do século XIX para o século XX, e como vimos mesmo após a acolhida de uma nova teoria continuou orbitando entre miasmas e *Anopheles*.

REFERÊNCIAS

BENCHIMOL, Jaime Larry (Coord.). **Febre Amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

BENCHIMOL, Jaime Larry (Org.). **Febre Amarela, malária e protozoologia**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005 (Adolpho Lutz Obra completa, v.2, Livro 1).

CAMPOS, Hermenegildo Lopes de. **Climatologia Médica do Estado do Amazonas**. Manaus: ACA/Fundo Editorial, 1988.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Cybele. **Socorros públicos: as bases da Saúde Pública na Província do Amazonas**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Manaus, 2008.

DIAS, Edinea. **A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920**. 2ª ed. Manaus: Valer, 1999.

EDLER, Flávio. A medicina no Brasil Imperial: fundamentos da autoridade profissional e da legitimidade científica. **Anuário de Estudos Americanos**. Tomo LX, I, 2003. Disponível em: <http://arca.fiocruz.br/handle/icict/26106>. Acesso em: 14 maio 2021.

GREY, Carlos. **Relatório médico apresentado ao Ill.mo e Exc.mo Sr. Coronel Pedro Freire, dignissimo Secretário dos Negócios do Interior do Estado do Amazonas**. Manaus: Tipographia Amazonas, 1899.

GROBE, Cristiana Maria Petersen. **Manaus e seus igarapés: A construção da cidade e suas representações (1880-1915)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Manaus, 2014.

MATTA, Alfredo Augusto da; PALHANO, Antonio de Carvalho. Relatório apresentado Sr. Chefe do Departamento do Interior Justiniano de Serpa. *In*: FERREIRA, Fileto Pires. **Relatório apresentado pelo Secretário de Negócios do Interior em 5 de janeiro de 1898**. Manaós: Typographia de F. De Queiroz & Comp., 1898.

MATTA, Alfredo Augusto da. Ofício da Diretoria Geral de Higiene Pública do Estado do Amazonas. Dirigido ao Governador Silvério Nery. NÉRY, Silvério José. **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas em 19 de junho de 1901**. Manaus: Tipografia Ferreira Pena, 1901.

MATTA, Alfredo Augusto da. Relatório da Diretoria Geral de Higiene Pública do Estado do Amazonas. Dirigido ao governador Silvério Nery. NÉRY, Silvério José. **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas em 10 de julho de 1902**. Manaus: Tipografia Ferreira Pena, 1902.

MATTA, Alfredo Augusto da. Relatório da Diretoria Geral de Higiene Pública do Estado do Amazonas. Dirigido ao governador Silvério Nery. NÉRY, Silvério José. **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas em 10 de julho de 1903**. Manaus: Tipografia Ferreira Pena, 1903.

NÉRY, Silvério José. **Mensagem lida perante o Congresso dos representantes, por ocasião da abertura da primeira sessão da quarta legislatura de 10 de julho de 1901 pelo Dr. José Silvério Nery, governador do Estado.** Manaus: Tipografia Ferreira Pena, 1901.

NÉRY, Silvério José. **Mensagem lida perante o Congresso dos representantes em 10 de julho de 1902 pelo Dr. José Silvério Nery, governador do Estado.** Manaus: Tipografia Ferreira Pena, 1902.

NÉRY, Márcio. O Saneamento em Manaós. *In:* NÉRY, Constantino Antonio. **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas em 10 de julho de 1905.** Manaus: Tipografia Ferreira Pena, 1905.

PEREIRA, Henrique Alvares. Relatório apresentado pelo inspetor de Higiene Pública de Manaós em 20 de janeiro de 1897. *In:* FERREIRA, Fileto Pires. **Relatório apresentado ao governador do Estado pelo Chefe do Departamento do Interior.** Manaós: Typographia de F. De Queiroz & Comp., 1897.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925).** 3ª Ed. Manaus: EDUA, 2015.

SCHWEICKARDT, Júlio. **Ciência, nação e região: as doenças tropicais e o saneamento no Amazonas (1890-1930).** 2009. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Júlio. **Adoecendo na cidade da borracha: Manaus (1877-1920).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Manaus, 2012.

SILVA FILHO, Sebastião. **A organização do serviço sanitário em Manaus: sanitaristas e suas práticas de intervenção. (1891-1920).** 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Manaus, 2013.

TEIXEIRA, Luiz Antônio. As febres paulistas na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo: Uma controvérsia entre porta-vozes de diferentes saberes. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Vol. 11 (Suplemento 1), 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v11s1/02.pdf>. Acesso em: 14 maio 2021.

“NO OLHO DO FURACÃO”: A CONSTRUÇÃO PROJETO DE ISOLAMENTO SOCIAL FRENTE AO COVID-19, EM UM GRUPO INDÍGENA NA AMAZÔNIA

Petrônio Lauro Potiguar Junior¹

RESUMO

Expomos aqui este relato de experiência, fruto de uma viagem de cinco meses de pesquisa de campo na aldeia Mapuera, onde vivem vários grupos indígenas denominado genericamente de “Etnia Wai Wai”, na cidade de Oriximiná, no noroeste do Pará, por conta da fase final da tese de doutorado que está em curso. Apresentamos aqui os momentos de angústias e inquietações vividos pelo autor desse relato e indígenas nesse local, nas primeiras manifestações da pandemia da Covid-19, denominado aqui de “olho do furacão”, em março de 2020. Tal experiência nos direcionou ao seguinte questionamento: como antropólogo poderia contribuir em contexto de pandêmico em grupos indígenas, em especial, em Mapuera? A partir dessa pergunta, articulações foram feitas envolvendo cacique geral, lideranças, Conselho de Saúde da Mapuera, lideranças da igreja evangélica local, professores e profissionais da saúde que prestam serviço no local pela Fundação Ovídio Machado, frente ao Distrito Sanitário Guamá Tocantins- DSEI-GUATOC, incidido na elaboração de um projeto de isolamento social. Até a primeira quinzena de junho de 2020, momento da saída de campo, o referido projeto não tinha sido usado, pois nenhum caso de covid-19 acometera qualquer indígena no local, mas somente atingido alguns deles que estavam fora desse espaço, como na cidade de Belém, Santarém e Oriximiná, inclusive com óbito. Também notícias dão conta que, apesar de não adesão ao “projeto de Isolamento Social” pelo DSEI-GUATOC, sua produção serviu de parâmetro para a feitura de um plano de proteção à equipe de saúde e aos indígenas do local, revelando um dos objetivos dessa proposição, inspirar ações de políticas públicas em tempos de pandemia para a proteção dos povos indígenas na Amazônia, independentemente de quem quer que seja.

Palavras-Chave: Covid-19. Isolamento. Antropologia.

“IN THE EYE OF THE HURRICANE”: THE DEVELOPMENT OF THE SOCIAL ISOLATION PROJECT IN FRONT OF THE COVID-19, IN A INDIGENOUS GROUP IN AMAZONIA

ABSTRACT

Here we expose this experience report, the result of a journey of five months of field research in the village Mapuera, where several indigenous groups live, generically called “Wai Wai Ethnicity”, in the city of Oriximiná, northwest of the state of Pará, because of the final phase of the doctoral thesis that is underway. Here we present the moments of distress and concerns experienced by the author of this report and native people in this place, in the first manifestations of the Covid-19 pandemic, here denominated “eye of the hurricane”, in March 2020. This experience leads us to the following question: How could an anthropologist help in the pandemic context that affects indigenous groups, especially in Mapuera? From that question, articulations were made involving the cacique chief, leadership, Mapuera Health Council, leaders of the local evangelical church, teachers and health professionals who provide service on the scene by Ovídio Machado Foundation, in front of the Guamá Tocantins- DSEI-GUATOC Sanitary District, focused on the development of a social isolation project. Until the first half of June 2020, moment of field departure, the referred project had not been used, since no case of Covid-19 had

¹ Doutorando em Sociologia e Antropologia/PPGSA UFPA; Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável. Graduado em Ciências Sociais, com ênfase em Antropologia. Já foi bolsista do Museu Paraense Emilio Goeldi. É professor Efetivo da Universidade do Estado do Pará-UEPA, no Centro de Ciências Sociais e da Educação. Realiza estudos sobre povos indígenas, especificamente a saúde/doença/cura e participa de grupos de estudo credenciado pelo CNPQ e possui texto e orienta trabalhos sobre a temática mencionada. E-mail: ppotiguar@yahoo.com.br.

affected any indigenous in the place, but only reached some of them who were outside that space, as in the city of Belém, Santarém and Oriximiná, including death. Also news reports that, despite the non-adherence to the “Social Isolation project” by the DSEI-GUATOC, its production served as a parameter for the development of a protection plan for the health team and the native people of the place, revealing one of the goals of this proposition: Inspire public policy actions in times of pandemic to protect indigenous peoples in the Amazonia, regardless of whoever they are.

Keywords: Covid-19. Isolation. Anthropology.

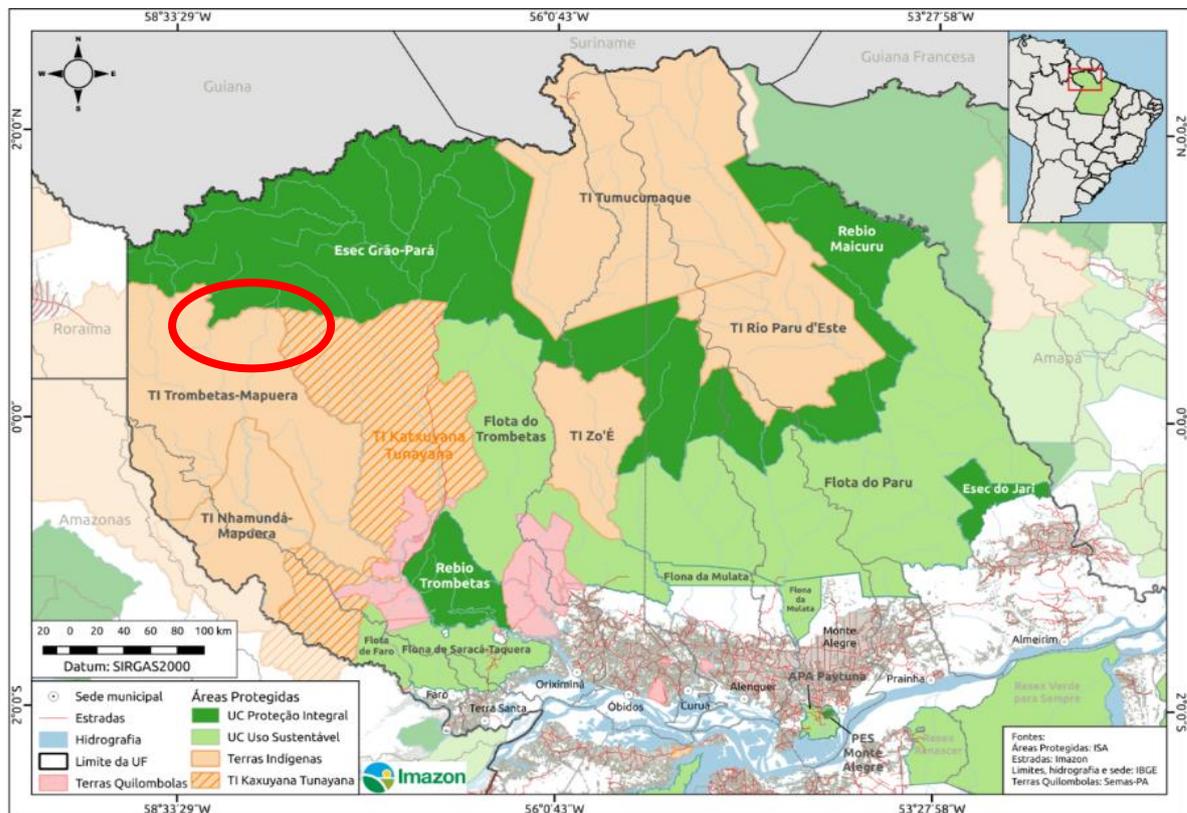
Data de submissão: 15. 04. 2021

Data de aprovação: 02. 05. 2021

1 O LOCAL DA EXPERIÊNCIA

As Terras Indígenas - TI Nhamundá-Mapuera e Trombetas-Mapuera, estão localizadas na região norte do Brasil, Amazônia Setentrional, na fronteira tríplice dos Estados do Pará, Amazonas e Roraima, sendo o conjunto cortado ao meio pela linha do Equador. Segundo Cardozo e Do Vale Junior (2012), ambas TI's somam uma área de 5.020.418 ha, das quais 3.970.898 ha. Pertence à TI Trombetas-Mapuera e 1.049.520 ha. a TI Nhamundá-Mapuera. Nesta última área se localiza, *locus* dessa experiência, a aldeia Mapuera, conforme demonstra o mapa.

Figura 1 - Localização da Terra Indígena Nhamundá Mapuera, em vermelho



Fonte: Instituto Socioambiental – ISA.

A aldeia Mapuera faz parte do conjunto das Terras Indígenas Nhamundá-Mapuera, na Amazônia Setentrional, próxima à fronteira entre o Estado do Pará e do Amazonas, às margens do rio Mapuera, afluente/ formador do Rio Trombetas. Nesse local habitam aproximadamente

1055 indígenas, conforme o Instituto de Socioambiental – ISA, dentre os quais encontram-se diversas etnias que fazem parte do complexo cultural Tarumã-Parukoto, sendo elas: Wai Wai, Katuena, Hixkaryana, Mawayana, Xowyana, Tikyana, Xereu, Tunayana, Kamarayana, Yaipîyana, Paríkwoto, Pianokoto, Tirió, Aramayana, Okomoyana e Caruma Wapixana. Mas todos que lá vivem se autodenominam “Wai-Wai”² (CARDOZO e VALE JUNIOR:2012; QUEIROZ, 2008; QUEIROZ:1999; QUEIROZ e GIRARDI, 2012).

Estivemos em Mapuera por aproximadamente cinco meses, por conta da última pesquisa de campo para o Doutorado que o autor realiza no Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia na Universidade Federal do Pará – PPGSA/UFGA. Aqui será relatado os caminhos trilhados na pesquisa de campo, antes do início da pandemia Covid-19³ - denominada aqui de “olho do furacão” - no Brasil, em fevereiro de 2020, até sua presença no Estado do Pará, em março do mesmo ano. Mostramos aqui como fora vivenciada a ameaça dessa pandemia, em Mapuera, a partir dos dramas pessoais e dos indígenas que ali vivem, somado a elaboração do projeto de isolamento social até a saída do autor deste relato desse local, em meados de junho de 2020.

Expor os caminhos trilhados junto com lideranças e a equipe de saúde para elaboração de um projeto de isolamento social, bem como, a expertise de todos frente a possibilidade de entrada de indígenas para essa aldeia diante da pandemia que se alastrava pelo país, foi a forma de socializar essa experiência, revelando seus limites e perspectivas pelas particularidades ali existentes. A maioria desses indígenas eram oriundos das cidades de Belém, Santarém e Oriximiná, onde a primeira e a segunda estavam com casos de Covid-19 e óbitos confirmados. Oriximiná, a sede municipal da Mapuera não possuía nenhum registro dessa doença, nesse momento da pesquisa, mas inspirava cuidados pela velocidade em que a pandemia avançava e os cuidados necessário para seu enfrentamento, tornando-se, assim, o foco deste relato.

Esse relato de experiência foi fruto da coleta de dados em campo para doutorado, cujo método etnográfico, foi sua base do início ao fim da pesquisa. Aqui o recorte temporal se direciona para o início da Covid-19, em março de 2020, no Estado do Pará, culminando com a saída do autor de campo, em junho do mesmo ano. As conversas formais e informais com lideranças indígenas, profissionais de saúde e da educação, permitiram vivenciar experiências diversas em Mapuera, inclusive a aqui relatada, materializada na exposição de um projeto de isolamento social cuja nuances serão reveladas a partir de agora.

2 A PESQUISA DE CAMPO E O COVID-19: “UM INIMIGO INVISÍVEL”

No momento de nossa saída de Belém-Oriximiná-Cachoeira Porteira-Aldeia Mapuera⁴, no início de fevereiro de 2020, as notícias sobre coronavírus e a doença COVID-19 era de sua

² A denominação genérica de “Wai Wai” dos indígenas na aldeia Mapuera, se dá pelo processo histórico de surgimento do local. Mas no decorrer dos deslocamentos, os intercassamentos e a busca constante por indígenas isolados para serem convertidos ao evangelho protestante, outras etnias se somaram aos Wai Wai, mas o predomínio étnico Wai Wai, tornou essa a língua mais falada nas aldeias. Além disso acordos internos fizeram com que os indígenas da Mapuera fossem nominados de “Etnia Wai Wai” visando garantir direitos e políticas públicas de saúde, educação de forma diferenciada.

³ Respeitando o tempo e os debates, percebe-se que ora falava-se em “Coronavírus”, ora em “Covid-19”. Isso se deu pelas incertezas e familiaridade com categorias veiculadas pelos meios de comunicação sobre esse vírus/doença, cuja a base de referência era a Organização Mundial de Saúde- OMS. “Covid-19”, diz respeito à doença oriunda do vírus denominado de “Coronavírus” que surgiu primeiramente em 2002, na China e depois, em 2012, em alguns países Árabes. Dessa forma, Covid, somado ao número 19, diz respeito a demarcação do tempo em que ele se apresenta, na contemporaneidade, o ano de 2019, em sua nova configuração. (Fonte: <https://coronavirus.saude.gov.br>: consultado em 30 de março 2021).

⁴ Para ter acesso a aldeia Mapuera, inicia-se a viagem saindo de Belém, via aérea, para a cidade de Santarém, em uma hora. Dessa cidade, via fluvial, por três horas e meia, chego até a cidade de Oriximiná. A partir de Oriximiná, o deslocamento até Cachoeira Porteira, se efetiva por barco, por dezessete horas. De lá, sigo para a aldeia Mapuera,

ocorrência somente na China. Passados dias, a pandemia se alastrava pela Itália, Espanha, Inglaterra. Em seguida, chegava nos Estados Unidos da América. Final de fevereiro e início de março, desse mesmo ano, a pandemia atinge a América Latina e o Brasil, até chegar no Estado do Pará, na segunda quinzena de março do ano em tela.

Na Mapuera, nos encontrávamos imerso na pesquisa: registrando o cotidiano no diário de campo; circulando pela aldeia; conversando informalmente com as pessoas, realizando entrevistas e registrando imagens. Quando nos demos conta, já se faziam trinta e cinco dias no local. Sempre procurávamos nos atualizar com notícias, via televisão e internet⁵. Nesse interim, o diretor da Organização Mundial de Saúde - OMS Tedros Adhanom anunciava, em final de fevereiro de 2020, que estávamos frente a uma Pandemia, já que a Covid-19 ultrapassava e avançava em vários continentes, inclusive na América Latina.

A notícia sobre a chegada da Covid-19 no Brasil se espalhou, dando início a contaminação no país, sendo a cidade de São Paulo a primeira capital a registrar uma contaminação e, posteriormente, o óbito. Posteriormente, essa cidade tornou-se o epicentro da pandemia no país, seguido pelo estado do Amazonas, acendendo o sinal de alertas, no Pará, pela proximidade geográfica.

No Pará, em março de 2020, o primeiro caso de Covid-19 foi anunciado. As preocupações nos rondavam em Mapuera, pois, na mesma força que corriam as notícias, o vírus avançava na capital paraense, Belém, e no interior. As notícias davam conta que a Covid-19 estava em todos os lugares, nos levando a pensar que, sua chegada na aldeia, seria uma questão de tempo. Além disso, os deslocamentos de indígenas Mapuera-Oriximiná e vice-versa, eram constantes. Somado a isso, muitos desses indígenas estudavam em diversas cidades e manifestavam o desejo de retornar para aldeia⁶, aumentando a preocupação de todos por conta do cenário pandêmico que nos encontrávamos

Os trajetos pelo rio Mapuera, via canoa e barco, para acessar a aldeia de mesmo nome, tornou-se limitado, consequência de casos de Covid-19 em Santarém, Óbidos e Oriximiná⁷. Diante disso, o prefeito do município-sede - Oriximiná - decreta estado de emergência: aulas foram suspensas e limitações de deslocamentos municipais e intermunicipais foram efetivadas⁸. No entanto, uma medida não fora obedecida na aldeia, a realização dos cultos evangélicos⁹.

Com o passar dos dias, as restrições de acesso à Belém do Pará, onde residíamos, e Mapuera, local de desempenho dessa pesquisa, foram se sedimentando. Portos e aeroportos próximos a região, tem decretos publicados cujo conteúdo versava sobre a necessidade de tais

com dezoito horas com uma parada para descanso, geralmente, pela noite, retomando tal viagem no dia seguinte, até o local desta pesquisa.

⁵ A partir de junho de 2018, foram realizadas instalações na aldeia Mapuera que possibilitaram a inserção na internet no local, permitindo assim, acesso as notícias de forma geral. No momento da pesquisa de campo a notícia que dominava os meios de comunicação em todo o mundo, era a pandemia do coronavirus.

⁶ É necessário esclarecer que o retorno dos indígenas de várias cidades como Belém, Santarém e Óbidos, tornava a tensão em Mapuera mais presente entre profissionais de saúde, o autor do relato de experiência e os indígenas que ali estavam antes da pandemia, já que as mencionadas cidades já apresentavam casos da covid-19, inclusive números crescentes de mortes. Somado a esse contexto de insegurança, o cacique geral da aldeia estava em viagem por vários estados e, possivelmente, retornaria a Mapuera pelos dias seguintes.

⁷ Essas cidades fazem parte do trajeto do transporte hidroviário na região, até a chegada na aldeia Mapuera.

⁸ Por conta da situação que se apresentava, a equipe de saúde na Mapuera começa a receber instruções de permanência no local por mais dias para evitar contatos com outras pessoas fora da aldeia. Além disso, o método era: Quando sair da aldeia, o profissional deveria ficar em quarentena, em Oriximiná, até seu retorno para Mapuera.

⁹ Há mais de 40 anos os indígenas da aldeia Mapuera foram evangelizados pela Igreja Protestante Batista. Desde então, a base religiosa do local se pauta nas diretrizes desse protestantismo. Assim, os cultos ocorrem dias de quarta e domingo, onde pode-se contar a presença de, aproximadamente, 200 pessoas em cada evento dessa natureza, em especial, aos domingos. (QUEIROZ, 1999; WAI WAI AWPEYASA, André; WAI WAI KOYON, Nelson; POTIGUAR JUNIOR, 2017).

espaços serem fechados por quinze dias, no princípio de abril de 2020, evitando a circulação de pessoas e contágio pelo coronavírus.

A instabilidade se fez presente no campo tanto para todos nós, equipe de saúde, professores quanto para alguns indígenas. Notícias chegavam de que indígenas que desejavam adentar a aldeia Mapuera, foram proibidos de fazê-lo, inclusive o cacique geral, por ser desconhecido o estado de saúde deles. Após uma semana, com negociações frente ao Ministério Público; medição da temperatura e uma quarentena de sete dias, na cidade de Oriximiná, os indígenas e o cacique chegaram a Mapuera.

Diante do fato acima, decidimos ficar mais recolhidos e passando a entrevistar os indígenas no local onde estávamos instalados¹⁰. A tática que adotamos em campo não diminuiria a possibilidade de contrair o Covid-19, pois o contato com pessoas iria se fazer sem uma garantia de que elas não tivessem se aproximado dos recém-chegados. Mas dez dias se passaram e os ânimos se acalmaram, pois era o tempo suficiente para perceber a manifestação ou não da doença no local, frente a situação ali vivida. Felizmente nada ocorrera.

As notícias chegavam de forma rápida e todo o cuidado, até a duração da quarentena decretada inicialmente no país e no Pará, demonstrava que um inimigo oculto nos rondava. Isso fez com que a pressão familiar, relativo ao nosso retorno à Belém, crescesse. Mas a decisão já estava tomada: continuaríamos em Mapuera até meados de junho do corrente ano, que fora no prazo planejado para a execução dos estudos. Seguimos realizando a pesquisa de campo, tomando as precauções¹¹.

Na Mapuera, por conta das restrições de deslocamentos, todos sabiam que nossa alimentação se escasseava, sendo impossível navegar pelo rio visando realizar compras de suprimentos alimentares na cidade sede. Receber ou enviar encomendas/alimentos, via avião, estavam proibidas por medidas protetivas da equipe de saúde do DSEI-GUATOC, convocados a ficar mais dias na aldeia. Com indígenas, trocas e doações foram acionadas: a cada carne de caça recebida, doávamos sal, açúcar e arroz e assim os intercâmbios tornaram-se constantes. Isso foi até o final de maio e início de junho de 2020¹².

Com a instalação da pandemia no Pará e nas regiões próximas a Mapuera, realizamos palestras, rodas de conversas na escola local sobre a Covid-19, remédios caseiros e a importância do uso de limão para possibilitar o aumento da imunidade¹³ das pessoas, via a vitamina C que o mesmo possui.

¹⁰ Durante dias em campo, podemos perceber que o cacique geral da aldeia Mapuera, desde de sua chegada, se colocou em quarentena, em sua casa, pelo menos dez dias. Quando de nossa saída da Mapuera, perguntamos ao mesmo: *“Quando o senhor vai a Belém cacique? “Ele respondeu “Como fiz aqui, só vou com tudo estiver passado professor”*.

¹¹No decorrer desse contexto, surgem dois casos de malária na Mapuera, causando-nos incômodos, já que em aldeias próximas já havia ocorrido um surto dessa doença, deixando ainda mais frágil os indígenas dessa região.

¹² Para além da troca de alimento com os indígenas, ocorreram esses intercâmbios com a equipe de saúde. Nas refeições diárias, doávamos arroz e eles complementavam com feijão e carne e vice-versa, tornando possível nossos almoços e jantares.

¹³ A ideia em fazer esse debate na escola, se dava pelo limão está em abundancia na aldeia, nesse período, mas pouco aproveitado, a ponto de perceber eles caídos no chão, até apodrecer. A partir dessa discussão, a adesão ao uso desse fruto fora visível, mostrando que ações simples como essa, podem fazer efeito, desde que a explicações e diálogos sejam numa linguagem acessível para compreensão de todos.

Figura 2 – Campanha de incentivo ao consumo do suco de limão na língua Wai Wai.

<p>Enpotopo kuupu tuuna oranci cîxapu coronavirus kahsira ehtome Mapuera ewto pono.</p>  <p>Criação: Petrônio Potiguar Apoio: Grupo de Estudos Indígenas da Amazônia – GEIA-UEPA Conselho de Saúde indígena da Aldeia Mapuera</p>	<p>Cewne kuupu tuuna oranci yiraconhîrî maki Ewnaxku awahsira ehtome Karpe apun yehtonr coronavirus awahsira ehtome</p> <p>Ahce wa menta on tapota Eroke yihînokoko Watzap/facebook yari makî ekatimra esko Ekatimko ero yehtopo Ahnoro Ewto pore ahto so na apoyeno komo yexitaw</p> <p>Erowimaw pocco, caaca komo Takî mukurunpes karpamxan komo poritomo komo marha.¹⁴</p>
---	--

Fonte: Caderno de campo do autor/ março de 2020.

Nesse evento, elaboramos um material que fora demonstrado na escola e na igreja local e distribuído em grupos de Whatzaap na aldeia que chamava atenção para a importância de tornar o suco de limão para auxiliar no aumento da imunidade. Além disso, “tomar” o sol pela manhã, por conta da absorção de vitamina D, dentre outros cuidados eram ações simples e de fácil adesão, mesmo que a longo prazo.

Após o evento acima, as aulas escolares, por decreto municipal, foram suspensas na aldeia, fazendo as pessoas se recolherem ainda mais. A partir desse momento a preocupação de todos era presente, pois a cada espirro e tosse ficávamos em alerta¹⁵.

Após anunciados casos de Covid-19 e óbitos, em Belém e Santarém¹⁶ e a determinação da quarentena nesses e outros municípios do Pará, 45 estudantes universitários indígenas que estudam nessas cidades, manifestaram retornar para Mapuera, instalando uma crise entre lideranças e a equipe de saúde, aprovando e desaprovando, respectivamente, essa entrada no local¹⁷.

¹⁴ Tradução para o português: Com um copo de água e meio limão, você evita a gripe e deixa seu corpo mais resistente ao coronavirus. Se gostou dessa ideia, tome uma atitude, saia do WhatsApp e facebook e espalhe ela por toda aldeia que tenha parentes. Assim você pode salvar a vida de um velho (*pocco*), velha (*caaca*), jovens (*karpamxan*) e adultos (*poritomo*).

¹⁵ Para registro, é bom chamar atenção que Mapuera sofre com constantes quedas de temperatura, ora estava quente, ora abafado ora frio, causando um desequilíbrio no organismo e alterações no corpo, possibilitando o surgimento tosse e febres, tornando a imunidade de indígenas e a nossa, ainda mais frágil. Além disso esses sintomas eram características da Covid-19, o que aumentava nossa insegurança.

¹⁶ Todos os dias, menos as terças feira, há uma linha de transporte que sai de Santarém para Oriximiná, deslocando aproximadamente, de 100 a 200 pessoas em cada viagem, sendo que, 50% desses passageiros tem destino final a cidade de Oriximiná.

¹⁷ Notei que um dos motivadores para o retorno dos indígenas à Mapuera, além da vontade de estar perto da família, foi o anúncio de doação de cesta básicas pelo governo federal, desde que estivessem nas aldeias. Outra questão,

O deslocamento dos indígenas para Mapuera, no ponto de vistas de alguns profissionais de saúde e indígenas, colocava em risco a população que estava ali, já que além de saírem de uma área de risco – Belém e Santarém –, não se sabia o estado de saúde desses agentes que pretendiam se deslocar para essa aldeia. Complementando esse quadro de fragilidade, grande parte dos indígenas que ali vivem ultrapassam a faixa etária dos 60 anos, chamados ali de pocus (velhos) e caacas (velhas) e muitos com comorbidades, como diabetes e asma. A crise se acirrou ainda mais¹⁸.

Com a presença do Covid-19 no Pará, ameaçando chegar na aldeia, se apresentava da seguinte forma para nós: estar na aldeia, possuíamos uma sensação de segurança, mas caso as vindas de indígenas para Mapuera, seja por medida judicial ou não, se concretizasse, tornaria nossas preocupações constantes. Por outro lado, seguir para Belém e Santarém, nos deparávamos com casos da doença e óbitos que aumentavam a cada dia. Estávamos diante do velho ditado popular: “Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come!”. A verdade é que nos encontrávamos no meio do “olho do furacão”, o Covid – 19.

Todo esse contexto nos levou a seguinte pergunta: que papel, como antropólogo, poderíamos desempenhar diante da ameaça do “olho do furacão”, o Covid-19, na Mapuera? Essa inquietação nos levou a iniciar diálogos com a equipe de saúde, representantes da igreja e da escola local e as lideranças, considerando que nos encontrávamos frente a vidas e histórias situadas e não meras estatísticas como se tornara as mortes nos noticiários internacional, nacional e local. Isso precisava ser olhado com sensibilidade e empatia (WAI WAI AWPEYASA; WAI WAI KOYON, POTIGUAR JUNIOR, 2019; SEGATA, 2020; ABA, 2020). Foi a partir dessa inquietação que iniciamos, juntos aos indígenas e lideranças nessa aldeia, a produção de um projeto de isolamento social para Mapuera. Vamos a uma ideia resumida dele¹⁹.

3 ANTECEDENTES DO PROJETO DE ISOLAMENTO SOCIAL, EM MAPUERA, ENTRE OS INDÍGENAS “WAI WAI”

Com receio da entrada na aldeia do “olho do furacão”, via a inserção de indígenas oriundos de Belém, Santarém e Óbidos, articulamos uma reunião com o cacique geral, Conselho de Saúde local, lideranças, responsáveis pela igreja evangélica e pela única escola no local e a equipe de saúde, para expor perigos e possibilidades de contaminação em Mapuera, consequente da entrada desses agentes sociais na aldeia.

Nas reuniões – no total de duas – presenciamos esclarecimentos da equipe de saúde; reclamações das lideranças indígenas referente orientações sobre a pandemia; cobranças do Conselho de Saúde de Mapuera frente a médicos, enfermeiros, Agentes de Saúde Indígena - AIS e técnicos de enfermagem relativo a ações frente ao Covid-19.

segundo as “focacas”, era que um dos incentivadores da volta para aldeia, seria uma liderança contrário ao cacique geral, instaurando uma briga política nesse cenário dentro da aldeia.

¹⁸ Após discussões, impedimentos e ações de movimentos contrários a essa entrada de indígenas na Mapuera, no Ministério Público Estadual, houve autorização dessa inserção, desde que eles cumprissem uma semana de quarentena em Oriximiná e, após esse contexto, se deslocassem para Mapuera.

¹⁹ Nesse processo sempre estávamos em contato com a orientadora e numa dessas conversas, que nos colocava a par de toda a situação em Belém. No início, ela mencionava que o Covid-19 já estava “*em todos os cantos*” e que, supostamente estaríamos mais protegidos na aldeia. Ainda mais, a necessidade de ficar em campo pela dificuldade que teríamos em retornar, no futuro, já que a pandemia poderia durar muito tempo o que, de fato, alteraria todos os calendários de pesquisa. As atividades em universidades, museus; voos domésticos pelo estado do Pará, também foram cancelados a época. Estávamos “*preso*” ao campo e o campo a nós. A saída e permanecer na aldeia até passar o período crítico da pandemia, segundo a orientadora do autor desse relato, seria o caminho a seguir. E assim fora feito!

Decisões foram tomadas, como a obrigatoriedade de a equipe de saúde atender os indígenas com máscara e o esboço do projeto de isolamento social, a partir da primeira reunião; um controle das lideranças diante da entrada de indígenas no local, na segunda reunião. Muitas questões ventiladas, mas, em nossa avaliação, poucas soluções tomadas²⁰.

Na reunião, por duas vezes, pedimos a palavra para explicar algumas questões que tratasse da contaminação pelo Covid-19 até a internação em hospitais. Deixamos claro que, em caso de contaminação no local, a aldeia não possuía estrutura para esse tipo de demanda e que providencias deveriam ser tomadas, urgentemente, como o isolamento dos recém-chegados em Mapuera.

Após esclarecimentos, tínhamos inquietações sobre possibilidades da vinda de indígenas para aldeia e a percepção de que algo deveria ser feito de forma rápida e concreta²¹. As preocupações se fortaleceram quando, no dia seguinte a primeira reunião, perguntamos para um componente da equipe de saúde sobre esse primeiro encontro, a resposta fora desanimadora: “A impressão que tenho, é que estamos nadando contra a maré. Agora vou deixar as coisas acontecerem.”²².

A partir da resposta dada, levamos três dias ininterruptos pensando em um projeto que tratasse da recepção aos indígenas que para essa aldeia se dirigissem em pleno pique de contaminação da Covid-19. Começamos a alinhar um projeto de “Isolamento Social na Aldeia Mapuera” pautado nas experiências no local e nas condições que ali se apresentavam. Para tal, pedimos informações e discutimos com o cacique geral, Conselho de Saúde, lideranças, responsáveis pela escola e igreja evangélica local e a equipe de saúde. Constantemente, essa última era consultada para checar dados e assim ser inserido no processo de execução do mesmo.

Assim o projeto de isolamento social, revelou sua face particularizada e interdisciplinar, mostrando que ações dessa natureza e com povos indígenas, necessitam se pautar nesse perfil, isto é, em um processo dialogal, para que, de fato, tais iniciativas sejam elaboradas e concretizadas tanto na teoria como na prática, considerando especificidades ali existentes. (BUHELLET, 1989; LANGDON; GARNELO, 2004; SEGATA, 2020).

4 UMA EXPERIÊNCIA FRENTE AO “OLHO DO FURACÃO”, O COVID-19: O RESUMO DO PROJETO

Com uma equipe formada por indígenas e não indígenas, a proposta surgiu a partir da experiência de seus componentes, seja morando, trabalhando ou pesquisando na aldeia Mapuera. O propósito foi a orientação sobre o Covid-19 e a contextualização da prática do isolamento social temporário dos indígenas recém-chegados no local.

Para equipe reunida, era clara as dificuldades de se materializar o distanciamento social entre indígenas, em Mapuera, pela estrutura predial de suas casas, com um único

²⁰ Até esse momento, março e abril 2020, percebemos poucas ações do Distrito Sanitário Guamá-Tocantins-DSEI GUATOC, seja para a proteção da equipe de saúde e dos indígenas do local. Elas somente se fazem presente, pelos idos de maio e junho deste ano.

²¹ Ao todo, ocorreram duas reuniões com a equipe de saúde e lideranças em Mapuera, cujo o tema era a Covid-19. Uma participamos e outra não. Mas redigimos as atas das duas reuniões – a última com base nas anotações de algumas lideranças - o que nos forneceu segurança para algumas afirmações aqui colocadas.

²² Dentre outras questões, o que incomodava os profissionais de saúde, era a falta de ação das lideranças no local, apesar da preocupação de algumas. A principal inquietação desses profissionais era o não cancelamento dos cultos na aldeia, um espaço de aglomeração de pessoas e potencial transmissor de qualquer doença, como o Covid-19. Além disso, era notório, na maioria dos indígenas, em Mapuera, o apoio a vinda dos estudantes que estavam na cidade de Belém, Santarém e Óbidos, e que para médicos, enfermeiros e técnicos em enfermagem não indígena, era uma irresponsabilidade. Por outro lado, esse retorno dos alunos-indígenas, aliviava a saudade e as preocupações de pais e avós desses agentes sociais, em Mapuera. Daí o desanimo revelado no profissional de saúde.

compartimento, inviabilizando qualquer tipo de isolamento que siga os protocolos do Ministério da Saúde - MS. Isso levou o grupo a pensar em alternativas que se apresentassem nesse local para possibilitar esse isolamento, exclusivamente para os que na aldeia chegavam²³.

Apostamos no voluntariado dos indígenas no momento da chegada em Mapuera, a partir das orientações dada pela equipe de saúde às lideranças e fiscais na aldeia. A intenção era somar esforços para que esse isolamento ocorresse, pelos motivos aqui elencados. O papel das lideranças, fiscais, professores, pastores da igreja evangélica e de familiares, possuía importância crucial nesse momento, já que eles é quem tinham contato direto com os indígenas desejosos em retornar para esse local.

O projeto buscou aproveitar espaços já existente na localidade, bem como, otimizar esses lugares para promover os cuidados e prevenção por meio da quarentena/isolamento social frente a ameaça de Covid-19, a custo zero²⁴.

Fora cogitada, parcerias com o DSEI/GUATOC, através das ações de médicos enfermeiros e agentes de saúde que já desenvolvem atividades no Posto Indígena de Saúde – PIS, em Mapuera. Eles tão somente acresceriam em suas rotinas, as visitas aos locais de isolamento para monitoramento da pressão, oxigenação e temperatura.

A Secretaria Municipal de Educação de Oriximiná – SEMED, seria a parceira no fornecimento materiais de limpeza e alimentos, por intermédio do envio de merenda escolar²⁵ a quem, por ventura, ficasse em quarentena na escola e outros espaços na comunidade cumprindo isolamento. A doação de cesta básica pelo governo federal, foi outra alternativa pensada para alimentação aos que nesses espaços se isolassem.

Outro objetivo, foi oferecer proteção e prevenção à população indígena local, em caso de necessidade de um isolamento social/quarentena forçada, aos que para essa aldeia se dirigem. Visava prevenir e acolher os indígenas idosos com suspeitas de gripe sintomática, diabetes, pressão alta etc. frágeis ao Covid-19²⁶, evitando assim, a disseminação e o alarmismo na Mapuera, bem como, a perda de parte da história do lugar que se faz presente em suas memórias.

A primeira possibilidade de recepção dos indígenas recém-chegados, foi a Escola de Ensino Fundamental Wai Wai que estava com suas atividades suspensas por decreto municipal e estadual. O espaço se apresentava conforme as figuras abaixo:

²³ Esclarecemos que a recepção de indígenas que se deslocaram para Mapuera no período do “olho do furacão” o Covid-19, todos, por recomendação do Ministério Público Estadual, cumpriram uma “quarentena” de uma semana na cidade de Oriximiná para, em seguida, se deslocarem para Mapuera, segundo a informação do Responsável Técnico - RT pela Casa de Saúde Indígena CASAI de Oriximiná. Daí a necessidade de mais uma semana de isolamento na aldeia, para complementar esse ciclo. Pelo menos era essa a ideia central do projeto.

²⁴ O custo zero considerava que os locais - escola, “Casa dos Professores” e dois alojamentos da Igreja evangélica, em sua maioria, estavam estruturados. Além disso, a parceria com a prefeitura municipal e outros pormenores ligados a ela, facilitavam o acesso a alimentos e materiais necessários para a manutenção e limpeza desses locais. Isso ficará mais claro nos parágrafos seguintes.

²⁵ É bom lembrar que a merenda escolar, por lei, já tinha sido prevista no orçamento anual das secretarias de educação para as escolas dessa região, dentre elas, as que compõe as áreas indígenas. Desse modo, mesmo com a suspensão das aulas, essa merenda, por lei, deveria ser oferecida para auxiliar familiares em tempos de pandemia, revelando ônus zero para Secretaria Municipal de Educação de Oriximiná, na elaboração e execução do projeto de isolamento já que, absolutamente nada, seria acrescido em seu orçamento anual. Isso era válido para possível necessidade de ações de seus funcionários que, exerciam a função como cozinheiro e serviços gerais, poderiam prestar serviços no período da quarentena.

²⁶ Havia o entendimento que, isolando os recém chegados, além de protege-los, protegia também os indígenas inseridos no grupo de riscos: idoso, diabéticos etc.

Figura 3 - Escola Indígena Wai Wai. (Parte frontal)



Fonte: Do autor/abril de 2020

Figura 4 - Escola Indígena Wai Wai. (copa cozinha)



Fonte: Do autor/abril de 2020

Com 10 salas, o prédio poderia ser isolado e as salas compartimentadas, por divisórias de madeiras, transformando-os em 2 espaços em cada sala. Com essa estratégia, a escola acomodaria, num todo, 20 pessoas. Além disso, esse espaço possui uma cozinha que continha

pratos, colheres, panelas, fogão e gás, além de uma estrutura para atar rede nas salas. Possuía moveis comuns como cadeiras e mesas que poderiam ser usados como suporte para todo apetrecho que os ocupantes deste espaço possuísem. O local continha luz, água, banheiro, um freezer horizontal e wi-fi, o que impediria o isolamento total dos indígenas que para esse espaço fossem encaminhados, em especial, os mais jovens²⁷.

Em caso de isolamento, a pessoa ficaria por 10 dias nos locais, com visitas programadas de parentes objetivando o fornecimento de alimentos (café, almoço e jantar). Após isso, se programariam visitas da equipe de saúde em três períodos: pela manhã, pela tarde e uma pela noite, visando o monitoramento dos indígenas como pressão, oxigenação e temperatura.

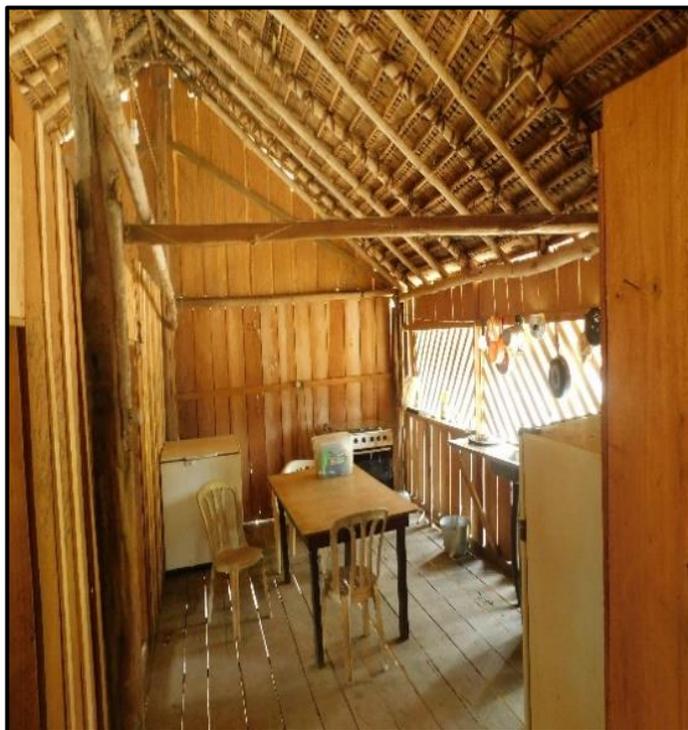
Outro local escolhido para servir de isolamento, fora a “Casa dos professores” que sem uso, nesse momento da pandemia, abrigaria 3 indígenas, adotando as mesmas estratégias usadas na escola local.

Figura 5 - Área frontal da “Casa dos Professores”



Fonte: Do autor/abril 2020.

²⁷ Destacamos que em julho de 2018, quando em campo, fora instalada a rede de Wi-fi na Mapuera, um dos pontos principais de sua transmissão, estava a escola aqui mencionada e a residência do cacique geral no centro dessa aldeia, próximo “Casa dos professores”.

Figura 6 - Cozinha da “Casa dos Professores”

Fonte: Do autor/abril 2020.

“A casa do Professor” possui três quartos (figura 5), uma cozinha (figura 6), uma sala, um banheiro e acesso à internet, fornecida pela proximidade da casa do cacique geral. Há uma caixa d’água que serviria de apoio, com fornecimento de água. O procedimento de visitas iria se realizar da mesma maneira a adotada na escola Wai Wai, seja da família e profissionais da saúde.

Outros espaços pensados para recepção/isolamento dos indígenas que se dirigissem a Mapuera, foram dois alojamentos construído por conta do VIII Congresso Nacional das Lideranças Indígenas Evangélicas – VIII CONPLEI, em 2018, ao lado da igreja evangélica.

Figuras 7 e 8 - Alojamento próximo a igreja evangélica na Mapuera.

Fonte: Do autor/abril de 2020.

Sem uso, esses locais como demonstram nas figuras 7 e 8, foram alternativas para o isolamento pretendido. Os mesmos exigiriam reparos urgentes por não possuírem água encanada. Isso seria providenciado pelos Agente Indígenas de Saneamento – AISAN²⁸, conforme acordado em reunião²⁹.

As alternativas se apresentavam como forma de amenizar e tranquilizar os indígenas da aldeia e, ao mesmo tempo monitorar, os “parentes” oriundos de vários lugares com direção à Mapuera, evitando o surgimento e prevenção do Covid-19 e preservando a saúde mental e física do que ali vivem, mesmo que opiniões diversas sobre esse contexto existissem no local.

Nos lugares destinados ao isolamento dos indígenas, seriam tão somente permitidas visitas de familiares da forma que não expusessem esses visitantes, numa evidencia que o isolamento não requer aproximação física de familiares, amigos, irmãos etc. Elas se dariam da seguinte forma: 8:00-9:00 (Café); 12:00-13:00 (Almoço) e 19:00-20:00 (Janta) e seguindo todos os protocolos organizado pela equipe de saúde, em especial, o distanciamento.

As visitas dos profissionais de saúde se dariam para monitoramento de forma que as orientações médicas seriam realizadas por enfermeiros e AIS’s. Isso se daria, considerando que as demandas cotidianas desses profissionais no PSI não seriam comprometidas. Nessa estratégia adotada, não alterava a rotina deles, já que o horários de visitação e monitoramento da equipe de saúde, sempre se dariam às 9:00-10:00; 15:00-16:00 e 18:00-19:00 hs, isto é, o momento de menos pico de atendimento no PIS e o revezamento entre eles, era viável, segundo fora planejado.³⁰

Nesse projeto de isolamento, pensou-se em um mínimo de estrutura, que não alterasse e onerasse qualquer uma das secretarias envolvidas nesse processo, sejam de saúde ou educação, mas aproveitasse seus funcionários e serviços, sem desregular sua base salarial. Na escola, os funcionários com funções de cozinheiros, copeiros e vigias, seriam aproveitados, segundo negociações com a SEMED/Oriximiná, para que pudessem realizar seus serviços nesse espaço. Para isso seriam providenciados os devidos cuidados com sua segurança e saúde como o uso de máscaras, álcool em gel e distanciamento, foram pensados.

Já o DSEI –GUATOC como parceiro, entraria com a seguinte estrutura de pessoal: 01 médico; 01 enfermeira; 04 Agente de Saúde Indígena. Além disso, o da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, seria acionado para a doação de materiais necessário para esse contexto visando a proteção dos profissionais de saúde e dos indígenas isolados.

Para garantir o processo de limpeza, atendimento, pensou-se em um mínimo de estrutura de higiene. Para isso a parceria com a SEMED e a SEMSA, visava manter o local limpo e em segurança no contexto do atendimento/monitoramento diário. Assim, a estrutura material foi desenhada: Máscaras de proteção (200); Álcool Gel (60 litros); desinfetante Kboa (60 litros); detergentes (60 litros); vassouras (04); rodos (04); luvas de proteção (20 pares); escapulas para armar redes (30). Isso visava atender os momentos emergenciais desse isolamento.

De todo modo, o cuidado e a prevenção, foram caminhos para que, mesmo estando em uma curva crescente da pandemia, necessário se fez ter prevenções, evitando aproximação, contaminação e disseminação pelo “olho do furacão”, o Covid-19, na aldeia Mapuera, onde se

²⁸ Alertamos que qualquer atividade de caráter emergencial, a mesma é acionada por meio de reunião com lideranças, que convoca indígenas para a busca de madeira na mata ou de qualquer material para construção de abrigos etc, o chamado mutirão. Percebemos que em pouco tempo, com esses mutirões, eles conseguem construir determinados espaços e realizar diversas atividades, em tempo recorde.

²⁹ A cisterna de fornecimento de água em Mapuera, está instalada a uns vinte metros desses alojamentos, o que facilitava reparos e instalações urgentes referente ao fornecimento de água. Relativo a energia, essa seria uma extensão da igreja evangélica, já que ela estava localizada ao lado desses alojamentos.

³⁰ As visitas de familiares e da equipe de saúde para realização de monitoramento, foram pensadas de forma diferente, para evitar acumular pessoas no local. Por isso o tempo uma hora para visita da família depois a entrada da equipe de saúde, tornando-se forma mais adequada para esse contexto.

centrou essa proposição ora apresentada. Caso progredisse a pandemia e o isolamento, novas formas estruturais deveriam ser pensadas junto aos parceiros e as equipes aqui mencionados, pois a saída do autor da Mapuera e desse relato de experiência, seria iminente, como de fato ocorreu.

5 CHEGANDO AO FIM: O QUE OCORRERA APÓS A PRODUÇÃO DO PROJETO DE ISOLAMENTO SOCIAL?

O projeto “Isolamento Social na aldeia Mapuera” foi entregue ao cacique geral e a equipe de saúde. Dias depois, barulhos de motores de lanchas e canoas, pela noite, madrugada e durante o dia, foram ouvidos, anunciando a chegada de indígenas no local em final de abril e início de maio de 2020. O quantitativo deles – os recém chegados – perfaziam um total de, aproximadamente, 45 (quarenta e cinco).

Estarmos diante de 45 indígenas oriundos de vários lugares onde o Covid-19 estava em pleno pico, nos assustou e tirou a concentração para a realização de pesquisa. Decidimos nos isolar em casa escrevendo relatos e materiais para a tese. Assim teríamos menos exposição e riscos, mas sempre atentos ao uso ou não do projeto de isolamento social.

Os indígenas, de forma geral, estavam divididos em suas opiniões sobre essa chegada e posterior isolamento, uns preocupados outros não. O uso de máscaras e procedimentos necessários para evitar a contaminação, ainda não era percebido em Mapuera, até mesmo porque, em todo o Brasil, os protocolos e cuidados necessários com uso de álcool em gel e máscaras, ainda eram tateante no país, e muito incipiente nos lugares distantes nesse período inicial da Covid-19, pelas incertezas que esse vírus e essa doença traziam.

Quinze dias se passaram e era notável a circulação dos recém-chegados na aldeia. O tamanho de nossa preocupação era a dimensão da despreocupação de alguns indígenas frente ao Covid-19. Isso se dava pela quarentena que eles tinham passado na cidade de Oriximiná e a fé em Deus: “Nós aqui, tamo protegido dessa doença. Se morre, agradece pro estar perto de Jesus. Se viver agradece por permanecer vivo. Mas a aldeia tá protegida”.

E o projeto de isolamento social? A crença de que nenhum dos indígenas chegados na aldeia, não eram potenciais transmissores do Covid-19, era maior nas lideranças e no cacicado do que em nós. Até esse momento, o projeto não fora executado. O desejo era que realmente ele não fosse usado, pois não sendo utilizado e, parecendo contraditório, ele estaria dando certo, pois apontaria que nenhum infectado teria adentrado em Mapuera.

Informamos aqui que os protocolos sugeridos pelos Ministério da Saúde e OMS, sob a ótica técnica, faltou ser mais detalhados, já que a ideia inicial era uma “proposta” emergencial, o que suscitava adequações futuras. Mesmo assim e da forma como fora finalizada, o projeto atendia as necessidades urgentes que o contexto pedia. A partir desse momento, percebemos que era hora de sair de campo junto a equipe de saúde, cuja a troca iria ser feita em meados de junho de 2020.

É necessário esclarecer que o projeto de isolamento social foi compartilhado com DSEI GUATOC e, segundo informes posteriores, soubemos que o mesmo não iria aderir a tal proposição, não se sabe por que motivos. Mas um mês depois do retorno para Belém, na primeira quinzena de junho, esse DSEI, lançou um projeto de proteção aos indígenas e profissionais da saúde que atuam nessa aldeia frente ao Covid-19 e nele percebi que linhas do mesmo possuía “semelhanças” do que foi aqui apresentada.

Não importa que motivos da não adesão ao projeto aqui apresentado pelo DSEI-GUATOC, mas sim compreender que ele fora feito sob várias mãos e pensando na particularidade do local. Além disso, saber que a proposição aqui apresentada, serviu de inspiração a projetos institucionais do governo federal, nos deixou confortável, por ver que as ideias do cacique geral da aldeia, do Conselho de Saúde local, da equipe de Saúde da Mapuera,

do diretor da Escola Wai Wai e professores, do representante da igreja evangélica e do autor desse relato experiência, auxiliaram o DSEI-GUATOC na construção de políticas públicas em um momento tão difícil, no enfrentamento do “olho do furacão, a Covid-19, nesse local.

Essa experiência revelou, a necessidade de um debate múltiplo para enfrentar o Covid-19 e que os antropólogos e a antropologia, dentre outras áreas do conhecimento, sozinhas, não materializam projetos dessa natureza se não for dialogal, interdisciplinar e partilhado com os principais envolvidos nesses contextos, os povos indígenas na Amazônia. (BUCHILLET, 1989; WAI WAI AWPEYASA; WAI WAI KOYON; POTIGUAR JUNIOR, 2019).

Ainda mais, compreendemos que a experiência, respondeu a principal questão que nós fazíamos durante a pesquisa de campo relativo ao papel do antropólogo num contexto pandêmico. Não só respondeu como impulsionou a proposição desse projeto de isolamento social na certeza de a empatia, o respeito às diferenças, são bases para experiências como essa e acreditando que o “olho do furacão”, o Covid-19, não se trata de apenas de “uma gripezinha”, mas sim de um vírus letal que se não for enfrentado com responsabilidade e empatia, tornar-se-á – se é que já não se tornou – arma principal para um genocídio e etnocídio que assola/assolará os povos indígenas, cuja vulnerabilidade é clara e latente.

Para esclarecimentos finais, em 30 de junho de 2020, a cidade sede da Mapuera, Oriximiná, registrava 10 casos suspeitos, 1.712, casos confirmados, 28 óbitos, 29 internados, 1.732 em isolamento. Mas 1.709 casos descartados, 1.399 curados. Nenhum caso dentro da aldeia Mapuera³¹.

Hoje, 15 de abril de 2021, momento de fechamento desse texto, a cidade de Oriximiná conta com 8.142 mil casos, 5.633 descartados; 25 internados, 7.252 recuperados, 1.309 em isolamento e 153 óbitos³².

O que chama atenção é que, em menos de um ano, a cidade sede da Mapuera, Oriximiná, teve um aumento de aproximadamente 400% de casos confirmados e aproximadamente 500% de óbitos. Por outro lado, em Mapuera, temos notícias de 3 óbitos, e alguns casos de Covid-19, embrionários.

Os dados de Oriximiná, como município, estão postados no site oficial dessa prefeitura, não especificando as populações indígenas. Além disso, está em curso o processo de vacinação que tem no município 5.618 de vacinas aplicadas, sem especificar os indígenas. Em Mapuera, onde a vacina também está em curso, surgem problemas graves de negacionismos, fruto de fake news espalhadas entre eles, via Facebook e WhatsApp - e que causa preocupação constante nas lideranças nesse local, mas isso, são objetos para análises e produções posteriores.

Por fim, acreditamos que tudo isso vai passar!

REFERÊNCIAS

ABA, Associação Brasileira de Antropologia. **As ciências sociais e a saúde coletiva e a atual epidemia da ignorância, irresponsabilidade e má fé.** Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/2020/03/26/manifestacoes-da-aba-sobre-o-coronavirus>. Acesso em: 1 abr. de 2020.

BUCHILLET, Dominique (Org). **Medicina tradicional e medicina ocidental na Amazônia.** Museu Paraense Emílio Goeldi. CEJU.UEPA. Belém, 1989.

BOLETIM CORONAVIRUS (COVID 19) ORIXIMINÁ. Disponível em <https://www.oriximina.pa.gov.br/>. Acesso em: 15 abr. de 2021

³¹ Disponível em: <https://www.oriximina.pa.gov.br/>. Acesso em: 15 de abr. de 2021.

³² Disponível em: <https://www.oriximina.pa.gov.br/>. Acesso em: 15 de abr. de 2021.

BRASIL. **Pátria Vacinada**. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br>. Acesso em: 30 de mar. 2021.

CARDOZO, Ivaneide Bandeira e VALE JUNIOR, Israel Corrêa do (Orgs). **etnozoneamento da porção paraense das terras indígenas Trombetas Mapuera e Nhamundá- Mapuera**. Porto Velho- RO, EDUFRIO. 2012.

LANGDON, E. e GARNELO, L. (org). **Saúde dos povos indígenas**: reflexões sobre a antropologia participativa Rio de Janeiro. 2004.

QUEIROZ, Rubem Caixeta de. **A saga de Ewka**: epidemias e evangelização entre os Waiwai. *In: Transformando os Deuses- múltiplos sentidos de conversão entre os povos indígenas no Brasil*. Organizado por R.M. Wriqth. Campinas; editora UNICAMP, 1999,255-284.

QUEIROZ, Rubem Caixeta e GIRARDI, Luisa Gonçalves. Dispersão e concentração indígena nas fronteiras das Guianas. Análise do caso Kaxuyana. *In: Revista Brasileira do Caribe*. São Luis, MA, Brasil. Vol XIII. Numero 25, Jul-dez-2012.

QUEIROZ, Rubem Caixeta. **Trombetas- Mapuera**: território Indígena. Brasília. FUNAI/PPTAL, 2008.

SEGATA, Jean. **Covid-19**: escalas da pandemia e escalas da antropologia. *In: Notícias*. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/covid-19-escalas-da-pandemia-e-escalas-da-antropologia>. Acesso em: 20 de jun. de 2020.

WAI WAI AWPEYASA, André; WAI WAI KOYON, Nelson; POTIGUAR JUNIOR, Petronio Lauro Teixeira. Conhecimento e uso das plantas medicinais entre indígenas: uma experiência educacional na Amazônia. *In: A medicina tradicional popular amazônica (MTPA) e temas afim*. Organização Rosineide da Silva Bentes. Serie Vidas. Editora CRV. Volume I. Curitiba, 2019.

UMA EXPERIÊNCIA EM SAÚDE, LÍNGUA E HUMANIZAÇÃO NO CONTATO ENTRE MÉDICOS CUBANOS E PACIENTES BRASILEIROS NA AMAZÔNIA PARAENSE

Danielle Pinto Silva¹
Tabita Fernandes da Silva²

RESUMO

Este artigo traz o recorte de um estudo mais amplo da dissertação intitulada “Médicos cubanos e comunidade bragantina: notas sobre o contato linguístico espanhol/português em terras brasileiras” que teve como objetivo apresentar alguns aspectos da situação do contato linguístico que se estabeleceu entre médicos cubanos e parte da comunidade bragantina no âmbito do Programa Mais Médicos, nos anos de 2015 a 2017, no município de Bragança-PA. Neste recorte, apresentamos algumas questões de natureza linguística que emergiram desse contato linguístico nas práticas de saúde entre os médicos cubanos e pacientes bragantinos, em que ambos estavam interessados em entender e se fazerem entendidos em seus relatos verbais. Dessa forma, a pesquisa consistiu em analisar os impasses impostos pelas diferenças linguísticas dos dois grupos bem como sobre as estratégias desenvolvidas, por ambos, para atingirem os propósitos prioritários das consultas médicas no contexto em que se encontravam. Assim, os resultados evidenciaram que o esforço mútuo e a cooperação na aceitação das estratégias e esforços de tradução propostos no contexto garantiram o sucesso das interpretações dos sintomas da enfermidade e de seus diagnósticos, culminado em uma experiência integrativa entre saúde, língua e humanização na Amazônia paraense. O caminho metodológico da pesquisa constituiu-se em uma abordagem hermenêutica e, para isso, foram realizadas entrevistas, aplicação de questionários e observações, bem como foram adotados princípios teóricos das áreas Línguas em Contato Weinreich (1953) e Thomason (2001), da Sociolinguística Labov (2008) e Calvet (2004), Bortoni- Ricardo (2005) e da Tradução cultural Jakobson (1995).

Palavras-chave: Médicos cubanos. Pacientes bragantinos. Amazônia paraense. Contato linguístico. Humanização.

AN EXPERIENCE IN HEALTH, LANGUAGE AND HUMANIZATION IN THE CONTACT BETWEEN CUBAN PHYSICIANS AND BRAZILIAN PATIENTS IN THE PARAENSE AMAZON

ABSTRACT

This article presents an excerpt from a broader study of the dissertation entitled “Cuban Doctors and the Bragantine Community: Notes on Spanish / Portuguese Linguistic Contact in Brazilian Lands” which aimed to present some aspects of the situation of linguistic contact that was established between Cuban doctors and part of the bragantine community within the scope of the Mais Médicos Program, from 2015 to 2017, in the municipality of Bragança-PA. In this section, we present some linguistic issues that emerged from this linguistic contact in health practices between Cuban doctors and Bragantine patients, in which both were interested in understanding and making themselves understood in their verbal reports. Thus, the research consisted of analyzing the impasses imposed by the linguistic differences of the two groups as well as on the strategies developed, by both, to achieve the priority purposes of medical consultations in the context in which they found themselves. Thus, the results showed that the mutual effort and cooperation in accepting the strategies and translation efforts proposed in the context guaranteed the success of the interpretations of the symptoms of the disease and their diagnoses, culminating in an integrative experience between health, language and humanization in the Amazon.

¹ Graduada em Letras e Pedagogia. Mestra em Linguagens e Saberes na Amazônia. E-mail: danipinto@bol.com.br

² Discente na Universidade Federal do Pará. Mestra em Linguística – UFPA (2000). Doutora em Linguística – UnB (2010). E-mail: tabitafsl@hotmail.com.

from Pará. The methodological path of the research consisted of a hermeneutic approach and, for this, interviews, questionnaires and observations were carried out, as well as theoretical principles from the Languages in Contact Weinreich (1953) and Thomason (2001), from Sociolinguistics Labov (2008) and Calvet (2004), Bortoni- Ricardo (2005) and the Cultural Translation Jakobson (1995).

Keywords: Cuban doctors. Bragantine patients. Paraense Amazon. Linguistic contact. Humanization.

Data de submissão: 20. 04. 2021

Data de aprovação: 02. 05. 2021

INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui-se em uma breve reflexão sobre a estreita relação entre linguagem e saúde nas práticas de interação entre os médicos cubanos e a comunidade bragantina, na Amazônia paraense por ocasião da implantação e execução do Programa Mais Médicos (PMM), no município de Bragança-PA.

O PMM foi organizado e implantado em 08 de julho de 2013, durante o governo de Dilma Rousseff, por intermédio da Medida Provisória nº 621. Esta foi, em 22 de outubro do mesmo ano, convertida na Lei nº 12.871 (BRASIL, 2013), com a finalidade de alcançar as ações de aperfeiçoamento na área de Atenção Básica em Saúde em regiões prioritárias para o SUS³. Segundo o Ministério da Saúde (2015), o problema da “falta de médicos” foi definido como prioridade e o governo federal estudava desde 2011 modos de tentar enfrentá-lo.

Uma das principais parcerias do governo federal foi com o governo de Cuba. Ambos os países estabeleceram acordos políticos e econômicos, desde o ano de 2013, a fim de interiorizar políticas de saúde em várias regiões brasileiras como alternativas à defasagem de médicos, apontada como o maior problema do SUS (IPEA, 2013), bem como para garantir atendimento público à sociedade local.

A experiência da presença de médicos cubanos ao Brasil em um município da Amazônia paraense, Bragança, criou uma oportunidade profícua para se refletir sobre a relação entre saúde, língua e humanização em contextos de saúde em que a situação de contato entre línguas diferentes e variedades de uma mesma língua era bastante evidente.

Neste contexto, o presente artigo privilegia um dos pontos de análise da dissertação de mestrado “Médicos cubanos e comunidade bragantina: notas sobre o contato linguístico espanhol/português em terras brasileiras” (SILVA, 2018). O foco da pesquisa maior foi a situação de contato entre duas línguas que compartilhavam um espaço social comum, o da saúde, e como se dava a relação desses sujeitos com as línguas diferentes em uma situação cuja necessidade de interagir verbalmente era imperiosa e necessária.

O aspecto do estudo das línguas em contato aqui abordado centra-se no reconhecimento de que os contextos de contato entre línguas criam situações que incidem fortemente na qualidade e no sucesso das interações verbais, geram interferências de uma língua sobre outra e até ocasionam mudanças linguísticas. Entendemos que os contextos de contato linguístico devem ser considerados e reconhecidos a fim de que, a partir da identificação dos impasses de comunicação neles gerados, possam ser dirimidos e, até, solucionados quando possível.

Por meio da observação do contexto de atuação dos profissionais de saúde cubanos no PMM, houve a possibilidade de investigar a interação entre o português e o espanhol, a mescla de culturas e identidades capazes de interagir e fazer emergir novos modos de comunicação entre os grupos sociais envolvidos e a importância da interação verbal na área da saúde, pois é um campo que deve ser fundado na conversa, na anamnese, na interação entre pessoas, de

³ SUS: Sistema Único de Saúde

maneira a possibilitar uma partilha de saberes e um entendimento mútuo entre os grupos envolvidos.

A decisão por discutir, conforme já mencionado, apenas, alguns impasses, estratégias e soluções encontrados pelos dois grupos envolvidos – médicos cubanos e pacientes bragantinos – para o sucesso da interação na prática médica, bem como uma reflexão desenvolvida a partir do olhar do pesquisador, levanta a necessidade de se olhar para a relação entre médicos cubanos e comunidade bragantina com o propósito não só de compreender os entrelaçamentos desses saberes e fazeres em suas culturas e línguas, mas de entender a experiência da atuação de humanização dos médicos cubanos na Amazônia Paraense.

A esse respeito, algumas questões foram levantadas na pesquisa: a) quais as principais dificuldades/impasses em relação à língua portuguesa enfrentadas pelos médicos e pacientes? Como os médicos resolvem o impasse de serem falantes do espanhol em país cuja língua oficial é o português? b) Que impasses surgem nas interações mediadas pelo uso de línguas e variedades distintas da mesma língua? c) Como o fator variação linguística se impõe como uma questão fundamental em contextos de contato linguístico? d) Que estratégias os médicos e pacientes utilizaram para resolver seus impasses nas dúvidas linguísticas que surgiram?

Tais questões orientaram a pesquisa e direcionaram o trabalho para cinco eixos: primeiro, trazer à luz os princípios fundamentais do contato linguístico e os fundamentos da variação linguística; segundo, perceber quais estratégias e táticas foram adotadas pelos dois grupos para que a comunicação fosse eficaz entre eles; terceiro, observar alguns contrastes linguísticos em cada uma das línguas estudadas, buscando suas inter-relações; em quarto lugar, registrar as 47 conversas dos médicos cubanos e dos pacientes bragantinos a fim de reunir os dados necessários que atestassem os comportamentos linguísticos desses dois grupos para realização da etapa final de análise.

Os caminhos metodológicos da pesquisa desenvolveram-se sobre o eixo da abordagem hermenêutica de cunho qualitativo (GADAMER, 1998), considerando, para a experiência, a importância da linguagem como meio de comunicação e objeto da compreensão.

As pesquisas ocorreram a partir de meados de 2017, estendendo-se a todo o ano de 2018. Foi desenvolvida, exclusivamente, nas comunidades bragantinas do Cacoal, do Treme e nos bairros de Vila Nova, Perpétuo Socorro e Bacuriteua, localizados na periferia da cidade e, em alguns momentos, nas residências de alguns médicos cubanos e na Secretaria Municipal de Saúde do município.

Contamos com a participação de 13 (treze) indivíduos, todos residentes no município de Bragança – 05 médicos cooperados cubanos; 05 bragantinos/pacientes e 03 agentes/técnicos responsáveis pelas unidades de saúde no município.

A coleta de dados obedeceu a procedimentos básicos como a utilização de questionários com perguntas elaboradas previamente para os médicos cubanos, entrevistas com os colaboradores bragantinos e anotações de campo registradas por escrito. Tais anotações de campo com as conversas informais foram extremamente importantes para a pesquisa em razão das impossibilidades de gravações, filmagens e registros fotográficos. Na pesquisa direta com os médicos não foi permitido o uso de gravadores e de máquinas fotográficas em virtude do contrato de trabalho estabelecido entre eles e Cuba, sendo, assim, autorizados apenas os questionários que seriam respondidos por eles em momentos oportunos.

Para que o estudo se encaminhasse e atingisse os objetivos e as coletas de dados realizadas, houve uma série de negociações com os médicos cooperados cubanos, bem como autorização da coordenação do PMM em Bragança e do coordenador geral do Programa no Pará. As restrições surgidas em torno da pesquisa de campo foram consideradas e respeitadas.

As técnicas de nossa pesquisa buscaram ajustes em virtude de algumas restrições por parte do público entrevistado associando-se, dessa forma, ao que Marconi e Lakatos (2003, p. 33) afirmam: “tanto os métodos quanto as técnicas devem adequar-se ao problema a ser

estudado, às hipóteses levantadas que se queira confirmar, e ao tipo de informantes com que se vai entrar em contato”.

As dificuldades linguísticas constituíram uma das principais dificuldades enfrentadas por médicos cubanos e pacientes bragantinos, acentuadas pela questão da variação linguística, visto que ambos colocaram-se em contato com estruturas e regras linguísticas de outra língua e com indivíduos que traziam consigo suas bagagens culturais, étnicas, suas representações de mundo e do outro, implicadas na língua além de uma variedade linguística característica da Amazônia paraense.

A partir de esforços de compartilhamento e interação, Silva (2018) pôde observar algumas das atividades tradutórias que possibilitaram o diálogo entre as duas culturas e uma ressignificação de signos tradicionais, tanto da área médica quanto da dos saberes populares. O recurso de formas espontâneas de tradução tornou-se, então, fundamental, vindo a se tornar, assim, a própria prática de sobrevivência e manutenção da interação entre médicos e pacientes bragantinos. No exercício e tentativa mútua de tradução linguística, os dois grupos adentraram no repertório cultural um do outro.

1 A INTERAÇÃO NA PRÁTICA CLÍNICA: MÉDICOS CUBANOS E PACIENTES BRAGANTINOS

1.1 MÉDICOS CUBANOS NO BRASIL

A falta de assistência médica no Brasil, principalmente nos interiores, nas regiões de periferia das grandes cidades e em distritos indígenas, fez com que projetos de cooperação internacional no campo da saúde surgissem como importante meio de fortalecer as diversas estruturas que fazem parte dos sistemas de saúde do nosso país. O PMM, foi um desses projetos que ganhou legitimidade em virtude do seu propósito de melhorar a cobertura e a qualidade no modelo de atendimento na área de Atenção Básica para a população então desassistida do Brasil (BRASIL, 2015).

Assim, o programa foi considerado uma estratégia do sistema para aproximação entre população/serviço e preconizava que os profissionais participassem de uma série de atividades de educação e de integração ensino-serviço, para que desenvolvessem uma atenção à saúde de qualidade de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica (BRASIL, 2011, art. 6º). Esta, sendo caracterizada:

Por um conjunto de ações de saúde, nos âmbitos individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde das coletividades.

Os médicos cooperados cubanos estão entre o grupo de outros médicos – estrangeiros e brasileiros – que aderiram ao PMM. A Lei Federal nº 12.871 estabelece a adesão de médicos brasileiros e estrangeiros ao Programa Mais Médicos. É necessário, não obstante, destacar que essa participação segue uma ordem prevista no artigo 13, § 1º, incisos I, II e III dessa lei, como se observa:

[Primeiro, ocupam as vagas, os] [...] médicos formados em instituições de educação superior brasileira ou com diploma revalidado no País, inclusive os aposentados [...] [Depois os] [...] médicos brasileiros formados em instituições estrangeiras com habilitação para exercício da Medicina no exterior [...] [E, finalmente, os] [...] médicos estrangeiros com habilitação para exercício da Medicina no exterior. (BRASIL, 2013).

Foi nesse processo, é importante frisar, que os médicos cubanos se encaixavam, fazendo parte, não do todo do PMM, mas sim de um dos espectros de ações do Programa.

A contratação desses profissionais cubanos, entretanto, fez parte de um regime de acordo diferenciado. Enquanto, venezuelanos, argentinos e espanhóis se inscreveram voluntariamente no programa, os cubanos atuavam como prestadores de serviço de um pacote oferecido pelo governo de Cuba ao Ministério da Saúde, sob intermediação da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Advindos de Cuba, trouxeram a formação médica desse país. Cuba tem uma saúde pública de caráter estatal e social com acessibilidade e gratuidade. A formação de seus profissionais em saúde é voltada para a saúde da família, na qual médicos são clínicos gerais mas têm conhecimento de pediatria, pequenas cirurgias e até de ginecologia e obstetrícia.

A implantação do PMM e a contratação de médicos cubanos causaram inúmeras polêmicas em vários setores da sociedade brasileira. Associações médicas, organizações de classe, políticos de oposição, estudantes de medicina e parte da mídia se posicionaram antagonicamente, fazendo severas críticas à qualidade dos médicos e às formas de contrato estabelecidas pelo PMM.

Conforme Silva (2018), o contato, a priori, entre os médicos cooperados cubanos e os brasileiros ocorreu marcado por conflitos interculturais, expressos por uma acentuada desconsideração ao médico estrangeiro, baseada na concepção de que este viria ocupar o lugar do médico brasileiro, o que fez com que inúmeros brasileiros inferissem negativamente à presença dos médicos cubanos.

1.2. PACIENTES BRAGANTINOS

Dentre os muitos brasileiros que se posicionavam a respeito da contratação e vinda dos médicos cooperados cubanos, centramo-nos nos indivíduos que precisavam de atendimento médico, os pacientes, vistos por nós como os sujeitos que teriam maior proximidade com os médicos, nos espaços de saúde, e que compunham um dos principais lados da interação médico-paciente.

Os pacientes do PMM no Brasil geralmente eram sujeitos de comunidades mais vulneráveis ao serviço da assistência médica primária, uma população que mais precisavam do SUS, a parcela mais pobre e mais afetada pela desigualdade social. Nesse contexto, o PMM esperava garantir mais médicos e mais saúde para essas populações, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, buscando, assim, interiorizar as políticas de saúde.

De acordo com o Ministério da Saúde, dos 360 mil médicos em atividade no Brasil em 2012, 206 mil trabalhavam na região Sudeste. Pesquisas da Estação de Pesquisas de Sinais de Mercado da Universidade Federal de Minas Gerais - EPSM (UFMG, 2012) sobre a escassez de médicos no país mostra que cerca de 1,3 mil dos 5.565 municípios brasileiros possuem um médico para atender cada 3 mil habitantes.

Do total de cidades, 7% não possuem médicos que morem nesses mesmos locais. Apenas 4% dos profissionais brasileiros, registrados nos conselhos, estão na região Norte. A proporção é de 0,9 médico por 1 mil habitantes na região. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a desigualdade na saúde ocorre porque os equipamentos e a presença dos profissionais são diferenciados. Essa complexidade é maior pelo fato de termos um sistema único de saúde especialmente na atuação pública, fazendo com que todo o país seja atendido embora as regiões mais ricas sejam aquelas que possuem melhores equipamentos e maior presença de profissionais, enquanto os estados mais pobres não têm o mesmo padrão de intervenção. É cada vez mais recorrente a recusa de médicos para trabalhar em regiões longínquas.

Em virtude de fazerem parte dessa estatística de vulnerabilidade, os cidadãos bragantinos foram contemplados com o PMM. A pesquisa analisou 05 comunidades, bairros e vilas na cidade de Bragança-PA cujas populações são amparadas pelo sistema municipal de saúde, em que o SUS é o único sistema que lhes garante a busca por condições melhores de vida e saúde.

Em vários momentos da pesquisa de campo revelou-se, por um lado, que com a presença do médico estrangeiro cubano, os bragantinos/brasileiros se deram conta de que estavam diante de sujeitos diferentes, cujas diferenças eram notadas, sobretudo, a partir da língua; de outro, o médico cooperado cubano chegado ao Brasil também entrou em contato com muitas diferenças, entre elas as diferenças linguísticas, que foram constatadas. O contato com uma nova cultura e uma nova língua requeria uma estreita relação já que a língua atuaria como instrumento na integração entre culturas e, por que não dizer entre países, como foi o caso entre Cuba e Brasil (espanhol/português) na situação a que nos referimos, em um contexto que se pode considerar dentro da normalidade e “sem conflitos” aparentes.

Não pode haver dúvidas, portanto, com base num regime democrático e no ritmo da globalização cada vez mais acentuado, que a coexistência pacífica de línguas e culturas diferentes, num mesmo contexto político, deve ser vista como algo perfeitamente normal, e possível. (DAMKE, 2008, p. 4).

É comum, diante do estrangeiro, emergir a noção de pertencimento a um grupo e a noção de que aqueles que não pertencem a esse grupo são, em consequência, diferentes de nós. Tal sentimento persiste nos seres humanos, ao longo de nossa história, lembrando-nos sempre a percepção daqueles que são iguais, com os quais se elaboram relações de reciprocidade e confiança, vínculos solidários, e a percepção dos diferentes, aos quais cabe a desconfiança, o estranhamento⁴ e até a repulsa, ainda que por razões aceitáveis.

Nesse sentido, vale a orientação de Christoph Wulf que, em diálogo com Morin sublinha:

A estranheza diante de si mesmo é uma experiência essencial, pois ela permite abrir-se às outras culturas, e ao outro. [...] o que é essencial é partir da não compreensão, de uma situação em que não compreendemos o estranho nem compreendemos a nós mesmos. (MORIN; WULF, 2003, p. 36-8).

Se, por um lado, a presença do médico cooperado cubano suscitou atitudes de preconceito, julgamento, avaliação negativa e até rejeição, importa destacar que, para grande parte dos usuários do PMM, a vinda dos médicos cubanos trouxe tranquilidade e saúde para pessoas que não tinham a presença tão frequente de médicos em suas comunidades.

Nesse contexto de extrema necessidade, a presença do médico estrangeiro vinha preencher uma lacuna e, como em todo contexto de contato entre cultura e línguas diferentes, a prática de linguagem surgiu como um fator determinante nas interações entre pacientes e médicos. A comunicação precisava acontecer para que os direitos integrais e igualitários de saúde não fossem ignorados e tivessem sucesso.

1.3 A INTERAÇÃO NA PRÁTICA CLÍNICA

A comunicação na prática clínica é muito mais que informações ou dados da enfermidade ali apresentados: é uma troca recíproca de benefícios e, inclusive, de sentimentos.

⁴Sentimento de desconforto e estranhamento que resultam em uma sensação profunda de não pertencimento ao seu ambiente de origem. (TEDESCO, 2013)

Na consulta médica o paciente e o médico precisam estar em uma forte conexão nas diversas fases de suas interações, porque expressar ideias e sentimentos implica a necessidade de se fazer ouvir, de se expressar e de entender.

Nesse contexto, a interação verbal não compreende apenas a interação face a face, mas tudo que está envolvido no processo de comunicação verbal, inclusive os atos sociais de caráter não verbal como os gestos e atos simbólicos, que estabelecem relações e significações entre o verbal e os horizontes sociais de valor, segundo a teoria de Bakhtin (1999, p. 117).

A interação entre os médicos cubanos e os pacientes bragantinos pressupõe, como em todas as relações humanas, a presença de um contexto, que configuraria os limites e as possibilidades de cada sujeito.

Tais interações observadas envolvem, de um lado, os médicos cubanos e, de outro, os pacientes, ambos interessados em entender e se fazerem entendidos nos seus relatos verbais. Assim, um dos lados quer se fazer entender no relato das doenças, sintomas e dor que lhes acometem, bem como entender as orientações médicas dadas; o outro quer entender os relatos dos pacientes e se fazer entendido nos diagnósticos e terapia que quer aplicar.

Assim, estamos diante de atitudes e de representações – como sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais. (JODELET, 2002, p. 5).

Na especialidade da clínica médica, os níveis de expressabilidade e de compreensibilidade precisam ser bem cuidadosos, pois podem ter efeitos decisivos na vida dos médicos e dos pacientes: equívocos no diagnóstico e nas formas de tratamento. Sem a mínima condição de expressão e de compreensão, a vida de um e a carreira de outro poderiam ser seriamente afetadas.

Nesse particular, em Bragança várias questões emergiram envolvendo o uso da língua portuguesa nas interações médicas, tanto dos médicos cubanos – falantes de espanhol, mas usuários do português nas consultas – quanto dos pacientes bragantinos que, por sua vez, usam uma variedade de português marcada pelo regionalismo da região.

Cada um desses grupos, na pesquisa, apresentam um ponto de vista sobre estas questões de linguagem presentes nas situações de contato. E foi esse olhar específico o caminho fundamental para que compreendêssemos o significado da situação linguística estudada.

Por meio da pesquisa de campo com indivíduos dos dois grupos foi possível detectar alguns pontos de tensão e dificuldade na interação requerida na prática médica. A pesquisa ressaltou dificuldades características do nosso sistema de saúde bem como encontrou dificuldades de práticas de linguagem suscitadas no contexto da clínica médica em situações de contato linguístico: a começar pelas diferenças entre as línguas até as diferenças culturais que os dois grupos tiveram que enfrentar.

Assim, os impasses de comunicação acabaram se constituindo como dificuldade para os médicos cooperados do PMM no início do contato pois, apesar de terem uma noção de fala e escrita do português, foram apresentados às variantes linguísticas da região bragantina dotadas de características marcantes da região. Os pacientes, por sua vez, também enfrentaram dificuldades nas questões linguísticas de modo que os dois grupos precisaram fazer acordos que permitissem o sucesso da interação.

Em se tratando de contextos de saúde, Pimenta e Texeira (1996, p. 473), ressaltam que “a comunicação da experiência dolorosa pelos doentes aos profissionais de saúde que lhes atendem é fundamental para a compreensão do quadro clínico, implementação de medidas analgésicas e avaliação da eficácia terapêutica”. Desse modo, a importância de poder comunicar a situação de enfermidade é a base para que haja um diagnóstico preciso. E a linguagem verbal – a que utiliza a palavra – impõe-se como uma ferramenta com elevado nível de importância. Como as línguas dos dois grupos a que estamos no referindo eram diferentes, a barreira de expressão e compreensão surgiu.

Certamente que as demais formas de linguagem também assumem o seu lugar de relevância conforme este estudo mostra, tanto que para o entendimento, logo de imediato, dos males que afligiam os pacientes, suas dores e doenças apresentadas, surgiu como necessária a elaboração de novas linguagens e traduções para sanar a barreira linguística que se apresentava entre médicos e pacientes naquele contexto em Bragança.

2 CONTATO LÍNGUÍSTICO NA INTERAÇÃO MÉDICO-PACIENTE: IMPASSES E SOLUÇÕES

O contato linguístico tem sido estudado sob abordagens e enfoques diversos, mas, no meio dessa diversidade, estudiosos como Weinreich (1953), Labov (1980), Tarallo (1987), Thomason (2001), Couto (2009) concordam com a ideia geral – excetuam-se as diferenças de enfoque e abordagem – de que os contatos linguísticos carregam a ideia central de que indivíduos ou comunidades inteiras entram em contato com línguas distintas ou dialetos distintos cujos resultados trazem algum tipo de efeito para as línguas envolvidas.

Weinreich (1953), por exemplo, considera o contato de línguas como um aspecto do contato entre culturas e a interferência exercida por um sistema linguístico sobre o outro, uma faceta da difusão cultural e da aculturação decorrentes do contato entre comunidades linguístico-culturais distintas. Dessa forma, para o autor, culturas em contato e, conseqüentemente, línguas em contato, terminam por acarretar algum tipo de interferência entre uma língua e outra.

Para Thomason (2001), os contatos linguísticos se reconhecem em comunidades de todas as dimensões, desde as pequenas às grandes nações e apresentam conseqüências sociais que podem ser favorecedoras e desfavorecedoras, ocasionando ou não interferências de uma língua sobre outra. Assim, pensar em contato linguístico é ver uma relação entre duas ou mais línguas e o que dessa comunhão resulta.

As situações de contato linguístico são tão relevantes para a história das línguas que podem induzir mudanças nas línguas envolvidas. Conforme Thomason (2001, p. 62), “o contato seria a causa de qualquer mudança linguística” já que, segundo a autora, certas mudanças teriam menos probabilidade de ocorrer fora de uma situação de contato particular.

De acordo com Calvet (2002), a situação de plurilinguismo experimentada no globo terrestre revela a inegável situação de contato a que os homens estão expostos.

O plurilinguismo faz com que as línguas estejam constantemente em contato. O lugar desses contatos pode ser o indivíduo (bilíngue, ou em situação de aquisição) ou a comunidade. E o resultado dos contatos é um dos primeiros objetos de estudo da Sociolinguística (CALVET, 2002, p.35).

Tratando da situação de plurilinguismo vivenciada por indivíduos em contexto de contato com uma língua diferente da sua, Calvet (2002) apresenta dois casos típicos:

Temos aqui dois casos típicos: pode ser uma pessoa que está de passagem (um turista, por exemplo) que tentará então lançar mão de uma terceira língua que tanto ele e a comunidade em que se encontra conheçam [...]. Mas pode se tratar também de uma pessoa que tem a intenção de permanecer naquela comunidade, sendo-lhe, por isso, necessário, para se assimilar, adquirir a língua da comunidade de acolhida. Esta é a situação na qual se encontram os trabalhadores migrantes que chegam a seu país de acolhida, sem conhecer ou sabendo bem pouco a língua (CALVET, 2002, p.40)

O segundo tipo de situação apresentada pelo autor aplica-se à dos médicos cubanos chegados a Bragança que enfrentaram o desafio de necessitar adquirir a língua portuguesa para garantir sua sobrevivência no novo espaço. O contato com a nova língua implicava algum tipo

de efeito para a sua língua de origem, bem como o natural surgimento de atitudes e comportamentos diante da nova língua.

Assim como geram consequências para as línguas dos povos envolvidos, as situações de contato linguístico acionam, também, determinados comportamentos e atitudes linguísticas. A aceitação ou não de outra língua está diretamente relacionada com as crenças que os falantes têm sobre essas outras línguas e que, conseqüentemente, podem influenciar na decisão de afirmar se uma língua é bonita ou feia, fácil ou difícil de ser compreendida.

Considerando a situação de contato estabelecida entre médicos cubanos e sociedade bragantina, não se pode negar que a imigração dos “médicos cubanos” para o Brasil, através do PMM, tenha gerado vários questionamentos, dentre eles o preconceito, que pode ir além da questão de raça e classe social: pode alcançar o linguístico, que é o que nos interessa aqui. E, mais ainda, os comportamentos que esse certo modo de falar pode provocar. Calvet (2002, p. 69) chama a atenção para dois tipos de consequências sobre os comportamentos linguísticos: “uns se referem ao modo como os falantes encaram sua própria fala, outros se referem às reações dos falantes ao falar dos outros”.

Em Bragança no contexto a que vimos nos referindo, foi visível o quanto o espanhol e a variedade do portunhol usada pelos médicos acionou atitudes e comportamentos dos falantes bragantinos. Da mesma forma, a variedade de português usada pelos bragantinos também gerou atitudes e comportamentos nos médicos cubanos uma vez que se depararam com uma variedade de português que era uma espécie de contra expectativa em relação à variedade de português que haviam aprendido em alguns cursos anteriores.

No contato linguístico estabelecido entre médicos cubanos e pacientes bragantinos foi possível observar alguns impasses e dificuldades e, ao lado disso, estratégias e soluções para dirimi-las e superá-las, as quais serão tratadas na seção seguinte.

2.1 IMPASSES LINGUÍSTICOS NA INTERAÇÃO MÉDICO-PACIENTE

2.1.1 O PORTUGUÊS E O ESPANHOL

O grupo de médicos e de pacientes, na imperiosa necessidade de interação, encontraram alguns impasses que os contextos de contato linguístico – quer entre línguas distintas, quer em variedades distintas de uma mesma língua – impõem. E esses impasses aconteceram no uso da língua, diante de termos e expressões do léxico, por um lado, tão naturais para o paciente bragantino, mas, por outro, tão esdrúxulos para os médicos cubanos.

Para demonstrar essa situação, o quadro abaixo mostra algumas das expressões particulares do nortista bragantino, marcadas pelo regionalismo para nomear as partes do corpo e os males que lhes afligem.

Tabela 1 - Termos linguísticos populares bragantinos.

PARTES DO CORPO	TERMOS POPULARES
Coluna vertebral	Espinhela caída Dor nos quartos Dor no espinhaço
Cabeça	Dor na moleira Moleira aberta/mole

Barriga	Dor no pé da barriga Dor de veado Barriga d'água
Pés, mãos, pernas	Curuba, pereba, frieira
Corpo inteiro	Catapora, bexiga, cobreiro, quentura.

Fonte: Silva (2018, p. 84).

Para os médicos cooperados cubanos, embora o espanhol se aproxime do português, entendiam que suas dificuldades residiam no fato de estarem inseridos no novo sistema de língua e cultura em que cada língua possui suas variedades carregadas de significações, interpretações, subjetividades individuais e particularidades regionais correspondentes a singularidades culturais.

De fato, como nos diz Jakobson (1995), a língua pode ser vista como a ocorrência da cultura. E, ainda na mesma linha de raciocínio, Labov (2008 apud SILVA, 2018) considera que a língua não constitui um sistema coerente e racional, mas um sistema marcado por alterações, ou seja, por variações linguísticas relacionadas à organização social.

Dentre todos os impasses observados nas interações verbais entre os médicos cubanos e os pacientes bragantinos selecionamos dois ligados às línguas dos dois grupos para discussão: a) línguas de origem distintas de cada grupo; b) o uso de duas variedades distintas do português, que era a língua comum aos dois grupos para a interação verbal. Desses dois impasses seria previsível que surgisse a insegurança de incompreensão mútua, de ambos os lados, gerada pelo entendimento de que as diferenças linguísticas poderiam trazer algum efeito negativo para os propósitos fundamentais da clínica médica.

Assim, os médicos cooperados observavam que, em muitos casos, tinham que adaptar significados de palavras isoladas que tinham a mesma pronúncia do espanhol, mas com significados diferentes na variedade linguística bragantina para, então, compreenderem o fluxo natural da fala de seus pacientes. Nessa reflexão, os médicos frequentemente precisavam de uma destreza acompanhada de muitas observações para identificar o que o paciente dizia e o modo como ele estava comunicando sua dor. De outro lado, o paciente também precisava adaptar-se à pronúncia do português usada pelo médico carregada do sotaque do espanhol.

2.1.2 A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E PACIENTES BRAGANTINOS

Como já é consenso na literatura linguística, nem a língua nem a fala são imutáveis. A língua evolui, transformando-se, historicamente, como já tem sido largamente demonstrado por meio da Linguística Histórica e da Sociolinguística. Fatores diversos influenciam a mudança das línguas que ocorre de modo lento e gradual. A fala também se modifica conforme a história pessoal de cada indivíduo, sua formação escolar e cultural, as influências que recebe do grupo social onde está inserido e até as suas intenções.

A Sociolinguística, a partir dos anos 1960, por meio dos estudos de Labov (1980) deu grande relevo à importância e ao lugar da variação linguística nos estudos linguísticos, elucidando as regularidades por trás da aparência caótica da variação. A variação linguística, chamada, também de variante, é definida, segundo Calvet (2002, p. 90) como: “*variável* é o conjunto constituído pelos diferentes modos de realizar a mesma coisa (um fonema, um signo...) e por *variante*, cada uma das formas de realizar a mesma coisa”.

Assim, a concepção de língua adotada neste estudo é a que a toma como um elemento heterogêneo, naturalmente variável e mutante cujas possibilidades de mudança e variação lhes são inerentes (Labov, 2008; Calvet, 2002).

Concebemos, ainda, que as manifestações da língua estão intrinsecamente associadas a fatores de natureza social, cultural, histórica, situacional, discursiva entre outros. Segundo Jakobson (1995), a língua nunca é um mecanismo isolado, mas interage com outros sistemas de signos geradores da linguagem. Disso decorre que a língua não se realiza efetivamente fora das enunciações discursivas e dos contextos culturais, não sendo, viável, por tal razão, dimensioná-la ou concebê-la fora destes.

Assim, consideramos neste trabalho tanto as importantes aquisições teóricas da Sociolinguística Variacionista no tocante à estreita associação entre língua e sociedade e da variação como uma ocorrência regular e normal nas línguas, quanto em concepções posteriores que concebem a variação como marca de identidade social (LE PAGE, 1980).

A concepção de Le Page é a de que todo ato de fala é um ato de identidade e que a linguagem seria um ato primordial para marcar a identidade, privilegiando, nesse processo, algumas fontes de influência, conforme Bortoni-Ricardo (2005, p. 175) referindo-se à concepção de Le Page, comenta:

Para esse sociolinguista britânico, o comportamento linguístico está permanentemente submetido a múltiplas e co-ocorrentes fontes de influência relacionadas aos diferentes aspectos da identidade social, tais como sexo, idade, antecedente regional, inserção no sistema de produção e pertencimento a grupo étnico, ocupacional, religioso, de vizinhança etc. (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 175).

A essas fontes de influência que marcam as distintas identidades, Bortoni-Ricardo dá relevo para um aspecto contemplado apenas indiretamente na concepção de Le Page: o contexto situacional na produção da fala. A autora concebe contexto em uma acepção dinâmica, como um produto conjunto da ação dos participantes no próprio processo comunicativo em que falante e ouvinte, juntos, se influenciam e constroem o contexto comunicativo. (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 176).

Assim, compreendemos a variação linguística como ocorrência natural das línguas, intrinsecamente associadas às diversas situações que cercam a vida de seus usuários. O Brasil, por exemplo, por suas dimensões territoriais, entre outras razões, é um espaço bastante favorável à variação linguística regional que é atravessada por fatores de natureza social, os quais, juntos, produzem uma diferenciação linguística acentuada. Diferenças entre a variedade de língua usada nos grandes centros urbanos e as usadas nas regiões mais afastadas e mais periféricas são muito comuns no Brasil. Tais diferenças entre essas variedades linguísticas têm estreita relação com questões sociais. Segundo Bagno (2011, p. 121)

A sociedade brasileira não está toda ela vivendo segundo tendências, crenças, ideias e práticas iguais para todos os cidadãos. Em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos é possível encontrar pessoas vivendo sem energia elétrica, sem água encanada, sem rede de esgoto, sem televisão, sem acesso à internet. É bastante previsível que ali as pessoas falem de um modo que se distancia grandemente das variedades urbanas e que empreguem palavras e expressões antigas que já não são empregadas pelos falantes urbanos, além de usarem também formas novas desconhecidas das demais comunidades de fala.

É importante lembrar que as variedades linguísticas do português brasileiro usadas pelas camadas socialmente menos favorecidas são desprestigiadas especialmente pelo fato de serem indicadoras das identidades dos indivíduos e dos grupos que as utilizam, acionando frequentemente atitudes de preconceito. Conforme o mesmo autor:

Apesar do nivelamento das diferenças sociolinguísticas que presenciamos na história recente do Brasil, as marcas mais características das variedades regionais e sociais permanecem como elementos definidores das identidades individuais e dos grupos, além de servirem como instrumento para as práticas de discriminação/valorização e de exclusão/privilegiamento tão frequentes em nossa sociedade (BAGNO, 2011, p. 122).

Desse modo, as variedades do português usado pelos pacientes bragantinos revelavam muitos aspectos das vidas desses indivíduos e se constituíam como características sociais marcantes de suas identidades. Uma forte evidência do profundo entrelaçamento e indissociabilidade entre a língua e a vida do falante.

Assim, ao se comunicar e interpretar os sintomas das enfermidades dos pacientes, os médicos cooperados enfrentavam maiores dificuldades na fronteira linguística por várias razões: a) eles eram os imigrantes, portanto, deles era requerida a adaptação à língua e à cultura; b) o tipo de imigração experimentada por eles era do tipo voluntária, logo, isso implicava ciência da barreira linguística que enfrentariam; c) em casos de erro de diagnóstico de um paciente é mais comum que a responsabilidade recaia sobre o médico do que sobre o paciente; d) em uma consulta médica, o médico é visto como a figura de autoridade, assim, dele geralmente espera-se que conduza a consulta e que busque estratégias para o sucesso daquela interação. Logo, a condução da consulta, em termos de responsabilidade, pesava mais para o médico. Acrescente-se a isso o agravante das variedades da língua encontradas no dia a dia nos vários contextos onde estavam inseridos, sobretudo, nas unidades básicas de saúde.

Visto não imaginarem as grandes diferenças de traços culturais registrados nas várias regiões do Brasil, os médicos cooperados cubanos muitas vezes não compreendiam a diversidade dos termos das doenças populares dos pacientes bragantinos, pois o que lhes fora apresentado nos cursos de língua portuguesa estava longe das peculiaridades das variedades linguísticas usadas na Amazônia paraense.

Embora o português e o espanhol tenham a mesma origem, o latim, cada língua seguiu seu próprio caminho, carregando as influências culturais, históricas e sociais que geraram as diferenças significativas entre elas ao ponto de serem consideradas línguas distintas. Desse modo, pode-se dizer que as línguas dos dois grupos em estudo marcam, sem dúvida, a identidade de cada um, revelando como estão organizados e quais os significados expressos por cada um.

Nessa perspectiva, partimos da ideia de que a comunicação entre os médicos cooperados e os pacientes bragantinos só se tornava funcional quando havia compreensão suficiente entre os envolvidos. No momento da consulta médica, médicos cooperados, por vezes, se sentiam deslocados daquele espaço social porque circulavam códigos linguísticos diferentes⁵ que os pacientes bragantinos usavam e compreender essa variedade linguística regional era uma tentativa de adaptação, através da língua, dos valores culturais e identitários que caracterizam o povo bragantino e seus modos de interação.

Um momento interessante da pesquisa foi o exemplo de um paciente que relatou ao médico que sentia dores na “xereca”. Na variedade regional bragantina, a palavra é um substantivo que se refere a uma parte íntima do corpo feminino; no espanhol, é um adjetivo e significa “covarde”. Impasses linguísticos dessa natureza marcaram vários momentos das consultas. Importante notar que os termos que compõem o vocabulário de um indivíduo dão indícios de sua classe social, da faixa etária, do lugar onde reside, de seu grau de letramento, ou seja, o vocabulário de uma pessoa carrega traços da identidade dessa pessoa.

⁵ “Algumas doenças (nomes) já que cada região do Brasil tem suas particularidades”. (M3)

Assim, o uso da língua do paciente nas consultas, não é somente um instrumento de comunicação, de interação com o médico cooperado cubano, mas uma forma de contato com a identidade do sujeito/paciente. Isso colabora para a afirmação de que os sujeitos são alfabetizados nos contextos de suas culturas e meio onde estão inseridos historicamente. Nas interações em contextos de saúde, é preciso que haja atenção para esse aspecto a fim de que uma consulta médica não se torne inócua.

O quadro abaixo ilustra exemplos de termos populares bragantinos que apresentam semelhança fônicas entre o português e o espanhol, porém diferenças de significado. Os termos foram usados pelos pacientes bragantinos durante as consultas médicas com os médicos cubanos para relatar suas enfermidades e os significados em espanhol.

Tabela 2 - Diferenças e semelhanças das línguas em contato: português/espanhol

PORTUGUÊS (Variedade lexical empregada pelos bragantinos)	ESPAÑHOL (Cuba)
Curuba (feridas na pele)	Curuba (fruta de fazer suco)
Roxo (cor)	Rojo (vermelho)
Bucho (barriga)	Bucho (comida)
Bode (menstruação)	Bode (cabra)
Xereca (órgão sexual feminino)	Xereca (covarde)
Esquisito (estranho)	Exquisito (gostoso/ delicioso)

Fonte: Silva (2018, p. 88).

É importante esclarecer que, apesar das semelhanças entre as duas línguas, as dificuldades que existem nos seus aprendizados resultam dos fenômenos de variação linguística. Além desse fator, outros se cruzam no momento da fala, como, por exemplo, os tabus que existem em torno do uso de certas palavras referentes a doenças ou a partes do corpo que fazem com que um paciente comunique por circunlóquios, metáforas ou eufemismos os sintomas de sua enfermidade ou o nome da parte do corpo afetada. Esses aspectos culturais atravessam continuamente o uso da língua.

Segundo Labov “não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre” (LABOV, 2008 apud SILVA, 2018).

Dito isso, na análise dos dados da pesquisa, alguns colaboradores médicos identificavam as variedades linguísticas de seus pacientes e por vezes as consideravam estranhas e desconhecidas, conforme o relato de um dos médicos⁶: “Nas consultas existem várias palavras estranhas: cobreiro (Herpes zoster), caxumba (parotidite), frieira no pé (pé de atleta, micoses), dor nos quartos (lombalgia). (M2) e a esse respeito M3 continua e esclarece, mais ainda: “Sim, encontrei muitas palavras estranhas como, por exemplo: gastura, quentura”.

Essas variedades linguísticas do nortista bragantino são usuais e significativas para as práticas culturais de sua comunidade. Isso corrobora e comprova que as línguas são elementos

⁶ Todos os colaboradores receberam um código, visando preservar suas identidades, de acordo com os princípios éticos da pesquisa científica e do contrato que rege a permanência dos médicos cooperados cubanos em nosso país. Para definir o nome dos médicos cooperados cubanos tomou-se a letra inicial de suas profissões M, seguida do número de informantes: 1, 2, 3, 4, 5. Em seguida consideramos a letra P para designar os pacientes participantes da pesquisa, também seguidos das numerações.

dinâmicos que variam e sofrem modificações por conta de fatores históricos, culturais e sociais. (SILVA, 2018).

A pesquisa mostrou que os médicos cooperados cubanos se comunicavam com os pacientes bragantinos por meio de uma alternância entre as variedades linguísticas significativas dentro de uma mesma interação: ora usavam termos da medicina cubana e/ou universal e os termos da variedade linguística da região onde estavam inseridos. Os pacientes, por sua vez, por meio da variedade linguística empregada buscaram esforço comunicativo e revelaram traços de suas identidades. A esse respeito, Bortoni- Ricardo comenta (2005):

A variação linguística, que já foi vista na infância da ciência linguística, como uma ruptura da unidade do sistema, é concebida hoje como um dos principais recursos postos à disposição dos falantes para cumprir duas finalidades cruciais: a) ampliar a eficácia de sua comunicação; b) marcar sua identidade social (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 175).

Reiteramos que a variação linguística em processo de interação de grupos sociais e individuais tem suas particularidades e especificidades. E, segundo Silva (2018), um grupo de médicos cooperados cubanos apresentava uma variedade linguística de português diferente daquela da comunidade brasileira e, especificamente, da bragantina. Assim, nesse contato, cada um, médicos e pacientes, usaram os recursos linguísticos que lhes foi concebido em seu processo de aprendizagem para viabilizar a comunicação.

2.2 ESTRATÉGIAS E SOLUÇÕES DIANTE DOS IMPASSES LINGUÍSTICOS NA INTERAÇÃO MÉDICO-PACIENTE

Com bastante esforço, os médicos foram, no decorrer de suas interações com os pacientes, criando instrumentos capazes de facilitar a compreensão e interpretação da comunicação da dor pelos doentes. Lançaram mão de estratégias que lhes pareciam mais claras e eficazes nos momentos das consultas. Desde as estratégias mais simples que eram resolvidas sem a intervenção de terceiros, até as que envolviam um terceiro indivíduo que pudesse atuar como tradutor. As estratégias usavam tanto a linguagem verbal quanto a não verbal conforme comentamos a seguir.

Diante de palavras e expressões desconhecidas os médicos usavam os toques físicos e pediam que o paciente indicasse, tocando o ponto ou órgão de dor. Embora esta já seja uma estratégia complementar e corriqueira nas consultas, naquela situação específica tornava-se mais do que um recurso complementar, tornava-se um recurso de tradução, imprescindível para que o médico pudesse entender o relato do paciente.

Havia situações em que não era possível a indicação do sofrimento físico por meio de toque de apontar o órgão. Como comunicar uma dor, por exemplo, que mudava de intensidade e de duração? Por isso, em muitos casos, além dos toques físicos, tanto médicos quanto pacientes apelavam para o uso de mímicas para indicar os movimentos, intermitências e duração da dor, o grau de intensidade e certos detalhes da enfermidade que não eram passíveis de toque físico. Nessa negociação, pacientes e médicos colaboravam para que a consulta prosseguisse com sucesso.

Quando havia, por parte do médico, a preocupação e a insegurança de que uma dada recomendação de tratamento poderia não ser bem entendida pelo paciente, o médico, não raras vezes, buscava também fazer desenhos que ajudassem o paciente a entender a orientação médica. Recomendações referentes aos horários de medicação, do dia e da noite, eram traduzidos por meio de desenhos.

Ao lado da estratégia de fazer desenhos para traduzir determinadas recomendações, os usos das cores também convergiam para a tarefa da tradução. Assim, os usos das canetas

coloridas também eram utilizadas para sinalizar detalhes nas recomendações escritas, enfatizar determinados pormenores recomendados, focalizar aspectos de importância da receita e, também, para conferir uma eficácia mais terapêutica à interação.

Para se fazer melhor compreendido, o médico também buscava a estratégia de falar pausadamente, de pronunciar as palavras em um ritmo que desse condições ao paciente de apreender o conteúdo do diálogo e a estratégia da repetição das orientações como forma de garantir a eficácia daquela consulta.

Quando o médico sentia dificuldade com algum termo ou expressão usada pelo paciente em que as demais estratégias eram ineficazes para a compreensão, o médico recorria a um terceiro indivíduo para atuar como tradutor. Alguém que fizesse parte do quadro da equipe de saúde presente no momento daquele impasse, geralmente era acionado para fazer a mediação entre o médico e o paciente e assim resolver o impasse linguístico.

Os pacientes relataram que, em alguns momentos, se sentiram incomodados com a língua espanhola, pois, muitas vezes não compreendiam o que o médico cooperado falava. Mas a dificuldade na comunicação, em momento algum, foi empecilho para a realização das consultas médicas, pois, naquele acordo tácito, aceitavam as estratégias sugeridas pelos médicos para suprir as necessidades ali apresentadas.

Assim, reiteramos que o uso de linguagem não verbal, de fala mais pausada e repetida, mímicas e auxílio de outros profissionais da saúde no consultório médico, foram as estratégias mais usadas pelos pacientes bragantinos para comunicar e fazer entender os sintomas e dores da sua realidade. A esse respeito, esclarece Queiroz (2014, p. 09);

Informações de qualquer natureza (verbais e não verbais) são fundamentais na medida em que funcionam como pistas para o provedor de saúde, pois trazem detalhes que indicam os estados físico e mental do paciente e, portanto, são informações imprescindíveis para a realização de um diagnóstico apurado e um programa de tratamento adequado.

Assim, a importância da comunicação na relação médicos cubanos e pacientes brasileiros foi se resignificando a cada nova consulta, e, sempre que uma nova dificuldade se apresentava, uma outra estratégia de comunicação era buscada, ultrapassando as barreiras impostas pela diferença linguística que terminava por instaurar o entendimento efetivo.

3 HUMANIZAÇÃO COMO CUIDADO NO TRATAMENTO MÉDICO

Como já mencionado, a vinda dos médicos cooperados cubanos para o Brasil e, especificamente, para a região amazônica/Bragança, trouxe uma certa tranquilidade e assistência médica para as pessoas que não tinham o acesso frequente de médicos em suas comunidades.

Assim, vale ressaltar que a atenção, o respeito, a competência e a humanidade foram fatores observados, evidenciados e vividos durante a pesquisa. Tais elementos contribuíram para uma avaliação positiva do Programa Mais Médicos, nas comunidades que fizeram parte do estudo.

Dentre tais elementos de natureza positiva, o cuidado humanizado, a noção de respeito ao paciente bragantino sustentou-se durante a presença dos médicos cooperados no PMM presentes nos princípios que norteavam a ação médica na região bragantina. Entende-se, assim, que uma comunicação bem eficaz diminui possíveis conflitos que podem ser gerados durante o tratamento médico. Compreender o paciente como um todo, levando em consideração sua cultura, sua individualidade, suas regras linguísticas é item fundamental para que a experiência da dor para o doente seja menos focalizada e ele, o doente, considere-se respeitado.

O contato dos médicos cubanos com os pacientes bragantinos foi marcado por sutilezas, novas linguagens, dando sentido e significado às suas interações e a cada novo contexto de onde ambos os grupos faziam parte. Entendeu-se que o êxito e o sucesso de todo esse processo do direito à saúde foram garantidos devido aos laços que foram marcados pela disposição para as trocas linguísticas e culturais, de vivências e de histórias.

A ajuda ao próximo, o tratamento diferenciado, a capacidade de ouvir respeitando as diferenças e o apoio quando necessário foi reconhecido pelos pacientes por nós consultados, pois os médicos cubanos também faziam atendimentos domiciliares e fora de seus horários de trabalho. De acordo com uma das pacientes: “[...] ela é boazinha... olha pra gente e vai em casa na outra hora que não tá aqui no posto...Eu gostei. Porque antes, a gente vinha aqui no posto e não tinha médico” (P2)⁷.

Esse cenário nos levou a pensar na forte atuação dos médicos cooperados cubanos nesse atendimento humanizado, com foco nos determinantes sociais e ambientais visto que as populações que eles serviam moram em lugares remotos, periferias de grandes cidades e distritos indígenas, considerados os mais afetados pelos efeitos das desigualdades sociais que afetam o Brasil. E, de fato, é importante ressaltar que a migração dos médicos cubanos ocorreu de forma ordenada e sob condições humanitárias.

Assim, a experiência de pesquisa com médicos cubanos e pacientes bragantinos revelou que um bom relacionamento entre médicos e pacientes em união com a qualidade técnica possibilita um atendimento individualizado para os doentes por parte do médico, gerando satisfação no paciente durante o tratamento e, concomitantemente, firmando um olhar diferenciado e sensível para as questões humanas.

No tocante ao termo humanizar, Oliveira (2001, p.104) define:

Humanizar caracteriza-se em colocar a cabeça e o coração na tarefa a ser desenvolvida, entregar-se de maneira sincera e leal ao outro e saber ouvir com ciência e paciência as palavras e os silêncios. O relacionamento e o contato direto fazem crescer, e é neste momento de troca que humanizo, porque assim posso me reconhecer e me identificar como gente, como ser humano.

Essa arte de saber olhar, ouvir e tocar constatada na relação do cotidiano entre médicos cubanos e comunidade bragantina, ultrapassou as diferenças de fronteiras de língua e ampliou, com o tempo, a percepção dos pacientes sobre o cuidado afetuoso, do sentimento de importância, de um relacionamento mais humanizado conforme ilustra o excerto a seguir.

A recepção da comunidade bragantina ao trabalho desenvolvido por nos foi muito bom, mesmo das dificuldades no meio pela língua o povo acolheu muito grato pelo jeito de nos trabalhar, na entrega, no humanismo e sem impasses de horário ou tempo de chuva ou sol. A gente trabalha sempre para melhorar a saúde das pessoas. (M2)

Esse tratamento humanizado, apresentado pelo médico acima, foi uma das características bem visíveis e elogiadas por pacientes bragantinos, refletindo suas satisfações. O modelo de comunicação “médico cooperado × paciente” pode ser uma proposta, uma pista para se instituir a cultura do cuidado humanizado entre médicos brasileiros e seus pacientes.

Para os médicos cubanos, essa relação participativa e compreensiva do sentimento, da dor do paciente bragantino é carregada de significações, de interpretações individuais e bastante simbólicas por uma importante razão: cada comunidade transmite suas narrações, comunica-se de forma diferente e, o contar da dor, também é um fato cultural, o que para os médicos cooperados precisa ser altamente observado.

⁷ P2: Paciente 2 – abreviação utilizada para indicar os pacientes entrevistados.

Na troca do contar e ouvir sensivelmente é que se pode chegar mais próximo de um diagnóstico preciso para um tratamento efetivo. Em certos casos, em um tratamento mais humanizado podem até ser dispensados exames laboratoriais e remédios farmacêuticos de modo que a recomendação para uma vida mais saudável, como alimentação adequada, atividades físicas podem fazer grande diferença.

Certamente que a proposta deste estudo não é a de romantizar a atuação dos médicos cubanos em sua breve passagem pelo Brasil, mas a de apresentar o olhar de uma parcela de cidadãos bragantinos que construíram uma relação médico-paciente com aqueles médicos e também a de apresentar o olhar de alguns desses médicos nessa mesma relação. Muitos aspectos dessa questão ainda estão por serem investigados. A este estudo coube esse breve recorte.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contato dos médicos cubanos com a comunidade bragantina através do PMM apresentou uma série de experiências, tanto para a saúde como para outros campos de pesquisa. A pesquisa permitiu observarmos o seguinte: quando os falantes de espanhol e os de português foram colocados lado a lado, no contexto linguístico do outro, suas diferenças e semelhanças foram postas à prova. A partir desse contexto as interações foram criando sentido e estimulando suas compreensões.

Percebemos que ambos os grupos, médicos e pacientes, tiveram a oportunidade de se enriquecer de estratégias para facilitar as interações. Fizeram descrição e comparações dos aspectos universais de cada língua, das variedades regionais nos seus contextos de comunicação.

Nesse aspecto, para a compreensão mútua, médicos e pacientes utilizaram-se de linguagens não verbais como mímicas, toque e desenhos, além de falas pausadas para diminuir as dificuldades e até a convocação de um terceiro indivíduo para mediar o impasse linguístico surgido durante suas interações.

Em verdade, essas estratégias e soluções foram reações particulares dos médicos e pacientes para exercer seus poderes de decisão a fim de alcançarem metas de comunicação, produzindo, assim, escolhas e repertórios sempre na missão das dinâmicas em interação e especial para a narração, interpretação e avaliação dos sintomas da dor.

Tornou-se evidente que a procura por estratégias e soluções para manter o sucesso na comunicação foi o ponto forte que marcou a atuação dos médicos cubanos na comunidade bragantina, caracterizando a sua forma de atendimento como atendimento humanizado, muito necessário, principalmente no ambiente de saúde, tão descabido de humanização e insistentemente provido de dor e sofrimento.

Dor e sofrimento são experiências que carregam aspectos sociais, biológicos e culturais, por isso as assistências terapêuticas precisam ser acrescentadas de cuidado humano, valorização da vida e respeito à cultura do paciente. Assim, os médicos cubanos acreditavam que as variedades linguísticas bragantina/amazônica carregavam um conjunto de valores socioculturais dos pacientes que merecia ser considerado com cuidado.

Desse modo, compreende-se que, em contextos de contato linguístico, a possibilidade da troca sempre está presente. Na pesquisa em foco, médicos e pacientes estiveram expostos a uma situação em que a interação era imperiosa e a troca, inevitável. Dos impasses e dificuldades surgidos nas questões linguísticas emergiram as soluções que viabilizaram a interação e, conseqüentemente, a prática médica. Desse recorte de estudo fica ressaltado que os contextos de contato linguístico são importantes ambientes de observação que abrigam questões humanas muito significativas que merecem ser elucidadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Programa mais médicos – dois anos: mais saúde para os brasileiros. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Portaria Interministerial n° 1369, de 13 de junho de 2011. Dispõe sobre a Implementação do Projeto Mais Médicos para o Brasil. **Diário Oficial da União** 2011; 14 jun.

BRASIL. **Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369, de 8 de julho de 2013** – Dispõe sobre a implementação do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

BAGNO, Marcos. Gramática Pedagógica do Português brasileiro. São Paulo, Parábola Editorial, 2011.

BENJAMIN, Walter. **A tarefa do tradutor**. Tradução de João Barrento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós cheguem na escola, e agora?** Sociolinguística e Educação. São Paulo, Parábola Editorial, 2005.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Trad. MARCIONILO, Marcos. São Paulo: Parábola Editorial. 2002.

DAMKE, Ciro. Políticas linguísticas e a conservação da língua alemã no Brasil. **Espéculo. Revista de estudos literários**. Universidad Complutense de Madrid, 2008. Acesso em: 26 mar. 2018 às 16h31min.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Tradução Flávio Paulo Meurer. 2.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2013.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. 20 ed. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1995.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. *In*: JODELET, D. (Org.). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed: UERJ, 2001, p. 17-44. Disponível em: <http://portaladm.estacio.br/media/3432753/jodelet-drs-um-dominio-em-expansao.pdf>. Acesso em: 25 de jun. 2018.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Ed. São Paulo: Atlas. 2003.

LE PAGE, R. B. **Projection Focusing and Diffusion**. York, Papers in Linguistics. Vol. 9, pp. 9-31, 1980.

MORIN, E.; WULF, C. **Planeta: a aventura desconhecida**. São Paulo: UNESP, 2003.

OLIVEIRA, M. E. **Mais uma nota para a melodia da humanização**. In: OLIVEIRA, M. E.; ZAMPIERI, M. F. M.; BRUGGEMANN, O. M. **A melodia da humanização: reflexos sobre o cuidado durante o processo do nascimento**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001. 142 p.

PIMENTA, Cibele A. de M. & amp; TEIXEIRA, Manoel J. **Questionário de dor McGill: proposta de adaptação para a língua portuguesa**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 30, n. 3, p. 473-483, dez. 1996.

PMB. **Histórico de Bragança do Pará**. Bragança: PMB, 2015. Disponível em: <http://www.braganca.pa.gov.br/index.php/a-cidade>. Acesso em: 19 nov. 2018.

SILVA, Danielle Pinto. **Médicos cubanos e comunidade bragantina: notas sobre o contato linguístico espanhol/português em terras brasileiras**. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia). Universidade Federal do Pará. Bragança, 2019. 144 f.:

THOMASON, Sarah G. **Language Contact: An Introduction**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001.

WEINREICH, Uriel. **Languages in contact**. New York: linguistic Circle of New York, 1953.

**SAÚDE PÚBLICA EM TEMPOS DE GUERRA:
HOSPITAIS DO SESP E A SÃ POLÍTIKA DE BOA VIZINHANÇA NAS CIDADE
PARAENSES DE BREVES E SANTARÉM (1942-1945)**

Edivando da Silva Costa¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar as políticas públicas direcionadas para as cidades paraenses de Breves e Santarém, durante o desenrolar da Segunda Guerra Mundial. Criado em 1942, o SESP – Serviço Especial de Saúde Pública –, agência de iniciativa brasileira e norte-americana, iniciou um vasto programa de saúde e saneamento na região amazônica, com a instalação de estruturas médico-hospitalares apresentadas como novos modelos de atenção à saúde da população local. Analisaram-se, principalmente, como fontes documentais, jornais em circulação pelo país, relatórios e boletins produzidos pelo Serviço. Essas fontes revelam o esforço em representar uma região carente de estrutura médico-hospitalar e imersa à sua própria sorte, cuja redenção viria com as ações do SESP. Refletir de forma crítica sobre essas questões nos permitiu investigar compreensões sobre o Pará daquele contexto, os diferentes interesses políticos em jogo e a celebração da política de boa vizinhança entre Brasil e Estados Unidos.

Palavras-chave: SESP. Hospitais. Amazônia Paraense. Segunda Guerra.

**PUBLIC HEALTH IN TIMES OF WAR:
SESP HOSPITALS AND THE SAFE GOOD NEIGHBOR POLICY IN THE STATE
OF PARÁ CITIES OF BREVES AND SANTARÉM (1942-1945)**

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze public policies aimed to the Breves and Santarém cities in Pará, during the course of the Second World War. Created in 1942, SESP — Special Service for Public Health —, a Brazilian and North American initiative agency, started a vast health and sanitation program in the Amazon region, with the installation of medical and hospital structures presented as new models of care to the health of the local population. They were analyzed, mainly, as documentary sources, newspapers in circulation throughout the country, reports and bulletins produced by the Service. These sources reveal the effort to represent a region in need of a medical and hospital structure, and immersed in its own fate, whose redemption would come with the actions of SESP. Reflecting critically on these issues allowed us to investigate understandings about Pará in that context, the different political interests at stake and the celebration of the good neighborly policy between Brazil and the United States.

Keywords: SESP. Hospitals. Amazon of Pará. Second War.

Data de submissão: 20.04.2021

Data de aprovação: 18.05.2021

INTRODUÇÃO

Nos idos de 1942, ocorreu, no Rio de Janeiro, a III Conferência dos Chanceleres. Durante as reuniões, representantes do governo do Brasil e dos Estados Unidos firmaram uma série de acordos e, entre eles, a criação do SESP - Serviço Especial de Saúde Pública. A nova agência tinha como principal propósito atuar na área da saúde e saneamento da região amazônica. Segundo Campos (2000, p. 201) “para os Estados Unidos, a adesão do Brasil à

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Professor de História da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EAUFPA). E-mail: edivandoc@ufpa.br.

causa dos Aliados tornou-se imperativa, sendo o projeto de saúde e saneamento vital para os interesses norte-americanos no Brasil”. A Amazônia voltava a ser destaque no cenário nacional e internacional, tendo a borracha como figura central e o produto regional a ser explorado. Se no final do século XIX e início do XX, capitais como Belém e Manaus experimentaram “a riqueza criada pelo látex e a contribuição para uma reorganização do espaço urbano, sempre em função do mercado especializado da borracha” (SARGES, 2010, p. 114), a década dos anos 40 do século XX vai assistir aos esforços de uma política pública voltada sobretudo para as cidades do interior da Amazônia.

Nos anos iniciais do século XX, a questão da saúde pública ficou cada vez mais presente na agenda política e diplomática dos países e se acentuou no decorrer da Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos criaram agências de saúde com projeções internacionais. Segundo Cueto (2015, p. 12) “durante a maior parte dos séculos XIX e XX, o termo saúde internacional associou-se a acordos governamentais, disciplinas universitárias e programas sanitários em países pobres”. Assim nasceria o SESP, uma agência bilateral, programada para atuar nas regiões mais pobres do Brasil, a priori na Amazônia, depois se estendendo país a fora. Ainda na Conferência, ficou acordado que “a defesa do Hemisfério Ocidental requeria a mobilização das forças vitais, humanas e materiais, das repúblicas americanas, isto é, em áreas carentes de recursos médicos e sanitários, mas com potencial grande em recursos naturais” (BRASIL, 1944, p. 7). Não apenas o Brasil tornou-se alvo da política externa norte-americana. Como o interesse estava voltado também para a exploração dos recursos naturais, soava quase que imperativo a influência na saúde pública dos países vizinhos. Nesse contexto, os Estados Unidos se colocaram na dianteira na construção de uma agenda de saúde e saneamento para esses países.

Em vista disso, o artigo busca analisar as ações do Programa da Amazônia proposto pelo SESP nas cidades paraenses de Breves e Santarém, entre os anos de 1942 a 1945, momento de instalação de arquiteturas de saúde em algumas cidades do interior do Pará. Afinal, quais os limites e interesses de uma política pública de saúde, de iniciativa internacional em cooperação com o governo brasileiro, voltada para a Amazônia paraense em pleno contexto da Segunda Guerra Mundial? O que era Breves e Santarém nesse contexto? Quais as articulações entre os governos locais e os representantes do SESP para a instalação de hospitais nessas cidades? Como a imprensa e os meios informativos do Serviço se colocaram nesse debate? Que tipo de reação as estruturas médicas geraram nas comunidades locais? Responder a essas questões nos permite entender as políticas públicas direcionadas para a Amazônia em plena Guerra Mundial.

Visando a atingir os objetivos deste trabalho foi realizado levantamento, pesquisa e análise de documentos oficiais produzidos pelo SESP, sobretudo das atividades desenvolvidas na Amazônia paraense. Parte do acervo pesquisado se encontra nos arquivos e bibliotecas do Instituto Evandro Chagas, em Ananindeua no Pará e na Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, no Rio de Janeiro. Tratam-se de fontes bastante dispersas pelo país e de certa maneira impõem dificuldades de acesso ao pesquisador. Bacellar (2005) aponta para os problemas enfrentados, de forma geral, aos serviços públicos: falta de pessoal, de instalações adequadas e de recursos. [...]. Aventurar-se pelos arquivos é sempre um desafio, [...] mas um esforço que quase sempre levará a alcançar resultados muito gratificantes. Também foram consultados jornais em circulação pelo país, como o periódico carioca O Jornal. Nele, foi possível observar como os noticiários estavam em sintonia com os discursos produzidos pelo SESP, com posicionamentos alinhados quanto a atuação da agência na Amazônia. A parcialidade de periódicos é alertada por Bacellar (2005, p. 63), para quem “documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu”. De posse da documentação, foi possível problematizar e buscar o entendimento das ações do Serviço e as intencionalidades postas em pauta. Conforme sugere Bloch (2001, p.79), “tudo o que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica e toca pode e deve informar sobre ele”. Em tempos de guerra, os meios de comunicações

como boletins e jornais não demonstravam neutralidade e eram utilizados para legitimar os projetos desenvolvidos pelo SESP a partir da parceria estabelecida entre Brasil e Estados Unidos.

1 UM POUCO SOBRE OS HOSPITAIS

O final do século XVIII trouxe um novo olhar e novos sentidos para os hospitais. De um espaço onde o personagem não era o doente que precisava de cura, mas o pobre que estava morrendo e deveria receber os últimos cuidados e o último sacramento, se tornaria o lugar do tratamento terapêutico, instrumento destinado a curar (FOUCAULT, 1995). “Nesse novo quadro o hospital tradicional perdeu espaço. Foi preciso transformá-lo física e conceitualmente, foi preciso que ele perdesse sua feição assistencial em benefício da terapêutica” (SANGLARD, 2006, p. 16).

Em meados do século XIX a história da saúde passa por importantes mudanças. Em alguns países europeus e nos Estados Unidos, o campo da medicina social direcionou-se para os problemas sanitários. É um período de novas descobertas que nortearam as bases teóricas da medicina, como os estudos patológicos e a proposição de novos meios de intervenção visando à contenção e à cura desse processo (SILVEIRA; FIGUEIREDO, 2011). As autoras advertem que no Brasil tais mudanças ocorreram no início do século XX e com ritmos diferentes entre as regiões. No Pará, a construção das primeiras arquiteturas hospitalares foi iniciativa das ações filantrópicas, a exemplo do hospital D. Luiz I da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará, em 1877 e tinha como propósito dar assistência aos portugueses no combate às epidemias que assolavam a capital paraense (FIGUEIREDO, 2018). Por longos anos, os hospitais “tiveram um papel atrelado à ideia de caridade, espaço para receber doentes pobres que por motivações diversas viam-se reféns das mais diversas doenças” (GOMES, 2019, p. 21).

Na segunda metade do século XIX outras arquiteturas hospitalares foram construídas com o objetivo de dotar a cidade de melhores condições de higiene, baseando-se nas teorias médicas e sanitárias vigentes, como o hospital Juliano Moreira e hospital Domingos Freire. Nesse período, as epidemias de febre amarela e varíola geraram as primeiras medidas saneadoras na cidade, com a proibição de enterramentos nas igrejas e com isso, a construção dos cemitérios da Soledade e de Santa Isabel (MIRANDA, 2018). Ainda segundo Miranda (2018, p. 81), sendo uma população muito pobre dependiam da “compaixão e caridade das pessoas [...]. As irmandades, beneficências e misericórdias, instituições lusas de caridade eram responsáveis por grande parte da história da saúde de Belém”. A Santa Casa de Misericórdia está entre as instituições com atuação nas ações de saúde na capital do Pará surgida no seio das irmandades. Fundada em 1650, funcionou como irmandade até 1890, quando passou a ser Associação Civil de Caridade e transformou-se em Fundação em 1990, passando a ser financiada pelo governo do estado (MIRANDA *et al.*, 2015).

O processo de institucionalização da assistência à saúde no Pará ocorreu na virada do século XIX para o XX. Na capital paraense, as inaugurações dos hospitais São Sebastião e Domingues Freire, associados à medicina moderna, representaram o avanço na área da saúde pública da cidade. Os hospitais impulsionaram uma nova fase das políticas públicas, onde práticas ligadas à caridade, embora não desaparecessem, sediaram espaço à ciência médica na estrutura hospitalar (RODRIGUES, 2021). Mesmo institucionalizado, o saber médico no Pará concentrou suas atenções em Belém, em detrimento do interior do Estado. “Durante quase toda a Primeira República, vale dizer, os moradores do interior raramente viram médico e farmacêutico passarem por suas vilas e povoados” (RODRIGUES, 2021, p. 202). Em meados da década de 1920, existiam alguns postos de saúde, espalhados por algumas cidades do interior, tendo como base ações voltadas para a profilaxia ao paludismo e as verminoses, além

de oferecer serviços como pequenas cirurgias, vacinação e conferências de educação sanitária (VIEIRA, 2016).

Nos idos de 1943, uma equipe de engenheiros sanitaristas do SESP percorreu algumas cidades da Amazônia com o intuito de fazer o levantamento de um inquérito e observar as condições sanitárias locais. A par desses dados, o objetivo seria “elaborar um eficiente programa de saneamento” (MIRANDA; TABOSA, 1948, p. 689). Jornais em circulação pelo país divulgavam as ações realizadas na Amazônia e divulgavam quase diariamente os planos de trabalhos do Programa reforçando aos leitores a parceria existente entre Brasil e Estados Unidos e a luta travada contra as doenças. Em um longo texto, *O Jornal* noticiava a cooperação do Estado com os municípios para a execução das obras. Os planos teriam sido enviados ao interventor federal e previam ações como, “a construção de postos de higiene, [...] sub-postos, [...] hospitais, [...] construção de sanatórios e abastecimento de água em lugares do interior a serem feitos pelo SESP em cooperação com o Estado e município” (FUNCIONARÃO, 1945, p. 6). Se as instalações assumiam caráter de serviço permanente, também se constituíam como modelos de intervenções e de controle sobre a população, principalmente nas práticas médicas e de higiene, sobre os hábitos e costumes locais.

No contexto da Segunda Guerra Mundial, muitos “soldados da borracha” foram enviados para o interior com o intuito de extrair o látex tido como essencial dentro dos esforços de guerra. Como forma de justificar as ações na região, buscou-se descredenciar as condições médicas locais, ao apresentar “o estado do Pará e, de um modo geral, em todo o Vale Amazônico, os Postos de Higiene constituíam os únicos recursos médicos da cidade” (BRASIL, 1942-1945, p. 9). Esse fato serviu como justificativa para a implantação dos hospitais tidos como modernos e os cuidados com a saúde dos trabalhadores, colocando-os como responsáveis pelo atendimento à saúde básica da população. Embora estivesse presente em vários municípios, uma série de exigências eram feitas para a instalação dessas estruturas, e não se tratavam apenas de uma simples solicitação da prefeitura, mas impunham algumas obrigações para o poder público local, em geral, com a doação de terrenos, aproveitamento de prédios já existentes e a contribuição em soma de dinheiro.

2 A SÃ POLÍTICA DE BOA VIZINHANÇA

A instalação do SESP a partir da celebração dos acordos bilaterais entre Brasil e Estados Unidos era justificada pela necessidade de se estabelecerem esforços conjuntos na luta e combate contra as doenças. Segundo o norte-americano George Dunham, os serviços Cooperativos Interamericanos de Saúde Pública foram organizados para ajudar o fortalecimento da “política de boa vizinhança, num momento em que a ameaça de conquista alemã era mais séria e se tornava necessária todos os meios possíveis para combater a influência do Eixo nas Américas” (BRASIL, 1944, p. 7). A prática de promoção de saúde a partir de laços cooperativos possuía um alvo em comum, sendo, ao mesmo tempo, os países alinhados ao “Eixo” e os mosquitos os grandes adversários a serem combatidos. Estratégia sanitária foi como o jornal carioca *Diário da Noite* se referiu à criação do SESP. Para o periódico, a agência “resultou de um dos acordos de Washington e trazia, na hora penosa da guerra, um instrumento de boa vizinhança e por isso seu custeio resulta de contribuições de brasileiros e norte-americanos” (ESTRATÉGIA, 1943, p. 1). Nesse ínterim, os Estados Unidos, além de se colocarem na dianteira do processo como os responsáveis na condução das ações na luta contra os inimigos, propagavam a ideia de que os países vizinhos eram dependentes de auxílio e proteção contra os adversários.

O Brasil vivia os anos do chamado Estado Novo, período em que a administração de Getúlio Vargas instituiu um governo ditatorial que, por meio de uma Constituição autoritária possuía, como uma das orientações, o controle social através da presença de um Estado forte

comandado por um líder carismático, capaz de conduzir as massas no caminho da ordem (CAPELATO, 2007).

A aproximação do Brasil com os Estados Unidos foi uma jogada política estratégica, isto é, Getúlio Vargas buscou tirar vantagens do governo norte-americano, para que uma aliança fosse possível com aquele país. Segundo Delmo Arguelhes (2015, p. 74), a “política externa de Vargas é tida como pragmática e exemplar. Ele teria conduzido a aproximação do Brasil com os Estados Unidos de modo a extrair o máximo de vantagens”. A neutralidade bélica sustentada pelo Brasil em pleno curso da guerra chegaria ao fim, pois a reunião dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas “não foi apenas o momento temporal que marcou o fim da neutralidade brasileira, mas através de negociações sutis com o governo norte-americano, alimentou-se um sonho, uma projeção mundial de nação” (ARGUELHES, 2015, p. 75).

Tendo sido criado em tempos de guerra, o IAIA — Instituto de Assuntos Interamericanos — desenvolvia suas atividades ligadas aos esforços para abastecimento durante o combate, e sua atuação ocorria principalmente nas áreas de interesse na produção de recursos minerais. De acordo com o presidente, o General George Dunham, “milhares de trabalhadores estavam ativamente empenhados na produção de cobre, manganês, chumbo, borracha, fibras, quinino, madeira e outros materiais importantes para o esforço de guerra” (BRASIL, 1944, p. 1). A demanda por trabalhadores sadios e aptos para a exploração dos produtos naturais fomentou iniciativas para a instalação de uma rede de saúde, além de exaltar o papel desempenhado pelos profissionais de saúde, pois “por trás das curvas de produção, havia uma emocionante história do trabalho humano. Médicos e engenheiros sanitários se desdobram em esforços para manter esses homens saudáveis e felizes” (BRASIL, 1944, p. 1). Na fala do general, os trabalhadores ligados à exploração das riquezas naturais, seriam figuras indispensáveis para a concretização da vitória na guerra e, suas atividades essenciais, mesmo que a batalha fosse em outro campo, pois, “na produção complexamente constituída da guerra total, a permanente vigilância contra a doença torna-se o preço necessário da saúde, como o é da liberdade” (BRASIL, 1944, p. 1).

Política de boa vizinhança e programas cooperativos passaram a ser temas explorados ao longo da guerra e estavam presentes nas mensagens de vários profissionais que atuaram no SESP. Criada durante a Conferência Pan-Americana de Montevideo, em 1933, por Franklin D. Roosevelt, na época presidente dos Estados Unidos, referia-se a um período de relações políticas americanas com os países da América Latina entre 1933 até 1945, tinha entre os objetivos minimizar a influência europeia na América Latina (TOTA, 2000). Para o governo norte-americano, as Américas tinham de se transformar em uma fortaleza do hemisfério e dos próprios Estados Unidos (TOTA, 2000). “Espírito de boa vontade” e “pan-americanismo”, era como o general Dunham se referia, à aproximação entre “Getúlio Vargas e Roosevelt, [...] amizade sincera que existia entre os dois povos e que se firmaria ainda mais na assistência mútua e na cooperação mútua [...]” (COOPERAÇÃO, 1943, p. 6). Intensificava-se um discurso em que a ideia era consolidar cada vez mais a necessidade de integração dos países americanos, sob a hegemonia dos Estados Unidos. Tal relação extrapolou as fronteiras políticas e passou a influenciar questões diplomáticas entre os países das Américas. Mayra Lago em artigo, demonstra como o discurso pan-americanista para a América Latina foi construído e divulgado, por exemplo, através da revista *Em Guarda: para a defesa das Américas*. Segundo a autora, buscava-se elaborar e propagar imagens da grande amizade entre os Estados Unidos e a América Latina e os esforços de guerra que deveriam ser postos em prática para evitar a invasão do inimigo nazista (LAGO, 2019).

George Dunham que por sinal assinava vários artigos nos Boletins do SESP, escreveu outra matéria intitulada “Dois anos de cooperação continental”, na qual fazia um balanço das lutas contra as doenças e como os esforços teriam assumido dimensões continentais. Tratava-se de um empenho em justificar a ideia de que a colaboração entre os países teria favorecido

“o trabalho no setor da saúde e concorrido para valorizar o sentido de unidade americana” (BRASIL, 1944, p. 1). Para ratificar a importância da união entre as nações no combate às doenças em tempos de guerra, seguia afirmando que “na doença, as Américas tinham um inimigo mais formidável que Hitler. Pois Hitler, como tantos candidatos ao domínio do mundo, via aproximar o seu ocaso, [...] a luta contra a doença, entretanto, não tinha um fim à vista” (BRASIL, 1944, p. 1). Entende-se que os boletins do SESP foram utilizados não apenas como um meio de informação e propaganda, mas sobretudo como instrumento de representações na construção de imagens exploradas entre os países, principalmente quando elegia as doenças como inimigo mais mortal que Hitler. Como bem nos sugere o historiador Roger Chartier, (1990, p. 17) “as representações do mundo social são construídas, e são determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”. Dessa maneira, em tempos de guerra, os meios de comunicações como boletins e jornais eram utilizados para legitimar projetos e retratavam os inimigos que deveriam ser exterminados.

Para além do campo de batalha, acenava-se para o campo de luta da saúde como uma árdua guerra a ser vencida, e os discursos enfatizavam a necessidade de cooperação, pois “as doenças não reconheciam as fronteiras políticas e atingia a todas as pessoas, sem a distinção de raça, cor ou crença” (BRASIL, 1947, p. 1). Nesta toada, o Dr. Crispin Insaurralde, ao escrever um artigo sobre “A saúde na política do bom vizinho”, enfatizou a prática da boa vizinhança no exercício da medicina e saneamento, como elemento para “estreitar laços de amizade, ampliar o horizonte do médico das Américas – o que determinaria no futuro um saneamento e uma medicina continental, no terreno social, científico e moral” (BRASIL, 1944, p. 7). A intensificação desses discursos exprimia as necessidades apresentadas pelo contexto da guerra em que exércitos aliados precisavam de matérias primas; os soldados americanos estacionados no Brasil deveriam ser protegidos das doenças tropicais; os trabalhadores envolvidos na produção da borracha e minério precisariam de prevenção contra a malária e outras doenças (CAMPOS, 2005).

Para outro norte-americano, o Dr. John Yagly, da Divisão de Saúde e Saneamento do IAIA, o programa de cooperação teria “iniciado para atender as necessidades de tempo de guerra, o trabalho prometia produzir frutos que se fariam sentir por muito tempo após a guerra” (BRASIL, 1944, p. 7). Prosseguindo, afirmava o médico que “passados mais de dois anos do início do programa, [...] milhões de trabalhadores das indústrias estratégicas nas outras Américas estavam se beneficiando das atividades de saúde e saneamento” (BRASIL, 1944, p. 3). Ao fazer referência à guerra e a luta contra as doenças que atingiam as regiões produtoras de materiais estratégicos de guerra, seguia o médico afirmando que “a luta interamericana contra a doença não era tão espetacular quanto os choques no campo de batalha. Mas, seus resultados se fariam sentir permanente nas relações entre os países do continente” (BRASIL, 1944, p. 3). Além de projetar a extensão dos serviços realizados para um contexto pós-guerra, buscava-se reforçar a necessidade de parceria entre os países, como se todos fossem dependentes das investidas norte-americanas. Estruturas médicas como os hospitais eram apresentadas como espaços das benfeitorias do SESP na batalha contra as doenças.

3 OS HOSPITAIS PARAENSES DE BREVES E SANTARÉM

Os edifícios inaugurados constituem, no dizer das placas de bronze que tem à entrada, ‘símbolos de uma sã política de boa vizinhança’. Entretanto, seu valor é muito mais que simbólico, uma vez que eles se destinam a um papel de crescente importância na vida da comunidade. (BOLETIM Nº 27, 1945, p.1).

Deu-se a construção e inauguração dos hospitais nas cidades paraenses de Breves e Santarém, que, para além de estruturas prediais, tornaram-se símbolos forjados da política de

boa vizinhança entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, e serviram para legitimar os discursos das autoridades sobre as ações que o SESP estava realizando na região. Ao chegar à cidade de Santarém para a inauguração da casa de saúde, a comitiva “via tremular as bandeiras brasileira e americana e fez-se ouvir o hino nacional brasileiro e em seguida o hino americano, entoados por uma banda de música” (FIOCRUZ, p. 23). Neste cenário, eivado de patriotismo, “os representantes cercados pelo povo”, acompanharam os discursos das autoridades presentes. Durante a cerimônia, o Coronel Harold C. Gotaas afirmava ter o hospital “valor intrínseco para a população da cidade, sendo mais um passo para o desenvolvimento e progresso da saúde pública no Brasil” (BRASIL, 1945, p. 1).

Com a inauguração da arquitetura médico-hospitalar, o coronel aproveitou para creditar aos norte-americanos, a iniciativa e liderança na agenda da saúde global. Gotaas enfatizava na cerimônia que o ato fazia “parte do programa de cooperação continental em matéria de saúde pública e saneamento, de educação e de abastecimento alimentar, em que estamos todos tão profundamente interessados” (BRASIL, 1945, p. 7). Concebido em cooperação internacional, servia o hospital como ponto de referência para creditar a parceria estabelecida entre Brasil e Estados Unidos e, a este último, legitimar suas ações junto aos países americanos. Segundo Mauad (2005, p. 45), “havia declarado interesse, por parte do Departamento de Estado dos EUA, em consolidar a presença na América Latina através de planos de cooperação internacional e alianças políticas que garantissem a hegemonia dos EUA na região”.

Na cidade de Breves, os discursos seguiam a mesma toada. Durante a conferência de inauguração do hospital o Dr. Christopherson, reforçava a importância de contar com “habitantes saudáveis e fortes que trabalhem e produzem material estratégico e alimentos como requisitos para ganhar a guerra” (BRASIL, 1945, p. 5). A fala do representante norte-americano aliava saúde, vitória e guerra como estratégia dos EUA em estabelecer cooperação com o Brasil. Eivada de intencionalidades, tais falas seguiam uma mesma linha de raciocínio e reforçavam a importância da parceria entre os países, em prol do combate às doenças e, como consequência, o progresso e o desenvolvimento locais, evidenciando, nesse processo, a colaboração dos Estados Unidos. Desse modo, é dada, além de um protagonismo no que diz respeito ao desenvolvimento do país, a ideia de que o Brasil ficasse devedor das ações norte-americanas

Conforme estabelecido nos decretos, a instalação das arquiteturas médicas pelo interior da Amazônia contaria com a colaboração do SESP e a contrapartida das prefeituras locais. Os vários discursos das autoridades buscavam justificar as construções como novos modelos de atenção à saúde da população local, fruto da política de boa vizinhança, apontando, para isso, a ação das políticas públicas nessas localidades.

Figura 1 - Projeto do Hospital de Santarém – Pará



Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Postos de Higiene e Hospitais construídos pelo Serviço Especial de Saúde Pública no Estado do Pará. 1942-1945. p. 174.

O projeto previa a construção do hospital no modelo pavilhonar. Segundo Silveira *et al.* (2011, p. 137), “o sistema pavilhonar manteve sua hegemonia no campo da edificação hospitalar até o início do século XX, sendo a partir de então, questionado, revisto e modificado”. Esse modelo europeu foi substituído pela influência norte-americana com base no higienismo e na bacteriologia. Nessa nova estrutura, a construção em bloco único tornou-se a tônica do modelo hospitalar até hoje (COSTA, 2011). Construídos em meados do século XX, as estruturas prediais do SESP ainda seguiam os padrões da estrutura pavilhonar. A planta do hospital de Santarém mostra a organização por blocos e interligados por corredores que ligavam uma unidade à outra. Os blocos divididos poderiam ser utilizados para isolar os pacientes e seus diferentes tipos de doenças, pois “esses edifícios seguiam a tipologia organizacional e atendiam a critérios definidos pela terapia de isolamento e pela higiene dos estabelecimentos para a saúde” (COSTA, 2011, p. 130). As inúmeras janelas presentes na arquitetura contribuiriam com a iluminação e ventilação natural das salas.

Localizada na região do Tapajós, oeste do Pará, Santarém receberia a maior estrutura física do SESP. O hospital, planejado para receber 50 leitos, teria “auditório, primeiros socorros, gabinete dentário, farmácia, fisioterapia, raio X, bacteriologia, operações, pré-natal, partos, berçário, enfermaria, refeitórios, etc.” (BRASIL, 1942-1945, p. 175). Tratava-se de um hospital moderno, espaço terapêutico e “medicalizado”. Na década de 1940 a cidade era “o maior empório comercial do Baixo Amazonas. Seu comércio era intenso com o país, e com o estrangeiro” (BRASIL, 1942-1945, p. 159). Contava ainda com “uma pequena indústria de construção naval, curtumes, olarias, usina elétrica, usina de beneficiamento de algodão e cereais, e muitas outras pequenas oficinas” (BRASIL, 1942-1945, p. 159). Esses elementos contribuíam para diferenciá-la da maioria das cidades amazônicas, principalmente pela dinâmica estabelecida com outros países, e poderiam ter sido fator fundamental para que o SESP pudesse construir na região um hospital de grandes proporções para a realidade do interior da Amazônia. Até a década de 1960, era comum na Amazônia a existência de pequenas cidades associadas frequentemente à circulação fluvial, o que lhes conferiam fortes ligações com a dinâmica da natureza, com a vida rural não moderna e com o ritmo da floresta ainda pouco explorada (TRINDADE JÚNIOR, 2010, p. 118).

A economia local possuía “uma agricultura com grau regular de desenvolvimento de cereais, algodão e juta. Havia pequenos seringais cultivados, indústrias extrativas de óleos vegetais, madeiras, etc. E grande indústria de pesca do pirarucu, etc.” (BRASIL, 1942-1945, p. 160). Tais atividades, principalmente as extrativas e de pesca faziam e ainda fazem parte do trabalho laboral do homem amazônico, muitos deles, essenciais para a subsistência da população, como o caso da pesca. Segundo Santos, G. Santos, A. (2005, p. 165), “a pesca é uma das atividades humanas mais importantes na Amazônia, constituindo-se em fonte de alimento, comércio, renda e lazer para grande parte da sua população, especialmente as que residem nas margens dos rios”. Como outras cidades do interior amazônico, credita-se ao boom da borracha fator que assegurou a função de entreposto comercial para a cidade, reafirmando seu papel na liderança na porção oeste do Pará (OLIVEIRA, 2008). O possível potencial de extração gomífera e a dinâmica apresentada pelo município poderiam ter sido fatores para o Serviço buscar se instalar na região. Aliás, essa cidade recebeu além da maior estrutura médico-hospitalar os cursos para guardas e visitadoras sanitárias, agentes de saúde com vasta atuação pelo interior da Amazônia.

Entre os anos de 1944 e 1945, o SESP realizou um inquérito no município e “malária, helmintoses, disenterias, lepra, tuberculose, boubá e úlcera tropical”, eram as principais doenças que acometiam a população local (BRASIL, 1942-1945, p. 162). Sendo a região cortada por rios, muitas dessas enfermidades estariam associadas com o cotidiano dos moradores. Um exemplo, seria a úlcera tropical que “ocorria com frequência, em indivíduos

que habitam próximos a leitos de reservatório de água, em áreas de inundações e atividades que acontecem perto dos leitos de água, como a agricultura” (BOLEIRA *et al.*, 2010, p. 282). Medidas de combates a essas doenças estavam presentes na agenda das políticas públicas de saúde no Brasil. Nos anos iniciais da República, debates sobre o saneamento rural e as várias doenças que grassavam, sobretudo na zona rural, fomentaram a instalação dos primeiros postos de saúde e a realização das primeiras obras de engenharia sanitária (HOCHMAN, 1998). Os discursos de combates a essas doenças entraram também na agenda de atuação do SESP na Amazônia, apontando em seus inquéritos como medidas importantes a serem tomadas, como forma de uma intervenção e cuidados com as cidades e a população.

Sobre os recursos médicos em Santarém, o inquérito sanitário informava existir “três consultórios médicos e três gabinetes dentários. No interior do município, existia os dois hospitais Ford, localizados em Belterra e Fordlândia, respectivamente” (BRASIL, 1942-1945, p. 171). Essa estrutura médica teria sido construída para atender os familiares e funcionários da Ford no trabalho nos seringais (KLUSKA, 2017). Havia ainda, “o Hospital São José, mantido pela Congregação da Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição, e subvencionado pelo governo municipal. O governo do Estado mantinha um Posto de Saúde, em Santarém” (BRASIL, 1942-1945, p. 171). Se a existência dessas casas de saúde indica a atuação de entidades privadas e filantrópicas nos cuidados da população local, a construção de um hospital sugere as ações de intervenção do Estado. Ao buscar dar publicidade, o SESP reforçava o discurso de que sua construção era “importante por sua localização, e que o edifício serviria ao mesmo tempo de hospital e Posto de Higiene”. A construção “iniciada em março de 1943 e finalizada em dezembro de 1945” (BRASIL, 1942-1945, p. 171) era apresentada como uma das maiores edificações e representava a atuação do poder público e a interiorização da saúde nessa região.

Figura 2 - Vista do hospital já concluído



Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Postos de Higiene e Hospitais construídos pelo Serviço Especial de Saúde Pública no Estado do Pará. 1942 – 1945.

A imagem retrata a vista lateral do hospital de Santarém já concluído. De acordo com Mauad (1996, p. 11), “a fotografia pode, por um lado, contribuir para a veiculação de novos comportamentos e representações da classe que possui o controle dos meios; e, por outro, atuar como eficiente meio de controle social, através da educação do olhar”. Como símbolo da política de boa vizinhança, a maior construção do SESP no interior do Pará estava pronta a ser divulgada. Era uma forma de o SESP imprimir sua marca na Amazônia e registrá-la como uma grande arquitetura que inauguraria uma nova frente de atenção à saúde pública na região.

Segundo os dados disponibilizados, “o terreno para a construção doado pela prefeitura possuía uma área distribuída em hospital: 1.385m², Posto de Higiene: 425m², Residência das enfermeiras: 485m², Necrotério: 77m² e garagem: 153m²” (BRASIL, 1942-1945, p. 172). A construção de um hospital de grande porte sintetizava a presença do poder público na questão de saúde, a partir da parceria estabelecida com as autoridades políticas locais, imprimindo uma nova marca na saúde da região. Presumivelmente, depois de instalado, o hospital se tornaria a maior estrutura médica na cidade e serviria como uma forma de legitimar as ações do SESP para a população. Não à toa, o registro captura o momento na qual moradores locais, homens, mulheres e crianças transitam nos arredores do edifício. Enquanto símbolo da boa vizinhança, apresentar as pessoas em seu entorno traria um significado importante, sobretudo na divulgação das ações do Serviço.

Apesar de se tratar de uma estrutura nova e equipada, o hospital, mesmo inaugurado, parece ter encontrado dificuldades para entrar em funcionamento. Em ofício datado de fevereiro de 1946, o então prefeito da cidade, o médico sanitário Ismael Araújo informava a Waldir Bouhid, Diretor do Departamento Estadual de Saúde, que Santarém havia irrompido um surto de palustre, e tão logo recebera um abaixo-assinado dos moradores das zonas afetadas solicitou auxílio das autoridades a fim de tomar providências necessárias para o funcionamento do hospital (PARÁ, 1946, n.p). Ao ser pressionado pelos moradores, o prefeito cobrou agilidade para o seu funcionamento pois teria ocupado “o lugar do antigo existente, de propriedade de uma ordem religiosa que, bem ou mal, vinha servindo a população. Apesar de perfeitamente instalado, não funcionava, causando grande prejuízo aos moradores” (PARÁ, 1946, n.p).

Em poucos dias, o Diretor do Departamento Estadual de Saúde encaminhou o ofício do prefeito ao Dr. Osvaldo José da Silva, Diretor do Programa do Amazonas do SESP, e solicitou “informações exatas sobre os trabalhos do Serviço naquela região, e se possível, fossem tomadas as providências que julgar por bem no caso em apreço” (PARÁ, 1946, n.p). Ainda no ofício afirmava “se tratar de matéria referente ao interesse público, e esclarecia que as informações que V.S. se dignar prestar-nos, seriam transmitidas ao Governo do Estado”. Apesar de o documento não informar os motivos pelos quais o hospital não estava em atividade, mostrava as falhas do Serviço, pois, mesmo pronto, não atendia as necessidades da população. Privados de atendimentos médicos, moradores se mobilizaram através do abaixo-assinado exigindo o funcionamento do hospital. Provavelmente, entre eles estavam moradores presentes nas cerimônias de inauguração e ouviram os discursos dos representantes do governo com promessas de melhorias nas condições de vida. No caso de Santarém, o atraso no funcionamento do hospital poderia contribuir para o descrédito do SESP, além de mostrar, também, os anseios dos moradores pelo seu efetivo exercício no combate às doenças. Em meio à proliferação das enfermidades, coube aos moradores reclamar o atendimento médico-hospitalar junto ao poder público municipal.

Breves foi outro município paraense a receber as instalações de um hospital. A construção “era justificada pela posição estratégica da cidade, além disso, a alta incidência de doenças era outro fator a indicar a construção do hospital” (BRASIL, 1942-1945, p. 75). Rota da borracha no final do século XIX, a cidade estava em uma área estratégica. Por conta da extração do látex, o movimento comercial em Breves chamou a atenção pelo seu valor comercial, devido aos vapores atravessarem o estreito do lugar no trânsito entre Belém/Manaus (FÉLIX; NERY, 2019, p. 7). Os trabalhos tiveram início em abril de 1943 e abrangeriam, atrelados à edificação, um necrotério com capela, casa das máquinas geradoras e um sistema de abastecimento de água (BRASIL, 1942-1945, p. 75). Segundo os apontamentos dos inquéritos “foram encontradas muitas dificuldades para a construção. A não ser as pedras, areia e parte da madeira necessárias, todo o material usado na construção foi envidado de Belém” (BRASIL, 1942-1945, p. 75). Segundo Bastos (1996, p. 68), uma das formas encontradas pelo SESP para sanar as dificuldades com material, foi “arrendar a Serraria e Carpintaria ‘Fluminense’,

localizada em Belém. [...] Dessa forma, o SESP acelerou a fabricação de muitas peças necessárias à instalação dos prédios construídos no interior”.

Figura 3 - Projeto do Hospital de Breves – PA



Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Postos de Higiene e Hospitais construídos pelo Serviço Especial de Saúde Pública no Estado do Pará. 1942 – 1945. p. 59.

O projeto acima previa como seria o hospital de Breves, cidade localizada na ilha do Marajó. Para a construção, a prefeitura local teria doado o terreno com “área de 9.600 metros quadrados, localizada no centro da cidade” (BRASIL, 1942-1945, p. 75). Tratava-se de um edifício com 12 leitos e sua estrutura mantinha o modelo pavilhonar, padrão nas construções do SESP. Símbolo da política de boa vizinhança, teria sido o primeiro edifício inaugurado e era apresentado como a intervenção do poder público na área da saúde na Amazônia. Durante a cerimônia de entrega, “a comitiva era esperada no trapiche por uma multidão que demonstrava o seu entusiasmo pela obra do SESP e teria acompanhado os visitantes até o local de inauguração, ouvindo atentamente os discursos e aplaudindo-os calorosamente” (BRASIL, 1945, p. 2). Realçar a presença dos moradores locais durante os festejos não deixava de ser uma estratégia, pois poderia servir como visibilidade para políticos locais reafirmarem as medidas sanitárias em curso na cidade e dar publicidade as ações desenvolvidas pelo Serviço na região.

Sobre as condições sanitárias, a maioria das doenças presentes na cidade eram as mesmas encontradas em outros municípios amazônicos. Além da malária, apresentava índices de “helmintoses, disenterias, lepra, tuberculose, boubas e úlcera tropical” (BRASIL, 1942-1945, p. 56). Aliás, diversos esforços eram empregados no país, na organização de ações para o enfrentamento da malária. Os anos de “1930 e 1940 foram marcadas pelo surgimento de estruturas sanitárias e campanhas dedicadas ao combate à malária, levadas a cabo tanto pelo governo brasileiro, [...] como pelos esforços da fundação Rockefeller”. (HOCHMAN; MELLO; SANTOS, 2002, p. 235). Breves teria sido uma das primeiras cidades do país a receber do SESP tratamentos para malária, a partir “da experiência de expurgo com o famoso DDT, um inseticida que estava revolucionando os métodos de controle da malária” (BRASIL, 1945, p. 4). Para Campos (2006, p. 130) “o sucesso desta nova técnica fez com que, cada vez mais, os responsáveis pelas políticas sanitárias acreditassem que o DDT substituiria as tradicionais formas de controle da malária”. A cidade de Breves “foi a escolhida por ser um dos lugares mais assolados pela malária, em virtude de ser construída numa várzea, perto de pântanos, sobre aterros de serragem” (BRASIL, 1945, p. 4). Tais ideias reproduzem justificativas da necessidade de intervenções, sobretudo ao relacionar as más condições de moradia da cidade a um lugar insalubre e propício a todas as moléstias.

Entre janeiro e março de 1945, foi realizado um levantamento das condições de habitação da cidade. Das 170 casas existentes na cidade, 144 foram inspecionadas, sendo “boas 57, regulares 43 e más 44”. Sobre os utensílios para lavar as mãos, as residências foram classificadas como: “bons 26, regulares 6, maus 112”. Em relação aos quintais, “4 foram classificados como bons, 6 regulares e 134 maus”. Casas com fossas foram classificadas como: “boa 1, regulares 0, más 29”. Sobre o uso de fossas, “2 casas davam diretamente para o rio e 114 não possuíam fossas” (BRASIL, 1942-1945, p. 60). A precariedade das habitações não eram realidades apenas das cidades do interior da Amazônia. Se ainda hoje casas feitas de madeira e cobertas de palhas fazem parte do cenário de comunidades ribeirinhas, também encontramos essa estrutura na capital do Pará, principalmente nas áreas mais afastadas do centro. Através dos relatos dos moradores de Belém, na década de 1940 a estrutura da periferia apresentava “barracas, casas de pobres, casa de chão batidos [...]. Não havia água encanada e as habitações apresentavam péssimas condições de higiene e saneamento, situando-se no meio da rua sem pavimentação” (FONTES, 2002, p. 222 - 223). Os dados apresentados pelos inquéritos buscam mostrar as cidades paraenses carentes de saneamento e, ao mesmo tempo, justificar os discursos das autoridades com relação à necessidade de levar saúde e higiene para a população local.

Se os relatórios apresentados pelo SESP buscavam evidenciar a cidade como espaço cheio de problemas quanto a serviços de saneamento e condições de moradia da população, o hospital era apresentado como uma estrutura moderna, feita de alvenaria, e estaria sob gerência do Estado, apta a promover a saúde pública na região. Com “capacidade para 16 leitos, contaria com o Dr. Brasilino Ricardo de Queiroz, cinco enfermeiras – uma enfermeira chefe diplomada pela Escola Ana Neri, no Rio, e quatro outras com curso em Belém” (BOLETIM, 1945, p. 2). Além da estrutura montada, Breves contaria com profissionais da saúde – médicos e enfermeiras – e a estes somavam-se as atividades de outros agentes de saúde como os guardas e visitadoras, iniciativas consideradas importantes para a extensão do poder público em uma pequena cidade do interior da Amazônia. Não à toa, as autoridades políticas locais se apropriavam dessas ações e celebravam as intervenções realizadas. Por ocasião de sua inauguração, o Dr. Lameira Bittencourt, secretário geral do Estado, representando o Interventor Federal, teria agradecido os benefícios trazidos pelo SESP à população local e elogiou a campanha feita com o apoio do governo estadual (BRASIL, 1945, p. 2).

Economicamente, Breves contava com “7 pequenos estabelecimentos comerciais mal sortidos, uma serraria e uma usina de beneficiamento da borracha. O município produzia, borracha, madeira, oleaginosas, açúcar, couro e peles” (BRASIL, 1942-1945, p. 24). Parte das ocupações da cidade estava relacionada as riquezas naturais extraídas da região. Nos anos de 1930, com o enfraquecimento dos seringais que marcaram a história local, em função da posição estratégica e instalação de grupos empresariais, a extração da madeira impulsionou o crescimento do espaço urbano” (PACHECO, 2010, p. 10). Há de se destacar que Breves foi o município de maior produção gomífera, na região das ilhas, entre os períodos de 1900 a 1910 (WEINSTEIN, 1993). Presumivelmente, esse histórico teria impulsionado o município a ser uma das sedes escolhidas para a atuação do SESP, principalmente pelo contexto marcado pela necessidade em reativar a produção de borracha na Amazônia, dentro dos esforços de guerra.

Os hospitais construídos pelo SESP nas cidades paraenses alinhavam o discurso de promoção da saúde da população, pois “se destinavam a um papel de crescente importância na vida da comunidade” (BRASIL, 1945, p. 1). Ao mesmo tempo, reforçavam o discurso político dos tempos de guerra, como os símbolos de uma sã política de boa vizinhança.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a III Conferência de Chanceleres ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, Brasil e Estados Unidos celebraram uma série de acordos bilaterais. De acordo com as decisões estabelecidas ficou acordado “medidas sanitárias e de saúde adequadas, como contribuição indispensável para que os povos das repúblicas americanas pudessem assegurar seu poder defensivo e os meios de resistir à opressão” (BRASIL, 1944, p. 7). As discussões sobre saúde e o combate às doenças estavam entre as principais pautas estabelecidas nas reuniões políticas, deixando claro, também, o teor bélico do contexto, demonstrando, ao mesmo tempo, as doenças e os países do “Eixo” como principais inimigos.

Nascido durante esse contexto, o SESP atuou com uma vasta agenda na área da saúde e saneamento no país. Formação de vários profissionais como visitadoras e guardas sanitários, instalação de sentinas, abastecimento de água e, como vimos, a construção de hospitais, foram ações desenvolvidas na região amazônica. Após a realização dos inquéritos sanitários e a apresentação de um quadro desfavorável, as cidades paraenses de Breves e Santarém, receberam estruturas médicas. A construção tornou-se símbolo de uma sã política de boa vizinhança, onde os discursos alinhavam os laços de amizade e debates sobre saúde pública. Em tempos de guerra, saúde e paz contrapunham-se à ideia de doenças e nazismo. Fruto de discussões diplomáticas, a criação de agências de saúde garantiu aos Estados Unidos, por um lado, a formação de alianças no contexto da guerra e o acesso a suprimentos de recursos naturais dentro dos esforços de guerra. Por outro, possibilitou ao governo Vargas a inserção de políticas públicas na Amazônia, essenciais dentro do projeto de ampliar a presença do Estado na região. A instalação dos hospitais concretizou intervenções dos serviços públicos e o atendimento à saúde dos moradores de cidades do interior do Pará.

REFERÊNCIAS

ARGUELHES, Delmo de Oliveira. A III Conferência dos Chanceleres Americanos de 1942: o ponto decisivo da política externa getulista. **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos**. Editora Luzes Comunicação, Arte & Cultura. Rio de Janeiro. Vol. 7, nº 14, jul-dez 2015. Disponível em: <http://www.rest.uff.br/index.php/rest/article/view/88/81>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BACELLAR, Carlos de A. P. Fontes documentais uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23-80.

BASTOS, Nilo Chaves de Brito. **SESP/FSESP: 1942 – Evolução histórica – 1991**. 2ª edição. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 1996.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou ofício do historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOLEIRA, Manuela *et al.* Úlcera de Buruli. **Anais Brasileiros de Dermatologia**. 2010; 85(3): p. 282. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/abd/v85n3/a02v85n3.pdf>. Acesso em: 17 set. 2020.

BRASIL. BOLETIM DO SESP. **Ministério da Educação e Saúde**. Rio de Janeiro. Nº 9. 1944.

BRASIL. BOLETIM DO SESP. **Ministério da Educação e Saúde**. Rio de Janeiro. Nº 15. 1944.

BRASIL. BOLETIM do SESP. **Ministério da Educação e Saúde**. Rio de Janeiro. Nº 17. 1944.

BRASIL. BOLETIM do SESP. **Ministério da Educação e Saúde**. Rio de Janeiro. Nº 25. 1944.

BRASIL. BOLETIM DO SESP. **Ministério da Educação e Saúde**. Rio de Janeiro. Nº 27, outubro de 1945.

BRASIL. BOLETIM DO SESP. **Ministério da Educação e Saúde**. Rio de Janeiro. Nº 49. 1947.

BRASIL. Postos de Higiene e Hospitais construídos pelo Serviço Especial de Saúde Pública no Estado do Pará. **Ministério da Educação e Saúde**. 1942-1945.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. Políticas internacionais de saúde na era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública. *In*: GOMES, Angela de Castro. (Org.) **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 201.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. O Serviço Especial de Saúde Pública: políticas internacionais e respostas locais. **História em Revista**, Pelotas, v. 11, dezembro/2005. Disponível: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/11585/7439>. Acesso em 12 jun. 2017.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. **Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960**. Editora Fiocruz. Coleção História e Saúde. Rio de Janeiro, 2006.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs) **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2ª Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, p. 109, 2007.

CHARTIER, Roger. **A histórica cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

COOPERAÇÃO entre brasileiros e norte-americanos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 7 nov. 1943.

COSTA, Renato Gama-Rosa. Apontamentos para a arquitetura hospitalar no Brasil: entre o tradicional e o moderno. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos** [online] Rio de Janeiro, v.18, supl.1, dez, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v18s1/04.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CUETO, Marcos. **Saúde Global: uma breve história**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

ESTRATÉGIA sanitária. **Diário da noite**, Rio de Janeiro, 1 de dez. 1943.

FÉLIX, Ouripson Dalvan Lopes; NERY, Elaine Lobato. A extração da borracha e a “questão social” na Amazônia: os reflexos na cidade de Breves/PA. **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. “40 anos da virada do Serviço Social”. Brasília-DF, out.-nov. 2019.

FIGUEIREDO, Cibelly Alessandra Rodrigues. Arquitetura da saúde como patrimônio. Hospital D. Luiz I da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará. *In*: MIRANDA, C. S; COSTA, R. G. (org.). **Hospitais e Saúde no Oitocentos: diálogos entre Brasil e Portugal**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2018.

FIOCRUZ. FSESP. Seção: Assistência médico-sanitária. Série: **Unidades de Saúde**. BR.FIOCRUZ.COC/FSESP/MAS/00/US/00/37. Caixa 123. Copy Daily Journal “Estado do Pará”.

FONTES, Edilza Joana de Oliveira. **O pão nosso de cada dia: trabalhadores e indústria da panificação e a legislação trabalhista (Belém 1940-1954)**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

FONTES, Edilza. A Batalha da Borracha, a Imigração Nordestina e os Seringueiros: a relação história e natureza. *In*: NEVES, F. F. (org.). **Faces da História da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

FUNCIONARÃO ainda este ano, no Pará, treze postos do SESP. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 6 mai. 1945.

GOMES, Elane Cristina Rodrigues. **A lepra e a letra: escrita e poder sobre a doença na cidade de Belém (1897-1924)**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Pará, Fortaleza, 2019.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil**. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1998.

HOCHMAN, Gilberto; MELLO, Maria Teresa Bandeira de; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. A malária em foto: imagens de campanhas e ações no Brasil da primeira metade do século XX. *In*: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos** [online] Rio de Janeiro. Vol. 9 (suplemento), 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v9s0/10.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

KLUSKA, Caren Alessandra. **A educação escolar em Fordlândia – PA e a influência da Companhia Ford Industrial do Brasil – 1931 a 1945**. 2017. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal Oeste do Pará. Santarém – PA, 2017.

LAGO, Mayra Coan. Em guardas para a América e o discurso pan-americanista para a América Latina (1941 - 1945). **Revista Latino-Americana de História**, vol. 08, nº 22 – ago./dez. de 2019.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996.

MAUAD, Ana Maria. Genevieve Naylor, fotógrafa: impressões de viagem (Brasil, 1941-1942). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, nº 49, 2005.

MIRANDA, G. TABOSA, W. Alguns aspectos dos Serviços de Saneamento na Amazônia. **Revista do Serviço Especial de Saúde Pública**. Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, Rio de Janeiro, Brasil. Tomo 2, 1948.

MIRANDA, Cybelle Salvador *et al.* Santa Casa de Misericórdia e as políticas higienistas em Belém do Pará no final do século XIX. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.22, n.2, abr.-jun. 2015, p. 525-539. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v22n2/0104-5970-hcsm-2015005000006.pdf> . Acesso em: 28 jan. 2020.

MIRANDA, Cybelle Salvador. Hospitais na Belém Oitocentista: classicismo e diálogo entre matrizes luso-brasileiras. *In*: MIRANDA, Cybelle Salvador; COSTA, Renato da Gama-Rosa. (org.). **Hospitais e Saúde no Oitocentos: diálogos entre Brasil e Portugal**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2018.

OLIVEIRA, J. M. G. C. Expansão urbana e periferização de Santarém-PA, Brasil: questões para planejamento urbano. *In*: X Colóquio Internacional de Geocrítica. Diez años de cambios en el mundo, em la geografía y em las ciencias sociales, 1999-2008, Barcelona. **Anais [...]**. Universidade de Barcelona, 2008.

PACHECO, Agenor Sarraf. Portos de Memórias: cotidiano, trabalho e história no Marajó das florestas. **Revista Movendo Ideias**. Vol. 15, Nº 1 - janeiro a junho de 2010.

PARÁ. Arquivo Público do Estado do Pará. **Correspondência enviada ao Diretor do Departamento Estadual de Saúde**. Fundo: Saúde. Folha avulsa, Belém, 13 de fevereiro de 1946.

RODRIGUES, Silvio Ferreira. DA CARIDADE À CIÊNCIA: a assistência à saúde pública no Pará entre os séculos XIX e XX. **Revista Espacialidades**. [online]. 2021.1, v.17, n.1. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/22092/13941>. Acesso em: 05 abr. 2021.

SANTOS, Geraldo Mendes dos; SANTOS, Ana Carolina Mendes dos. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Revista Estudos Avançados**, nº 19, (54), 2005.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: Riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. 3ª edição. Editora Paka-Tatu. Belém, 2010.

SANGLARD, Gisele. A construção dos espaços de cura no Brasil: entre a caridade e a medicalização. **Revista Esboços: história em contextos locais**. Florianópolis-SC. v. 13, n.16, 2006.

SILVEIRA, Anny Jackekine Torres. FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. A saúde em Minas Gerais durante o século XIX. *In*: **História da Saúde em Minas Gerais: Instituições e Patrimônio Arquitetônico (1808-1958)**. SILVEIRA, A. J.T; FIGUEIREDO, B. G; MARQUES, R. C. (orgs.). Barueri, SP: Minha Editora, 2011.

TOTA, Antonio Pedro. **O Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Cidades na floresta: os “grandes projetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista IEB**, nº 50, set./mar., 2010.

VIEIRA, Elis Regina Côrrea. **Manchete do dia: imprensa paraense e saneamento rural (1917-1924)**. 2016. Dissertação. (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará. Belém – PA, 2016.

WEINSTEIN, Barbara. **A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)**. São Paulo: Editora HUCITEC/USP, 1993.

SEXO É SÓ PARA QUEM PODE PAGAR: UM DIÁLOGO COM O COTIDIANO DA PROSTITUIÇÃO NO PARÁ

Augusto César Pinto Figueiredo¹

RESUMO

O presente artigo é o resultado do primeiro ano de pesquisa de campo desenvolvida para a tese de doutorado intitulada: “A história da prostituição em áreas de barragens na Amazônia: O lado sombrio do grande capital”, e das discussões gestas na disciplina “Sociobiodiversidade e trabalho”. No presente artigo abordamos diversos aspectos como perfil das profissionais do sexo, perfil dos clientes, valor dos programas, abordamos brevemente os motivos que levam essas pessoas a ingressarem no mercado do sexo. Falaremos sobre metodologia de pesquisa de campo, os desafios de fazer pesquisa de campo durante o período de pandemia, apresentamos a transcrição de diálogos que foram coletados ao longo do ano de 2020 com cerca de 50 profissionais do sexo. As perguntas inicialmente eram abertas, mas tão logo as entrevistadas se sentiam à vontade, as perguntas abertas davam espaço a narrativas de vida e trajetórias que iam do histórico familiar até o momento que as levou a “escolha” do mercado da prestação de serviços sexuais. Os dados coletados resultaram numa tabela que apresentamos as características físicas, faixa etária, os tipos de programas e os cachês médios cobrados por programa.

Palavras-chave: Prostituição. Profissionais do sexo. História oral. Serviços sexuais.

SEX IS RESERVED FOR THOSE WHO CAN AFFORD IT: A DIALOGUE WITH THE DAILY PROSTITUTION IN PARÁ

ABSTRACT

This article is the result of the first year of field research developed for the doctoral thesis entitled: “The history of prostitution in dam areas in the Amazon: The dark side of great capital”, It is also the results of the discussions conducted in the discipline “Sociobiodiversity and job”. This paper, we discuss several aspects such as the profile of sex workers, the profile of clients, the value of a pool, we briefly discuss the reasons that lead these people to enter the sex market. We talk about the challenges of doing field research during the pandemic period, we present the transcript of dialogues that were collected throughout the year 2020 with a total of 50 sex workers. The questions were initially open, but as soon as the interviewees felt at ease, the open questions turned into life narratives and trajectories that started from family history to the moment that led them to “choose” the sex market. The data collected resulted in a table that presents the physical characteristics, age group, types of pooling and the average fees charged per pooling.

Keywords: Prostitution. Sex workers. Oral history. Sexual pooling.

Data de submissão: 19. 04. 2021

Data de aprovação: 15. 05. 2021

INTRODUÇÃO

Segundo dados de 2015, da Fundação Mineira de Educação e Cultura, FUMEC, estima-se que o Brasil possui 1,5 milhões de pessoas, entre homens e mulheres, que vivem em situação de prostituição. No entanto, o que leva uma mulher a entrar no mercado da prestação de serviços sexuais? A prostituição pode ser considerada uma profissão? Quem as apresenta a esse mercado? Quais os critérios que tornam a prestação de serviços sexuais um mercado lucrativo para algumas mulheres e pouco rentável para outras? Quanto ganha,

¹ Professor efetivo da Universidade Federal do Pará. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia da Universidade Federal do Pará. E-mail: figueiredoacp@hotmail.com.

aproximadamente, uma operária do sexo? Qual o perfil dos homens que buscam esse tipo de companhia?

Guimarães Neto (2014, p. 28) explica que historiadores e estudiosos das ciências sociais investigam, primordialmente, os momentos e contextos políticos, econômicos e culturais em que as diversas práticas de trabalho emergem e se tornam corrente no dia a dia das sociedades. O comércio de prestação de serviços sexuais é indubitavelmente uma prática de trabalho que se fez e faz muito presente no cotidiano de nossa sociedade.

Outro fator deveras relevante é a questão psicológica que muitas vezes passa despercebida no universo da prestação de serviços sexuais. Muitos relatos colhidos no presente trabalho expressam fortemente questões como: abusos na infância, iniciação sexual precoce, insegurança com o corpo e bullying sofrido ao longo da infância e adolescência. Thompson (2002, p. 12) explica que:

Muitas vezes surpreendo-me pela resistência, particularmente dos sociólogos, a essa dimensão psicológica. Muito recentemente, estive discutindo com uma amiga brasileira sua pesquisa sobre o turismo sexual. Elementos cruciais na situação são obviamente a desigualdade econômica, a pobreza das mulheres brasileiras locais e a riqueza dos turistas visitantes, e as imagens quase contrárias que têm um do outro: os turistas imaginando as mulheres brasileiras como altamente sexuais, “tropicais”, enquanto as mulheres achando que os homens são frios e pouco exigentes sexualmente. Mas enquanto essas pressões estruturais compõem o contexto para o turismo sexual, elas não explicam porque certas mulheres se tornam prostitutas e outras não. Poderíamos supor que outros fatores psicológicos estejam envolvidos, tais como o abandono na infância, uma mãe distante e fria ou o abuso sexual por parte do pai ou avô. Creio que tanto as perspectivas sociais quanto as psicológicas são igualmente relevantes para a interpretação (THOMPSON, 2002, p. 12).

Ao refletirmos sobre as perguntas que guiaram o presente trabalho surgiu outro questionamento. Qual aporte metodológico seria o ideal para trabalharmos com narrativas orais dessas operárias do sexo? A resposta foi quase que imediata, optamos pelo uso da História Oral. Thompson (2000, p.10) explica que, em primeiro lugar, a história oral é um método que sempre foi essencialmente interdisciplinar, um caminho cruzado entre sociólogos, antropólogos, historiadores, estudantes de literatura e cultura, dentre outros. Thompson continua relatando que, ao longo de sua vida de pesquisador, ele sempre observou como determinadas disciplinas podem ser transformadas por novos modos de pesquisa, além de ver como uma força crucial da história e o fato dela permanecer como uma forma fundamental de interação humana, que transcende as fronteiras disciplinares.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Alberti (2005, p.155-202) enfatiza alguns equívocos sobre a História oral que devem ser descartados de imediato, como a consideração de que a História oral é a própria História; de que a história vista “de baixo” é a democrática, em oposição à história das elites; e que a História oral busca dar voz às minorias, o que apenas reforçaria as diferenças sociais. Para a autora, a História oral deve ser compreendida como visões de mundo e experiências de vida. Logo, dar voz aos relatos de vida de mulheres que estão à margem da sociedade, por meio de seus relatos de vida, é comprimir com o papel não só de historiador, mas de partícipe de um grupo de pessoas que buscam, por meio das ciências sociais, derrubar barreiras e, talvez, assim, minimizar ao máximo as mazelas sociais que as meretrizes historicamente são submetidas.

Utilizar a História oral é trabalhar num campo movediço, onde questões, como a veracidade dos depoimentos, devem ser consideradas como elemento válido dentro de uma pesquisa acadêmica séria. Ou mesmo, por se tratar de uma questão mais voltada à memória individual, não deva ser considerado como apenas um imaginário das entrevistadas, uma

tentativa de maquiagem uma realidade dura e cruel no cotidiano que muitas vezes, é transformar em um “conto de fadas, ou até mesmo o oposto”.

Neste caso, David (2013, p. 160) explica que a problemática da verdade não deve subjugar o trabalho com a História oral. Sem questionar a busca contínua pelo como se deu determinado fato ou evento histórico, mas devemos reconhecer a multiplicidade de narrativas, buscar compreender que o depoimento oral é desencadeado pela construção de uma narrativa ucrônica² (PORTELLI, 1993, p. 41-58), inserida no campo da memória e que determina aquilo que o personagem gostaria que tivesse ocorrido ou a sua representação do real.

David (2013, p. 160) complementa afirmando que não se trata de questionar a verdade ou não do depoimento, mas apenas compreender que esse é construído socialmente pelo entrevistado que, dando sentido à sua vida, arquiteta um ponto de vista, uma representação sobre determinado momento relacionado à sua trajetória. E mesmo que essas lembranças possam indicar a representação do indivíduo sobre determinado fato ou evento, elas estão carregadas de densidade histórica e demonstram as múltiplas visões do passado, um ponto de vista do indivíduo que demonstra muito de si e do grupo ao qual ele pertencia.

Para muito além disso, a História oral nos subsidia com elementos para melhor compreender a possibilidade de múltiplas narrativas e que essas apontam que não há uma verdade única e que, em decorrência da sociedade ser composta por diversos grupos sociais participantes concomitantemente de um mesmo período ou evento histórico, cada grupo terá uma visão de mundo, uma experiência de vida que compõe o todo. (DAVID 2013, p.160) Thompson (2002, p. 16) deixa bem claro a importância do uso da História oral, uma vez que todo homem e toda mulher têm uma história de vida para contar que é de interesse histórico e social, e muito se pode compreender a partir dos poderosos e privilegiados, tais como proprietários de terra, advogados, padres, empresários, banqueiros, etc.

Entretanto, a História oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder, e cujas vozes estão ocultas, pois as vidas dessas pessoas são praticamente improváveis de serem documentadas nos arquivos. Thompson enfatiza ainda que essas vozes ocultas são acima de tudo de mulheres, e é justamente por isso que a História oral tem sido tão fundamental para a criação da História das mulheres.

No entanto, ao trabalhar com História oral é necessário, na hora da entrevista, o pesquisador ter amplo conhecimento do assunto, pois este será constantemente sabatinado por seus entrevistados. Um dos maiores entres na hora de entrevistar é não estar devidamente munido de informações básicas e demonstrar para o seu entrevistado o desconhecimento de suas práticas e terminologias locais.

Quando o entrevistado reconhece que o pesquisador tem clareza ao tratar do métier do entrevistado, o pesquisador conquistará confiança e respeito tendo a oportunidade de obter ainda mais informações e detalhes, que são imprescindíveis para a sua pesquisa. Thompson (1992, p. 255) explica que:

A menos que o informante seja, de algum modo, mais bem informado do que o entrevistador. Este vem para aprender e, de fato, muitas vezes consegue que as pessoas falem exatamente dentro desse espírito. Por exemplo, Roy Hay descobriu, em sua pesquisa com construtores navais que Clydeside, que, muitas vezes, ‘nossa própria ignorância’ pode tornar-se útil. Em muitas ocasiões, são trabalhadores mais velhos recebiam minhas perguntas ingênuas com divertida tolerância e me diziam ‘Não, não, garoto, não foi desse jeito’, ao que se seguia uma descrição clara e detalhada do que verdadeiramente acontecera” (THOMPSON, 1992, p. 255).

² Neste texto, o autor destaca que as narrativas se apresentam como sonhos de uma vida que poderia ter ocorrido de maneira diversa, não se encontra na realidade, mas, sim, na possibilidade desejada, e a função do ucrônico seria de sustentar a esperança.

Escolhemos fazer entrevistas e utilizar questionários tanto abertos quanto fechados. As entrevistas foram feitas ao longo do ano de 2020, nas cidades de Belém, Ananindeua, Marituba, Tucuruí, Altamira e Santarém no estado do Pará. Ademais, utilizamos as entrevistas tanto para coleta de dados quantitativos quanto qualitativos, bem como dar voz a essas mulheres que raramente têm os seus relatos de vida documentados. Thompson (2002, p. 16) reforça que o ponto chave é que os historiadores orais deveriam sempre pensar sobre as implicações quantitativas de sua pesquisa, e ter uma estratégia de amostragem que se adapte a seus propósitos, e, assim, visar a um poder explanatório que é ao mesmo tempo qualitativo e quantitativo.

Bruns e Gomes (1996), durante pesquisa de campo, procuraram compreender a prática da prostituição a partir de como essas profissionais do sexo vivenciavam sua sexualidade. Para isso, os autores realizaram entrevistas com 15 prostitutas institucionalizadas, com idade entre 18 e 33 anos, com escolaridade até o ensino médio.

Inicialmente foram trabalhadas perguntas fechadas, logo depois abertas e, por fim, assim que as entrevistadas se sentiam à vontade, as perguntas abertas davam espaço às narrativas de vida e trajetórias que iam do histórico familiar até o momento que as levou a “escolha” do mercado da prestação de serviços sexuais como alternativa de trabalho. Seja qual for o motivo, e aqui usaremos uma frase um tanto clichê, mas o mercado do sexo pago só existe porque existe demanda.

Para Bruns (2001), “Se existe quem vende prazer, é porque existe quem compra prazer. Essa demanda desconhece crises econômicas, pandemias, guerras e tragédias climáticas. Justamente por isso, não podemos deixar de falar mesmo que brevemente da questão da Covid 19, uma vez que nossa pesquisa foi realizada no ano de 2020, em pleno auge da pandemia.

As entrevistas foram realizadas em sua maioria por meio de vídeo chamadas, algumas por telefone, outras via chat de aplicativo de mensagens instantâneas e apenas cerca de 20% foram desenvolvidas pessoalmente. Thompson (2002, p. 26) traz à tona os desafios para os pesquisadores que utilizam a História oral como aporte metodológico. Thompson faz a seguinte indagação a respeito do uso das novas tecnologias da comunicação durante a pesquisa de campo:

Aqui já encontramos nosso quarto desafio: *as novas tecnologias de comunicação*. Devemos abraçá-las como uma oportunidade maravilhosa, ou devemos reconhecê-las como os mensageiros de nosso futuro esquecimento? Afinal, a história oral como a conhecemos era indubitavelmente uma criança da idade de ouro do som, quando o rádio era a principal forma da comunicação de massa – uma era passada já distante. E eu não penso que, até o momento, historiadores orais têm apresentado um registro muito expressivo de afinidades com os avanços técnicos. Muitos vídeos de história oral que foram produzidos são teoricamente formais e repetitivos para se ver, por que seus criadores não reconhecem a necessidade de técnicas bastante diferentes a fim de fazer com que o trabalho audiovisual prenda os que o assistem e transmita sua mensagem. E, lamentavelmente, a mesma fraqueza tem se repetido na maior parte dos CD-Roms de projetos de história oral que tenho visto. Existem também novas excitantes possibilidades para difundir a história oral através da multimídia e da *internet*. Dispositivos de multimídia têm um potencial especial para integrar som, imagens visuais e texto, e eles podem ser um importante caminho de atração para uma audiência mais jovem. Criar *sites* de memória na *internet*, e combinar diferentes tipos de documento, são novas formas igualmente importantes (THOMPSON, 2002, p. 26).

David (2013, p. 164) alerta que quando o pesquisador invade a privacidade do entrevistado, com questões que o obrigam a lembrar momentos de sua vida, muitos deles que se deseja esquecer, é muito recomendável que, seja criado um ambiente confortável para o

entrevistado, para que o mesmo se sinta à vontade para falar ou até mesmo deixar de falar. Assim, o ambiente deve ser escolhido ou aprovado pelo próprio entrevistado. Além disso, locais relacionados ao período narrado ou à temática possibilitam a melhor lembrança do passado, sendo ainda possível a utilização de fotos ou objetos que ajudem o entrevistado a se recordar do tema proposto.

Saraiva (2009, p. 8-15) descreve em seu capítulo introdutório as dificuldades que teve para fazer a coleta de dados em ambiente de meretrício. Este capítulo serviu como norte para as minhas idas à campo. Cerca de 30% dos encontros presenciais foram realizados em quartos de Hotéis/Motéis, apartamentos alugados por temporada, locais usualmente utilizados para o atendimento de clientes, além destas, algumas poucas entrevistas foram realizadas nas próprias casas das profissionais, que também eram utilizadas como espaço de trabalho. Ressaltamos que máscaras, distanciamento social e álcool em gel foram medidas de prevenção e segurança adotadas durante as entrevistas presenciais.

Fazer a entrevista no local de atendimento dessas mulheres, teve como intuito dar subsídios para que elas pudessem acessar as camadas mais profundas de suas memórias. Quando o pesquisador opta pela coleta de depoimento oral, ele precisa ter clareza que vai adentrar em um campo delicado e íntimo da memória do entrevistado.

Saraiva (2009, p. 9) relata uma situação recorrente durante sua pesquisa de campo: mesmo depois de os pesquisadores exporem os seus objetivos às trabalhadoras do sexo, muitas delas acreditavam que pelo pesquisador ser homem ele ainda era um cliente em potencial.

Ser tratado como uma cliente em potencial, foi também uma experiência vivenciada por mim em meu trabalho, mas tal situações foram sutilmente contornadas. Em muitos momentos da pesquisa de campus, assim como Saraiva, tive de ouvir propostas que iam desde pagar para fazer sexo e poder ouvir os relatos a simplesmente pagar para ouvir somente os relatos.

As garotas de programa relataram que, por conta da pandemia, houve uma drástica redução no número de programas realizados diariamente. Alguns relatos de diminuição falam de uma perda entre 40% e 55% da renda diária obtida com os programas. Algumas meretrizes relataram que faziam entre 03 e 05 programas diários, antes da pandemia de Covid 19.

Algumas mulheres, encontraram formas alternativas de recuperarem parte dos ganhos, e ao mesmo tempo diminuir o contato social com inúmeros parceiros. Uma alternativa um tanto inusitada foi por meio de rifas. Toda a semana, um programa “completo” com uma trabalhadora do sexo era rifado. Com o valor recebido das rifas, a mulher ganhava o suficiente para o seu sustento por uma semana de trabalho, e o cliente que comprava a rifa por cerca de 15 ou 20 reais, dependendo da meretriz, ganhava um programa por um custo bastante inferior ao que pagaria usualmente num programa regular com a profissional do sexo.

Outra queixa corriqueiramente ouvida, durante as entrevistas, por parte das profissionais do sexo é que os programas são exaustivos, uma vez que os clientes demandavam delas um grande esforço físico durante o ato sexual. Os clientes pagam e querem a melhor performance possível, não levando em consideração se aquele é o terceiro ou mesmo o quinto programa do dia daquela meretriz, mas com a pandemia as coisas mudaram e ficaram mais amenas pelo número reduzido de programas.

Sob a ótica das profissionais do sexo, uma questão curiosa foi levantada por quase todas elas, durante as entrevistas, ao que concerne a diminuição do número de programas realizados. Para elas, o fato da diminuição do número de programas não ocorreu por conta do vírus, ou pela proibição de circulação das pessoas, mas pelo simples fato delas atenderem um público, majoritariamente, de mulheres e homens casados. Esses clientes teriam se sentido obrigados a ficarem confinados em casa com seus cônjuges, durante o período de quarentena, tornando a possibilidade de encontros extraconjugais praticamente inviáveis.

Muitas meretrizes também afirmam que, para elas, o motivo para o aumento da violência doméstica, e o número considerável de casais que entraram com o processo de divórcio era

justamente por conta da rotina “aprisionada” dos cônjuges, já que esses estavam acostumados a sair 01 ou 02 vezes por semana com outras mulheres. Vale ressaltar que essas conclusões foram retiradas dos relatos das profissionais entrevistadas e, portanto, não devem ser entendidas, nesse artigo, como conclusões científicas.

Contudo, se por um lado houve uma diminuição na quantidade de programas realizados pelas profissionais do sexo, por outro, um auxílio, no valor de R\$600, do Governo Federal acabou mitigando as perdas financeiras, uma vez que praticamente todas receberam o auxílio emergencial. Para muitas, esse valor não foi suficiente face ao valor perdido no número de programas, uma vez que o valor médio de um programa gira em torno de R\$100 e R\$200. Obviamente, estamos tratando, aqui, de média de valores. Temos clareza que dependendo das habilidades e dotes da mulher, do público alvo, do fator étnico e da idade, os cachês podem chegar próximo de R\$800, ou, até mesmo R\$2.000, fazendo com que algumas tenham sentido, financeiramente, mais que outras.

Durante o período de entrevistas, foi possível ter contato direto com 50 mulheres que trabalham diretamente com a prostituição. Essas mulheres têm entre 18 a 40 anos, mas por questões de sigilo e segurança, as identidades dessas mulheres serão preservadas. Como pseudônimos, ao narrarmos suas trajetórias de vida utilizaremos nomes de flores.

No momento em que as profissionais aceitavam participar da entrevista, elas eram apresentadas às flores disponíveis, essas seriam as representações de suas identidades. As flores já escolhidas eram automaticamente retiradas da lista. Dentre essas 50 mulheres, foram escolhidas 05, que aqui terão suas narrativas trabalhadas por dois motivos deveras relevantes: essas possuem mesma faixa etária, classe social e características étnicas e o fato delas não estarem satisfeitas com suas aparências físicas.

2 DESENVOLVIMENTO

Todavia, vamos discutir a questão da prostituição como profissão? Guimarães Neto (2014, p. 28) explica que, levando em consideração o ponto de vista historiográfico, esse campo de investigação apresenta profícuas atualizações temáticas e acaba por problematizar a historicidade das categorias trabalho e trabalhador sob diversos ângulos. Ao falarmos de prostituição, mais especificamente no contexto Amazônico, precisamos levar em consideração que a prostituição, apesar de ter entrado na classificação brasileira de ocupações (CBO) em 2002, indexada na CBO com o número 5198-05, ter reconhecido a ocupação de “profissional do sexo” como membro da família “prestador de serviço”, poucas mudanças sociais efetivas foram notadas. Para Rodrigues (2003, p. 68) os êxitos dessa inclusão são insuficientes para modificar o estatuto formal da prostituição ou seu reconhecimento como profissão, isso porque o êxito inerente ao reconhecimento da profissão demandaria outras medidas relacionadas a iniciativa de legislação.

Para Rodrigues (2009), o reconhecimento da profissão, as iniciativas e legislação voltadas a esse membro da família de prestadores de serviços é uma questão crucial para o combate à sua exclusão e discriminação, bem como para a conquista da cidadania. As mudanças históricas relacionadas à liberação sexual, costumes, domínio do próprio corpo e independência foram significativas, mas não suficientes para dar às profissionais do sexo a dignidade humana inerente a todos garantida pela CF/88. Reduzidas a prestadoras de serviços, por enquanto, no mundo real, os avanços sobre a ocupação, trabalho, legislação e reconhecimento da prostituição foram ínfimos diante da projeção negativa em que essas profissionais hoje em dia se encontram.

Será que transformar a prostituição em serviço é uma forma de oportunizar as variações da dinâmica desse ofício de forma tão constante?

A inclusão na CBO permite que essas mulheres venham a recolher contribuições previdenciárias, como profissional do sexo, tendo a garantia dos direitos comuns a todos os trabalhadores, como aposentadorias e auxílio doença (DONEL, 2011). A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT não abarca esta atividade, dentre as diferentes categorias de trabalhadores, cabe a profissional de sexo recolher o valor de 20 % para a previdência social sobre a renda. Por outro lado, sem declarar a profissão de meretriz, pode-se recolher 11% sobre renda, o que garante praticamente todos os direitos previdenciários, exceção à aposentadoria por tempo de serviço e auxílio doença por moléstia que não permita continuar exercendo a profissão dita como a mais antiga do mundo (DONEL, 2011; SILVA, 2008).

Agora que temos clareza que trabalhar como meretriz é reconhecidamente um prestação de serviço, o presente artigo irá trazer o perfil dessas mulheres. Sobre o prisma do primeiro motivo escolhido. Temos: moças caucasianas, entre 18 e 26 anos de idade, filhas de pais de classe trabalhadora e mães geralmente domésticas. Algumas possuem ensino médio completo, outras chegaram até a ingressar no ensino superior, mas acabaram abandonando por não conseguirem manter não só as mensalidades das faculdades particulares, como também toda a logística que envolve cursar o nível superior, como adquirir apostilas, livros, transporte, comida, pacote de dados de internet, entre outros custos adicionais. Esses dois principais motivos levaram a maioria das entrevistadas, que cursavam o nível superior, a abandonar as faculdades, entre o segundo e o quarto semestre.

Além da questão dos custos para manter uma faculdade particular, ainda há a questão de horário de atendimento dos clientes, que não segue o horário comercial. Isto é, como a maioria das entrevistadas trabalham usando aplicativos e sites de encontros especializados, a todo o momento elas são acionadas e precisavam sair no meio das aulas para não perderem clientes que, muitas vezes, só podem ser atendidos naquele determinado horário.

Como algumas das famílias das profissionais não sabem do ofício, ao tentar manter a discrição, as profissionais optam por atender os clientes no horário que supostamente deveriam estar em sala de aula, culminando, quase sempre, em perda do semestre letivo da faculdade, reprovações por faltas, não cumprimento das atividades acadêmicas propostas, entre outros motivos diversos. Algumas profissionais do sexo relataram que sentiam vergonha de seus professores e colegas de classe, uma vez que tinham de atender chamadas telefônicas durante as aulas e combinar preços e tipos de programas dentro da sala de aula.

Como o controle de circulação para maiores de 18 anos em sala de aula é menos complexo, algumas meninas precisavam conversar abertamente com seus professores sobre seus trabalhos, numa tentativa de justificar suas ausências constantes, ou saídas inesperadas no meio das aulas, na tentativa de achar alternativas para não reprovar e continuar os estudos.

Foram também relatados episódios de bullying que as profissionais sofrem por parte dos colegas que sabem o motivo de suas saídas corriqueiras. Seja pela rotina, pela grande rotatividade de carros que param para buscar e deixar essas moças dentro de um curto espaço de tempo, pelos vários atendimentos por telefone, ou pelo tempo quase fechado, de 1 hora entre a saída e o retorno delas para a sala de aula.

Alguns relatos narrados apenas como bullying se misturavam e se destacavam por se configurarem como assédio sexual. Estes aconteciam por parte dos funcionários da escola, como porteiros, serventes, secretários, colegas de classe e professores. Algumas foram chantageadas por esses homens e ameaçadas de terem suas vidas expostas as suas famílias e amigos, casos elas se negassem a prestar favores sexuais a eles. Agravando ainda mais a situação de vergonha e sentimento de impotência, o que as leva de garotas de programa à vítimas, em minutos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ires, de 18 anos de idade, relata que muitos sites escondem a presença do rufião. Agenciadores que teclam com os clientes, marcam os encontros, acertam os valores dos programas e o tipo de programa que o cliente deseja. Sites como FatalModel, Skokka, NorteSexy, Paradise Girl, SexBooking, entre outros, que são muito difundidos na internet e entre as garotas de programa. Logo depois de ver o portfólio da mulher no site, o cliente pode entrar em contato diretamente com a garota de programa escolhida, por meio de aplicativos de mensagem instantânea ou por telefone, para fechar o programa. Ires fez o seguinte relato:

Sabe Augusto, eu comecei a fazer programas quando eu tinha 15 anos. Eu tinha umas colegas da minha sala que faziam programa e me colocaram nessa barca. Eu tentei me cadastrar em 03 sites desse ai de programa. Um dos sites pediu minha identidade e como eu sou de menor acabou não rolando. Eles ainda me deram o maior mijada. Mas dois sites, eu me dei bem pra caralho. Só falei que tenho 18 anos e pronto [...]. Como moro com a minha mãe e padrasto, eu não posso sair certos horários. Eu vivo recebendo mensagem 24 horas dos caras. As vezes, faço uns 03 programas da hora que eu vou para a aula. Essa porra de Pandemia fudeu com a minha vida, agora só consigo fazer 01 programa por dia. O babado ficou tão foda pra mim, que eu tive de pagar para o moderador marcar os programas pra mim [...] parte da grana, eu banco o meu namorado. Ele é um frango, ele tem 19 anos e é barbeiro. Ele é liso o coitado (risadas). Ele nem desconfia que eu saio com caras e ainda uso o dinheiro para pagar as coisas pra ele. Eu amo aquele frangote.

Tanto Ires quanto outras garotas que foram entrevistadas durante a pesquisa de campo, relatam que vivem relacionamentos amorosos, mas que seus companheiros desconhecem ou em alguns casos já as questionaram, mas não sabem que suas namoradas, companheiras e esposas trabalham no mercado da prestação de serviços sexuais. Muitas utilizam o dinheiro que ganham para ajudar os seus cônjuges com despesas do lar, no caso das mulheres casadas ou que vivem em regime de união estável, outras ajudam a custear os estudos, passeios, presentes e negócios de seus noivos ou namorados.

Já as mulheres mais jovens, que ainda estão sob o jugo dos pais, e não têm parceiros amorosos fixos, utilizam a maior parte do valor ganho nos programas para sustentar as “ vaidades ” e comprar bens de consumo que estão muito além das possibilidades de seus pais. Em entrevista com Lírio, de 19 anos de idade, ela revela que:

Eu não preciso fazer isso porque minha mãe e meu padrasto bancam os meus estudos e tudo mais. Meu pai paga pensão. Só que eu quero comprar as coisas que eles não podem me dá como esse Iphones aqui que eu uso, maquiagem, roupas de marca, bolsas caras e sapatos. Eu sou cara! (risadas). Eu não faço com qualquer um aí. Eu olho a lata do cara antes no Whats e peço até foto. Se eu não for com a cara do maluco, eu não saio. Sabe Augusto, eu amo é o dinheiro e não dou de graça ainda mais para pobre, feio e liso. Odeio homem liso. Tenho que aproveitar que tô nova e com tudo durinho (risadas). Depois quando tudo cair, eu quero ter grana para fazer minhas cirurgias plásticas e levantar tudo (risadas). Quem gosta de homem é veado, mulher gosta é de grana! (risadas). Mulher é artigo de luxo. Então, sexo é só para quem tem dinheiro para pagar.

A partir não só do relato de Lírio, e mais de inúmeras meretrizes, se fez necessário a confecção da tabela abaixo, para entendermos quanto custa em média um programa com essas mulheres. A tabela abaixo foi confeccionada utilizando os mais diversos sites especializados em mediar encontros sexuais, e da mesma forma, tabular também os valores que as garotas de programa afirmavam que cobravam durante as entrevistas. Thompson (2002, p. 14) explica a importância do uso da estatística somada à História oral, para melhor entender como os grupos de pessoas apresentam comportamentos diferenciados dos seus pares:

A partir das estatísticas pode-se estimar o número das famílias de Bangladesh, se homens e mulheres têm trabalho remunerado, e mesmo sua renda e pobreza relativa. Mas, sem relatos em profundidade, é impossível compreender porque eles, mais do que outros vizinhos e parentes, foram para a Inglaterra; como experimentaram a mudança entre duas culturas totalmente diferentes; o que significa ser uma mulher de Bangladesh coberta pelo véu nas ruas de um país ocidental altamente sexualizado; quais são suas esperanças e aspirações para o futuro. A história oral pode nos contar isso, não só sobre esses grupos, como também sobre uma interminável gama de grupos migrantes, no Brasil ou em qualquer lugar do mundo (THOMPSON, 2002, p. 14-15).

Assim, os dados da tabela nos subsidiarão na busca por resposta acerca da dinâmica que atrela maiores ganhos ou menores ganhos às características étnicas. Assim como subsidiar a melhor compreensão do segundo motivo que nos levou a escolha do público-alvo da presente pesquisa.

Tabela 1 - Relação características físicas x idade x tipo de programa x valor.

Características Físicas	Idade	Tipo de Programa	Valor Médio
Branca, cabelos loiros ou ruivos, estatura alta ou mediana, olhos azuis ou verdes.	18-23	Padrão	R\$400-600
		Completo	R\$600-800
	24-29	Padrão	R\$250-350
		Completo	R\$350-450
Branca, cabelos pretos baixa ou mediana, olhos castanhos ou pretos	30-35	Padrão	R\$200-250
		Completo	R\$250-300
	35-40	Padrão	R\$150-180
		Completo	R\$180-220
Parda, cabelos negros, estatura variada, olhos negros, castanhos ou verdes.	18-23	Padrão	R\$300-400
		Completo	R\$350-500
	24-29	Padrão	R\$200-250
		Completo	R\$250-300
30-35	Padrão	R\$130-180	
	Completo	R\$150-200	
Parda, cabelos negros, estatura variada, olhos negros, castanhos ou verdes.	35-40	Padrão	R\$100-120
		Completo	R\$80-140
	18-23	Padrão	R\$150-200
		Completo	R\$200-250
24-29	Padrão	R\$120-150	
	Completo	R\$150-200	
30-35	Padrão	R\$100-120	
	Completo	R\$120-150	
35-40	Padrão	R\$80-90	

		Completo	R\$90-110
	18-23	Padrão Completo	R\$120-150 R\$150-180
Negra, cabelos negros, estatura variada, olhos negros ou castanhos.	24-29	Padrão Completo	R\$100-120 R\$120-150
	30-35	Padrão Completo	R\$80-100 R\$90-110
	35-40	Padrão Completo	R\$50-60 R\$60-80

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em sites especializados e entrevista realizadas com 50 profissionais do sexo, ao longo do ano de 2020.

A tabela traz dados que relacionam o valor médio para cada programa. Conforme a mulher vai se enquadrando nas categorias: aparência física, idade, tipo de programa, o valor torna-se mais alto ou mais barato. Ao falar de cor da pele, nossa pesquisa constatou que ser caucasiana agrega um valor mais elevado na hora de negociar o sexo. Em média, as mulheres brancas e loiras ganham quase o dobro das pardas e quase três vezes mais que as negras. A discussão, aqui, vai muito além do gênero. Banuth e Santos (2016, p. 765) afirmam que, recentemente, críticas são tecidas aos limites da noção de gênero, e a tendência do debate feminista atual é conceber que “mulher” não é uma categoria unitária.

Segundo Brah (2006), mulheres não existem simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, onde cada categoria se refere a uma condição social específica. A categoria gênero mostra-se limitada para delimitar os eixos que tangenciam a construção do próprio sistema de gênero, tais como classe, raça e política heterossexual (MAYORGA *et al.*, 2011).

Nesse sentido, no fim dos anos 1990, emergiram no debate internacional feminista, categorias que, articuladas à de gênero, permeiam o social e se remetem à existência de diferenciações entre as mulheres. São as categorias de articulação e/ou interseccionalidades (PISCITELLI, 2008).

Uma categoria de articulação que consiste em forte marcador de diferença social é a “raça”. Tal como Ferreira e Camargo (2011), consideramos que o conceito de “raça”, do ponto de vista da genética, é pouco operacional e sem valor científico. Na atualidade, aceita-se que raça é uma construção social que classifica e tipifica os indivíduos em função de suas características fenotípicas perceptíveis.

A partir de práticas e discursos sociais, a categoria “raça” contribui para fomentar processos de exclusão, discriminação e preconceito. O modelo eurocêntrico de beleza influencia fortemente na escolha das profissionais do sexo por seus clientes

O segundo item mais importante na hora de determinar o valor do programa é a faixa etária. Quanto mais jovem a mulher for, mais caro custará o sexo, o programa. Existe o fetiche popular que vem de dogmas da igreja, que prega a questão da virgindade e pureza. Na pesquisa realizada por Aquino, Nicolau e Pinheiro (2008, p. 15) as prostitutas consideram a idade um fator de grande influência na concorrência pelo cliente, principalmente na negociação do programa. Mulheres mais velhas podem ser vistas como mais experientes; em contrapartida, mulheres jovens podem ser mais requisitadas por clientes menos interessados na experiência sexual. Assim, notamos, em nosso estudo, a influência da idade da prostituta com o número de clientes semanais: as mais velhas atraíam menos clientes.

O terceiro item mais importante na hora de determinar o valor do cachê é o tipo de programa que a profissional do sexo oferece. Há mulheres que dividem os programas em sexo simples, ou seja, vagina, com camisinha; outras colocam um valor maior para o sexo simples sem camisinha; há diferenças maiores ainda quando se tem o completo, ou seja, oral, vaginal e anal, com ou sem camisinha; por fim, tem os valores maiores ainda quando são convidadas para realizarem sexo em grupo, com ou sem camisinhas; por fim, o valor maior a ser cobrado pelas mulheres são aqueles serviços sexuais realizados em eventos fechados em que geralmente a meretriz é paga por diária, não por horas. Além de clientes que pagam cachês muito mais elevados para a operária do sexo se submeter a relações fora da rotina sexual regular. Contudo, em regras gerais, os programas são basicamente divididos em completo e básico.

A partir da compreensão do valor dos programas, que foi detalhado na tabela acima, podemos começar a dissertar o segundo motivo para a escolhas desse grupo de 05 mulheres que compõem o presente artigo. A questão latente da não aceitação de suas aparências físicas, e os bullying que elas sofreram ao longo da infância e adolescência. Os relatos coletados durante as entrevistas revelaram que existe uma questão mais profunda ligando a forma com que essas mulheres usam a prostituição.

Thompson (2002, p. 16) explica que como historiadores orais, jamais deveríamos ficar satisfeitos com abordagens aleatórias para escolher aqueles que irão ouvir, uma vez que isso enfraquece seriamente as conclusões que podem ser tiradas de suas entrevistas. Em todo projeto se faz necessário dar a correta atenção à formulação de estratégias apropriadas de amostragem. Existem, obviamente, diversos tipos diferentes de amostragens possíveis. Para o pesquisador criar uma amostra plenamente representativa, esse deve retirar uma sub-amostra de um *survey* existente, ou produzir uma nova amostra aleatória ou por cota, local ou nacional.

Segundo Souza (2007), cada mulher apresenta motivos específicos para justificar sua prática, como estar desempregada, almejar sair da casa dos pais, necessitar de manter terceiros, como filhos e pais, e até mesmo buscar por um *status* social. Para Molina e Kodato (2005), a crise econômica e social pelas quais passam a maioria das mulheres é uma das principais causas de entrada na prostituição, e nesse espaço encontram uma possibilidade real de geração de renda suficiente e rápida.

No entanto, em nossa pesquisa, a prostituição está intimamente e assombrosamente ligada aos ganhos exponencialmente rápidos, para tratamentos de beleza e cirurgias que possam trazer satisfação pessoal, e a auto afirmação dentro de padrões estéticos de beleza, outrora inalcançáveis, vista a realidade humilde dessas mulheres. A questão do uso do corpo para obter vantagens financeiras e revertê-las em procedimentos estéticos e/ou plásticas nos saltou os olhos durante as entrevistas com as operárias do sexo, entre os 18 e 21 anos, entre essas, não foram feitos relatos a respeito de desejos e planos de futuro envolvendo carreira profissional fora da prostituição, casamentos e filhos. Correia e Holanda (2012, p. 430) afirmam que para continuar no mercado, as mulheres precisam se diferenciar em seus atributos físicos e sociais. Sendo assim, o culto à beleza e a preocupação com os modismos fazem parte do cotidiano dessas mulheres. Logo, numa sociedade em que “ser bonita” e “estar bem vestida” é quase um sinônimo de realização pessoal, sucesso e felicidade, fugir a esses padrões pode ser visto como uma ameaça às possibilidades de trabalho.

Vale ressaltar que durante outra pesquisa de campo, realizada em 2018, que gerou um artigo intitulado “A prostituição em grandes projetos na Amazônia: o impacto do grande capital nos fluxos de mão de obra na UHE Belo Monte” realizada na cidade de Altamira, (FIGUEIREDO, 2018) observou diversos relatos de mulheres que afirmavam quererem deixar a prostituição o mais breve possível. Mulheres que queriam um emprego mais ortodoxo, que buscavam um companheiro para casar-se, desejavam constituir família ou abrir um negócio próprio. A comércio do sexo era tido por essas mulheres, entrevistadas em 2017, como um fim

que justificava os meios. Na presente pesquisa, notamos uma mudança de paradigmas por parte das operárias do sexo.

Observamos nos relatos da presente pesquisa, uma preocupação maior com a questão estética; motivações mais voltadas para a aquisição de bens materiais, viagens e entretenimento. Mulheres que usam os valores obtidos com a venda de serviços sexuais na prostituição para pagarem implantes de silicone nos seios e nos glúteos, lipoaspirações, abdominoplastias, bichectomias, metoplastias, blefaroplastia, rinoplastias, aplicações de toxina botulínica, tratamentos dentários com implantes e facetas, entre outros procedimentos estéticos. Bruns e Guimarães (2010) explicam que:

Por outro lado, a prostituição pode ser uma maneira de ganhar muito dinheiro com rapidez, mais do que se ganharia em qualquer outra profissão, fazendo com que a mulher possa participar mais ativamente da sociedade de consumo. Nesse caso, a questão financeira não seria fator relevante apenas para as prostitutas de classe social baixa, pois existem profissionais do sexo da classe média e alta que buscam melhores condições financeiras, e pela prostituição poderiam se dar ao luxo de possuir uma vida mais confortável, que não apenas permitisse consumir-lhes, roupas de grife e perfumes caros, mas também ter sonhos e desejos de estar inseridas num mundo mágico, criado pela mídia e apresentado como lugar onde se é feliz (BRUNS e GUIMARÃES, 2010).

Os procedimentos estéticos e cirúrgicos que têm como propósito melhorar a aparência para elevar ainda mais as possibilidades de ganhos com os programas, somados a uma melhora da autoestima dessas mulheres. Uma vez que a clientela paga valores mais substanciais para mulheres que tenham um padrão de beleza mais difundido pela internet, redes sociais, mídias televisivas, pela moda, pelas novelas e produções cinematográficas.

São mulheres, em sua maioria loiras, com corpos fisicamente esculturais, com cabelos longos, seios e glúteos fartos, rosto fino e delicado, dentes perfeitos e principalmente uma aparência jovial. O padrão de beleza europeu e norte americano com pitadas tupiniquins no tocante aos glúteos.

Em entrevista com Violeta, de 21 anos de idade, a jovem revelou que desde criança é insatisfeita com o formato de seu nariz, essa insatisfação começou na infância e se acentuou na adolescência, com o bullying que sofria na escola e em sua vizinhança. O bullying continuou acontecendo durante boa parte de sua adolescência. Ela, por outro lado, também passou a não aceitar o tamanho dos seios. Violeta, que é de família de baixa renda, entrou na prostituição por intermédio de uma amiga de sala de aula. A moça relata que viu na prostituição a chance de juntar dinheiro e mudar tudo aquilo que a incomodava durante anos de sua vida, sobre essa situação Violeta diz:

Eu fui zoada muito tempo na rua de casa, na escola, pela geralzona. Eu chorava quase todo o dia porque o meu apelido era nariz de bolota, porquinha, narizinho, nariz de palhaça, bozo e o caralho a quatro. Ai depois aqueles filhos da puta começaram a me chamar de peito pequeno, de machinho, de sem peito e de despeitada. Eu via as molecas da minha rua e da minha sala com peitões, e eu era a fudida sem peito. Um dia, eu vi a Ana, uma doida da minha sala saindo num carrão de um velho. Depois de mais de uma hora ela voltou para a escola. Eu chamei ela e falei: Qual é a do velho? Ele te banca? Quanto tú cobra? Foi quando ela me deu a letras na real e me colocou dentro. Ele foi a minha cafetina. Arrumava as barcas pra mim, e eu tinha que dá uma parte pra ela. Ela foi a primeira mulher que eu curti. O velho queria curtir com duas meninas ao mesmo tempo. Então, Ana me chamou para a barca com ela. Depois que curti com a Ana, eu comecei a sair também com mulher. Ai, depois que eu já sabia fazer os paranauês, eu mandei ela tomar no cú [...]. Paguei 13 mil conto pelos peitos e depois mais 10 mil conto para fazer o nariz. Levei 03 anos dando muito a pepeca e engolindo muita porra para levantar essa mixaria toda. Agora, eu vou colocar bunda e depois perna. Vou dominar o mundo! Ninguém me segura mais! (risadas).

Durante as entrevistas, foi observado que muitas jovens acabam entrando no mundo da prostituição levadas por colegas de classe, primas e algumas por parentes mais velhas, como tias e cunhadas. Existe dentro dessa dinâmica da prostituição, muitas vezes perversa, um toque de curiosidade por parte dessas jovens, visando a questão financeira. Com esse objetivo financeiro em mente é fácil cair nas mãos de rufiões experientes em convencer mulheres a ingressarem de corpo e alma na carreira de prostituta.

Além, é claro, do cliente, que busca sempre a satisfação de seus desejos e impulsos sexuais, com a iniciante na carreira, a qualquer custo, e faz com que um único cliente sempre disposto a pagar pelo serviço seja visto iniciante como um dinheiro “fácil, seguro, rentável e sedutor” para muitas mulheres a prostituição é um mundo mágico de ganhos “fáceis”. Bauman (1998) afirma que este mundo mágico é um mundo criado, pois estamos diante de um mercado voltado ao consumidor, como afirma vigorosamente, com a intenção de manter uma procura infinitamente insatisfeita, ou seja, há sempre uma busca por novas experiências e sensações que irão aparecer, acreditando-se estar em busca da felicidade.

Cientes que pagam para realizarem todos os seus desejos, não se importando com quem eles estão usando para isso, entre esses relatos destacamos: clientes que pediam para que elas fizessem as suas necessidades fisiológicas em cima deles ou vice-versa; homens que pediam para que essas mulheres se vestissem como crianças; pedidos para que a mulher os chamassem de pai, mãe, tio e tia; pedidos para que as profissionais fingissem que estavam dormindo para que eles fingissem que estavam as estuprando; clientes que queriam introduzir nas partes íntimas das garotas de programa os mais diversos objetos, tais como garrafas pet de 2 litros de refrigerante; clientes que pediam para amarrar ou serem amarrados e açoitados; clientes que levam os seus animais de estimação e pedem para as prostitutas manterem relação sexual com eles e os seus animais.

São tão variados os relatos que essas mulheres fizeram, de situações que passaram a sentir repulsa por esses clientes. Muitas se recusaram a satisfazer tais fetiches, que como elas bem classificaram, são fetiches doentios. Entretanto, algumas delas acabaram se submetendo pelo auto valor financeiro que esses clientes oferecem. Para Bauman (1998), a enorme sedução do mercado acarreta uma grande divisão de águas: de um lado os que podem arcar com esses desejos e do outro aqueles que não podem, caracterizando, assim, uma marca de sucesso e fracasso.

Magnólia, de 26 anos de idade, detalhou em sua entrevista que aceitou fingir que estava dormindo para que dois clientes, que pagaram cerca de um mil reais, para que ela fingisse um suposto “falso” estupro. De acordo com o relato de Magnólia, essa já havia feito outros programas com dois homens ao mesmo tempo. Logo, achava que a questão do “falso” estupro era apenas um fetiche, e que ela teria total controle da situação. Ao chegar no sítio de um dos clientes, na cidade de Tucuruí, eles a amarraram a cama, a amordaçaram e fizeram todo o tipo de atrocidades durante quase uma hora.

Ela não os denunciou a polícia por medo, pois os clientes além de terem um alto poder financeiro, tinham também a conversa no aplicativo de mensagem instantânea, onde eles falavam do fetiche, e ela aceitou participar pela quantia oferecida. Magnólia relatou, durante a sua entrevista, que jamais se recuperou do ocorrido, e que tem súbitos ataques de pânico durante atos sexuais corriqueiros, seja com seu namorado ou com outros clientes.

Isto posto, quem são esses clientes que geralmente procuram a companhia de profissionais do sexo por meio digital? De acordo com os dados levantados durante as entrevistas, os clientes são, na maioria, homens, entre 28 e 50 anos de idade, casados, de classe média e alta, de variadas profissões como comerciantes, bancários, médicos, advogados, engenheiros, dentistas, Web designers, professores, entre outras. Homens que buscam viver

uma relação fora do casamento, com mulheres mais jovens que suas esposas, ou que buscam realizar as suas fantasias sexuais que não conseguem realizar com seus cônjuges.

Russo (2007) explica que a procura por prostitutas é motivada pela busca de um tipo específico de mulher, de prazer ou de fantasia sexual, por isso, que não se trata de um serviço prestado por qualquer mulher ou homem, mas por uma profissional específica, que é a meretriz, uma vez que essa está inserida em um contexto bastante particular, que proporciona sensações próprias, e um leque de possibilidades e experiências bastante específicas.

Alguns clientes, aparentemente, pelos relatos, apresentam desvios de ordem sexual e acabam encontrando nas profissionais do sexo a oportunidade de fazerem inversões de papéis sem serem julgados, o que muito provavelmente ocorreria caso tentassem fazer o mesmo em suas casas, com suas esposas. Outros apenas por pura compulsão sexual e apelo carnal. Existe uma parcela menor de mulheres que são casadas, têm filhos e empregos estáveis, mas que escondem de seus maridos e da sociedade, como um todo, a sua homossexualidade.

Ires relatou que muitas clientes casadas que, habitualmente saíam com ela, a convidavam para fazer programas em suas casas com os seus maridos. Essas clientes usavam o aniversário de seus maridos como pretexto para levá-la para as suas casas e a oferecer como presente surpresa para os seus cônjuges. Ires narra, que praticamente todas as vezes, que foi “dada” como presente de aniversário para os maridos de suas clientes, as esposas participavam do ato sexual juntamente com os maridos. Ires detalhou um desses encontros a três:

Ela é advogada e tem uns 42 anos eu acho, montada na grana é casada e tem até filho. Ela me disse que sempre gostou de curtir com mulher, mas a família dela não aceitaria, e eles são da igreja e tal. Ai ela curte com as “prima” aqui como eu, ela curte com puta e não é de hoje essa parada não mano. Ela mora numa casa do caralho. Eu fui lá um dia porque ela me pagou para curtir com o marido dela, Porra, era para o pateta me comer, mas quem mais me comeu foi ela. Se ele não se tocou que ela é sapato naquele dia, ele deve ser cego. Ganhei quinhentão para curtir com os dois. Muita mais que ela me paga pra curti comigo aquela mão de vaca do caralho. Tu acredita que ela paga R\$150 para sair comigo.

Todavia, existe o cliente que tem necessidade afetiva. Durante uma entrevista com Lótus, ela mostrou fotos no aplicativo de mensagens que utiliza para manter contato com os seus clientes. Falou dos mais assíduos e mais antigos homens que costuma atender. O relato que ela fez de um dos clientes acabou chamando a atenção, não por ser um relato sexual na sua essência, mas por ser um relato que demonstrou um enorme afeto pelo cliente e vice-versa.

Esse aqui é o Felipe, ele tem 38 anos, e é um dos meus melhores clientes. Ele é sempre muito gentil e amoroso. Muitas vezes, ele traz presentinhos como bombons, flores, perfumes e já até me deu um brinco de ouro. Ele é funcionário público da Polícia Federal, ele é casado e tem duas filhas lindas. A esposa dele é médica e trabalha na polícia federal também. Eu sempre o vejo as quarta-feira por causa da mulher dele que tá sempre ocupada nos dias de quarta. As vezes, ele marca e vamos para um motel, outras vezes para um hotel, e passamos duas horas só conversando mesmo. Eu nem tiro a roupa. Ele só quer conversar mesmo. Fala dos problemas do trabalho, dos problemas da casa dele e das filhas. Eu adoro a companhia dele. Mas não curto muito transar com ele não. Ele é meio travado. Começamos a sair tem quase dois anos. Ele diz que sou a namoradinha dele das quartas. Acho que ele é carente muito carente. Ele precisa muito de alguém para conversar, e ele achou em mim uma pessoa pra ouvir ele (risadas). Recebo sempre R\$100 transando ou não transado com ele. É um dinheiro muito fácil.

Questões de cunho afetivo estão muito presentes dentro das relações comerciais. No artigo intitulado “Dinheiro, afeto, sexualidade: A relação de prostitutas com seus clientes”, Burbulhan, Bruns e Guimarães (2012, p. 673) relatam que as profissionais do sexo, do estudo

realizados por elas, corroboraram que os clientes não as procuram exclusivamente para práticas sexuais, muitas vezes desejam apenas conversar e desabafar as preocupações e problemas relacionados à família, ao trabalho e à própria masculinidade. Burbulhan, Bruns e Guimarães explicam, ainda, que nas falas das participantes de sua pesquisa foi possível perceber a grande gama de motivações que levam os clientes a buscar as profissionais do sexo. Percebemos que ambos se utilizam do dinheiro para suprir suas necessidades. Os clientes pagando e elas recebendo.

Burbulhan, Bruns e Guimarães finalizando dizendo que assim, nessa díade, ambos estão à procura de suprir suas carências, sejam elas econômicas, emocionais, psicológicas ou, ainda, biológicas. Para o cliente, o dinheiro paga, além da satisfação de determinadas carências, pela manutenção de uma sexualidade masculina herdada do modelo patriarcal de ser homem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi responder a alguns questionamentos sobre a prestação de serviços sexuais, entre eles: mesmo sendo considerada uma das profissões mais antigas do mundo, ainda existe a dúvida: a prostituição é ou não uma profissão? E se realmente a prostituição é uma profissão reconhecidamente legal, dentro do sistema jurídico brasileiro.

Foram abordados, ao longo do artigo, questões de cunho metodológico, em especial, ao que concerne aos desafios enfrentados para a execução da pesquisa em tempos de pandemia mundial; visto que adentrar ao mundo da prostituição, apresenta riscos para os pesquisados. Além de obter o consentimento de alguns cafetões, cafetinas e das próprias meretrizes para realizar as entrevistas.

O presente trabalho também buscou fazer uma relação entre características físicas, faixa etária e tipo de programa para determinar os valores. Foi confeccionada uma tabela, a qual detalhou e demonstrou que mulheres caucasianas, com idade entre 18 e 21 anos, que oferecem serviços sexuais diversos, ganham os maiores cachês se comparadas com mulheres negras, com maior idade, mesmo essas prestando os mesmos leques de serviços que as mulheres caucasianas.

Foi traçado um breve perfil dos clientes que procuram esse tipo de serviço. Assim como foram detalhados relatos de algumas relações vividas entre clientes e operárias do sexo, por meio de narrativas coletadas ao longo das entrevistas. Constatamos, por meio dos relatos, que nem sempre o cliente busca uma relação sexual. Existem fatores que envolvem o emocional e o psicológico, os quais entram no jogo da prestação de serviços sexuais.

As narrativas utilizadas nesse trabalho são utilizadas não somente para ilustrar as fundamentações teóricas. Os questionários abriram caminho para conversas mais abertas e espontâneas, que serviram para dar voz as profissionais do sexo, durante o processo de escrita desse artigo. Voz que, majoritariamente, vivem silenciadas à sombra da sociedade.

Com esse trabalho, foi possível concluir que, majoritariamente, o que ainda leva mulheres a escolherem ser profissionais do sexo é o dinheiro. São mulheres que buscam uma vida financeiramente melhor, e como a maioria tem pouca instrução, acabam optando por essa atividade. Além de uma parcela significativa das jovens que optam pelo meretrício para ganhar de forma mais rápida, grandes somas, e usá-las em cirurgias plásticas ou/e procedimentos estéticos que visam corrigir, por meio destes, “imperfeições” físicas. Além de tentarem amenizar dores psicológicas, advindas de processos de *bullying* sofridos na infância/adolescência, ou mesmo de forças externas que as levam a buscar um padrão de beleza “Hollywoodiano”, amplamente difundido pelas mídias sociais, televisivas e cinematográficas.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Fontes Orais. História dentro da História. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Orais**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.
- AQUINO, Priscila de Souza; NICOLAU, Ana Izabel Oliveira; PINHEIRO, Ana Karina Bezerra. Caracterização social de prostitutas frente à visão integral da saúde. **remE – Rev. Min. Enferm.**;12(1): 11-16, jan./mar., 2008.
- BANUTH, Raquel de Freitas; SANTOS, Manoel Antônio dos. Discriminação e Resistência de uma Prostituta. **Psicologia: Ciência e Profissão** Jul/Set. 2016 v. 36 n°3, 763-776, 2016. DOI: 10.1590/1982-3703002862015.
- BAUMAN, Zygmunt **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, (26), 329-376, 2006. doi:10.1590/S0104-83332006000100014
- BRASIL. Ministério do Trabalho. CBO - **Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em: <http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/saibaMais.jsf>, 2002. Acesso em: 03 dez. 2020.
- BRUNS, Maria Alves de Toledo. **A prostituição e sua nova embalagem**. Conversando sobre sexualidade. São Paulo: Ômega, 2001.
- BRUNS, Maria Alves de Toledo & GUIMARÃES, Roberto Mendes. **Garota de programa: uma nova embalagem para o mesmo produto**. Campinas: Átomo, 2010.
- BRUNS, Maria Alves de Toledo; GOMES JUNIOR, Osvanir Pereira Prostituição: o discurso de quem se vende e o silêncio de seu comprador. **Jornal Brasileiro de doenças sexualmente transmissíveis**. v.8, n°4: 4-13. Niterói, dez. 1996.
- CORRÊA, Willian Henrique. & Holanda, Adriano Furtado. Prostituição e sentido de vida. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 17, n. 3, p. 427-435, set./dez, 2012
- DAVID, Priscila. História Oral: Metodologia do Diálogo. São Paulo, **Unesp**, v. 9, n. 1, p. 157-170, janeiro-junho, ISSN – 1808–1967, 2013.
- DONEL, Pedro. **A regularização da prostituição**. Jus Brasil, 2011. Disponível em: <https://espaco-vital.jusbrasil.com.br/noticias/2629880/a-regularizacao-da-prostituicao>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- FRANÇA, Genival Veloso. Prostituição: um enfoque políticosocial. **Femina**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, 2012, p. 145-148. Disponível em: <http://www.derechocambiosocial.com/revista029/Prostitui%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Violência e Trabalho na Amazônia: narrativa historiográfica. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 7, n. 1, abril, 2014, p.27-46.
- MAYORGA, Cláudia. Cruzando fronteiras: prostituição e imigração. **Cadernos Pagu**, (37), 2011, 323-355. doi:10.1590/S0104-83332011000200014.

MOLINA, Ana Maria Ricci, & Kodato, Sérgio. Trajetória de vida e representações sociais acerca da prostituição juvenil segundo suas participantes. **Temas em Psicologia**, 13(1), 2005, 09-17.

PISCITELLI, Adriana. Prostituição e Trabalho. *In: Transformando as relações trabalho e cidadania: Produção, Reprodução e Sexualidade*. São Paulo, 2007.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? **Rev. Katál**. Florianópolis v. 12 n. 1 p. 68-76 jan./jun. 2009

SILVA, Mario Bezerra da. Profissionais do sexo e o Ministério do Trabalho. *In: Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XI, n. 59, nov, 2008. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5233. Acesso em: 02 dez. 2020.

SOUZA, Fabiana. Rodrigues. **Saberes da vida na noite: percepções de mulheres que prestam serviços sexuais sobre o educar-se nas relações com seus clientes**. 2007 Dissertação (Mestrado em 2007). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil, 2007.

PASINI, Elisiane. Sexo para quase todos: a prostituição feminina na Vila Mimosa. **Cad. Pagu**, 25, 2005, 185-216. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 dez. 2020.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos Ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**, São Paulo, n.10, 1993, p. 41-58.

RODRIGUES, Fernanda. (2003). **Ação Social na Área da Exclusão Social**. Universidade Aberta. Lisboa.

RUSSO, Gláucia. No labirinto da prostituição: o dinheiro e seus aspectos simbólicos. **Cad. CRH**, 20, 2007, 497-514. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792007000300009&lng=en&nrm=isso. Acesso em: 03 dez. 2020.

SARAIVA, Luís Junior Costa. **O renascer de vénus: Prostituição, trabalho e saúde em tempos de SIDA**. ICS: Universidade de Lisboa, 2009.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História oral**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, Paul. História oral e contempo raneidade. **História oral**, 5, 2002, p. 9-28.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES COM LEISHMANIOSE VISCERAL NAS REGIÕES DO BRASIL

Erilana Silva Pacheco¹
Josiane Silva de Lima Azevedo²
Yrlane Paes Ferreira³
Sylvia de Fátima dos Santos Guerra⁴
Márcia Cristina dos Santos Guerra⁵

RESUMO

A Leishmaniose visceral (LV) é uma doença endêmica no Brasil que pode ocasionar óbito do indivíduo em 95% dos casos não tratados, sendo considerada um problema de saúde pública. O presente estudo teve como objetivo descrever o perfil epidemiológico da LV das diferentes regiões do Brasil. Para isso, os dados analisados das regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil no período de 2014 a 2018 foram coletados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, sendo analisada a incidência, letalidade, gênero, faixa etária, escolaridade, critério de confirmação e evolução do caso empregando o teste de Qui-quadrado, teste G e regressão linear simples. Durante o período do estudo ocorreram 19.053 casos de LV no Brasil, com maior incidência nas regiões Norte e Nordeste. Ocorrência maior na faixa etária menor de 14 anos, baixa escolaridade, gênero masculino, que obtiveram diagnóstico laboratorial e cura. Casos de LV ainda são recorrentes no cenário atual, sendo necessárias ações efetivas nos diferentes níveis de prevenção podem reduzir significativamente os índices desta doença no Brasil.

Palavras-chave: Leishmaniose Visceral Humana. Perfil epidemiológico. Leshmaniose.

EPIDEMIOLOGICAL PROFILE OF PATIENTS WITH VISCERAL LEISHMANIASIS IN BRAZILIAN REGIONS

ABSTRACT

Visceral Leishmaniasis (VL) is an endemic disease in Brazil and can cause death in 95% of untreated cases, being considered a public health problem. The present study aimed to describe the epidemiological profile of VL in different regions of Brazil. For this, the analyzed data from the North, Northeast, South, Southeast and Midwest regions of Brazil in the period from 2014 to 2018 were collected from the Notifiable Diseases Information System, analyzing the incidence, lethality, gender, age group, schooling, confirmation criteria and case evolution using the Chi-square test, G test and simple linear regression. During the study period, there were 19,053 cases of VL in Brazil, with a higher incidence in the North and Northeast regions. Most occurrence in the age group under 14 years, low education, male, who obtained laboratory diagnosis and cure. VL cases are still recurrent in the current scenario, requiring effective actions at different levels of prevention can significantly reduce the rates of this disease in Brazil.

¹Graduada no curso de Bacharelado em Biomedicina do Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ). E-mail: erilanapacheco0712@gmail.com.

²Graduada no curso de Bacharelado em Biomedicina do Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ). E-mail: josianeazevedo.ufra@gmail.com.

³Graduada no curso de Bacharelado em Biomedicina do Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ). E-mail: yrlanebiomedicina@gmail.com.

⁴Doutora em Doenças Tropicais. Docente do Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ); Pesquisadora colaboradora do Instituto Evandro Chagas (IEC). E-mail: sylviafsguerra@gmail.com.

⁵Mestre em Saúde, Sociedade e Endemias na Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente do Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ). E-mail: marciacsguerra@gmail.com.

Keywords: Human Visceral Leishmaniasis. Epidemiological profile. Leishmaniasis.

Data de submissão: 25.04.2021

Data de aprovação: 16.05.2021

INTRODUÇÃO

Agentes etiológicos como os protozoários, bactérias, vírus e fungos são responsáveis pelas doenças infectocontagiosas, que se caracterizam pelo desequilíbrio entre a relação parasita-hospedeiro ^[1,2]. Tal relação é formada por uma tríade: a suscetibilidade do hospedeiro, infecciosidade/virulência do parasita e as condições ambientais, o desequilíbrio desses sistemas resulta no aparecimento de uma doença específica, todavia, uma quarta variável pode estar envolvida neste processo que são os vetores, considerados como transmissores de doenças ^[3,4].

Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), aproximadamente 45% da população brasileira possui tratamento inadequado de esgoto e grande parte dos domicílios destina seu esgoto sanitário diretamente em corpos de água, essa falta de condições higiênico-sanitárias adequadas, gera o acometimento dessa população por diversas doenças causadas por patógenos de veiculação hídrica, bem como serve de criadouro para artrópodes vetores de diversas doenças ^[5-7]. Observando o cenário dos últimos 50 anos no Brasil, doenças transmitidas por vetores e as relacionadas a saneamento básico são as mais comuns em nosso país, dentre eles podemos citar: ascaridíase, amebíase, giardíase, toxoplasmose, doenças de chagas, malária e leishmaniose ^[1,8].

A Leishmaniose é uma doença causada pelo protozoário da família Trypanosomatidae e gênero *Leishmania* com mais de 20 espécies, onde tais espécies são transmitidas principalmente através da picada de flebotomíneos fêmeas infectadas, pois as mesmas, tendem a se alimentar de sangue para obter proteínas e aminoácidos para o desenvolvimento dos ovos, enquanto que, os flebotomíneos machos não são hematófagos. Os animais selvagens e domésticos costumam ser o principal reservatório do gênero *Leishmania*, no qual, o reservatório tende a variar de acordo com a espécie ^[9-10]. Tal doença é dividida em três formas: cutânea (mais comum), mucocutânea e a visceral (forma mais grave) ^[9-10].

A Leishmaniose visceral (LV) é uma forma grave que pode ocasionar o óbito do indivíduo em 95% dos casos não tratados. Segundo a OMS, estima-se que ocorra anualmente em todo o mundo de 50 mil a 90 mil casos novos, sendo a maioria não notificado. Em 2018, observou-se que 95% dos casos notificados concentravam-se em apenas 10 países, estando o Brasil incluso nesta realidade. A LV pode apresentar como manifestação clínica febre alta, perda de peso, palidez nas mucosas, hepatoesplenomegalia discreta, por vezes, tosse e diarreia podendo a sintomatologia agravar com o emagrecimento progressivo levando o paciente a desnutrição e caquexia acentuada, sendo comum nesses casos o edema generalizado, dispneia, dores musculares, problemas digestivos e epistaxe. ^[9-10]

Esta doença frequentemente acomete indivíduos em baixas condições socioeconômicas, estando relacionados à desnutrição, condições inadequadas de moradia e saneamento, sistema imunológico debilitado e carência de recursos financeiros. Características do local de residência, tal como alterações climáticas, tornam áreas endêmicas para Leishmaniose. ^[9-12]

Conhecendo as regiões e a população mais suscetíveis ao desenvolvimento da doença, ações de prevenção em saúde podem ser desenvolvidas visando reduzir o impacto do agravo na saúde pública e restaurando a qualidade de vida da população. Desta forma, o presente estudo tem como objetivo descrever os aspectos epidemiológicos da LV nas diferentes regiões do Brasil.

1 MÉTODOS

Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo de série histórica, sobre casos de LV nas regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-oeste) do Brasil, no período de 2014 a 2018, na qual os dados dos casos confirmados foram obtidos através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINANNET), disponível no site do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) ^[13] sendo acessado pelo endereço eletrônico: <http://www.datasus.gov.br>.

A obtenção dos dados foi feita através do DATASUS durante o período de julho/2020 a agosto/2020. Na plataforma, foram selecionadas todas as regiões do Brasil, categorizadas pelas seguintes variáveis representadas na Tabela 1.

As características gerais dos casos com LV foram descritas usando a estatística descritiva (as variáveis categóricas foram apresentadas em frequências e percentuais e as variáveis numéricas em mediana e desvio-quartilico). Para comparação das macrorregiões em relação a variável sexo, idade, escolaridade, critério de confirmação diagnóstica e evolução do caso foi utilizado o teste de Qui-quadrado e teste G. Foi utilizado a regressão linear simples para avaliar a tendência da taxa de incidência e taxa de mortalidade nas macrorregiões. As análises estatísticas foram calculadas usando o programa Bioesta 5.3. O nível de significância adotado foi de 5%.

Tabela 1- Categorização das variáveis independentes para o cálculo das razões de incidência

Nome da variável	Nível	Significado
Sexo	1	Masculino
	2	Feminino
Grupos de idades	1	< 14 anos
	2	15-19 anos
	3	20-39 anos
	4	40-59 anos
	5	>= 60 anos
Escolaridade	1	Analfabeto
	2	Ensino Fund. Completo
	3	Ensino Médio Completo
	4	Ensino Superior
Critério de Confirmação	1	Laboratorial
	2	Clínico – Epidemiológico
Evolução do Caso	1	Cura da LV
	2	Abandono da LV
	3	Óbito por LV
	4	Óbito por outra causa
	5	Transferência

Fonte: Autoria Própria.

Foram utilizados dados de estimativas populacionais das regiões do Brasil para o cálculo da taxa de 100.000 habitantes nos anos de 2014 a 2018, coletados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ^[14], acessado pelo endereço eletrônico:

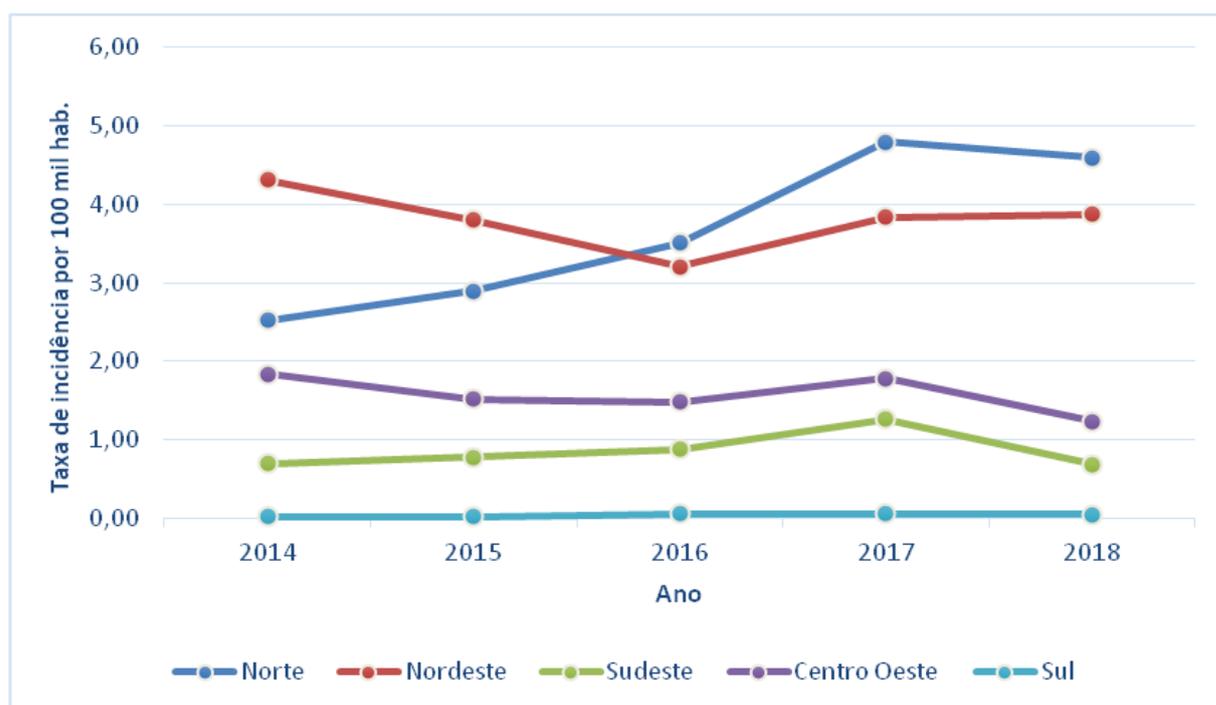
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao>.

2 RESULTADOS

Com base nos dados coletados, estima-se que durante o período do estudo, o Brasil tenha aproximadamente 19.053 casos em todas as suas regiões, demonstrando um percentual de 19,05 % em relação ao número de habitantes.

Ao observar a incidência por região, conforme exposto na Figura 1, nota-se um maior número de casos nas regiões Norte e Nordeste no período de 2014 a 2018.

Figura 1 - Incidência de casos de LV notificados por região – 2014 a 2018



Fonte: Ministério da Saúde/SVS-Sistema de Informação de agravos de Notificação-SinanNet, Agosto/2020.

O dado referente ao aumento na taxa de incidência de LV em grandes regiões do Brasil no período estudado mostra tendência crescente na região Norte, a cada ano, em média, há um aumento de 0,61 por 100.000 habitantes. As outras regiões apresentaram estabilidade na taxa de incidência (Tabela 2).

Tabela 2 - Tendência da taxa de incidência de LV por regiões do Brasil- 2014 a 2018

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	Equação de Regressão	Coef. Determinação	Valor de p
Norte	2.52	2.90	3.51	4.80	4.60	$y = 0.61x + 1.85$	$R^2 = 0.90$	0.0123
Nordeste	4.31	3.80	3.21	3.84	3.87	$y = -0.08x + 4.06$	$R^2 = 0.11$	0.5787
Sudeste	0.69	0.77	0.88	1.26	0.69	$y = 0.05x + 0.72$	$R^2 = 0.10$	0.5942
Centro Oeste	1.84	1.52	1.48	1.78	1.24	$y = -0.09x + 1.86$	$R^2 = 0.37$	0.2734
Sul	0.02	0.02	0.06	0.06	0.05	$y = 0.01x + 0.01$	$R^2 = 0.63$	0.1259

Fonte: Autoria Própria.

Na associação das taxas de incidência das variáveis por macrorregiões, o sexo

masculino apresentou predomínio em todas as regiões, com diferença significativa ($p=0,002$) entre as regiões.

A variável faixa etária apresentou diferença significativa ($p=0,0001$) entre as regiões onde, a maioria dos casos estão concentrados na faixa etária ≥ 14 anos nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, exceto na região Sul, na qual o número de casos foi maior entre 20-39 anos.

O grau de escolaridade apresentou significância ($p < 0,0001$), onde o nível analfabeto e fundamental completo apresentou-se elevado nas regiões do Brasil.

Na variável evolução do caso e critério de confirmação também se observou significância estatística ($p < 0,0001$), tendo a região Nordeste com maior frequência de cura e a região Centro – Oeste com menor frequência, no critério abandono as regiões Sudeste e Sul apresentaram menores frequências, enquanto que a região Norte teve maior frequência de casos, com taxa menor de óbitos na região Sul.

Em relação aos critérios laboratoriais, a região Nordeste apresentou baixa frequência de casos, enquanto que a região Sudeste notificou alta frequência. Na escala critério clínico, a região Nordeste apresentou alta frequência, as regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste mostraram estabilidade e a região sul apresentou baixa frequência (Tabela 3).

Tabela 3 - Taxa de incidência das variáveis por regiões, 2014 a 2018

	Norte n=329	%	Nordeste n=10794	%	Sudeste n=3711	%	Centro- Oeste n=1228	%	Sul n=61	%	Total n=19053	%	Valor de p
Gênero													
Masculino	2049	62.9	7199	66.7	2422	65.3	808	65.8	42	68.9	12520	65.7	0.002 ^a
Feminino	1210	37.1	3595	33.3	1289	34.7	420	34.2	19	31.1	6533	34.3	
Faixa etária													
< 14 anos	1782	54.7	5064	46.9	1282	34.5	412	33.6	17	27.9	8557	44.9	<0.0001 ^b
15 - 19 ANOS	173	5.3	571	5.3	150	4.0	45	3.7	2	3.3	941	4.9	
20-39 ANOS	715	21.9	2514	23.3	840	22.6	317	25.8	18	29.5	4404	23.1	
40-59 ANOS	418	12.8	1879	17.4	916	24.7	288	23.5	11	18.0	3512	18.4	
>= 60	171	5.2	765	7.1	523	14.1	166	13.5	13	21.3	1638	8.6	
EM BRANCO/Ign	0	0.0	1	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	1	0.0	
Escolaridade													
ANALFABETO	80	2.5	431	4.0	84	2.3	22	1.8	0	0.0	617	3.2	<0.0001 ^b
Fundamental	892	27.4	3124	28.9	1026	27.6	325	26.5	15	24.6	5382	28.2	
Médio	302	9.3	867	8.0	333	9.0	145	11.8	10	16.4	1657	8.7	
Superior	40	1.2	67	0.6	47	1.3	34	2.8	2	3.3	190	1.0	
IGN/BRANCO*	504	15.5	2184	20.2	1184	31.9	340	27.7	19	31.1	4231	22.2	
NÃO SE APLICA*	1441	44.2	4121	38.2	1037	27.9	362	29.5	15	24.6	6976	36.6	
Evolução do caso													
Cura	2428	74.5	6825	63.2	2929	78.9	37	3.0	37	60.7	12256	64.3	<0.0001 ^b
Abandono	31	1.0	83	0.8	16	0.4	12	1.0	1	1.6	143	0.8	
Óbito	164	5.0	812	7.5	358	9.6	90	7.3	12	19.7	1436	7.5	
Óbito por outra causa	85	2.6	223	2.1	109	2.9	63	5.1	2	3.3	482	2.5	
Transferência*	127	3.9	920	8.5	64	1.7	35	2.9	1	1.6	1147	6.0	
Ign\branco*	424	13.0	1931	17.9	235	6.3	101	8.2	8	13.1	2699	14.2	
Critério de confirmação													
Laboratorial	2926	89.8	8947	82.9	3453	93.0	1101	89.7	51	83.6	16478	86.5	<0.0001 ^a
Clínico epidemiológico	333	10.2	1847	17.1	258	7.0	127	10.3	10	16.4	2575	13.5	

^a Teste do qui-quadrado

^b Teste G

Fonte: Autoria Própria.

A taxa de mortalidade apresentou tendência crescente na região Norte, a cada ano, em média há um aumento na taxa de mortalidade de 0,05 por 100.000 habitantes. As outras regiões apresentaram estabilidade na taxa (Tabela 4).

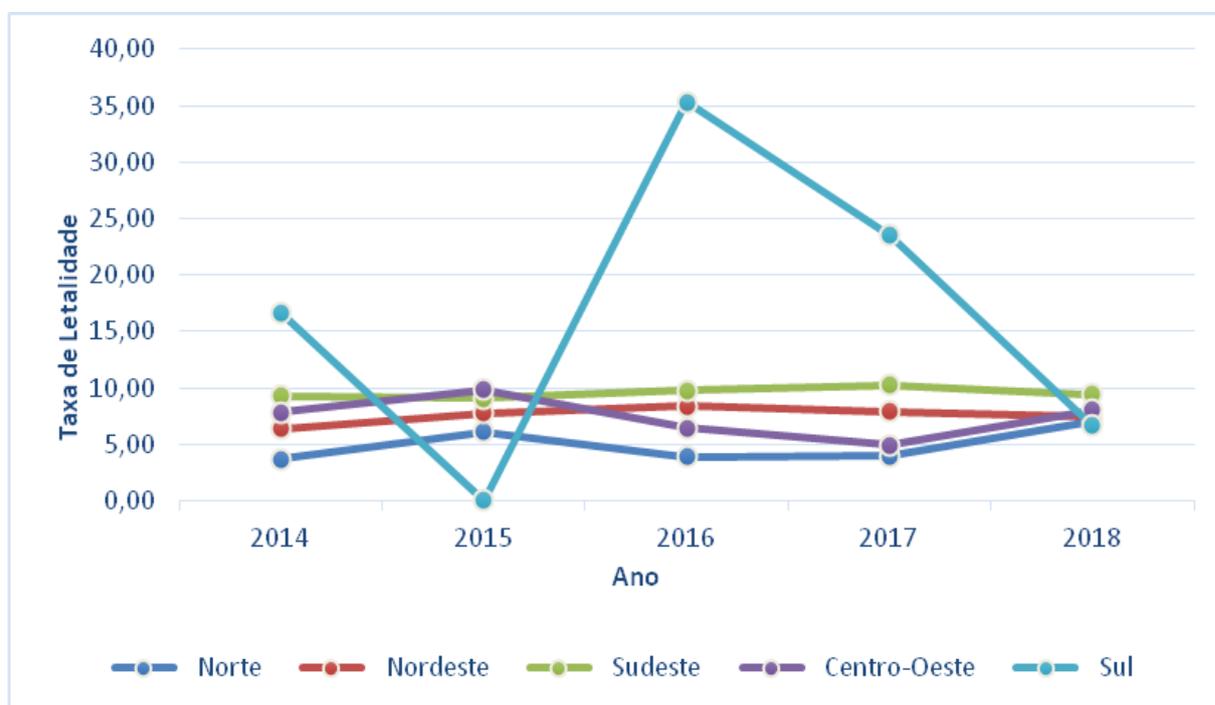
Tabela 4 - Taxa de mortalidade de LV por regiões do Brasil- 2014 a 2018

	2014	2015	2016	2017	2018	Equação de regressão	Coef. Determinação	Valor de p
Norte	0.093	0.177	0.136	0.190	0.324	$y = 0.05x + 0.04$	$R^2 = 0.74$	0.0580
Nordeste	0.274	0.293	0.269	0.304	0.291	$y = 0.004x + 0.27$	$R^2 = 0.23$	0.6002
Sudeste	0.065	0.070	0.086	0.129	0.065	$y = 0.01x + 0.06$	$R^2 = 0.12$	0.5727
Centro Oeste	0.145	0.149	0.096	0.088	0.099	$y = -0.02x + 0.16$	$R^2 = 0.68$	0.0812
Sul	0.003	0.000	0.020	0.013	0.003	$y = 0.001x + 0.004$	$R^2 = 0.06$	0.6900

Fonte: Autoria Própria.

A taxa de letalidade nas macrorregiões apresentou estabilidade em praticamente todas as regiões, com exceção da região Sul que apresentou altas taxas de letalidade, no ano de 2016 e posterior queda nos anos de 2017 e 2018, conforme demonstrado na Figura 2.

Figura 2 - Taxa de Letalidade de LV notificados por região – 2014 a 2018



Fonte: Ministério da Saúde/SVS-Sistema de Informação de agravos de Notificação-Sinan Net, Agosto/2020.

3 DISCUSSÃO

Com a diminuição das áreas de florestas ocorre o aumento da extensão demográfica

facilitando a entrada da Leishmaniose nos centros. Durante o estudo foram obtidos dados referentes ao perfil epidemiológico de pacientes com LV nas diferentes regiões do Brasil.

A incidência média da LV nas regiões do Brasil oscilou durante o período estudado, com maior detecção nas regiões Norte e Nordeste. Tais dados do Nordeste também foram relatados em estudo conduzido por Lucena; Medeiros ^[15], analisando casos novos dos diferentes estados da região Nordeste no período de 2010 a 2017, relataram variação da incidência e declínio na região e, apesar da diminuição dos casos, o Nordeste apresenta uma das maiores incidências média de LV do Brasil.

Segundo Barbosa; Guimarães; Luz ^[16], as populações mais vulneráveis estão nas áreas periféricas, onde não possuem um saneamento básico, realidade observada na região Norte e Nordeste, as quais apresentam as mais precárias condições sanitárias do Brasil ^[17].

A faixa etária mais acometida por LV foi < 14 anos, o que corrobora com dados expostos em estudo conduzido por Farias *et al* ^[18] realizado na região Norte de Minas Gerais, no período de 2011 a 2015 e por Barbosa ^[19] em Rio Grande do Norte, no período de 2007 a 2015. Possivelmente, tal fato é associado a imaturidade imunológica desta faixa etária ^[19, 20].

No presente estudo pode ser observado que o sexo masculino foi o mais acometido pelo LV. Tal realidade também foi relatada em diferentes estudos tal como Barbosa ^[19], Farias *et al.* ^[18], Rocha *et al* ^[21] e Ortiz; Anversa ^[22], estando possivelmente associado a uma maior exposição ao vetor devido atividades laborais.

Comparando o presente estudo com o citado, conclui-se que, mesmo essas regiões apresentando redução na taxa de incidência, ainda assim, a região Nordeste permanece sendo a região com a maior prevalência da doença em relação as demais regiões do Brasil.

Em relação ao nível de escolaridade, a predominância dos casos se dá nas classes, analfabeto e ensino fundamental em todas as regiões do Brasil, descritas, de acordo com dados colhidos para o estudo em questão, sendo tais dados observados em estudo realizado em Fortaleza ^[23] no período de 2007 a 2017 e Pernambuco entre os anos de 2003 e 2015 ^[24]. Como afirmado por Almeida *et al* ^[23], a baixa escolaridade pode sugerir que estão mais vulneráveis a doença pessoas com baixas condições socioeconômicas.

A maioria dos casos evoluiu a cura e obteve diagnóstico laboratorial, situação também observada por Almeida *et al* ^[23] em Fortaleza, o que demonstra possivelmente que quando há confirmação da doença logo o tratamento é implementado e a saúde dos acometidos restaurada.

A taxa de mortalidade que apresentou tendência crescente foi a região Norte, a qual apresentou uma das maiores incidências da doença, enquanto que a letalidade demonstrou não variar no tempo estudado, com exceção da região sul que apresentou um pico no ano de 2016. Tal região foi a última no Brasil a notificar casos de LV ^[25].

Desta forma, observa-se que a LV ainda é uma realidade no Brasil, acometendo principalmente indivíduos com baixas condições socioeconômicas. Há programas de saúde que desenvolvem ações de controle estando focados em detectar, diagnosticar e tratar os casos notificados. No entanto, mesmo com um amplo programa de controle nas regiões, a LV ainda é um problema de saúde pública e ações atuantes nos diferentes níveis de prevenção podem reduzir significativamente os índices desta doença.

Para tanto, se faz necessário a busca incessante por estratégias que auxiliem no planejamento de novas metodologias para ações voltadas ao combate de vetores e reservatórios, com alternativas precisas de prevenção, diagnóstico, monitoramento, tratamento, e cuidados da população, bem como, políticas de saúde pública para serem aplicadas nessas regiões, resultando na diminuição do número de casos e notificações nas regiões do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABES. Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. **Situação do Saneamento Básico no Brasil: Uma Análise Com Base na PNAD 2015**, 2015. <http://abes-dn.org.br/pdf/Situacao.pdf>
- ALMEIDA, Clarice Pessoa *et al.* Leishmaniose visceral: distribuição temporal e espacial em Fortaleza, Ceará, 2007-2017. **Epidemiol Serv Saúde** [preprint]. 2020.
- BARBOSA, Isabelle Ribeiro. Leishmaniose Visceral Humana no Município de Natal-RN: Análise Clínico-Epidemiológica e Espacial. **Revista Ciência Plural**. v. 2, n. 1, p:89-101, 2016. <https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/8559/7120>
- BARBOSA, Miriam Nogueira; GUIMARÃES, Eliete Alabano de Azevedo; LUZ, Zélia Maria Profeta da. Avaliação de estratégia de organização de serviços de saúde para prevenção e controle da leishmaniose visceral. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. v. 25, n. 3, p. 563-574, jul/set. 2016.
- BRASIL. **Agência Nacional de Água (ANA) Atlas esgotos: despoluição de bacias hidrográficas**. Brasília: Agência Nacional de Águas, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, 2017. Disponível em: https://www.ana.gov.br/noticias/atlas-esgotos-revela-mais-de-110-mil-km-de-rios-com-comprometimento-da-qualidade-da-agua-por-carga-organica/atlaesgotosdespoluicaoдебaciashidrograficas-resumoexecutivo_livro.pdf/view. Acesso em: 20 jan. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde**. 3 ed. Volume único. 2019.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Panorama do Brasil, 2016. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Estimativas da População. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao>.
- DATASUS - **Departamento de Informática do SUS**. Indicadores e dados básicos, 2013 [citado em 14 de maio de 2020]. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2013/matriz.htm>.
- DIAS-LIMA, Artur. Ecologia médica: uma visão holística no contexto das enfermidades humanas. **Revista Brasileira de Educação Médica**. v. 38, n. 2, p. 165-172, abr/jun. 2014.
- FARIAS, Hildeth Maísa Torres *et al.* Perfil epidemiológico da leishmaniose visceral humana nas regiões de saúde do norte de minas gerais. **Enferm. Foco**. v. 10, n. 2, p. 90-96, 2019. <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/1887/526>.
- LEMOS, Maria Deuzina Alves; SOUSA Odaíris Holanda de; SILVA, Zilene do Socorro Santa Brígida. Perfil da Leishmaniose visceral no Brasil: uma revisão bibliográfica. **J Business Techn**. v. 9, n. 1, p:93-114, 2019. <https://jnt1.websiteseuro.com/index.php/JNT/article/viewFile/399/328>.

LISBOA, Antonio Ricardo *et al.* Leishmaniose visceral: Uma revisão literária. **Revista Brasileira de Educação e Saúde**. v. 6, n. 2, p. 35-43, abr/jun. 2016.

LUCENA, Robespierre Vieira de; MEDEIROS, Josimar dos Santos. Caracterização Epidemiológica da Leishmaniose Visceral Humana no Nordeste Brasileiro entre 2010 e 2017. **Journal of Biology & Pharmacy and Agricultural Management**. v. 14, n. 4, out/dez 2018. <http://revista.uepb.edu.br/index.php/biofarm/article/view/4475/2588>.

MACHADO, Claudia.; CASTRO, Bruno B. Relações hospedeiro-parasita. **Revista de Ciência Elementar**. v. 7, n. 4, p. 1-5, dez. 2019.

MARCELINO, Regiana Lucia. *et al.* Parasitoses de veiculação hídrica em águas urbanas. **ANALECTA**. v. 4, n. 4, p. 179-194, nov. 2018.

MICHALICK, Marilene Susan Marques; RIBEIRO, R. R.; SILVA, S. M. Gênero Leishmania. *In*: NEVES, David Pereira. **Parasitologia Humana**. 13. ed. São Paulo: Atheneu, Cap 7, p. 41-47, 2016.

ORTIZ, Rafael Carneiro; ANVERSA, Laís. Epidemiologia da Leishmaniose visceral em Bauru, São Paulo, no período de 2004 a 2012: um estudo descritivo. **Epidemiol Serv Saúde**. v. 24, n. 1, p:97-104, 2015.

PINTO, Eduardo Ribeiro; NEPOMUCENO, Erivelton Geraldo; CAMPANHARO, Adriana Susana Lopes de Oliveira. O impacto da topologia de redes complexas no controle da propagação de doenças infecciosas. **Proceeding Series of the Brazilian Society of Computational and Applied Mathematics** v. 7, n. 1, p. 1-2, 2020.

ROCHA, M.A.N. *et al.* Aspectos epidemiológicos da leishmaniose visceral humana e canina no Estado de Alagoas, Nordeste, Brasil. **Braz. J. Biol.** v. 78, n. 4, p : 609-614, 2018.

SEGURADO, Aluisio Cotrim; CASSENOTE, Alex Jones; LUNA, Expedito de Albuquerque. Saúde nas metrópoles-Doenças infecciosas. **Estudos avançados**. v. 30, n.86, p. 29-49, jan/abr. 2016.

SOUSA, Jaqueline Maria dos Santos; RAMALHO, Walter Massa; MELO, Marcia Almeida de. Demographic and clinical characterization of human visceral leishmaniasis in the State of Pernambuco, Brazil, between 2006 and 2015. **Rev Soc Bras Med Trop**. v. 51, n. 5, Set-Out, 2018.

WALDMAN, Eliseu Alves; SATO, Ana Paula Sayuri. Trajetória das doenças infecciosas no Brasil nos últimos 50 anos: um contínuo desafio. **Revista de Saúde Pública**. v. 50, n. 68, p. 1-18, set. 2016.

WHO – **World Health Organization** (Organização Mundial da Saúde). Leishmaniasis 2020a. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/leishmaniasis>.

WHO – **World Health Organization** (Organização Mundial da Saúde). Leishmaniasis, diagnosis, detection and surveillance 2020b. Disponível em: <https://www.who.int/leishmaniasis/surveillance/en/>.

SEÇÃO LIVRE

DESAFIOS NA INCLUSÃO DE SABERES E PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS LOCAIS NO PLANO DE MANEJO DA RESEX MARINHA CAETÉ-TAPERACU

Marcelo do Vale Oliveira¹

RESUMO

O objetivo geral é de compreender os desafios da inclusão dos saberes e práticas socioambientais locais na coprodução do Plano de Manejo da Resex Caeté-Taperaçu. A questão central é quais os desafios da inclusão das práticas socioambientais locais na coprodução do Plano de Manejo da Resex marinha Caeté-Taperaçu? A partir de uma abordagem da Sociologia da Ação Pública (LASCOUMES e LE GALÈS, 2012; TEISSERENC e TEISSERENC, 2014) vinculamos uma nova perspectiva de olhar interdisciplinar sobre as políticas públicas, na qual o Estado tem sua centralidade contestada, com maior participação de diferentes atores nas discussões com implementações e gerenciamentos, a partir de novas dinâmicas e mobilizações locais. A base de dados analisados foi constituída a partir de informações documentais e entrevistas de vinte pessoas envolvidas na coprodução. E o resultado principal evidencia que em um processo tão rico em aprendizados e em conquistas socioambientais ainda não se conseguiu romper com a hegemonia de interesses outros vinculados à uma racionalidade que não ambiental e nem das populações locais. Mas não se pode deixar de reconhecer a capacidade de resistir, de inventar, de aprender, de segmentos sociais como as populações tradicionais, em parceria com outros segmentos de atores (Instituições de ensino e pesquisa, organismos do Estado), vem conseguindo se impor, enfrentar forças políticas e econômicas que as negam, via adoção das referências da conservação ambiental.

Palavras-chave: Ação Pública. Plano de Manejo. Resex. Saberes e práticas socioambientais.

CHALLENGES IN THE INCLUSION OF LOCAL SOCIAL AND ENVIRONMENTAL KNOWLEDGE AND PRACTICES IN THE MARINHA CAETÉ-TAPERACU EXTRACTIVE RESERVE MANAGEMENT PLAN

ABSTRACT

The general objective is to understand the challenges of including local social and environmental knowledge and practices in the co-production of the Resex Caeté-Taperaçu Management Plan. The central question is what are the challenges of including local socioenvironmental practices in the co-production of the Management Plan for the Caeté-Taperaçu marine resex? From an approach of the Sociology of Public Action (LASCOUMES and LE GALÈS, 2012; TEISSERENC and TEISSERENC, 2014) we link a new perspective of interdisciplinary view on public policies, in which the State has its centrality contested, with greater participation of different actors in discussions with implementations and management, based on new dynamics and local mobilizations. The analyzed database was constituted from documentary information and interviews of twenty people involved in the co-production. And the main result shows that in a process so rich in learning and socioenvironmental achievements, it has not yet been possible to break with the hegemony of other interests linked to a rationality that is neither environmental nor local populations. However, the capacity to resist, to invent, to learn, from social segments such as traditional populations, in partnership with other segments of actors (teaching and research institutions, State bodies), has been able to impose itself, face political and economic forces that deny them, through the adoption of environmental conservation references.

Keywords: Public Action. Management Plan. Resex. Socio-environmental knowledge and practices.

Data de submissão: 05. 10. 2020

Data de aprovação: 23. 12. 2020

¹ Doutor em Sociologia (PPGSA/UFPA). Técnico em Assuntos Educacionais na Universidade Federal do Pará. E-mail: marcelomvo@ufpa.br

INTRODUÇÃO

As populações tradicionais locais que tem seu modo de vida diretamente vinculado com o território da Resex Caeté-Taperaçu reproduzem atividades que se ligam à pesca, mais especificamente à artesanal². Seus saberes são construídos enquanto identidade e cultura desses grupos sociais. O saber tradicional é a fonte das cosmovisões construídas por esses grupos pela relação empírica com a natureza e com a sociedade, seus modos de vida, formas de organização social e para a prática dessas atividades extrativistas e sentidos para as relações sociais estabelecidas entre si e com os outros. Também esses saberes tradicionais locais influem nas tecnologias e técnicas construídas e utilizadas nas atividades extrativistas que é o seu foco (OLIVEIRA, 2018).

E há, nas quatro últimas décadas do século XX, aspectos que proporcionaram maior pressão sobre o ecossistema de manguezal localizado na costa paraense, que abrange a citada Resex. Essa pressão se dá relacionada à integração regional ocorrida com Belém, com o advento da política desenvolvimentista dos governos militares brasileiros, via construção de malha rodoviária, facilitando os deslocamentos populacionais e de produtos entre as regiões e à construção de uma Rodovia estadual, a PA-458, que liga a sede do município de Bragança à praia de Ajuruteua, tendo 36 km de extensão e cortando o manguezal localizado na península bragantina. Também o fato da valorização dos produtos oriundos do manguezal pelo mercado, acarreta no aumento da demanda, o que repercutiu na mobilidade de populações de pescadores, principalmente vindas da região nordeste do Brasil, inserindo modelos diferentes de pesca, tendencialmente caracterizados pela larga escala.

Concatenado com essas mudanças vivenciadas, Silva Junior (2013) destaca a ocorrência de crescimento do setor pesqueiro e a tendência ao uso de lógicas mais vinculadas ao capitalismo a partir da década de 90 do século XX com a intensificação da chegada de imigrantes da região nordeste brasileira, principalmente, do Estado do Ceará. Para o autor, há expansão da atividade pesqueira marítima, com a implantação de fábricas de beneficiamento de pescado, e que repercute nas imigrações também à nível regional, se destacando a chegada de pescadores de outros municípios próximos à Bragança e do nordeste brasileiro.

Assim, há um contexto social, político e econômico local dinâmico e de transformações constantes acerca das atividades extrativistas e do território costeiro de Bragança. Esse movimento dinâmico em direção ao aumento da escala produtiva e do consumo dos produtos provenientes desse ecossistema específico produz pressões em territórios historicamente vinculados ao modo de vida e reprodução de populações tradicionais locais, o que desencadeia nas discussões em torno da conservação e do uso desses recursos naturais, na forma de Unidades de Conservação.

Dessa forma, criou-se consentimentos, principalmente por representantes do Estado, acerca do modelo de Reserva Extrativista (RESEX) para garantir os territórios e a reprodução de um modo de vida específico, o das populações tradicionais. Esse formato de Unidade de Conservação (UC), segundo Diegues (2005), é pautado no uso sustentável dos recursos por populações que habitam e se relacionam com esses ecossistemas há séculos e décadas. A criação de uma Unidade de Conservação nesses moldes atende a demandas históricas da região

²De acordo com a lei Federal da Pesca, nº 11.959/09, a pesca se constitui “como toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros” (BRASIL, 2009, p. 76). O conceito de pesca artesanal aqui utilizado é de Diegues (2005) e refere-se a pescadores que se concentram nas regiões litorâneas, rios e lagos, possuindo um modo de vida baseado na pesca, mas exercendo atividades complementares, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura. Especificamente, no nordeste paraense, destacam-se a coleta de mexilhão, turu, cipós, plantas medicinais, lenha, madeira para carvão, entre outros (FURTADO *et al.*, 2006) como atividades complementares entre os pescadores artesanais.

bragantina, principalmente dessas comunidades (MANESCHY, 2005). E nesse sentido, em um primeiro olhar, a implementação dessa UC traz, além dos atores já citados, a visibilidade de múltiplos interesses e perspectivas entre diferentes grupos sociais (públicos e privados) desse contexto nos objetivos da RESEX, na relação entre humanidade e natureza e na representação dos atores dentro do Conselho Deliberativo (CD).

Assim, a coprodução do Plano de Manejo (PM)³ tem um caráter centrado nas multiplicidades de atores, interesses, perspectivas e, nessa arena de disputas, acordos e conflitos, os saberes e práticas socioambientais das comunidades tradicionais locais estão colocados. De todas as mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas no bojo de todos esses processos, nossa intenção é compreender os desafios da inclusão dos saberes e práticas socioambientais locais⁴ no Plano de Manejo da Resex Caeté-Taperaçu, ressaltando as relações instituídas entre os atores envolvidos, seus saberes e práticas, interesses, conflitos e acordos. Dessa forma, nosso interesse é em compreender os desafios da inclusão dos saberes e práticas socioambientais em um instrumento de gestão desse território que é o Plano de Manejo da Resex Caeté-Taperaçu.

Dentro da abrangência do município situa-se essa Resex, cujo diploma legal de criação é o decreto s/nº de 20/05/2005. Seu território abrange uma área de 42.489,17 hectares, sendo 24 mil de manguezais (DOMINGUES, 2008). De acordo com o Diário Oficial da União nº 197 de 13.10.2011 no termo de concessão celebrado entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Associação dos Usuários e Moradores da Resex Marinha Caeté-Taperaçu (Assuremacata) foi cedido o direito do uso gratuito e resolúvel da área que abrange a Resex para à Associação, com vigência de 50 anos, via o Contrato de Concessão de Direito Real e de Uso (CCDRU) nº10/2011, assinado em 28.09.2011.

Assim, na construção da metodologia utilizada, a principal referência da abordagem que aqui se operou foi a Sociologia da Ação Pública (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012; TEISSERENC; TEISSERENC, 2014), compreendida enquanto perspectiva para a contribuição de transformações sociais, resolução dos conflitos e interação entre diferentes grupos com diversos interesses na gestão das políticas públicas. Nesse sentido, se inclui a repartição dos recursos; criação ou compensação das igualdades e de determinada ordem social e política; e a regulação de suas tensões e resolução dos conflitos, com o objetivo comum de sanar determinada situação vista como um problema. Um dos aspectos centrais da Ação Pública local trata-se da interação entre autoridades públicas e atores sociais, mais ou menos organizados. O conceito está coadunado com a perspectiva de análise “Bottom Up”, pois o foco analítico são as relações entre diferentes atores, seus interesses, suas concordâncias e discordâncias, a formação de grupos, as regras do jogo, os conflitos ocorridos, suas mediações e as resoluções ou não, no caso, entre os atores coletivos e individuais envolvidos no processo de coprodução do PM da Resex Caeté-Taperaçu.

O procedimento é qualitativo, baseado em Minayo (2004), para a coleta dos dados primários. As etapas da pesquisa foram: o levantamento e análise das referências pertinentes; a pesquisa documental; a pesquisa de campo, subdividida em observação direta e entrevistas semiestruturadas; e a análise de dados.

Os interlocutores são atores que participam/participaram do CD da Resex. A partir da divisão entre atores com perfil mais técnico e científico e de atores com saberes classificados teoricamente como tradicionais. Assim, foram entrevistados vinte atores no período de 11.2014 a 06.2016, sendo dez com perfil mais técnico e dez vinculados às comunidades tradicionais.

³Plano de Manejo, segundo SNUC (2000), é um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas para o uso da área e o manejo dos recursos naturais.

⁴Partimos da afirmação da inclusão desses saberes e práticas socioambientais na coprodução do PM da RESEX Caeté-Taperaçu por ser um resultado “marginal” da tese do autor.

Por fim, o artigo se divide em três seções: 1) Resex Caeté-Taperaçu, sua estrutura e alguns desafios dessa institucionalidade, 2) Conselho Deliberativo e a relação entre atores e 3) Desafios da inclusão dos saberes e práticas socioambientais no Plano de Manejo da Resex Marinha Caeté-Taperaçu; além das considerações finais e referências.

1 RESEX CAETÉ-TAPERAÇU, SUA ESTRUTURA E ALGUNS DESAFIOS DESSA INSTITUCIONALIDADE

Dentro do modelo de Unidade de Conservação existem diferentes formas de uso e controle de dado território, um desses formatos é a Reserva Extrativista. O Estado a conceitua em seu artigo 18 enquanto:

[...] uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (SNUC, 2000, p. 10).

A Resex Caeté-Taperaçu foi criada em 2005 e nesse início foi instituída a sua Associação de Usuários (Assuremacata), ainda como única instituição com sede nesse contexto. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) era o órgão vinculado à União que acompanhava a implementação da Unidade de Conservação. Nesse início ainda não havia a atual estrutura baseada no ICMBio, que será instalada em 2007.

Esse início será importante para a construção das duas principais perspectivas exprimidas pelos interlocutores sobre o que é a Resex Marinha Caeté-Taperaçu: uma vinculada ao seu objetivo institucional e outra vinculada às políticas públicas instituídas com a criação da Reserva Extrativista. Não necessariamente essas duas maneiras de ver a Resex tem um caráter dicotômico, de contraposição entre ambas.

A primeira baseia-se no arcabouço jurídico-legal de uma Reserva Extrativista, tendencialmente, encontra-se nos discursos produzidos por atores representantes de instituições públicas. A Reserva Extrativista implementada no município de Bragança, pelo menos enquanto ideia e intenção, é formatada a partir da perspectiva contida na legislação e regulamentos que embasam esse formato de UC.

Nessa perspectiva, os atores ressaltam a Resex Caeté-Taperaçu enquanto garantia para conservação dos ecossistemas (territórios), como valor construído historicamente no contexto brasileiro e que está colocado na legislação que normatiza as Unidades. Há a tendência de ser um discurso mais dos atores das instituições públicas, mas que se apresenta entre alguns associados e atores das populações tradicionais locais, pois há legitimidade social enquanto perspectiva que se propõe a continuação de um modo de vida e de reprodução social bem característico das comunidades dentro e no entorno do território dessa Unidade; ou que pelo menos se busca aproximar.

Dentro dessa perspectiva jurídico-legal, há dificuldades na gestão desse território e na inclusão dos saberes e práticas socioambientais, por mais paradoxal que possa parecer. E essa questão é explicada por uma legislação descontextualizada das práticas históricas locais⁵.

Acerca da segunda perspectiva principal, ela se vincula à Associação dos Usuários e Moradores da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu (Assuremacata). Aqui a RESEX é confundida com a Associação, assim como as políticas públicas em implementação. A partir da criação da Unidade, ocorrem debates dentro e entre as comunidades e suas lideranças no sentido de viabilizar a eleição da primeira presidência e equipe para o gerenciamento da

⁵Essa discussão será realizada com mais elementos na segunda seção.

Assuremacata. De acordo com Ata da assembleia, a criação da Assuremacata ocorre em 08/08/2005. Nesse ato os delegados e delegadas da Assuremacata já estavam eleitos e participaram representando as comunidades abrangidas pela Resex. Há presença de representantes de outras Unidades vizinhas, como Curuçá e Viseu. E representantes de diversas instituições vinculadas à União (CNPT-Ibama, UFBA, UFPA) e ao município de Bragança (Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Bragança, Secretária de Economia e Pesca de Bragança).

Depois da criação da Unidade e instituição da Associação dos Usuários constrói-se a perspectiva participativa e de gerenciamento do território da Resex via Assuremacata. Seu primeiro presidente afirma que nas reuniões preparatórias para a implementação da Unidade ficou compreendido entre os atores representantes das populações locais que a gestão desse território ficaria a cargo deles, através de sua Associação. Ou seja, a partir de uma referência de centralidade do Estado que essas populações sempre observaram em suas (pontuais) relações com esse ente, constrói-se o discurso e imaginário de centralidade da Assuremacata no gerenciamento do território e das políticas sociais a serem implementadas na Unidade, emulando as práticas outrora percebidas no fazer do Estado.

A instalação do ICMBio em Bragança e o cumprimento de seu papel institucional é visto por alguns atores entrevistados vinculados à Assuremacata como uma intromissão de uma instituição em relação ao papel da outra e não enquanto um modelo de compartilhamento das decisões gerenciais acerca da Unidade e suas políticas públicas. Quando esse compartilhamento no gerenciamento da Resex é internalizado pelos atores, principalmente pelas perspectivas das populações tradicionais locais, alguns tendem a representá-lo enquanto uma relação de poder entre as instituições postas, simplificando a sua complexidade e suas possibilidades em torno do Território. Assim, há um sentimento de frustração entre os integrantes da primeira gestão da Associação, com o evidenciamento de uma incompreensão em torno dessa “intromissão”. Não é evidente se há ou não equívoco de interpretação de quadro legal estabelecido à época por parte da Associação; o fato é que a partir de então é construído e aceito coletivamente um entendimento da Associação como única gestora, ou pelo menos algumas lideranças tentam impor e reproduzir essa condição às comunidades tradicionais locais, isso principalmente no momento em que o ICMBio ainda não está instalado em Bragança.

A distribuição de benefícios sociais, que no contexto local aparece como a primeira grande ação percebida no conjunto de programas governamentais que acompanham a institucionalização da Reserva, é realizada via Assuremacata. Os bens duráveis concedidos às famílias contempladas eram eletrodomésticos, principalmente geladeira e fogão, como parte de um programa de fomento para os moradores. Nesse bojo, havia também uma política de regularização fundiária objetivando normatizar o uso das áreas ocupadas durante décadas pelas comunidades residentes, algumas com mais de 30 anos de existência, como o caso da Pontinha do Bacuriteua, onde famílias não possuíam direito legal sobre suas áreas e viviam em condições difíceis do ponto de vista material. Há também inclusão dessas populações locais em políticas de assistência social e de combate à fome, como o Bolsa Família e Bolsa Verde. A distribuição dos benefícios é ponto de conflito entre grupos internos da Associação e com algumas instituições públicas, como o ICMBio e um dos desafios para o funcionamento esperado da Associação e da Reserva.

A lógica da distribuição dos benefícios, a partir da perspectiva do Estado, relaciona-se com as ações de conservação, sustentabilidade e conservação dos recursos naturais da Reserva, através da garantia do direito à habitação e dos subsídios, com o sentido de prover qualidade de vida para essas populações, em um sentido moderno do termo. Os beneficiários precisavam estar identificados como famílias da reforma agrária, que é uma política do governo federal. Há uma relação do INCRA com os beneficiários da Resex, sendo que não necessariamente todo usuário é um beneficiário, mas todo o beneficiário tem que ser obrigatoriamente usuário.

Existem diversos critérios técnicos usados para a escolha dos beneficiários. O INCRA, uma das instituições públicas participantes desse conjunto de ações, tem como função institucional nesses processos de garantir o acesso à questão da terra no Brasil e seus benefícios, atuando com grupos de sem-terras, quilombolas e outros.

Um dos desafios locais que se impõe, a partir da implementação dessas políticas públicas, é estabelecer entre a Assuremacata e as populações tradicionais locais uma relação pública, baseada em direitos e deveres, acerca dos benefícios e dos objetivos da Associação. Historicamente em Bragança as populações locais, vinculadas às atividades extrativistas, baseiam suas ações em relações de compadrio e parentesco, constituindo em alguns casos enquanto sistema de dominação, como explicitado por Oliveira (2013) e Oliveira & Maneschy (2014).

Essa necessidade de estabelecimento de uma relação pública torna-se evidente pelo uso de recursos públicos envolvidos na distribuição dos benefícios e das políticas públicas, pelas quais a Associação é a responsável. O critério do compadrio e do parentesco desvirtua o caráter público e justiça na aplicação dos recursos. Essa questão também pode ser relacionada historicamente na relação entre essas comunidades e o Estado. A centralidade do Estado na implementação das políticas públicas em Bragança e a exclusão de grande parte dessas populações desses direitos é primordial para compreender as perspectivas e discursos construídos em torno dos benefícios, não como direitos, mas sim como “ajuda”. Ressalta-se, de que esses benefícios distribuídos possam ter sido a primeira relação dessas comunidades com o Estado. Portanto, essa instituição se faz presente de uma forma nunca antes vista entre essas comunidades. Porém, juntamente com esses benefícios, constroem-se as lógicas de “favor”, não de direito, não de promoção da cidadania, não de direitos constitucionais, criando uma relação de favorecimento, de dívida, de relação patrimonialista, de dominação e não de políticas públicas, numa acepção ideal. É algo “dado”. Dessa forma, se constrói o imaginário das relações locais em uma política nacional.

Há distorções criadas entre os objetivos dos benefícios e os discursos produzidos e reproduzidos pelas populações tradicionais locais, vinculando os benefícios a grupos políticos e políticos específicos, principalmente. Os objetivos preceituados nos benefícios não são reproduzidos entre as populações locais, não atingindo suas finalidades, em virtude de interesses políticos, econômicos e sociais privados de grupos e indivíduos inseridos na implementação dessas políticas e sem um debate democrático e participativo. Nesse sentido, conflitos internos entre as comunidades abrangidas por essas políticas públicas se evidenciam a partir de (des)informações baseadas em interesses privados de grupos dentro da Associação e da atuação do poder local⁶ dentro e entre esses grupos. Ressalta-se que algumas comunidades historicamente já possuíam rivalidades vinculadas às atividades extrativistas de pesca e coleta de Caranguejo. A partir da distribuição dos benefícios ocorre o acirramento entre algumas comunidades e novos conflitos entre outras, colaborando para um processo de individualização nessa distribuição.

As lideranças buscam se fortalecer internamente e entre as populações tradicionais locais, e algumas estratégias utilizadas buscam desinformar os extrativistas acerca dos potenciais beneficiários e comunidades e de quem não preenche os critérios para ser contemplado por essa política pública. Também foi indicado que há disputas internas entre indivíduos dentro de uma mesma comunidade e que a forma como se procedeu essa distribuição afastou da Associação os beneficiários que garantiram o acesso às casas, que delimitaram na conquista desse bem sua relação com a Assuremacata. Uma das lideranças comunitárias e

⁶Teisserenc (2016) coloca que o Poder local na Amazônia trata-se de um poder com origens no sistema de dominação do “período colonial” baseado no aviamento realizado no contexto do “Ciclo da Borracha”. Tal sistema de poder local se concretiza nos comportamentos individuais de dependência por parte dos cidadãos locais, e que se reproduzem em todos os domínios da sua vida cotidiana e através das estratégias de ação.

usuário afirma que “a Resex veio pra fazer a diferença. Os sócios [da Assuremacata] não estão dando valor pra ela, principalmente os que foram beneficiados por ela, deixaram de comparecer aqui, deixaram de pagar sua mensalidade”.

Assim, os desafios que se apresentam são: de desconstruir e construir discursos acerca do benefícios enquanto política pública, com direitos e deveres das populações tradicionais locais; de quem tem direito e dos limites da política; da probidade e lisura no gerenciamento desses recursos pela Associação; de buscar o afastamento de relações patrimonialistas e de compadrio no acesso a esses recursos; de cumprimento dos critérios⁷, a serem utilizados e de consensos nas práticas dentro da Associação (OLIVEIRA, 2018).

Nesse contexto de políticas públicas implementadas, principalmente nos dez primeiros anos de criação da Resex, os atores entrevistados, tanto técnicos quanto “usuários/associados”, acerca da Assuremacata e seus problemas, levantam questões relacionadas com disputas de poder interno na associação que perpassam pelos principais conflitos e desafios aqui analisados. Existem dois principais grupos interessados em gerenciar a Associação e com indivíduos vinculados e apoiados por Partidos Políticos, sendo um microcosmo da disputa local, isso durante a época de coprodução do PM, pois são os partidos que disputaram a eleição municipal de 2012, com a existência de pressões externas no gerenciamento dos benefícios e fomentos.

Em virtude dessa disputa, há uma perspectiva entre os entrevistados de que a maioria das populações tradicionais locais desconhece a Unidade, seus limites territoriais, seus objetivos e sua natureza institucional. Esses entrevistados relacionam à Resex em Bragança à distribuição de benefícios materiais. Portanto, um dos desdobramentos da distribuição desses benefícios é a produção e reprodução de discursos, seja por interesses de gerenciamento e de quem se beneficia da política, que confundem a instituição/instrumento Reserva Extrativista e a instituição Associação dos usuários. Uma das possibilidades de explicação desse fenômeno são os interesses e pressões externas de agentes do poder local de Bragança, sejam Partidos Políticos e empresas, coadunados com interesses dos gerenciadores da Associação.

O interesse do poder local se vinculou ao montante de dinheiro disponibilizado para a Unidade e os objetivos para a aplicação desses recursos. Houve disputas entre empresários exteriores ao município e os locais. Essa escolha era feita via licitação e grande parte das escolhas iniciais eram empresas de fora, com maior experiência, expertise e preparo para esses processos. A partir de lobby dos grupos de empresários locais em relação à Associação e de interesses internos de membros da Associação, em acordos informais de apoio à algumas lideranças para a disputa de cargos eletivos, abriu-se a possibilidade de outros processos licitatórios para a construção de casas e venda de materiais como geladeira, fogão e redes de pesca. Empresas locais sem experiência nesses processos realizaram sua legalização para a concorrência nesses processos.

Assim, culmina-se na eleição de 2013 para a Associação, quando houve discursos produzidos principalmente em torno de sua legitimidade e de não existir chapa vencedora; assim, a eleição estaria “sub judice”. Contudo, nas entrevistas realizadas, outros atores reafirmam a legitimidade do atual presidente, inclusive com documentos judiciais comprovando. Além disso, há a legitimidade da atual gestão da Associação por parte da atual gestora do ICMBio na Resex estudada, observada nas discussões sobre o novo acordo de gestão de pesca nessa Unidade e na reunião que participamos sobre a produção de sugestões para atualização da legislação das atividades extrativista do caranguejo. Contudo, o discurso da não legitimidade é persistente, engloba vários “usuários” e instituições públicas, provavelmente pela diminuição das reuniões do CD, pois ainda pode se observar um período de transição entre a antiga e atual gestão do ICMBio, e pela dificuldade de atração das populações tradicionais locais que estão dispersas e retorno à normalidade das ações da Associação.

⁷Idealmente seria necessário que esses critérios também contivessem elementos a partir da observação da realidade local, o que não se dá nesse caso.

E essa disputa política em torno da Associação se desdobrou na atuação de alguns representantes dos polos dentro do CD. Nessas disputas os interesses pessoais também eram percebidos por vários conselhos, técnicos e populações tradicionais locais. Ser conselheiro, com a visibilidade que essa tarefa tinha, acabou sendo percebido, por atores interessados em disputar cargos eletivos e partidos políticos em busca de lideranças, de forma valorativa, mas não no sentido original da função de conselheiro, contribuindo para o desvio institucional e na finalidade da Associação e da representação dos Polos. Nesse sentido, essa relação entre conselheiros e agentes externos, quando se desdobra no desvio do objetivo do Conselho e da Reserva, apresenta-se enquanto desafio nas deliberações de demandas que atendam a objetivos mais coletivos e centrados nas premissas que instituem essa Unidade de Conservação.

2 CONSELHO DELIBERATIVO E AS RELAÇÕES ENTRE ATORES

A perspectiva de gerenciamento do território dessa Unidade é centrada no Conselho Deliberativo (CD), baseado na atuação de multiatores, podendo ser analisado a partir da perspectiva da Sociologia da Ação Pública (LASCOUNES; LE GALÈS, 2012) vinculada a uma nova perspectiva de olhar interdisciplinar sobre as políticas; maior participação de diferentes atores nas discussões; implementações e gerenciamentos junto com o Estado. Nesse sentido, há desnaturalização de uma perspectiva hegemônica da natureza como submetida a um direito humano natural, baseada na exploração pelo homem, indo em direção à construção de concepção focada na finitude do recurso e na importância da relação entre humanidade e natureza, ocorrendo descentralização de responsabilidades entre Estado e as coletividades territoriais, via processos de cogestão e participação, considerados inovações institucionais nesses contextos.

Jacobi (2003) ressalta a criação e contribuição de espaços deliberativos para o fortalecimento de gestões democráticas, integradas e compartilhadas em processos que envolvem multiatores. Evidencia-se o funcionamento desses espaços enquanto possibilidade de questionamento do processo decisório do Estado e das relações instituídas entre Estado e Sociedade Civil no campo das políticas públicas, tornando-se como desafio a transformação desses espaços em efetivamente públicos, tanto em seu formato, quanto nos resultados.

Gohn (2002, p. 11) ressalta que historicamente os conselhos “populares” são propostos por setores ligados à esquerda ou de oposição ao regime militar do período de 1964 a 1985. A autora analisa esses conselhos, a partir dos movimentos sociais, atuando com parcelas de poder junto ao Executivo, criando “uma espécie de poder popular paralelo às estruturas institucionais; ou como organismos de administração municipal, criados pelo governo para incorporar o movimento popular aos processos, no sentido de que sejam assumidas tarefas de aconselhamento, de deliberação e/ou execução”.

Para Lascoumes & Le Galès (2012) esses instrumentos evidenciam seu caráter institucionalizador, pois são determinantes (e não deterministas) em relação aos comportamentos dos atores, suas incertezas, interesses, relações de força, trazendo consigo representações acerca dos problemas advindos do jogo entre atores participantes. Para os autores, os limites na forma de atuação, dos recursos disponíveis e estratégias a serem utilizadas pelos atores sociais e políticos vinculam-se diretamente à escolha do instrumento, que incidirá na capacidade de ação dos atores dentro das instâncias decisórias, no caso da Resex Caeté-Taperaçu: o CD.

Os mais variados atores representantes de diversas instituições, seja o Estado, ONGs, partidos políticos, as lideranças comunitárias, entre outros, produzem discursos eivados de interesses e que podem ser apropriados pelas populações locais. É produzida a importância dos instrumentos (Unidade de Conservação, Assuremacata, o CD) no sentido de normatização e regulação do uso desses ecossistemas/territórios e se constrói a perspectiva dos instrumentos

enquanto garantidores dos recursos naturais necessários para o seu modo de vida e a continuação de sua reprodução.

A análise do CD da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, a partir da perspectiva de instrumento de participação e poder é o tema compreendido por Silva Junior (2013), centrando sua análise na contribuição desse instrumento para a mudança nas relações de poder entre atores técnicos e a população tradicional. De acordo com o autor, o CD da Resex Marinha Caeté-Taperaçu se caracteriza enquanto espaço ao debate e proposições, possibilitando a participação das populações tradicionais em processos decisórios e na democratização das relações entre diferentes atores do Estado, sociedade local e comunidades de usuários dos recursos naturais, permeadas por assimetrias, conflitos políticos, sociais e ambientais, disputas entre vários conselheiros e divergências entre as instituições participantes.

O CD da Resex Caeté-Taperaçu é criado via Portaria de número 17, de 24/09/2007, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Dentro dos instrumentos que são inerentes à Resex, o objetivo do CD, numa perspectiva do Estado, é “contribuir com ações voltadas à efetiva implantação e implementação do Plano de Manejo dessa Unidade e ao cumprimento dos objetivos de sua criação”. O Conselho se estrutura a partir da premissa do compartilhamento da deliberação e de poder e participação dos mais diversos grupos, instituições e atores, não se focando somente na representação estatal, mas em uma gestão compartilhada.

A perspectiva de gerenciamento da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu possibilita a produção de deliberações e demandas entre diferentes atores de variadas perspectivas. Traz a possibilidade de inserção de saberes teóricos e experiências, vinculadas aos seus modos de vida e formação, que devem ser evidenciadas nesses processos para compreensão de consensos, dissensos, acordos e desacordos no âmbito das Unidades de Conservação em relação ao território. Este se constitui, dessa forma, um território da participação, pautado em múltiplas perspectivas que se friccionam e promovem sua dinamização, do ponto de vista de seu gerenciamento e da criação de regras de uso desses recursos naturais. Contudo, hegemonicamente, o território da Resex Caeté-Taperaçu é vislumbrado a partir do léxico e perspectiva do Estado, via a utilização do arcabouço jurídico-legal que institucionaliza o instrumento Resex nos discursos produzidos por esses atores, principalmente vinculados a instituições públicas, mas também incorporados por algumas lideranças comunitárias.

A concretização do compartilhamento da gestão e da caracterização da ação pública na UC estudada se dá efetivamente com a vinda do ICMBio e da criação do CD, respectivamente em 2007 e 2008. Nesse momento começa-se a romper com a lógica da gestão centrada na Assuremacata, o que repercute em tensionamentos entre os atores colocados. Por outro lado, internamente na Associação afloram interesses distintos, em parte pela pressão feita pelo poder local (principalmente partidos e lideranças políticas locais) entre grupos diferentes começam a se materializar, provocando tensionamentos no território abarcado pela Unidade de Conservação e fragilização do papel institucional dessa Associação.

Apesar da divisão interna na Associação em grupos vinculados a lideranças políticas e partidos políticos que levam à disputas de poder e à fragmentar sua atuação, há centralidade de informações na Associação, o que se desdobra na desmobilização das comunidades e em disputas entre o representantes dos Polos e lideranças das comunidades. Nas discussões sobre a questão do defeso do caranguejo, alguns conselheiros percebiam essa centralidade de informação em algumas pessoas e pequenos grupos vinculados à Assuremacata, indicando a existência de interesses pessoais, de comunidades específicas e interesses de comerciantes, patrões e atravessadores, evidenciando disputas e conflitos internos e fragmentação em diversos grupos de interesse no âmbito da Associação.

A partir dessa centralidade nas informações, uma das estratégias adotadas por determinados representantes de polo ou comunidade dentro do Conselho era a desarticulação de reuniões marcadas em comunidades pelo CD. De acordo com um conselheiro representante de polo, “quando o ICMBio marcava uma reunião dentro de um polo existiam pessoas dentro da Associação que iam desarticulando as reuniões que tinham o objetivo de socializar as informações do conselho”. Esse discurso evidencia o distanciamento entre a participação nas reuniões do Conselho e o distanciamento dos conselheiros em relação às populações tradicionais locais.

A dificuldade de socialização das decisões do CD também afeta os representantes de instituições públicas. Porém, a partir de contextos diferentes que se desdobram nessa dificuldade. “A gente comenta com um mais próximo ou se demanda alguma situação aí você chega no coordenador e diz que ta acontecendo isso, que vai precisar disso, ou se precisar tomar alguma decisão, mas no dia a dia fica mais com a pessoa”, afirma uma conselheira representante de instituição pública estadual. Ou seja, a socialização acontece junto as chefias de forma pontual e não contínua. A procura pela chefia ocorre mais em casos de demandas que fujam da responsabilidade institucional do servidor público.

Para alguns atores, essa flexibilidade na inserção de demandas nos debates realizados não necessariamente garante que essas deliberações democraticamente aceitas sejam levadas em conta nas definições posteriores, pois há o não cumprimento das decisões do conselho e diferenças entre o decidido e o implementado. Uma das conselheiras (MT, entrevistada em 2016), representante de polo, coloca que uma das demandas nacionais da Conferência de Reserva em Áreas de Marinha (CONFRE), vinculada à assistência técnica (ATER) dessas Unidades de Conservação, em sua forma final se diferencia da forma como os debates se deram no Conselho Deliberativo. Uma das explicações possíveis para esse fenômeno é levantada pelo segundo presidente da Assuremacata, acerca das decisões tomadas sobre o defeso do caranguejo. Trata-se da existência de diferentes níveis de decisão para as demandas apresentadas. Há nível de decisão no âmbito do CD, cuja demanda aprovada em uma determinada reunião é encaminhada para a análise de outras instituições públicas, que além de responsáveis pela fiscalização e cumprimento da legislação vigente, há também interesses políticos, econômicos e estratégicos.

Nas entrevistas realizadas é citada a participação limitada de algumas dessas instituições que compõem o CD, ocorrendo muitas ausências de algumas ou outras que nunca participaram de nenhuma reunião deliberativa e na tese de Silva Junior (2013) é indicado o dado de que 19 das 23 instituições com direito à participação frequentaram as reuniões do Conselho no período de 2010 a 2012. Esse instrumento possibilita a participação de diferentes atores, incluindo as populações tradicionais locais e a Associação, numa arena permeada por relações de poder, pontos destacados por Silva Junior (2013) em sua análise sobre o CD enquanto espaço de participação e poder na Resex Caeté-Taperaçu.

Um desses desafios se refere ao posicionamento dos atores participantes do CD. A partir da forma como o gestor da Resex, vinculado ao ICMBio, os diferentes atores se posicionam, enquanto possibilidade de participar, demandar e decidir democraticamente, fato corroborado por grande parte dos atores entrevistados, o que não descarta também imposições e decisões diferentes das tomadas no Conselho (OLIVEIRA, 2018).

É ressaltada a atuação da Associação, além de sua representação em torno dos interesses das populações tradicionais locais, enquanto instituição com poder de comunicação junto às comunidades das decisões tomadas do ponto de vista gerencial e das políticas públicas implementadas na Unidade. Contudo, a partir das questões já levantadas acerca dos conflitos internos e da influência do poder local sobre a Associação ocorrem problemas legais com a instituição, no que tange sua representação e representatividade diante das populações tradicionais locais e demais atores envolvidos nos processos da Resex. Muitos entrevistados

evidenciam, sejam atores representantes de instituições públicas e dos polos, a personalização da Associação em determinado representante, com finalidades que desviam dos objetivos da Instituição, geralmente utilizando o espaço do CD com fins eleitorais eivados por interesses pessoais e de grupos externos ao conselho e à Associação.

3 DESAFIOS DA INCLUSÃO DOS SABERES E PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS NO PLANO DE MANEJO DA RESEX MARINHA CAETÉ-TAPERACU

O PM, conceituado no SNUC (2000), é o documento onde estão definidos os fundamentos e objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, estabelecendo as formas de planejamento, administração e gestão. Assim como, as normas para o uso da área e o manejo dos recursos naturais, incluso também a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade. Deve-se preceituar a permanência e o uso dos recursos naturais por essas populações tradicionais, baseadas na sustentabilidade da biodiversidade local.

Dentro do PM (ABDALA et al., 2012) há o pressuposto de garantir o território das comunidades, a partir das especificidades dos seus modos de vida, valorizando o saber tradicional das populações, cuja relação com o meio natural não se resume ao caráter econômico, ou de simples fonte de autoconsumo. Silva Junior (2013, p.43) ressalta, a partir de entrevista realizada com um agente técnico do ICMBIo, que desde a criação da Resex Caeté-Taperaçu, foram injetados pela União cerca de R\$ 40 milhões de reais na economia do município, com o insumo de créditos, construção de casas, distribuição de canoas e eletrodomésticos, abarcando cerca de cinco mil famílias. O PM, enquanto instrumento de gestão, tem sua gênese percebida a partir dos diferentes interesses e direitos encapsulados nas regras instituídas, via sua organização em multiatores. E esses diferentes interesses e direitos postos nesses processos de ação pública pressupõem a existência de relações de poder entre os atores envolvidos.

São nesses espaços participativos que se dá a coprodução do PM da Resex Caeté-Taperaçu. Em um primeiro momento, esses processos são representados pela maioria dos atores entrevistados, conselheiros ou não, enquanto processo participativo coproduzido por diferentes atores representantes de instituições públicas federais, estaduais e municipais, políticos, pescadores artesanais, colaboradores e outros. Contudo, com limites na participação de determinados atores. O período de realização desse processo é entre 2009 a 2012, cuja aprovação ocorreu no final de 2012, com sua portaria sendo publicada em 12/12/2013, com o Nº 265.

O Plano de Manejo aparece nos discursos dos técnicos, principalmente, como instrumento de gestão previsto na legislação que regula a Unidade de Conservação, sendo legitimador, em uma perspectiva do Estado, dessa Reserva Extrativista. Os discursos o apresentam como regramento sobre os usos, tendo como premissa uma forma mais adaptativa desse uso. A formação de parte significativa dos técnicos em áreas de conhecimento vinculadas às ciências biológicas e naturais, certamente, contribui para essa perspectiva. Assim, há instituída nessas perspectivas o componente do conhecimento científico, seus referenciais teóricos e conceitos, embasando os pontos de vista utilizados na perspectiva em torno do plano.

Ainda nessa concepção dos representantes do Estado, esses atores trazem em seus discursos perspectiva de futuro em relação à Resex e ao PM e de regras institucionalizadas do uso desses territórios. O Plano carrega em si a possibilidade de reflexão em torno do futuro desejável para a Unidade. Há aproximações e intercâmbio entre diferentes atores, modos de vida e pontos de vista sobre a questão ambiental no contexto englobado pela Resex Caeté-Taperaçu.

Outra questão que flerta, em tese, mais diretamente com as populações tradicionais locais que dependem dos recursos presentes no território da Resex Caeté-Taperaçu, é a

contextualização local realizada e representada pelos atores participantes. Essa contextualização abarca a diversidade ecológica, a diversidade humana, relações e dinâmicas econômicas, as dinâmicas locais de uso dos recursos naturais, principalmente no que tange às populações tradicionais locais, e algumas observações das contradições desse uso.

Esse instrumento deve conter medidas com a finalidade de promoção da relação entre o instrumento e vida econômica e social das comunidades abarcadas e na vizinhança da Unidade. Assim, em vista da forma racionalizada com que esse instrumento é pensado, nossa indagação é: quais os desafios para a inclusão dos saberes e práticas socioambientais das comunidades tradicionais dentro e no entorno da Resex marinha Caeté-Taperaçu?

O SNUC (2000) em diversas passagens se refere e norteia pressupostos em relação a inserção e forma como os saberes não-científicos, no nosso caso específico, tradicionais, devem ser observados e operados pelos agentes do Estado no sentido de inclusão nos instrumentos preceituados para o gerenciamento das Unidades de Conservação, principalmente no que concerne a uma Reserva Extrativista. Por exemplo, o décimo terceiro objetivo contido no SNUC (2000) relaciona a proteção dos recursos naturais à valorização do saber, cultura e reprodução das populações tradicionais. Especificamente à Reserva extrativista, em sua conceituação, se evidencia uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais com objetivos de proteção desses meios de vida e cultura, assegurando o uso sustentável desses recursos naturais dentro de determinada unidade.

Quando o SNUC (2000) coloca enquanto premissa no artigo n. 32, acerca de incentivar o desenvolvimento de pesquisas sobre fauna, flora e ecologia nas Unidades em uma articulação entre “órgãos executores”, com os cientistas, elegem a concepção de “formas de uso sustentável dos recursos naturais”, a partir da “valorização” do saber das populações tradicionais; esse tópico tem essa preocupação de interpretar as perspectivas da coprodução do PM em relação aos saberes acionados nos debates das oficinas realizadas nas comunidades e do CD, no sentido de evidenciar como esses conhecimentos se relacionam e os mecanismos por detrás das estratégias, acordos e conflitos existentes nesse processo.

Nesse sentido, o próprio PM da Resex Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu explicita a pequena inclusão de conhecimento (saber) tradicional no documento final. Abdala et al., (2012, p. 01) reconhecem que “na atual fase há pouco conhecimento tradicional agregado neste diagnóstico e os textos, em geral, são voltados a juntar e organizar o conhecimento técnico-científico e institucional existentes sobre as áreas”.

Assim, o PM tende a centrar-se em aspectos técnicos que dificultam a compreensão dos atores locais e a inclusão de seus saberes e práticas. A questão do PM se apresentar somente em um formato escrito, que é muito científico e centrado numa educação formal, dificulta e afasta as populações tradicionais locais por terem sua expressão calcada na oralidade via experiência e não na formalidade preceituada na gênese do instrumento. Um dos atores técnicos (JC, entrevistado em 23.02.2016) ressalta o esforço dos envolvidos nesse processo empregando técnicas como o mapa falado nas oficinas, buscando tornar os debates e o processo palatável para as comunidades e populações locais. Mesmo assim, há dificuldade pelos conselheiros representantes das populações tradicionais locais em compreender a linguagem técnica utilizada para a coprodução do PM.

Nesse sentido, ele tem referência legal-institucional, pela forma de apresentação, e busca levantar demandas locais em formato de informações via oficinas realizadas. É o caminho instituído como forma de estabelecimento de diálogos entre esses saberes. O ator (FR, entrevistado em 08.05.2015) evidencia o reconhecimento dos atores participantes em relação aos discursos produzidos a partir de diferentes perspectivas, fricções entre diferentes concepções de interpretação do mundo e do meio ambiente, especificamente. Nesse sentido, a coprodução do PM institui o diálogo entre os atores e seus saberes, com a presença do Estado, dos pescadores, de políticos e outros representantes da sociedade civil nesse processo.

Os atores participantes reconhecem a possibilidade de diálogo, de articulação, de existência de outras possibilidades de pensar o território e de existência de diferentes posicionamentos acerca dos assuntos pautados; os atores percebem essas possibilidades no processo de coprodução em si, no momento do debate intermediado pela empresa contratada. Obviamente que essa possibilidade de participação e deliberações coexiste com limites, restrições, dominação simbólica, assimetrias e relações verticais.

Essa relação entre diversos saberes é um dos aspectos onde mais se sobressalta estratégias vinculadas aos movimentos dentro do CD. Estratégias observadas nas relações instituídas entre os atores participantes, no que concerne o acionamento de diferentes saberes, técnicos/científicos e tradicionais, nas discussões sobre os temas demandados e colocados nas reuniões. Como exemplo, alguns atores ressaltam que, para a construção da contextualização local e participação das comunidades, utilizou-se, nas oficinas acerca do PM, a estratégia de aproximação entre a linguagem mais técnica da empresa responsável pela produção do Plano e a linguagem mais tradicional reproduzida pelas comunidades locais.

Uma das possibilidades em relação à desarticulação, tensionamentos e discordâncias entre atores participantes de Ações Públicas, citadas por Câmara (2013), é a relação entre diferentes e diversos saberes, principalmente entre técnicos/científicos e tradicionais, que implicam nas relações entre atores. Assim, dentro da Resex Marinha Caeté-Taperaçu há a possibilidade de diálogos entre saberes e reconhecimento do conhecimento tradicional dos tiradores de caranguejo acerca do período de defeso. Ressalta-se que é citado um processo biológico do caranguejo tanto sua denominação científica (ecdise) e em sua denominação tradicional dos pescadores artesanais da região (troca de carapaça). Porém, as justificativas utilizadas a seguir no texto são de caráter científico, buscando traduzir o discurso tradicional e legitimá-lo a partir de pesquisas científicas.

Três atores representantes das comunidades tradicionais levantam tensões e conflitos que ocorreram entre os saberes colocados. PT (entrevistado em 31.05.2016) afirma que existiam resistências em relação a não inclusão ou referência em relação as luas, marés, período das chuvas, o ciclo de caranguejo e demais observações importantes para os tiradores de caranguejo em sua atividade extrativista, e na construção social e apropriação dos territórios, em relação ao momento de delimitação dos períodos de reprodução do caranguejo, denominado localmente como “andada”. Esse ator resalta que “um dia veio uma portaria decretada pelo Ibama que não levou em consideração o que a gente discutia. Eles não aceitaram, o que prejudica o coletor aqui que fica parado”. Outro experiente tirador de caranguejo da comunidade do Acarajó, representante no CD e participante da coprodução do PM, também evidencia o mesmo fato do ator anterior: resistências em detrimento da inclusão ou de levar em consideração o conhecimento produzido pelas comunidades tradicionais locais, o que implicava em conflitos.

Com menor espaço em relação ao saber local, se visualiza no documento final tentativas de integrar os saberes científicos com os tradicionais. As vozes, discursos e saberes das populações tradicionais, em grande parte, estão ausentes no PM ou são traduzidas para uma perspectiva técnico-científica, a partir do uso de pesquisas dessa natureza realizadas junto às comunidades. A linguagem e perspectiva de mundo utilizada na compilação dessas informações é basicamente científica e técnica, com presença de conceitos e referências teóricas específicas das áreas das Ciências Biológicas, Naturais e da Terra.

Por mais que haja essa predominância de referências legais e teóricas vinculados ao Estado e ao conhecimento científico, não significa que não exista possibilidade de atuação de atores com outras referências de conhecimento tradicional e empírico participando da coprodução do PM. Os saberes tradicionais locais são transformados em informação para subsidiar a construção do documento final e o planejamento do gerenciamento do território da Resex. Essa diferenciação opera enquanto uma diferença que hegemoniza o saber científico, dando pesos assimétricos aos saberes colocados em disputa. E esses conflitos se materializavam

em confrontos no campo dos saberes, com a acusação dos atores locais sobre a marginalização de seus saberes e práticas; marginalização num sentido de verticalização valorativa.

De acordo com Létourneau (2014), há possibilidades de existência de problemas, tensões e conflitos de comunicação entre os atores participantes devido a tendência ao não compartilhamento de linguagens e a não compreensão da multiplicidade entre os níveis de intervenção. Nesse sentido, o autor evidencia a importância dos saberes contextualizados e práticos ligados ao conhecimento empírico que contrastam com o prestígio dos saberes especializados, evidenciando nas relações entre experts e saberes comuns possibilidades de compreensão das situações, não somente enquanto espaço de confrontação e colaboração, mas também ocasião da estratégia de tradução mútua dos saberes, de preferência com maior consciência dos limites disciplinares por todos os atores.

Há verticalização no uso dos saberes inseridos no documento. Há uma valorização da produção científica, de conceitos, análises, metodologias, coleta de dados a partir de um referencial científico/técnico. Contudo, o fato de uma tendência há verticalização e hegemonia de um conhecimento sobre o outro não exclui a participação dos atores e a incorporação e reconhecimento de seus saberes tradicionais na legislação. O movimento que se dá é de tradução para uma linguagem técnica e apropriação no léxico científico utilizado pelo Estado. Por exemplo, acerca do período da “andada” conhecido entre os tiradores de caranguejo, a Portaria Ibama 034/2003 traduz enquanto período reprodutivo dos caranguejos, onde machos e fêmeas saem de suas galerias para acasalamento e liberação de larvas. Esse processo onde os caranguejos estão “andando” no manguezal ocorre nos períodos de lua nova e cheia, durante os meses de dezembro a abril (ABDALA *et al.*, 2012, p. 68).

Outra questão central na relação entre saberes, e que influencia na inclusão dos saberes tradicionais, é levantada por um dos representantes de Instituições Públicas, no caso a Universidade, é a distância entre a lógica de assembleia, de direito a voto, instituída no âmbito do CD e na coprodução do PM da Resex, com as práticas decisórias dos atores e comunidades tradicionais locais. Um dos atores técnicos entrevistados, e representante da Universidade, ressalta a falta de preparação e capacitação desses atores tradicionais locais em se apropriar desses instrumentos do Estado para demandar suas necessidades em políticas públicas, de certos benefícios, como seguro defeso, e como garantia de manutenção da Reserva. Não se trata de uma questão de incapacidade desses atores e sim de necessidade de formação para sua atuação nesses espaços e com esses instrumentos, que para a grande maioria são novidades.

Ainda acerca das metodologias aplicadas na coprodução do PM, havia a tentativa de possibilitar entre os atores a produção do discurso oral. Contudo, essa metodologia não era espontânea, ou não havia sido motivo de debate em relação a sua escolha. Uma das técnicas representantes do Estado diz que “foi uma metodologia que a gente foi jogando para que as pessoas falassem. É uma metodologia que ajuda a captar as coisas, mas ela não é espontânea”. Era uma metodologia colocada via Estado, e possivelmente escolhida a partir da característica do uso da linguagem oral em seu cotidiano pelas populações tradicionais locais abarcadas pela Reserva. Contudo, o espaço do CD é diferente das práticas e realidades nas comunidades. Ele pressupõe formação, preparo e domínio sobre signos que não são os dessas populações, e sim do Estado e do conhecimento científico. Assim, um dos atores, representante do Estado, afirma que “existiam dificuldades, mas a grande dificuldade é eles quererem falar: ‘será que isso é importante, ah isso não serve não, vou ficar calado’”.

Ressalta-se que esses problemas e dificuldades de comunicação entre atores também ocorrem no âmbito do Conselho, com o uso de diversas estratégias na perspectiva de solução das tensões criadas. Há dificuldades, postas no discurso seguinte, em estabelecer a relação entre os instrumentos e as discussões colocadas com o contexto local da Resex e dessa forma há estratégias vinculadas à tradução entre esses saberes e a maior aproximação de conselheiros

com perfil mais técnico com as comunidades locais, com o intuito de diminuir possíveis problemas nas decisões deliberadas dentro do Conselho.

Outros atores participantes no CD também colocam essa estratégia de tradução entre saberes como forma encontrada de facilitar o entendimento e o diálogo entre os atores. Percebe-se que a dificuldade é sempre observada entre os atores representantes das populações tradicionais locais da Resex, possivelmente pela tendência do predomínio de uma linguagem técnica e científica nessas discussões, e da escrita materializada nos documentos (atas, relatórios) produzidos. Dessa forma, é representada nos discursos a dificuldade de alguns Conselheiros com o texto escrito, fato historicamente documentado e diretamente ligado à baixa escolarização formal entre os pescadores artesanais e que, nesse sentido, impõe o desafio de reforçar tentativas de outras formas que possibilitem maior participação desses atores ou que esses processos tenham maior sentido educativo, independentemente do tipo de conhecimento.

No sentido dessa dificuldade de compreensão dos temas debatidos durante a coprodução do PM da Resex, os atores do CD, juntamente com a empresa responsável por esse processo, institui a estratégia de tradução dos saberes colocados em discussão, para possibilitar o entendimento de conceitos, referências teóricas e metodologias operacionalizadas em pesquisas utilizadas. Soma-se a isso, a relação histórica com o Estado centralizador em relação as políticas públicas que não permitia maior manejo dessas populações em relação a esses instrumentos estatais de gerenciamento do território, portanto há dificuldades de compreensão e uso dos instrumentos, concepções e normatização jurídico-legal impostas pelo Estado. Um dos atores representantes (NC, entrevistado em 01.06.2016) das comunidades e que trabalhou parte significativa de sua vida como pescador, e também presidiu a Associação dos Usuários, afirma que “muitas vezes nós não fomos educados a discutir, nós pescadores, somos muito acomodados a concordar com tudo, que venha tudo par ter facilidade e não trabalho”. A estratégia de tradução era concretizada na leitura de trechos debatidos onde se percebia dificuldade de compreensão entre os atores.

Havia a tendência de não corresponder os objetivos e planejamento realizado com as demandas discutidas nos debates, pois centrou-se o debate em torno dos direitos ligados à habitação e os bens duráveis, o que é compreensível visto a dificuldade histórica na região de acessos dessas populações tradicionais à políticas públicas de habitação e fomento de suas atividades extrativistas. Porém, o debate ultrapassou os espaços institucionais delimitados no âmbito do CD e, de acordo com alguns atores entrevistados, criou dificuldades no andamento da coprodução do PM dessa Resex (OLIVEIRA, 2018).

Desse modo, se tentava traduzir os termos técnicos para a linguagem cotidiana e utilizada empiricamente em suas atividades por essas populações. Os atores argumentam que essa estratégia visava a participação e socialização entre os diferentes atores dos assuntos inerentes ao processo de coprodução. E os seus desdobramentos foram observados por alguns atores enquanto inserção de práticas e questões empíricas ligadas ao conhecimento tradicional local nas discussões e no documento final do Plano. Contudo, a partir das expectativas criadas por atores, principalmente alguns representantes das comunidades, o segundo presidente da Associação afirma que “muitas coisas foram colocadas, outras não. Até mesmo a interpretação, eles colocavam palavras que o caboclo não entendia, e colocavam palavras que deixava em aberto”. Com isso, possibilitava-se diversas interpretações acerca do PM e limitava-se a participação dos representantes das comunidades locais.

Dentro da coprodução do PM da Resex Marinha Caeté-Taperaçu, ressurgem questões diretamente ligadas ao contexto local e importantes, ao nosso ver, enquanto norte de construção do instrumento. Há conflitos, entre comunidades próximas, Vila dos Pescadores e Vila do Bonifácio, que, na verdade, são sobre as formas diferentes de pesca acerca das escalas, tecnologias, mobilidade dos pescadores e técnicas. Nesse sentido, o PM é limitado pela delimitação do território, englobando somente grupos de pescadores que atuam nesse território.

Localmente, as formas de pesca com maior escala de produção ou considerada industrializada tem como característica maior mobilidade na atividade da coleta de peixes, uma mobilidade que ultrapassa as fronteiras do território da Resex, em alguns casos atuando em áreas de outros Estados da federação e até em outros países. O não regramento de alguns grupos, e que não abarca outros pescadores e empresas de pesca, propicia conflitos acerca do cumprimento das regras instituídas via instrumento.

Um dos atores entrevistados (PT, entrevistado em 31.05.2016) e conselheiro vinculado às populações tradicionais locais, coloca que na coprodução do PM existiam formas diferentes de como os pescadores artesanais e os empresários da pesca eram atingidos pelas regras construídas dentro do instrumento. Ele afirma que existia “muita pressão” em torno das práticas dos pescadores artesanais e que o Plano se desdobra diretamente em torno desse grupo específico, e que em relação ao empresariado da pesca de maior escala “eles não são muito atingidos, é graúdos e nós temos uma série de regras pra cumprir, fica prejudicado. Eles forma uma barreira e o peixe não passa”.

Em virtude da forma como é desenvolvida a pesca de maior escala citada por esse ator, que se caracteriza, enquanto método, como uma pesca de bloqueio (MORAES, 2007) nesse contexto específico, impedindo o deslocamento dos cardumes para os furos, igarapés e estuários dentro do território da Caeté-Taperaçu; e pela característica dos territórios e/ou pesqueiros apropriados por esse tipo de pesca (águas oceânicas, salgadas e de maior profundidade) em que grande parte desses territórios extrapolam a delimitação física da Reserva Extrativista, essa pesca de maior escala não é diretamente atingida pelo instrumento do PM, gerando conflitos no processo de coprodução.

Os conflitos entre comunidades que também repercutem nos debates realizados para a coprodução do Plano de Manejo são pelo acesso aos direitos à habitação e à garantia dos benefícios/fomentos entre as populações tradicionais locais, o que se configura enquanto desvios no objetivo específico desse instrumento. As disputas e conflitos entre comunidades se davam no sentido de garantir esses direitos, o que reflete a forma como se distribuiu a partir da indicação das pessoas, configurando patrimonialismo; o próprio cadastro das pessoas que continha equívocos entre critérios e perfil dos “beneficiários/usuários” e era manejado por interesses de grupos e indivíduos, não partindo de um princípio justo e igualitário e dos critérios postos. Dessa forma, um ator técnico evidencia que os debates sobre os benefícios foram realizados também reuniões da coprodução do PM, desviando o foco central relacionado, preceituado no SNUC (2000), ao gerenciamento do território da Unidade, sobre saberes e práticas locais.

Essas políticas públicas também propiciavam o acesso a tecnologias de pesca pautadas na legalidade de sua configuração. Algumas das tecnologias de pesca contempladas pelas políticas foram redes de pesca e a forma de apropriação dos territórios também entraram nas discussões da coprodução do PM e conflitos ocorrem. Em relação a rede de pesca, as discussões que geravam tensões eram sobre a configuração da malha a ser utilizada. A malha historicamente usada localmente, principalmente da década de 90 do século XX aquando a maior inserção da pesca dita tradicional na cadeia produtiva que se configura a partir do término da construção da PA-458 e das migrações populacionais de pescadores oriundos do Estado do Ceará, é considerada inadequada à luz da legislação utilizada no norteamento da coprodução do instrumento.

Nesse sentido, é proposto o aumento da malha e eliminação da configuração utilizada localmente. Os atores participantes (AA, entrevistado em 31.05.2016), principalmente representantes das populações tradicionais locais, observavam a ocorrência de “muita discussão em cima disso, teve muitos que concordaram e muitos discordaram”; outro ator (NC, entrevistado em 01.06.2016) afirma que “essa discussão começou desde o início, sobre qual material usar, quantas braças, quantos metros de rede”, mas nesses casos específicos, acordos

foram realizados a partir do reconhecimento desses mesmos atores acerca da degradação que o uso dessa malha provocava nos pesqueiros. Por fim, houve consenso em torno da malha, pelo menos no nível do CD. Mas esse fato evidencia o quanto a legislação que serviu de norte para as discussões das demandas e problemas a serem colocadas no PM, não espelham os interesses dessas populações e são descontextualizados da realidade a ser interpretada na coprodução desse instrumento de gerenciamento do território.

Sobre o método de pesca denominado “curral”⁸, as discussões tenderam a ser conflituosas e tensas em relação à quantidade de madeira necessária para a construção dessa tecnologia de pesca, o que é, proporcionalmente, direto ao tamanho repercutindo em menores currais ou na divisão entre pescadores de um curral e, conseqüentemente, de um pesqueiro ou território de pesca. Um dos atores das populações tradicionais representa esses debates enquanto “bate boca” entre os representantes dos pescadores, que utilizam esse método e os atores técnicos, especificamente do ICMBio. Os atores das populações tradicionais em sua prática e conhecimento da pesca local relacionam o tamanho de um curral com a quantidade de peixes a ser coletada. Assim, na experiência dos pescadores locais, quanto menor o curral menor a possibilidade de produção. O Estado propusera sessenta moirões, madeira que sustenta o curral, de acordo com Araújo e Pereira (2015), e os atores consideraram pouco pela escassez de peixe afirmada por eles. Então a discussão ficava entre sessenta, oitenta e cento e vinte moirões e ninguém aceitava a quantidade de madeira a ser usada na construção proposta pelo Estado.

Portanto, em algumas questões específicas se percebe a existência de acordos entre os mais diferentes atores no sentido de construir consensos em torno de determinadas regras a serem incluídas no PM. Porém, o maior desafio em relação a esse tema é a implementação dessas novas regras entre os pescadores locais.

Em conclusão, essas relações entre os saberes e práticas acionados na coprodução do PM da Unidade de Conservação aqui tratada podem ser vislumbradas enquanto desdobramentos dos conflitos de poder existentes localmente. Como já evidenciado, há diferentes campos de poder onde as disputas e conflitos se materializam: o poder entre os pescadores mesmo, da Associação, e pontuados por um discurso com elementos tradicionais; o discurso do ICMBio, que se vincula com a ideia de sustentabilidade e dos ambientalistas, de um modo geral que relaciona com o discurso pós-moderno; o discurso de uma oficialidade governamental, de Estado, que não obrigatoriamente é o do ICMBio, e sim da prefeitura, das Secretarias de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente, ligado à modernidade. E, nesse sentido, se inserem fricções entre os grupos de poder ali presentes a uma legalidade escrita, e o caso das comunidades tradicionais que não se vinculam diretamente com essas perspectivas, excludente de parte significativa dos “usuários”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a criação da Resex Marinha Caeté-Taperaçu ocorre o processo de inserção de diferentes grupos (técnicos, populações locais, políticos, poder local) em torno das políticas públicas ambientais. Essa inserção produz diferentes perspectivas acerca do instrumento Unidade de Conservação, indo do seu objetivo institucional posto na legislação que o regula e outra vinculada aos desdobramentos dessa política pública nas populações locais.

A tentativa aqui não é de desqualificação do documento produzido, mas sim de problematizar o porquê da tendência a ausência desse entrelaçamento entre saberes de modo

⁸“O curral é uma armadilha fixa, em forma de cerca feita de varas de madeira, armadas em beiras de praias ou bancos de areia, no meio dos rios ou do mar, com aproximadamente 20 a 30 metros de extensão. Possui uma abertura por onde os peixes penetram durante a maré cheia e, com a baixa-mar, ficam aprisionados, quando então os pescadores procedem à despesca” (MORAES, 2007, p. 56).

mais claro e efetivo, como preceituado do ponto de vista jurídico-legal no SNUC. Porém não significa dizer que, durante todo o processo de coprodução desse Plano, não tenha havido tentativas nesse sentido, porém há grande assimetria no uso dos saberes aqui analisados para a construção da escrita do documento final.

Dessa forma, em um processo tão rico em aprendizados e em conquistas socioambientais ainda não conseguiu até hoje romper com a hegemonia de interesses outros vinculados à uma racionalidade que não é a ambiental. Racionalidade presente nas instituições públicas, sobretudo no nível do poder local, onde as ideias de sustentabilidade, de direitos sociais, normalmente, não encontram eco. Um dos fatores que explica esse fenômeno é o processo de fragilização do papel institucional da Associação dos Usuários, ocorrendo desvios em seus objetivos e a fragmentação em diferentes grupos de interesse, com vínculos partidários com diferentes partidos políticos, o que acarretou na não inclusão dos saberes e práticas socioambientais de forma efetiva na coprodução do Plano de Manejo.

Mas, não se pode deixar de reconhecer a capacidade de resistir, de inventar, de aprender, de segmentos sociais como as populações tradicionais, em parceria com outros segmentos de atores (ONG, Instituições de ensino e pesquisa, organismos do Estado), vem conseguindo se impor, enfrentar forças políticas e econômicas que as negam, via adoção das referências da conservação ambiental. Há diversidade nos interesses que os atores das populações tradicionais locais afirmam representar, principalmente no âmbito do CD, alguns se referem aos direitos das populações locais em relação à educação formal, saúde, juventude, renda, fomentos, habitação e bolsas em períodos de defeso.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Pará (UFPA), à PROPESP/UFPA, às instituições com representantes entrevistados, ao Campus Universitário de Bragança (UFPA), à Thaissa Santos e aos pescadores locais.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Guilherme; SARAIVA, Nicholas; WESLEY, Fábio. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu - VOLUME I e II - Diagnóstico da Unidade de Conservação**. Brasília: ICMBio. 2012.

ARAÚJO, Antônia Gabriela Pereira de; PEREIRA, Bruno Gonçalves. **Mar de Vaqueiros: conhecimentos tradicionais da pesca de curral e os direitos territoriais dos pescadores artesanais da praia de Bitupitá, Ceará**. Tessituras, Pelotas, v. 3, n. 1, jan./jun. 2015.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *In: Revista Opinião Pública*, vol. 14 no 1 junho, 2008. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/op/v14n1/02.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2016.

BOURDIEU, Pierre. Curso de 7 de fevereiro de 1991 *In: Sobre o Estado*. 1º ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

CÂMARA, João Batista Drummond. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 21, n. 46, jun. 2013.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Aspectos sócio-culturais e político do uso da água.** Texto publicado no Plano Nacional de Recursos Hídricos - MMA, 2005.

DOMINGUES, Denis. **Análise do conhecimento ecológico local e do sistema produtivo como subsídio para gerar instrumentos de gestão da atividade de exploração do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus* Linneaus, 1763) nos manguezais da reserva extrativista marinha Caeté-Taperaçú, Bragança-PA.** Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Biologia Ambiental). UFPA, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica.** São Paulo: Cortez, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores na política social urbana e participação popular.** Cadernos metrópoles, n. 7, pp9-31, 1º sem. 2002. Disponível em: <http://portaldosconselhos.curitiba.pr.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/Participa%C3%A7%C3%A3o-Social-M-G-Gonh.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2016.

IBGE. **Censo de Bragança.** 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 out. 2012.

JACOBI, Pedro Roberto. Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, jan./dez. 2003.

LASCOUMES, Pierre e LE GALÈS, Patrick. **Sociologia da Ação Pública.** Maceió: EDUFAL, 2012.

LEITE LOPES, José Sérgio. Sobre processos de “Ambientalização” de conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, jan./jun. 2006.

LÉTOURNEAU, Alain. O problema da expertise e as questões da governança ambiental. **Scientiæ zudia**, São Paulo, v. 12, n. 3, 2014.

LITTLE, Paul. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil:** Por uma antropologia da territorialidade. Brasília: Série Antropologia, n. 322, Ed. UNB, 2002.

MANESCHY, Maria Cristina Alves. Sócio-economia: trabalhadores e trabalhadoras nos manguezais. In: FERNANDES, M. E. B. (Org.). **Os Manguezais da Costa Norte Brasileira.** Maranhão: Fundação Rio Bacanga, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2004.

MORAES, Sergio Cardoso de. **Uma arqueologia dos saberes da pesca:** Amazônia e Nordeste. Belém: EDUFPA, 2007.

OLIVEIRA, Marcelo do Vale. **Trabalho e territorialidade no extrativismo de caranguejos em Pontinha de Bacuriteua, Bragança-Pará.** Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Biologia Ambiental). UFPA, 2013.

OLIVEIRA, Marcelo do Vale. **Plano de manejo da Resex Marinha Caeté-Taperaçu: coprodução de uma ação pública em um território em recomposição**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

OLIVEIRA, Marcelo do Vale e MANESCHY, Maria Cristina Alves. Territórios e territorialidades no extrativismo de caranguejos em Pontinha de Bacuriteua, Bragança, Pará. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 9, n. 1, jan-abr. 2014.

OLIVEIRA, Maria do Socorro Padilha; COUTERIER, Guy; BESERRA, Paulo. Biologia da polinização da palmeira tucumã (*Astrocaryum vulgare* mart.) em Belém, Pará, Brasil. **Acta Bot. Bras.** 17(3), 2003.

SILVA JUNIOR, Sebastião Rodrigues da. **Participação e relações de poder no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, Bragança-PA**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais). UFPA, Belém, 2013.

SNUC. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. MMA/SBF. 2000.

TEISSERENC, Pierre e TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino. Território de ação local e de desenvolvimento sustentável: efeitos da reivindicação socioambiental nas ciências sociais. **Sociologia & Antropologia**, v. 4, 2014.

TEISSERENC, Pierre Guillhem Marie-Joseph. Poder local e suas condições de renovação na Amazônia. **Novos cadernos NAEA**. v. 19, n. 1, p. 47-70, jan-abril 2016.

SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE COMENSALIDADES DE IMIGRANTES BRASILEIROS E PARAENSES EM BARCELONA

Miguel de Nazaré Brito Picanço¹

RESUMO

Este artigo é de cunho etnográfico e se inscreve no âmbito do meu Pós-doutorado em Antropologia da Alimentação, instância levada a cabo no período de julho de 2018 a janeiro de 2019, no *Observatorio de la Alimentación*, na Universidade de Barcelona, cujo objetivo é descrever e analisar, por meio de narrativas textuais e imagéticas, as experiências de comensalidades vivificadas por brasileiros, em particular pelos paraenses, que vivem Barcelona. Por meio de observação em campo, conversas e entrevistas, pode-se notar que os comportamentos alimentares dos imigrantes que habitam em Barcelona constituem-se em recursos políticos de resistência e afirmação frente a outros contextos alimentares.

Palavras-chave: Comida brasileira. Migração. Comensalidades. Resistência.

CONCERNING THE COMMENSALITY EXPERIENCES OF BRAZILIAN AND STATE OF PARÁ IMMIGRANTS IN BARCELONA

ABSTRACT

This article is of an ethnographic nature and falls under the scope of my Post-doctorate in Anthropology of Food, an instance carried out from July 2018 to January 2019, at the Observatory of Food, at the University of Barcelona, whose objective is describe and analyze, through textual and imagery narratives, the experiences of commensalities enlivened by Brazilians, in particular by paraenses, who live in Barcelona. Through field observation, conversations and interviews, it can be noted that the eating behaviors of immigrants living in Barcelona constitute political resources of resistance and affirmation in relation to other food contexts.

Keywords: Brazilian food. Migration. Commensalities. Resistance

Data de submissão: 14.03.2021

Data de aprovação: 30.04.2021

INTRODUÇÃO

Com a intensificação recente dos processos globais, os fluxos migratórios de bens alimentícios em escala transnacional foram potencializados, provocando um reordenamento no campo alimentar, intensificando a circulação dos alimentos, que em movimentos contínuos e graduais acompanham cada vez mais as pessoas em escalas transnacionais, implicando considerável impacto no campo da alimentação. Neste caso, ganha especial relevância o fato de muitos produtos, anteriormente restritos ao país de origem, passarem a ser disponibilizados em terras distantes (ROCHA; RIAL, 2014, p. 3).

¹ É Doutor em Ciências e Pós-doutor em Antropologia da Alimentação, na linha de pesquisa Patrimônio Alimentar e Turismo, pelo Observatorio de la Alimentación, na Universidad de Barcelona. É pesquisador colaborador do Observatorio de la Alimentación (Odela/Universidad de Barcelona), pesquisador membro do Laboratório de Políticas Culturais e Ambientais do Brasil (LApCAB/UNISINOS) e pesquisador membro do Alere, Grupo de Pesquisa em História da Alimentação e Abastecimento na Amazônia/CNPq. Desenvolve pesquisas nos campos da Antropologia Visual e da Antropologia da Alimentação, em particular da comida como patrimônio alimentar do nordeste paraense. E-mail: micanbri2013@gmail.com.

As arguições sobre os fluxos alimentares numa perspectiva global, quase sempre, não são sempre, são construídas a partir dos movimentos migratórios de pessoas. Dito de outro modo, o deslocamento de alimentos vinculado ao fluxo migratório das pessoas constitui a base para compreender-se tanto a expansão da história global, quanto os diferentes sistemas alimentares inventados e reinventados por meio de trocas culinárias no decorrer desses movimentos (PICANÇO, 2018). Portanto, a alimentação, vinculada às migrações, é “[...] parte constitutiva da história humana” (ROCHA; RIAL, 2014, p. 4).

Sendo assim, considera-se que as coisas alusivas ao ato de comer têm desempenhado papel decisivo para a expansão e corroboração da história global, uma vez que os produtos alimentícios foram os primeiros dentre os demais a serem comercializados em termos globais. Isso resultou na aproximação e nos intercâmbios de culturas, desde uma perspectiva alimentar. Com isso, pode-se considerar que nenhuma outra dimensão da vida foi tão profícua em termos globais quanto às dimensões enredadas com o ato de comer. Isso decorre do fato de a alimentação humana ter lugar privilegiado de interligação. “[...] entre pessoas, lugares e contextos culturais” (ROCHA; RIAL, 2014, p. 3).

Assim, este *paper* discorre sobre os movimentos migratórios e suas implicações nos novos e antigos modos de comer, considerando as experiências e as práticas de acesso ao alimento, de sociabilidades e comensalidades empreendidas por imigrantes brasileiros e paraenses no território catalão, particularmente em Barcelona.

Este artigo está estruturado em duas seções. Na primeira, descrevo por meio de narrativas textuais e imagéticas os lugares onde os imigrantes acessam os alimentos de origem brasileira, ou não, para posterior feitura de suas comidas, assim como aponto algumas experiências vivificadas por esses imigrantes em outros lugares onde as comidas são dispostas prontas para degustação. Falo dos restaurantes, principalmente aqueles que povoam as rotas turísticas de Barcelona. Na segunda seção, as descrições e análises são elaboradas a partir de observações, às vezes, participantes, de conversas formais e informais obtidas durante experiências dos e com os imigrantes em relação à cozinha brasileira e paraense, agora não mais nos mercados, mas em suas casas, em suas cozinhas, em suas mesas.

Dito isso, importa frisar aqui que este artigo se inscreve no âmbito do meu Pós-doutorado em Antropologia da Alimentação, na linha de pesquisa: Alimentação, patrimônio e turismo, levado a cabo de julho de 2018 a janeiro de 2019, no *Observatorio de la Alimentación*, na Universidade de Barcelona. Também é necessário registrar que o trabalho de campo teve início no ano de 2017, no período em que estive em Barcelona cursando o Doutorado Sanduíche (PDSE/CAPES).

1 SOBRE OS LUGARES ONDE COMPRAM E COMEM OS IMIGRANTES BRASILEIROS E PARAENSES EM CATALUNHA

Início esta seção pontuando que faz tempo que a cozinha brasileira e a paraense transpuseram o Atlântico e se presentificaram no mercado Catalão, povoando ora as prateleiras dos supermercados, das tabernas, dos *sites*, dos açougues, dos restaurantes e ora as mesas dos mais de 37.691 imigrantes brasileiros que habitam em Catalunha, pois, conforme dados do Ministério das Relações Exteriores (2015), a Espanha é o sexto país com maior concentração de imigrantes brasileiros. O mais amplo contingente reside nas cidades de Madri, com 49 mil imigrantes, totalizando 86.691 brasileiros vivendo legalmente naquele país, afora aqueles que ali habitam informalmente.

Estes últimos, assim como os outros, atravessaram meu fazer antropológico durante esta empreitada – suas vozes estão registradas em algum lugar das páginas deste artigo – que teve início no ano de 2017, quando estive no *Observatorio de la Alimentación*, para uma

instância doutoral, no âmbito do PDSE, cuja continuidade se deu no segundo semestre do ano de 2018, desta vez, no âmbito do meu Pós-doutorado.

Minhas incursões em campo no ano de 2017 me permitiram notar, dentre outras coisas, que os alimentos brasileiros estão dispostos nos mercados de Barcelona de modo diversificado, por exemplo, arroz e feijão (mesmo não sendo de origem brasileira) são facilmente encontrados nas grandes redes de supermercado, o mesmo ocorrendo com a mandioca. Já outros são dispostos nas prateleiras dos açougues, das tabernas e das lojas afro-latinas, que são facilmente encontradas pelo território catalão, inclusive elas se fazem notar em lugares centrais de Barcelona, como a Avenida *Via Laietana*, considerada zona turística da cidade, conforme mostra a imagem 1.

Nessas lojas são encontrados inúmeros produtos alimentícios de origem brasileira, tais como: arroz, feijão, café, temperos, condimentos, enlatados, embutidos, etc.

Imagem 1 - Loja Afro-latina



Fonte: arquivo do autor, 2018.

Dentre eles, estão alguns que dizem muito da cozinha paraense, a saber, a mandioca e seus derivados, tais como goma para tapioca, farinha de tapioca, macaxeira *in natura*, farofa, carimã e farinha de mesa. “Esta última é disposta em sacas e vendida a granel, assim como fazem os paraenses em suas barracas de farinhas nas feiras das cidades do estado do Pará. [...] (PICANÇO, 2017, p. 214), conforme mostra a imagem 2.

Imagem 2 - Farinha a granel

Fonte: arquivo do autor, 2017.

Além das lojas físicas, os imigrantes também contam com a venda dos já citados e de outros produtos alimentícios brasileiros, como, por exemplo, as verduras e legumes, como couve, quiabo, etc., além das pamonhas, conforme me relatou Larysse Farias, que é paraense e vive em Barcelona faz 15 anos.

Às vezes eu compro nas lojas dos paquistaneses e dos marroquinos, que vendem muita comida do Brasil. Outras coisas eu compro pela *internet*. Por exemplo, tem uma página no *facebook* que é de uma horta brasileira e eles vendem uma infinidade de coisas do Brasil. Por exemplo, eu sempre compro dessa horta pamonha, couve, quiabo e outras coisas. A gente pede e chega rapidinho (Entrevista concedida em 25 de outubro de 2018).

Além disso, os brasileiros e paraenses podem recorrer a *La Boqueria* (imagem 3), considerado o mercado mais famoso e quiçá mais turístico de Barcelona, localizado na *Rambla de Sant Josep*, mais conhecida como *Rambla* de Barcelona.

Imagem 3 - La Boqueria

Fonte: arquivo do autor, 2018.

Afora isso, ao *La Boqueria* é atribuída a fama de mercado cosmopolita. Nele, os visitantes, além de conhecerem, degustarem e encontrarem alimentos da cozinha nativa da Catalunha, também experimentam uma infinidade de sabores das mais variadas cozinhas do planeta, inclusive do Brasil e do Pará, pois as lojas de alimentos latinas, conforme mostra a imagem 4, ajudam no adensamento da qualidade cosmopolita atribuída ao mercado, quando elas ali comercializam uma leva significativa de alimentos de origem brasileira, ou não. Estes, em alguns lugares do Brasil, como no estado do Pará, são, segundo Picanço (2018), apontados como patrimônio alimentar do lugar, tais como a pupunha, o cupuaçu, a farinha de mandioca e a goma para tapioca.

Imagem 4 - Loja latina em La Boqueria

Fonte: arquivo do autor, 2018.

Nos lugares até aqui mencionados, os brasileiros e paraenses podem acessar produtos alimentícios para fazerem suas comidas, porém existem outros lugares em Catalunha onde os alimentos já lhes esperam prontos para serem degustados.

Imagens 5 a 7 - Brasa Rio e os sabores brasileiros e paraenses



Fonte: arquivo do autor, 2018.

Falo dos restaurantes brasileiros que povoam aquele território, dentre os quais cito o Brasa Rio, situado em *Santa Coloma de Gramenet*. No cardápio, além da feijoada, os clientes também podem degustar, dentre outros sabores, o churrasco de picanha com arroz e feijão à brasileira com farofa e de sobremesa as tão apreciadas coxinhas. Além disso, para os brasileiros paraenses, o restaurante disponibiliza apetitosos sucos de cupuaçu (imagens 5, 6 e 7).

Ademais, o churrasco brasileiro pode ser degustado em outros lugares especializados no assunto, como na Churrascaria Brasileira, que está localizada no *shopping Splauem* em *Cornellà de Llobregat*. A demanda pelo churrasco brasileiro é tanta, que os brasileiros, os catalães e outros aguardam em filas, conforme imagens 8, 9 e 10, para degustá-lo. De fato, essa churrascaria é uma franquia da marca Churrascaria *Brasayleña* e povoa outros shoppings de Barcelona.

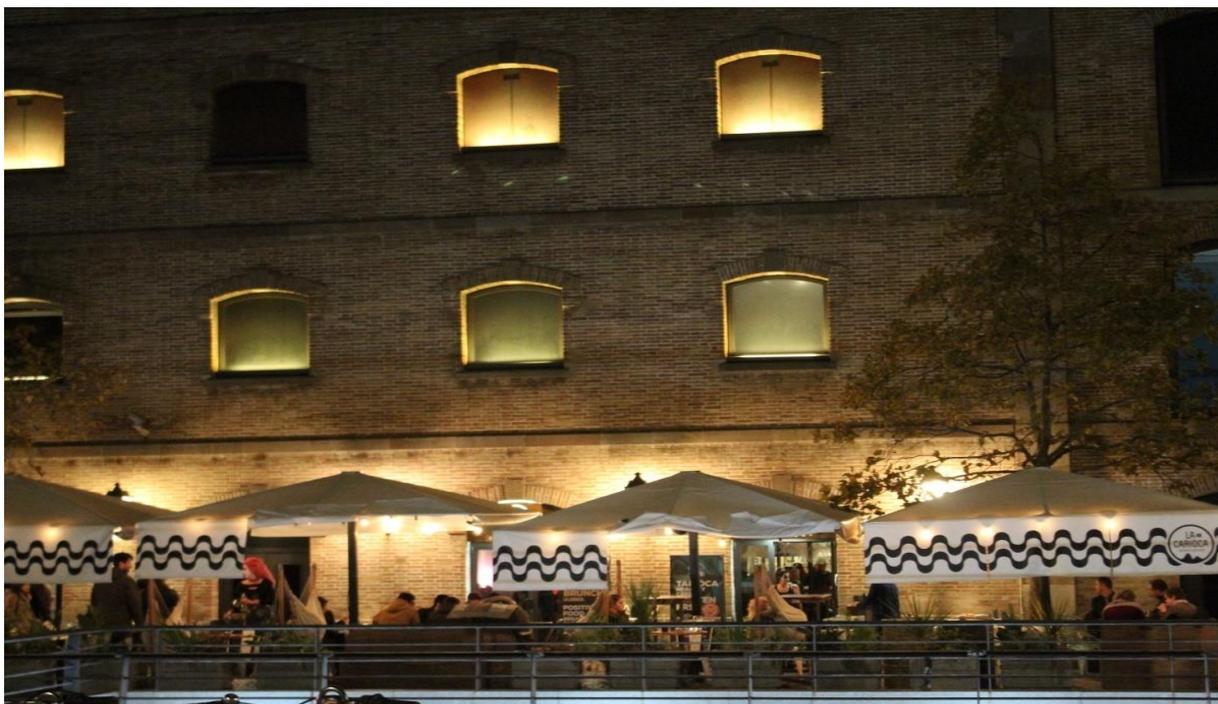
Imagens 8 a 10 - Na Churrascaria *Brasayleña*

Fonte: arquivo do autor.

Importa ressaltar que tanto o Brasa Rio quanto a Churrascaria *Brasayleña*, são espaços gastronômicos situados à margem da rota turística de Barcelona, diferentemente daqueles que estão sediados no “coração” daquela cidade, como é o caso do La Carioca, conforme mostra a imagem 11, localizado exatamente na zona turística do lugar.

O La Carioca encontra-se situado na *Plaça de Pau Vila*, centro de Barcelona. É um lugar requintado, com práticas alinhadas à indústria turística com discursos que enfatizam que ali se tem a melhor, a mais tradicional comida brasileira. No cardápio, uma variedade de pratos, dentre os quais: a feijoada, o feijão, o arroz, o churrasco e bebidas, como a caipirinha.

Além desses, no referido restaurante, se pode também degustar a tapioca e o açaí. Pelo que observei, estas duas últimas comidas são os pratos considerados os “carros-chefe” do La Carioca, ao menos era o que indicava nos *banners* de propagandas dispostas em frente ao restaurante, cujos destaques eram para a tapioca e suas benesses, como a sua suposta ausência de glúten, assim como para o açaí, que, segundo o encarte, é rico em proteínas, nutrientes e antioxidantes, conforme indica a imagem 12.

Imagem 11 - La Carioca

Fonte: arquivo do autor, 2018.

Imagem 12 - Tapioca e Açaí, cardápios principais do La Carioca

Fonte: arquivo do autor, 2018.

As comidas em destaque na mencionada placa me chamaram a atenção pelo fato de tanto a tapioca quanto o açaí estarem ali, sendo comercializados e degustados na condição de comida nacional, pois conforme sinalizado por Cascudo (2011) e Picanço (2018), tanto um

quanto o outro, em termos de Brasil, estão mais para comidas regionais (Norte e Nordeste) do que para comida nacional.

O açaí, por exemplo, é uma das mais importantes comidas da mesa dos paraenses, de norte a sul daquele estado. Na capital Belém, o fruto constitui-se em alimento diário, em prato principal da mesa daquela gente. Com a tapioca não é diferente, lá ela também se manifesta como comida do dia a dia seja no café da manhã, ou no café da tarde. A iguaria pronta para o consumo pode ser encontrada com facilidade pelas barracas espalhadas pelas ruas de Belém, assim como pelos tabuleiros dos tapioqueiros que as vendem todas as tardes, pelas ruas da capital paraense.

Portanto, parece que a tapioca e o açaí são dois pratos considerados comidas tradicionais do Pará e de outros estados do Norte e do Nordeste brasileiro e, por serem assim, não povoam com regularidade as mesas dos cariocas. Assim, não seria descabido apontar que estamos diante de um processo que tenta nacionalizar os patrimônios alimentares que historicamente têm funcionado como marcadores das identidades coletivas do Norte e quiçá do Nordeste do Brasil.

Segundo Picanço (2018), a tentativa de nacionalizar a tapioca se deu quando nutricionistas descobriram nela a ausência de glúten. Isso teria então provocado o deslocamento do seu consumo do eixo norte-nordeste para as demais regiões brasileiras. Caso parecido ocorreu com o açaí, que, por ser provido de propriedades energéticas, passou a nutrir esportistas ou não em todas as partes do Brasil, onde é consumido como bebida energética, enquanto que no Pará ele continua sendo comida.

Ademais, as tapiocas do La Carioca, - que são mais de dez modalidades recheadas de carne seca, picanha, queijo, carne de frango, mortadela, etc. - são incorporados elementos que normalmente não estão presentes nas tapiocas comidas no dia a dia dos belenenses, pois lá, elas são tradicionalmente feitas de duas maneiras: as enxutas e/ou salgadas, que depois de prontas são levemente encharcadas com margarina ou manteiga, e as molhadas e/ou doces, que são encharcadas com leite de coco e leite condensado e recheadas com coco ralado. Tanto uma quanto a outra são, quase sempre, degustadas acompanhadas de café.

Afora isso, no La Carioca, outros elementos são agregados à iguaria, tais como o cesto, a bandeira brasileira e o encarte com a imagem do Cristo Redentor, conforme mostrado na imagem 13. O conjunto dessas incorporações ao mesmo tempo em que torna a iguaria gourmetizada, funciona como recurso a memória que potencializa uma das competências inerentes à comida, a saber, a capacidade de aguçar as memórias afetivas e gustativas das pessoas, no caso aqui tratado, dos imigrantes brasileiros e paraenses, pois tais detalhes remetem a lembranças do lugar de origem, da casa, da família.

Imagem 13 - Tapioca gourmetizada no La Carioca

Fonte: arquivo do autor, 2018.

Outrossim, argumenta-se aqui que esses elementos são estrategicamente incorporados à tapioca e se inscrevem em práticas que dialogam com os pressupostos da indústria turística, cuja finalidade é tornar as coisas vendáveis, inclusive aquelas tidas como patrimônio cultural, dentre as quais se incluem os patrimônios alimentares. Tais incorporações possibilitam a reinvenção da tradição, compreendidas como releituras, necessárias para que a coisa continue como tradição (SERRA, 2014).

Nesse processo, segundo Prats (2006) e Serra (2014), o turismo funcionaria com lugar privilegiado para a continuidade da tradição. Isso é notório no caso do La Carioca, que dispõe no epicentro de seu discurso e de suas práticas a ideia de que ali se tem a melhor, a mais tradicional comida brasileira em Barcelona, tratando-se, portanto, de “[...] estratégia que contribuye a legitimar el patrimonio cultral y los atractivos de uma localidad através de discursos y prácticas culturales y turísticas.” (WINTER, 2013, p. 788). Ou seja, alguns bens, tidos como patrimônios culturais, assim permanecem na medida em que a indústria do turismo e do entretenimento os dispõe como mercadorias comercializáveis (mesmo que como coisas híbridas, mais ou menos próximas daquilo que um dia elas foram, ou daquilo que elas ainda são em seu contexto primeiro) em eventos e lugares estratégicos dispostos pelas mais diversas cidades do mundo. (PRATS, 2006; SERRA, 2014).

Portanto, segundo Prats (2006) e Serra (2014), ao se manifestarem em contextos turísticos, as coisas, inclusive as comidas, reproduzidas se mostram recursivamente capazes de garantir a continuidade da tradição, ao mesmo tempo que se fazem próprias ao consumo, assegurando-lhes a condição, no caso da tapioca, de patrimônio alimentar de brasileiros e paraenses.

Dito isso, a partir da próxima seção tratarei de outras experiências dos emigrantes com a comida brasileira e paraense, agora em outros lugares, a saber, em suas casas e com os amigos, conforme descrevo no que segue.

2 ESTRATÉGIAS E EXPERIÊNCIAS DE COMENSALIDADES PARA ALÉM DOS MERCADOS E DO TURISMO

As comidas vendidas nesses lugares não têm o mesmo gosto da comida brasileira. Por mais que eles ponham temperos e se esforcem, não adianta, fica parecido, mas não é a mesma coisa (Fernanda Calandrini, entrevista em 15 de dezembro de 2018).

A epígrafe acima refere-se ao descontentamento de Fernanda Calandrini natural de Viseu, no estado do Pará, e que vive em Barcelona faz 15 anos, em relação ao sabor das comidas comercializadas nos estabelecimentos citados na seção anterior. Assim como ela, todos os demais brasileiros com quem dialoguei comungam da mesma percepção: a comida brasileira vendida nesses lugares de Barcelona não tem o mesmo sabor, “na verdade a gente come uma ideia da comida brasileira, mas é o que tem” (Maria Clara, em entrevista, em 5 de dezembro de 2018).

Além da insatisfação no tocante ao sabor, para alguns, a comida parece ser desprovida de sustança, ao menos para Getro, que é natural de Ribeirão Cascalheira, Mato Grosso e está em Barcelona faz dois anos. “A comida daqui é sem gosto e parece que não sustenta a gente. Quando eu cheguei aqui, eu comia toda hora e parecia que não tinha comido nada. Ainda hoje, dois anos depois, continua não me enchendo” (Getro, em entrevista concedida em 20 de novembro de 2018).

Afora isso, outros estranhamentos dos imigrantes dizem respeito à composição do prato e aos horários das refeições. Diferentemente do Brasil, em Barcelona o cardápio segue outra estrutura, a saber: primeiro, serve-se a entrada, que pode ser uma salada mediterrânea: verduras e legumes como espargos, azeitonas, atum e ovos, mas também pode ser lentilhas com tocinho de *jamón* e chouriço, por exemplo, depois, serve-se o prato principal, que normalmente é à base de carne de peixe, de frango, de porco ou de boi, e em seguida é servida a sobremesa: uma fruta, um creme, um doce, etc, (conforme mostram as imagens 14 a 17). Tudo isso entremeado pelo pão, que ocupa centralidade na composição alimentar do povo Catalão, o qual costuma finalizar as refeições consumindo o pão encharcado nas sobras do molho que fica no prato, conforme mostrado na imagem 18.

Ademais, os horários das refeições dos brasileiros e catalães também são marcados por diferenças, pois enquanto no Brasil, de modo geral, se almoça às 12h, em Catalunha, particularmente em Barcelona, se come a partir das 14h e se janta entre 21 e 22h. Alguns dos meus interlocutores disseram estarem adaptados à estrutura e à composição da cozinha catalã, outros nem tanto, e na tentativa de amenizar os conflitos e as diferenças culinárias, seja entre os gostos, os horários ou a estrutura do cardápio, eles empreendem algumas estratégias e experiências de comensalidades, que descreverei no que segue.

Durante minha estada em Barcelona no ano de 2017, conheci Cynara Blanco, de 44 anos, natural da cidade de Bragança, do estado do Pará e que vive em Barcelona desde o ano de 2003. Cynara se diz adaptada ao lugar, porém não se desprende de algumas coisas de sua terra natal, em especial do sabor da comida que compunha seu paladar de outrora: “sinto muita saudade da comida da minha terra” (Cynara Blanco, em entrevista concedida em 25 de maio de 2017) e para amenizar tal saudade ela costuma cozinhar e oferecer almoços paraenses.

Sempre que posso faço um almoço, principalmente em datas especiais, comemorativas e convido meus amigos paraenses que moram aqui, convido outros brasileiros de outras partes do Brasil e também convido meus amigos espanhóis e sempre sirvo essas comidas típicas do Pará (Cynara Blanco, em entrevista concedida em 25 de maio de 2017).

Imagens 14 a 17 - Estrutura alimentar básica em Barcelona

Fonte: arquivo do autor, 2018.

A convite de Cynara, testemunhei dois almoços em sua casa. O primeiro ocorreu no dia 21 de outubro e lá estavam, além da anfitriã, Fernanda Calandrini, com sua filha e sua neta, e Paula Monteiro, que é paraense, da cidade de Bragança. No cardápio, uma caldeirada de peixe acompanhada de pimenta na salga, farinha d'água e açai, ambos de origem bragantina. O segundo almoço se deu no dia 1º de dezembro, por ocasião do aniversário de Cynara, conforme mostram as imagens 19 a 23, que foi regado a pato no tucupi, maniçoba e farinha d'água, trazidos de Bragança nas malas de Cynara, em sua última viagem ao Brasil, em setembro de 2018.

Imagem 18 - O pão nas sobras do prato

Fonte: arquivo do autor, 2018.

Desta última vez, entre os convidados, estavam brasileiros de quase todas as regiões do país, além de espanhóis, salvadorenos e José, que é de origem boliviana com nacionalidade francesa e é casado há nove anos com Isis, a qual é do Mato Grosso e vive em Barcelona faz 14 anos.

Imagens 19 a 23 - Almoço paraense em Barcelona



Fonte: arquivo do autor, 2018.

Isis me relatou que, apesar de estar acostumada com a cozinha catalã, em sua casa não falta comida brasileira, especialmente feijão e arroz, além da pimenta malagueta na salga ao óleo e da farofa de farinha de mandioca com ovos. Em algumas ocasiões especiais, ou nos finais de semana, Isis costuma fazer feijoada, churrasco de picanha e vinagrete. Suas experiências culinárias têm sido provadas e aprovadas por seu esposo José: “Me encanta la comida brasileña, me gusta mucho de la barbacoa de picanha, me encanta la farofa de harina de mandioca con huevo, la vinagreta y la pimienta malagueta” (José, em entrevista concedida em 1º de dezembro de 2018).

Próximas às práticas comensais levadas a cabo por Cynara são as empreendidas por Maria Clara, de 33 anos, brasileira de São Paulo, que vive entre França e Barcelona faz 11 anos. Atualmente é professora associada do Campus de La Alimentación, da Universidad de Barcelona, onde ministra a disciplina Antropologia da Alimentação. Maria Clara se diz adaptada à cozinha catalã, mas, mesmo assim, o arroz povoa sua mesa ao menos duas vezes na semana. “Tem alguns produtos brasileiros que eu como, ou quando bate a saudade de casa, como o pão de queijo, a coxinha, o brigadeiro, a feijoada, a moqueca, o camarão na moranga, a tapioca.” (Maria Clara, em entrevista em 5 de dezembro de 2018). Afora isso, em ocasiões especiais ela convida os amigos brasileiros e estrangeiros para comer em sua casa. Também costuma preparar comidas brasileiras para oferecer ao namorado.

Às vezes eu chamo amigos brasileiros e outros daqui pra comer em casa, aí eu faço algo brasileiro pra que eles conheçam. Alguns deles já conhecem, então, quando eu os convido, eles me pedem para fazer aquele prato. [...] Isso geralmente acontece em momentos especiais e festivos, como, por exemplo, há dois anos atrás, no

aniversário do meu namorado, que é francês, eu fiz caldinho de feijão e era inverno. Todo mundo adorou, não conheciam. Sempre que tenho oportunidade, faço alguma comida brasileira para a família dele [...] eles adoram [...] (Maria Clara, em entrevista em 5 de dezembro de 2018).

Quase todos os alimentos utilizados por Maria Clara para a feitura dos pratos brasileiros são facilmente encontrados por ela nos supermercados e lojas afro-latinas, sediadas em Barcelona, como aquelas supramencionadas anteriormente, outros nem tanto, como é o caso da couve, que “[...] aqui é muito difícil de encontrar, assim como a mandioquinha. No Brasil, eu comia muito, na casa da minha mãe sempre tinha cozida, ou sopa, ou purê de mandioquinha. Sinto muita saudade da couve e da mandioquinha”. (Maria Clara em entrevista em 5 de dezembro de 2018). Outros alimentos são trazidos por ela do Brasil: “eu congelo o catupiry e trago congelado em bolsinha térmica, embaixo, na mala. Já trouxe cachaça também, chocolate bis, paçoca e café [...]”. (Maria Clara em entrevista em 5 de dezembro, 2018).

Outra imigrante brasileira que vive há 12 anos em território catalão é Elza Ortiz, que é natural de Porto Velho/ Rondônia e tem 45 anos. Como as demais, se diz adaptada ao lugar e aprecia a cozinha catalã, mas, apesar disso, segue comendo à moda brasileira, em especial o arroz e o feijão. “Eu mesma faço minha comida porque o sabor dos alimentos daqui é diferente e, para tentar deixar a comida o mais próximo possível do sabor do Brasil, eu me aproprio de alguns temperos brasileiros que são vendidos nas lojas afro-latinas.” (Elza Ortiz, em entrevista concedida em 18 de dezembro de 2018).

Sendo assim, parece que foi na tentativa de continuar com o gosto de sua comida de origem que, no dia 10 de dezembro de 2018, ao retornar do Brasil, onde esteve por 30 dias de férias, Elza trouxe em sua mala duas iguarias que, segundo ela, não são encontradas na Catalunha, a saber, 1 quilo de charque e 1 quilo de calabresa. Com esta última, Elza fez um risoto, já o charque ajudou na composição de uma feijoada preparada e oferecida por ela, no dia 18 de novembro de 2018, para a qual fui convidado. Afora o charque, todos os demais ingredientes, particularmente aqueles derivados de porco, foram facilmente adquiridos nos mercados de Barcelona, conforme mostra a imagem 24.

Imagem 24 - O porco nos balcões de Barcelona



Fonte: arquivo do autor, 2018.

A facilidade na aquisição dos referidos derivados se explica pelo fato de a carne de porco e seus derivados serem deveras apreciados pelos catalães e por isso os diversos cortes da carne do animal, ou ele mesmo, são facilmente encontrados nas prateleiras e balcões dos açougues e dos supermercados daquele território.

Outra modalidade do suíno constantemente presente nas prateleiras, balcões e corredores dos supermercados é o *Jamón*, conforme mostram as imagens 25 a 27. Talvez este seja, dentre os alimentos derivados do suíno, o mais comum na dieta de Barcelona, principalmente os *bocadillos* de *Jamón*, que são os preferidos, nos lanches e merendas, entre os jovens estudantes primários e universitários, mas isso não significa que os adultos não o apreciem também.

Diferentemente da Catalunha, no Brasil, a carne de porco aparece como um alimento “marginal”. Não se apresenta com regularidade nos mercados e nas mesas, não é comida do cotidiano, ao menos no território paraense, onde o animal e tudo o que dele deriva são classificados como comida reimosa. Mas afinal o que é uma comida reimosa?

Imagens 25 a 27 - O *Jamón*, protagonista do comer catalão



Fonte: arquivo do autor, 2018.

Uma comida é reimosa quando está associada a um determinado tabu alimentar, ou seja, são alimentos proibidos, ao menos temporariamente, providos da “[...] *reima* (do grego *rheum*= fluido viscoso), utilizada para classificar o grau de segurança dos animais selvagens e domésticos para o consumo” (SILVA, 2017, p. 127).

A reima é caracterizada por um sistema classificatório de oposições binárias entre alimentos perigosos (reimosos) e não perigosos (não reimosos), sendo aplicado às pessoas em estados físicos e sociais de liminaridade ou estados de representação ritual e simbólica de transição ou passagem, como enfermidades, menstruação e pós-parto (MURRIETA, 1998 apud SILVA, 2017, p. 127).

No Pará, em particular nas comunidades rurais desse estado, a reima é uma categoria advinda da sabedoria popular com significativas implicações no comportamento alimentar daquele povo. Além da carne de porco, a carne de pato, o caranguejo, o camarão, os peixes de pele, os ovos, dentre outros, são proibidos em determinados estados patológicos dos comensais paraenses, sob pena de serem acometidos por agravações inflamatórias de ulcerações e feridas cirúrgicas, potencializando o processo de supuração da área suturada no corpo, que podem ser seguidas de reações alérgicas.

Dito isso, reporto-me agora à última experiência por mim testemunhada durante este tempo de pesquisa, ocorrida no dia 8 de dezembro de 2018, e foi protagonizada por Maria Clara e seus alunos, do curso de Nutrição e Tecnologia de Alimentos, do Campus de La Alimentación, da Universidad de Barcelona.

Durante o primeiro semestre de 2018, Maria Clara ministrou a disciplina Antropologia da Alimentação e como parte do processo avaliativo, os referidos alunos empreenderam um trabalho de campo, onde entrevistaram imigrantes das mais variadas nacionalidades, inclusive brasileiros que vivem em Barcelona. O referido trabalho tinha por objetivo investigar os aspectos socioantropológicos e nutricionais do comportamento alimentar dos imigrantes entrevistados. Os resultados da investigação foram socializados pelos estudantes, na modalidade seminário, no último dia letivo, em 18 de dezembro de 2018.

Ao final dos seminários, as classes foram contempladas com uma mostra gustativa oferecida pela Maria Clara. No cardápio, brigadeiros e farofa, conforme mostrado nas imagens de 28 a 30. As manifestações e reações dos alunos frente às iguarias foram, a princípio, de curiosidade, seguidas de estranhamento - já que, para quase todos, aquele era o primeiro contato com aqueles alimentos - e, por fim, de satisfação manifestada em expressões como: “que rica, muy buena, boníssima, que buena.”

Disse que a comida brasileira parecia estranha a quase, mas não a todos, isso porque entre os estudantes estava Maiellen Oro Bozzini, que tem 25 anos, de nacionalidade Argentina, mas vive em Barcelona desde a infância, a quem a cozinha brasileira parece familiar, “me encanta la comida brasileña. Ya comi tapioca, coxinhas, pan de queso, la feijoada, frijoles negros con arroz, barbacoa de picanha, pastel, brigadeiros.” (Maiellen em entrevista, em 5 de dezembro de 2018).

Faz um ano e meio que Maiellen conheceu Beatriz, que é brasileira, e sua amiga, a qual vive em Barcelona com a família. Foi Beatriz quem lhe apresentou o paladar brasileiro e desde então, ao menos três vezes ao mês, sua dieta é povoada pela comida brasileira, ora degustada na casa de Beatriz, principalmente aos domingos, ora em sua própria casa, “Mi madre me prepara frijoles negros con arroz” (Maiellen em entrevista, em 5 de dezembro de 2018), ora no restaurante La Carioca, onde ela vai com Beatriz para comer tapioca.

A título de finalização, torna-se necessário frisar que o gosto da e pela comida brasileira e paraense parece ser o vetor das experiências de comensalidades empreendidas por Cynara, Elza, Maria Clara, e tantos outros imigrantes brasileiros e paraenses em Catalunha, que assim fazem pelo desejo de “[...] matar a saudade de casa, sentir-se em casa sem estar nela. É mais pra ter um contato, manter essa relação e sentir o gostinho do Brasil.” (Maria Clara em entrevista em 5 de dezembro de 2018). Assim, um diálogo com os pressupostos socioantropológicos (BOURDIEU, 1988, FISHLER, 1995 e CONTRERAS; GRACIA, 2011) sobre o gosto ajudaria no entendimento das experiências comensais de meus interlocutores.

Imagens 28 a 30 - Mostra gustativa na turma de Maria Clara

Fonte: arquivo do autor, 2018.

Para Bourdieu (1988), os gostos, ao mesmo tempo em que expressam a identidade sociocultural de classes ou subclasses, reproduzem a distinção entre elas, pois, por mais que aparentemente as escolhas sejam feitas mediante gostos individuais, elas estão condicionadas àquilo que o autor chama de capital econômico e simbólico específico. Sendo assim, as escolhas, as preferências e gostos seriam previsíveis, porque seus conteúdos estariam condicionados por um estilo de vida. Assim, os gostos, inclusive os alimentares, seriam elaborados no bojo da transmissão e da reprodução social.

Em sua análise, Bourdieu contrapõe os gostos das classes populares – gostos de “necessidades”, com os gostos das classes altas, gosto de luxo ou de liberdade. Nas primeiras classes, o gosto finda a ideia da necessidade como atributo, como um dom, que contribui para que as comidas econômicas e nutritivas potencializem a reprodução da força de trabalho imposta a um baixo valor. De outro modo, os gostos de luxo, notados como atributos próprios daqueles sujeitos cujas condições materiais de existência nada têm a ver com a necessidade, mas estão intrinsecamente relacionados à liberdade ou facilidade disponibilizadas pelo capital.

Nessa lógica, Bourdieu defende a ideia de que o conteúdo das preferências que compõem o gosto de necessidade é determinado pelas relações de produção, quando os trabalhadores tendem a manifestar preferências pelos alimentos tidos como mais baratos e mais nutritivos, isto é, as classes populares tendem a comer, com mais frequência, aqueles alimentos que lhes proporcionam maior sensação de saciedade, por um custo menor. Por outro lado, no gosto de liberdade, o conteúdo das preferências é definido em função da arbitrariedade, ou seja: o gosto por alimentos mais leves e refinados deriva das pretensões dos estratos ascendentes e da distinção das classes dominantes.

Por outro lado e, de certo modo, em contraposição às prerrogativas de Bourdieu, Fishler (1995), assevera que os gostos alimentares são construções imbricadas nas dimensões palatáveis e olfativas, que são próprias de cada alimento, que, em diálogo com determinados contextos culturais, são elaborados, internalizados e coletivizados. Portanto, supõe-se que o gosto e todas suas implicações, as escolhas, as variações, incorporações e transformações dos

comportamentos alimentares não decorrem necessariamente de uma ordem hierárquica, ou da competitividade entre classes, como sugere Bourdieu (1988). Elas resultam, antes, dos movimentos e das trajetórias vivificadas pelos sujeitos, desde a primeira infância, na dinâmica do grupo a que pertencem.

Pautado nos pressupostos preconizados por Fisheler (1995), considero que os gostos alimentares são situacionalmente forjados, isto é, “[...] dependem estritamente dos costumes alimentares [...]” (CONTRERAS 2011, p. 126), que estão em constante elaboração nos fluxos e movimentos da dinâmica da vida (INGOLD, 2015).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, parece que as experiências com a cozinha brasileira e paraense, vivificadas pelos imigrantes no território catalão, são marcadas por certa dicotomia, pois, ao mesmo tempo que adensam um antigo debate da Antropologia, particularmente da alimentação, a qual afirma que entre as mudanças exigidas pela vida, talvez nenhuma seja tão resistente quanto as inerentes aos gostos alimentares, também demonstram que poucos aspectos do fazer humano são tão suscetíveis ao encontro do Outro quanto o desejo de experimentar o gosto da cozinha alheia.

Parece que é nesse processo, de continuidade e descontinuidade, que a adaptação dos imigrantes ao gosto do Outro, no contexto catalão, se faz na medida em que suas experiências de comensalidade funcionam como recurso político que permite o encontro do Eu brasileiro e paraense com o outro que come diferente de mim. Essa dinâmica parece ser lócus privilegiado para a elaboração da diferença e evidenciado sentimento de pertença, funcionando como canal de afirmação, de resistência e preservação de costumes alimentares frente aos contextos globais que tendem a padronizar os aspectos da vida, inclusive os gostos alimentares.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **La Distinción: criterios y bases sociales del gusto**. Madrid. 1ª. Ed. Taurus, 1988.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. (2015). **Brasileiros no mundo**. Brasília. Disponível em: www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br. Acesso em 25 mar.2018.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. São Paulo. 4ª. Ed. GLOBAL. 2011.

CONTRERAS, Jesús. GRACIA, Mabel. **Alimentação, sociedade e cultura**. Rio de Janeiro. 1ª. Ed. Fiocruz. 2011.

FISCHLER, Claude. Gastro-nomía y gastro-anomia. Sabiduría del cuerpo y crisis biocultural de la alimentación contemporánea. In: CONTRERAS, J. (Org.). **Alimentación y Cultura: necesidades, gustos y costumbres**. Barcelona. 1ª. Ed. Universitat de Barcelona. 1995.
INGOLD, Tim. **Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis, RJ. 1ª.ed. Vozes. 2015.

PICANÇO, Miguel. **Na roça, na mesa, na vida: uma viagem pelas trajetórias da mandioca, no e além do nordeste paraense**. Belém. 1ª. Ed. Paka-Tatu. 2018.

PICANÇO, Miguel De Nazaré Brito. Comida, consumo e identidade: Notas etnográficas por entre os processos migratórios da mandioca; do contexto brasileiro e paraense ao contexto europeu. **Revista Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 8, n.13, p. 204 – 221, 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br>. Acesso em: 05 de set. 2018.

PRATS, Llorenç. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarias. **PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico**, n. 58, p. 72-80, 2006. Disponível: <http://www.iaph.es>. Acesso em: 14 de jun. 2018.

ROCHA, Carla Pires vieir da; RIAL, Carmem Silva. Migração, Consumo Alimentar e Globalização: Fluxos entre Brasil e Europa. VII Encontro Nacional de Estudos do Consumo, III Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo, I Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo. **Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro** (Puc-Rio). p, 1-11, 2014. Disponível em: www.estudosdoconsumo.com.br. Acesso em: 12 jul.2017.

SERRA, Joan Ribas. **Vi, Política i Espectacle: Procés de patrimonialització de la Cultura del Vi a la denominación D'origen Alella**. Barcelona/Es, 1ª. ed. UOC. 2014.

SILVA, Andréa Leme da. Comida de gente: preferências e tabus alimentares entre os ribeirinhos do Médio Rio Negro (Amazonas, Brasil). **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, V. 50 Nº 1, p. 127- 179, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003477012007000100004. Acesso em: 08 de jul. 2018.

WINTER, Cecilia Pérez. Patrimonialización, Turistificación y autenticidade em Exaltación de la Cruz, Argentina. **Estudios y Perspectivas em Turismo**, v. 22, p. 785-804, 2013. Disponível em: www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S18511732201300040009. Acesso em: 20 de set. 2018.

A BIBLIOTECA COMO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO: O LETRAMENTO DE JOVENS E ADULTOS – PROJETO “ALFABETIZAR PARA LIBERTAR”

Camila de Cássia Brito¹
Karley dos Reis Ribeiro²
Joana D'Arc de Vasconcelos Neves³

RESUMO

O presente estudo se constrói numa realidade amazônica marajoara, partindo da realização do Projeto de extensão “Alfabetizar para Libertar”, da Biblioteca Professor Ricardo Teixeira de Barros, do Campus Universitário do Marajó – Soure (UFPA), que propôs desenvolver a leitura como ação alfabetizadora para Jovens e Adultos afastados do cotidiano escolar. A leitura pode ser compreendida como técnica de aperfeiçoamento da capacidade cognitiva do indivíduo, sendo trabalhada com base na cultura, cotidiano, memórias e vivências e experiências individuais e coletivas. Teoricamente, este estudo se baseia nas ideias de Freire (1987,1989,1996,1997); Schwartz (2010); Leal; Albuquerque e Morais (2010), Giubilei (2005); Leite (2013) e Gadotti; Romão (2011). Por conseguinte, utilizam-se como técnicas de coleta de dados o questionário e a observação caracterizando este estudo como pesquisa-ação. Os resultados identificam que dos 27 participantes do projeto, 25 destes aperfeiçoaram seus conhecimentos de leitura aliada a prática da escrita e 2 daqueles, aprenderam a ler e a escrever. Toda ação praticada em prol da comunidade possui suma importância para o campo científico educacional como um todo e projetos de extensão em espaços educativos diferenciados, são bem vindos como prática de integração da Universidade com a comunidade acadêmica e externa proporcionando experiências significativas na vida desses indivíduos.

Palavras-chave: Alfabetização. Jovens e adultos. Biblioteca – leitura. Projetos de extensão.

THE LIBRARY AS A SPACE FOR EDUCATION: THE LETTERING OF YOUTH AND ADULTS - “LITERACY TO RELEASE” PROJECT

ABSTRACT

The current study was carried in the Marajoara Amazon, starting from the realization of the extension project “Literate to free”, from the Professor Ricardo Teixeira de Barros Library, from Marajó University Campus - Soure (UFPA), which proposed to develop reading as a literacy action for Young people and adults away from school life. Reading can be understood as a technique for improving the individual cognitive capacity, being worked based on culture, daily life, memories and experiences and individual and collective experiences. Theoretically, this study is based on the ideas of Freire (1987,1989,1996,1997); Schwartz (2010); Loyal; Albuquerque and Morais (2010), Giubilei (2005); Leite (2013) and Gadotti; Romão (2011). Thus, questionnaire and observation were used as data collection techniques. Study is characterized as action research. The results showed that of the 27 participants in the project, 25 of them improved the practice of reading combined with the practice of

¹ Mestranda – PPLSA (UFPA - 2019). Especialista em Gestão de Unidades de Informação (IPGC – 2017). Graduada em Biblioteconomia (UFPA – 2013). Bibliotecária – Documentalista (UFPA – Biblioteca Central) Help Desk do Portal de Periódicos da Capes - Região Norte. E-mail: camilacbrito@ufpa.br.

² Mestrando – PPLSA (UFPA - 2019). Especialista em Tradução e interpretação do Inglês (FIBRA - 2015) Graduado em Pedagogia (FAEL - 2019). Graduado em Letras (UFPA-2012). Professor de Língua inglesa da Secretaria Municipal de Educação do Município de Salvaterra (Marajó – PA) e Coordenador do Curso de Idiomas na Marajó English School (MES). E-mail: karley@ufpa.br.

³ Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará. Docente do Programa de Pós-Graduação Linguagens e Saberes da Amazônia e professora Adjunta da Universidade Federal do Pará Campus de Bragança-Pa. É membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Coordena o Grupo de Pesquisa de Educação de Jovens e Adultos e Diversidade na Amazônia. E-mail:jdneves@ufpa.br.

writing and 2 of those, learned to read and write. Every action taken in favor of the community is extremely important for the educational scientific field as a whole and extension projects in different educational spaces are welcome as a practice of integration between the University and the academic and external community, providing significant experiences in the lives of these individuals.

Keywords: Literacy. Youth and adults. Library - reading. Extension projects.

Data de submissão: 29.09.2020

Data de aprovação: 08.03.202

INTRODUÇÃO

Alfabetizar jovens e adultos não é apenas ensiná-los a escrever o seu próprio nome, sobretudo é oportunizar uma educação de qualidade na qual permita diminuir os índices de desigualdades no país. É o ato de formar leitores porosos, inquietos, críticos, perspicazes e capazes de receber tudo que uma boa escrita e leitura podem lhe proporcionar. Como nos diz Freire (1997, p. 20) “[...] o ato de estudar implica sempre o de ler mesmo que neste não se esgote. De ler o mundo, de ler a palavra e assim ler a leitura do mundo anteriormente feita”. Desta forma, alfabetizar “não deve ser puro entretenimento nem tampouco um exercício de memorização mecânica de certos trechos do texto” (FREIRE, 1997, p. 20).

Entretanto, a complexidade do conceito de Educação, oferece diferentes embates no que tange ser direito do cidadão e obrigatoriedade do Estado em servi-lo, diante de tantas dificuldades do país e insucessos em sua implementação nas mais diversas formas que não somente na Educação de Jovens e Adultos (EJA) (LEITE, 2013). Sendo assim, alfabetizar ainda continua sendo um dos principais e mais fortes problemas que os países enfrentam, embora apresente pequenos índices de queda passando de 6,8%, em 2018, para 6,6%, em 2019 (PNAD 2020), há de considerar para além do fato que ainda tem 11 milhões de analfabetos no Brasil, essas taxas são ilusoriamente camufladas com índice dos alfabetizados funcionais⁴, ou seja, aqueles que aprenderam a escrever seu nome, mas sem a compreensão de escrita e de leitura, o que significa que esses números são bem maiores.

Gadotti; Romão (2011) abordam diferentes legislações (LDB’s, CCN’s Diretrizes de Educação etc.), na intenção de compreender o papel e funcionamento da EJA e como o déficit existente da mesma, trouxe aos mais diversos indivíduos, a negação da educação pelo próprio Estado em situações diferentes de suas vidas, fazendo com que estes mesmos indivíduos precisassem se evadir do ensino regular para que de certa maneira pudessem construir um futuro por meio do trabalho. Considerando o déficit educacional brasileiro, ressalta-se que o próprio sistema de levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - do número de pessoas alfabetizados, ou seja, pessoas quem sabe ler e escrever, têm sido questionados a relação aos métodos para avaliar a capacidade de compreensão de leitura e escrita. Estudiosos como Sousa *et al* (2016), percebem e denunciam que apesar do acesso à educação ter crescido no final do século passado e início deste século, e, que na Amazônia Legal⁵ o analfabetismo tenha caído, o analfabetismo funcional continua elevado.

⁴ A ampla disseminação do termo analfabetismo funcional em âmbito mundial deveu-se basicamente à ação da Unesco, que adotou o termo na definição de alfabetização que propôs, em 1978, visando padronizar as estatísticas educacionais e influenciar as políticas educativas dos países-membros. Os indivíduos chamados de analfabetos funcionais são aqueles que reconhecem as letras e os números, no entanto, não compreendem textos, não conseguem captar as ideias centrais e explicar o conteúdo daquilo que foi lido, são também os indivíduos que não conseguem realizar operações matemáticas, sejam elas mais simples ou elaboradas.

⁵ O conceito de Amazônia Legal foi instituído pelo governo brasileiro como forma de planejar e promover o desenvolvimento social e econômico dos estados da região amazônica, que historicamente compartilham os mesmos desafios econômicos, políticos e sociais.

As desigualdades regionais na área da educação, marcadas pela falta de formação dos professores da rede básica, de pouca estrutura escolar, falta ou má uso dos recursos para a implementação de políticas públicas que viabilizem o acesso, infraestrutura e demais condições para que a população receba educação, refletem os limites para superar os desafios que o País e os Estados, em particular do nordeste e norte, enfrentaram e ainda enfrentam para alcançar as metas de redução do analfabetismo durante o século XX e, agora nas duas décadas do séculos XXI, como podemos observar no Infográfico 1 os estados da região nordeste e norte apresentam os maiores índices de analfabetos do país:

Infográfico 1 – Taxa de analfabetismo nos Estados Brasileiros

	ESTADO	TAXA EM 2018%
1º	Alagoas	17,2
2º	Piauí	16,6
3º	Maranhão	16,3
4º	Paraíba	16,1
5º	Sergipe	13,9
6º	Ceará	13,3
7º	Rio Grande do Norte	12,9
8º	Bahia	12,7
9º	Acre	12,1
10º	Pernambuco	11,9
11º	Tocantins	10
12º	Pará	8,8
13º	Mato Grosso	7,1
14º	Rondônia	6,5
15º	Amapá	6,1
16º	Roraima	6
17º	Minas Gerais	5,8
18º	Amazonas	5,8
19º	Goiás	5,7
20º	Espírito Santo	5,5
21º	Paraná	5
22º	Mato Grosso do Sul	5
23º	Distrito Federal	3,1
24º	Rio Grande do Sul	3
25º	São Paulo	2,6
26º	Santa Catarina	2,5
27º	Rio de Janeiro	2,4

Fonte: Gazeta do Povo, 2019.

Nesse cenário, é importante considerar que as dificuldades encontradas no desenvolvimento educacional brasileiro refletem as adversidades das regiões em relação a educação como o todo, refletido nos altos índices de analfabetismo das regiões Norte e Nordeste. Os dados do IBGE (2019) revelam uma maior concentração de analfabetos entre pessoas com 60 anos ou mais, 20,4% das pessoas, chegando a um impressionante número de 6 milhões de pessoas. Entretanto, os índices de analfabetismo nas outras faixas etárias, assim como, diagnóstico que consideram como parâmetro a raça, cor e gênero revelam índices de exclusão dispares, dentro destas, regiões.

Os resultados do módulo de Educação da Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua) revelam que houve melhora em praticamente todos os indicadores educacionais do Brasil, entre 2016 e 2018, porém persistem as desigualdades regionais, de gênero e de cor e raça: mulheres permanecem mais escolarizadas do que os homens, pessoas brancas tiveram indicadores educacionais melhores que os das pessoas pretas ou pardas e, as regiões Nordeste e Norte

apresentaram uma taxa de analfabetismo bem mais alta e uma média de anos de estudo inferior a das regiões do Centro-Sul do país. (IBGE, 2019).

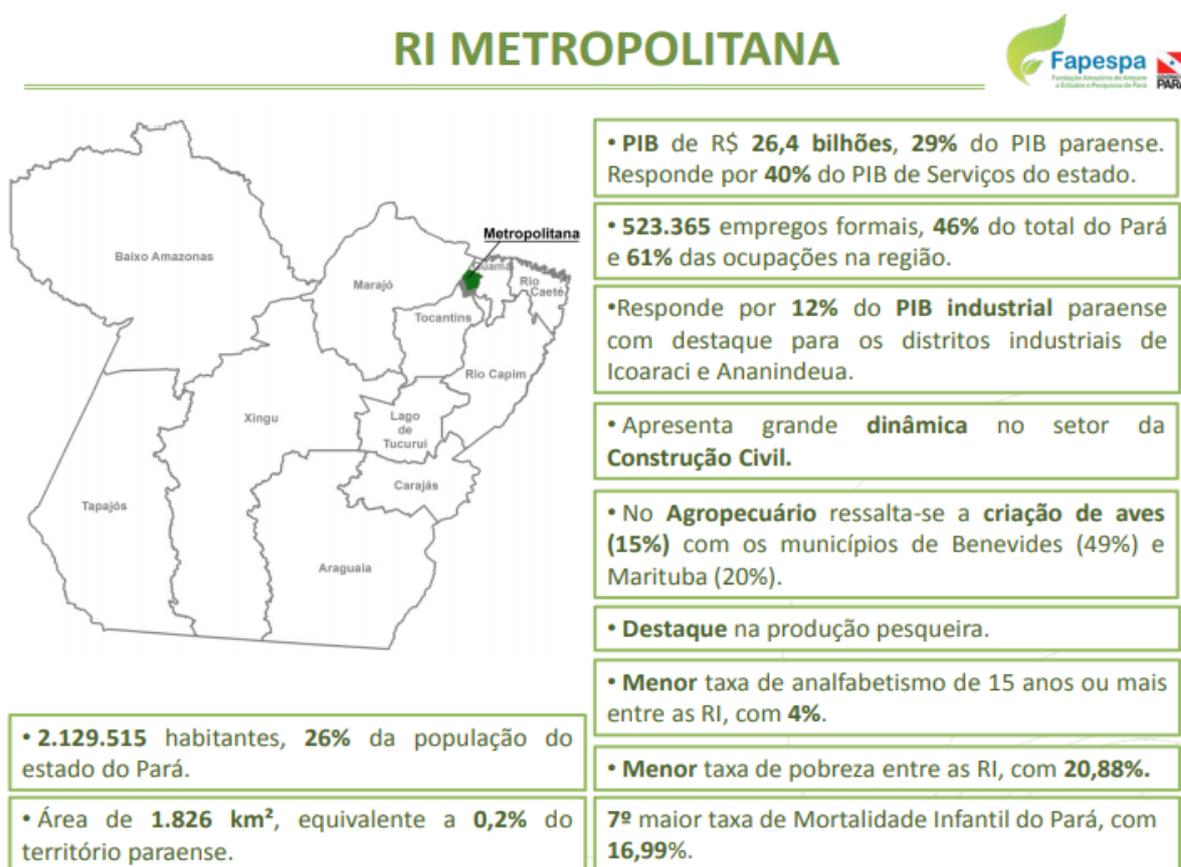
Essa diferença em relação aos números de pessoas analfabetas e ou com baixa escolaridade (alfabetizados funcionais) ocorre em maior densidade em comunidades que apresentam altos índices de pobreza, de desemprego e dificuldades de acesso à escola. Territórios reconhecidamente marcados por uma forte cultura da oralidade, naturalizando segundo Pereira (2014) o analfabetismo assim como outros inúmeros processos de exclusão,

Esta gente analfabeta sabe muita história oral e não poucos têm viva memória e sabedoria criativa. Contavam pelas portas do mercado, no bar do emérito, casa da beira, no trapiche ou canoas à espera de maré, muitos casos do estúrdio *apartheid* que "normaliza" tontas discriminações, dizendo -- em falso -- que deus fez o mundo deste jeito desde os começos do tempo [...] (PEREIRA,2014).

Realidades de muitos territórios da Amazônia Paraense, em que os mais velhos repassam seus conhecimentos a seus descendentes pelo falar. Curandeiros, benzedoiras, mestres de carimbó, pajés, são alguns dessas personagens que em sua grande maioria já idosos não tiveram oportunidade de estudar, e exatamente por isso se utilizam da oralidade para o repasse de informações.

Segundo os dados apresentados no Relatório Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Marajó (FAPESPA, 2019) a região do Marajó, apresenta os maiores índices de vulnerabilidade social do Estado, ou seja, apenas 2% do PIB paraense, 2% dos empregos formais, maior taxa de analfabetismo e pobreza do estado e 3ª maior taxa de mortalidade infantil.

Figura 1 - Região Integrada do Marajó



Fonte: FAPESPA, 2019.

O arquipélago do Marajó localizado no norte do Pará compõe importante o cenário estratégico da região amazônica desde os tempos coloniais entre os europeus, sociedades indígenas e africanas (PACHECO, 2009). A região marajoara possui uma área estimada em 50 mil km². No Marajó Oriental encontram-se os limites marítimos com as águas do oceano Atlântico, dispondo de uma rica diversidade cultural e natural que envolve a vida da população local formada por praias, manguezais, várzeas, campos, rios e florestas tanto no interior do arquipélago quanto na parte próxima à águas salgadas do oceano. Trata-se da região, como visualizamos no iconográfico acima, com a maior taxa de analfabetismo no Estado do Pará, com taxa de empregos formais e do PIB (Produto Interno Bruto) em torno de 2% considerando as demais regiões do estado.

Diante deste contexto, a ideia de atrelar a leitura na aprendizagem de jovens e adultos, passa a configurar como uma necessidade pulsante dentro da Universidade Federal do Pará – UFPA⁶, Campus de Soure, localizado no arquipélago do Marajó, mais especificamente no Município de Soure com distância da capital Belém, de 80 km, sendo acessível apenas por vias áreas e marítimas e com população de aproximadamente 25 mil habitantes.

Neste cenário, e do compromisso social da UFPA⁷, maior Universidade da região norte, em quantitativo de alunos e de projetos de ensino e extensão, o principal questionamento era: como trazer essa população, uma comunidade externa, não alfabetizada ou de baixa escolaridade com alfabetização funcional, para dentro da Universidade? Diante desse questionamento nasce o Projeto “Alfabetizar para Libertar” fruto da necessidade da UFPA-Campus Soure, em se aproximar da comunidade, por meio da Biblioteca. Um projeto que traz em seu nome a concepção do nosso principal incentivador na construção dessa ação, Paulo Freire que defende em seus construtos teóricos a Tese da educação como prática para liberdade.

Assim, a pesquisa em questão, trata da experiência vivida na biblioteca do Campus Universitário do Marajó, sobre aquisição da leitura e mudanças ocorridas nas vidas dos adultos que participaram do projeto de Alfabetizar para Libertar, assumindo desta forma, as características básicas que definem os estudos da pesquisa ação: Identificação de um problema, intervenções na tentativa de solucioná-lo e, ainda, envolvendo participantes e pesquisadores num objetivo comum (THIOLLENT, 1985).

Desta forma, o presente artigo, tem o objetivo apresentar os resultados das experiências de leitura de jovens e adultos promovido pelo campus do Marajó, evidenciando a Biblioteca como um espaço diferenciado de educação e interação entre a Universidade e a Comunidade.

Para tanto, dividimos este artigo em seis seções, trazendo logo após a Introdução, na segunda seção, apresentamos o Percorso Metodológico a partir do panorama educativo que a Biblioteca possui; a terceira seção foi escolhida para que pudéssemos alcançar nossos objetivos

⁶ A UFPA, então, passou a desenvolver um modelo de Universidade Multicampi, que visasse um sistema de cooperação e compromisso entre todos os campi, da capital e do interior, pautados pelo diálogo, pela discussão e pelo princípio da universalidade. Hoje é a única universidade federal que se estrutura em 10 campi do interior Abaetetuba, Altamira, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Marabá, Soure, Tucuruí – demonstrando a importância de seu papel perante a região amazônica e sua capacidade de ser um agente de transformação social, se configurando como a universidade com maior inserção social dentre todas as Instituições de Ensino Superior e com o maior número de alunos de graduação.

⁷ Quando se trata do compromisso social da Universidade Nogueira (2000, p. 63 *apud* OLIVEIRA, 2004, p. 2) ressalta que as Universidades devem “induzir programas e projetos que visem enfrentar os problemas específicos produzidos pela situação da exclusão”. Partindo desse propósito, compreende-se que a Universidade, especialmente a pública, tem a responsabilidade de aliar educação e cultura, e contribuir para o fortalecimento da cidadania. Para Tavares (1997), a extensão universitária aparece para uma pequena fração da comunidade acadêmica como a possibilidade de dar suporte a um novo paradigma de produção de conhecimento no âmbito da Universidade, tendo uma relação próxima com a sociedade em um processo de troca e complementaridade, constituindo um objeto catalisador das bases sociais.

a partir do Projeto como cenário de estudo. A seguir, na quarta seção, delineamos o desenvolvimento do projeto já fazendo a nossa análise do mesmo caminhando para nossa quinta seção, apresentando uma discussão acerca do papel da Biblioteca como espaço singular de educação através dos resultados do projeto estudado. Finalizando desta maneira, com nossas considerações finais acerca desse estudo e suas discussões.

1 BIBLIOTECA: CONSTRUINDO LEITORES A PARTIR DE SUAS ESTANTES...

“Sempre imaginei que o paraíso fosse uma espécie de biblioteca”.
(Jorge Luís Borges)

A necessidade de projetos que visem a leitura se tornou cada vez mais importante no Campus de Soure –UFPA. Assim, alfabetizar jovens e adultos se configurou um dos objetivos da Biblioteca Professor Ricardo Teixeira de Barros, com o intuito de reafirmar o papel da UFPA com a comunidade, mais também destacar a importância da biblioteca dentro da instituição como um local de produção de conhecimentos, mais principalmente como um espaço diferenciado de educação.

Como departamento detentor do conhecimento produzido nacionalmente, o que é patrimônio da humanidade, enquanto setor, a biblioteca precisa dar continuidade a exploração da curiosidade dos alunos, abrir-lhes uma janela para o conhecimento, para o mundo de percepções, informações, opiniões (D’ACAMPORA, 2012, p. 4).

Desta forma, sendo a Universidade um ambiente peculiar de conhecimento e aprendizado parte-se da compreensão de que a biblioteca do Campus de Soure poderia e deve ampliar seus serviços alcançando públicos diversos que não somente como cita D’ Acampora, seus docentes, discentes e pesquisadores, mas oportunizar o acesso à informação para a comunidade ao seu redor. Sendo um espaço peculiar de aprendizagem, deve ser pensada como um *locus* estratégico de ações desenvolvidas no âmbito da Universidade, estendendo estas ações à comunidade.

Nesta perspectiva a biblioteca se dispõe a ser o meio pelo qual a Universidade se aproxima da Comunidade por meio de projetos extensionistas, que por si só, já possuem o papel de fazer a comunidade não acadêmica a sentir-se parte da construção de conhecimento dentro da academia. Ressalta-se que os projetos de extensão são aqueles que ampliam as ações universitárias para além das salas de aulas, ou seja, fazem a articulação do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a Universidade está inserida interagindo e tentando transformar a realidade social possuindo caráter educativo e retornável à comunidade sendo uma das funções sociais da Universidade como objetivo de promover o desenvolvimento social.

Não diferente da Universidade, a biblioteca também traz para si esse papel social incorporando a capacidade de se solidarizar com os grupos socialmente excluídos, os conhecimentos historicamente produzidos. Ela passa a ter uma função educativa, pois a informação passou a ser um bem acumulável e valorável (MILANESI, 1983) assim segundo o autor, “o homem que possuía informação valia por dois homens”. Desta forma, quando apresentamos aqui a Biblioteca queremos salientar que não a compreendemos como um depósito de livros, muito menos como um espaço “morto” onde se deve imperar o silêncio. Assumimos a compreensão da biblioteca como espaço de construção, de desconstrução e de encontro de conhecimentos, possuindo vida entre suas estantes e obras. E é nessa visão que elucidamos o seu papel social à comunidade por meio de um projeto de extensão desenvolvido com um público bem diferente do que já estava acostumado a atender e oferecer seus serviços.

Nessa perspectiva, trazemos autores que debatem as dimensões da leitura como instrumento de aprendizagem e de formação de opinião. Podemos começar essa discussão com

um maravilhoso trecho de Carlos Drummond de Andrade, da sua obra *A Rosa do Povo*⁸. (1943-1945) em que ele escreve poesias acerca da época sombria que o país vivenciava, poetizando a leitura desta forma: “A leitura é uma fonte inesgotável de prazer, mas por incrível que pareça, a quase totalidade, não sente esta sede” (ANDRADE, 2012).

Dando seguimento, Freire (1989, p. 9) destaca que a compreensão crítica do ato de ler, não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. Estabelecendo desta forma uma relação dinâmica entre a linguagem e a realidade. Corroborando a importância da leitura e da escrita, Bamberger (1995, p.9) explica que:

A pesquisa sobre a leitura [...] projetou uma luz sobre o seu significado, não só em relação às necessidades da sociedade, mas também às do indivíduo. O direito de ler significa igualmente o de desenvolver as potencialidades intelectuais e espirituais, o de aprender e progredir.

Isto implica em dizer que a compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica na percepção das relações entre o texto e o contexto, enquanto ato de conhecimento, um ato criador, em que, ao ler o mundo, cobre de significações o universo do escrito, ampliando as possibilidades de se construir outras relações com o mundo. Desta maneira, podemos entender que a leitura favorece a remoção das barreiras sociais, concede oportunidades mais justas de educação.

Ressalta-se que para Paulo Freire (1987) o analfabetismo é produto de estruturas sociais desiguais e, portanto, efeito e não causa da pobreza. Neste sentido os processos educativos operam no sentido de transformar a realidade, e conseqüentemente, a alfabetização é uma ferramenta propícia ao exame crítico e à superação dos problemas que afetavam as pessoas e comunidades. Para tanto, os processos educativos devem compreender as relações e posições dos sujeitos na sociedade, no caso da educação e, a alfabetização deve superar processos mecanizados de aquisição de letras e, se configurar em um espaço de trocas de experiências, pensamentos, culturas etc.

Nesta direção Souza (2017, p. 10), destaca que quando se emprega a leitura como instrumento de aprendizado, é possível que experiências e vivências sejam trocadas construindo novos conhecimentos a partir das trocas como afirma Souza.

Assim sendo, é possível dizer que cada sujeito constrói sua experiência com a leitura em uma via de mão dupla: um movimento de dentro para fora e de fora para dentro guiado pela subjetividade – enlaçados pelo outro que lhe transmite não apenas traços do ato de ler, mas aquilo que fundamenta o sentido do próprio ato.

Assim, saber ler e escrever representa um acontecimento social importante na vida de um indivíduo, pois este, ao utilizar a leitura e da escrita, acessa os direitos estabelecidos em lei, inclusive a própria educação. “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, p. 4).

A educação é a forma pela qual o homem acredita fazer parte da sociedade em que vive e serve para libertar e não aprisionar através da convivência e do diálogo. Freire (1989, p. 9) enaltece que “Alfabetizar é conscientizar. [...] Alfabetizar-se é aprender a ler essa palavra escrita

⁸A Rosa do Povo é um livro de poesias, brasileiro, escrito pelo modernista Carlos Drummond de Andrade entre 1943 e 1945, possuindo novas edições ao longo dos anos. É a mais extensa obra do autor sendo composta por 55 poemas, também sendo a primeira obra madura e a de maior expressão do lirismo social e modernista. A obra é considerada como uma tradução de uma época sombria, que reflete um tempo, não só individual, mas coletivo no país e no mundo onde o autor capta o sentimento, as dores, e a agonia de seu tempo. No título A Rosa do Povo, a rosa representa a poesia (expressão), das pessoas daquela época.

em que a cultura se diz, e dizendo-se criticamente, deixa de ser repetição intemporal do que passou [...]”. O processo de alfabetização ocorre de forma diferente em cada indivíduo e cada um alcança determinado nível de acordo com a sua capacidade cognitiva de aprendizagem. Sobre essa perspectiva, Jolibert (1994, p. 12) salienta que:

É na medida em que se vive num meio sobre o qual é possível agir, no qual é possível, com os outros, discutir, decidir, realizar, avaliar, que são criadas as condições mais favoráveis ao aprendizado. Todos os aprendizados, não só o da leitura. E isso vale para todos, inclusive para os adultos.

Aprender vai além dos exercícios de decorar textos, ou de apenas realizar provas e ouvir a fala do professor. Mas discutir, relacionar o cotidiano com o seu aprendizado, inserir sua cultura como forma de representação de educação, (re) significar suas experiências e costumes para compor um aprendizado com novas abordagens que instiguem aos alunos a curiosidade e a vontade de aprender gradativamente fazendo parte de um coletivo.

É diante desse contexto educacional aqui exposto que trazemos a Biblioteca como um espaço diferenciado de aprendizado para adultos, utilizando da sua maior ferramenta: a leitura. Por meio das ideias de Giubilei (2005), podemos considerar a Biblioteca como um espaço de afetividade e de construção de conhecimento por meio da prática pedagógica que atravessa a sala de aula e transporta a seus alunos novos meios de aprendizagem, com a intenção de fazer aparecer outros aspectos de uma biblioteca que não somente local como “deposito de livros”. Partindo desse princípio, a criação do projeto “Alfabetizar para Libertar” surgiu como respostas tanto para trazer a comunidade do entorno à Universidade, quanto estimulá-la a usufruir do acervo da biblioteca. Basicamente foi uma relação de interação e de troca conjunta. Enquanto os alunos aprendiam por meio da leitura, o acervo estava sendo utilizado; a biblioteca estava sempre cheia de visitantes e a Universidade cumpria um dos seus principais papéis: disseminar de conhecimento através da extensão, levando em consideração as ideias de Mendonça e Silva (2002), quando trazem a importância de projetos de extensão, afirmando que:

[...] poucos são os que têm acesso direto aos conhecimentos gerados na universidade pública e que a extensão universitária é imprescindível para a democratização do acesso a esses conhecimentos, assim como para o redimensionamento da função social da própria universidade, principalmente se for pública. Ressaltam que uma das principais funções sociais da Universidade é a de contribuir na busca de soluções para os graves problemas sociais da população, formulando políticas públicas participativas e emancipadoras.

Desta forma, o próprio projeto de extensão uma ação da Universidade Federal do Pará, campus de Soure, articula a pesquisa ao ensino processo de alfabetização a comunidade que fica ao entorno da própria Universidade, atuando como formadora de cidadãos também do lado de fora de seus muros. Freire (1996, p. 15), finaliza este pensar à extensão em conjunto, quando nos diz que “[...] nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo”.

2 O PROJETO ALFABETIZAR PARA LIBERTAR

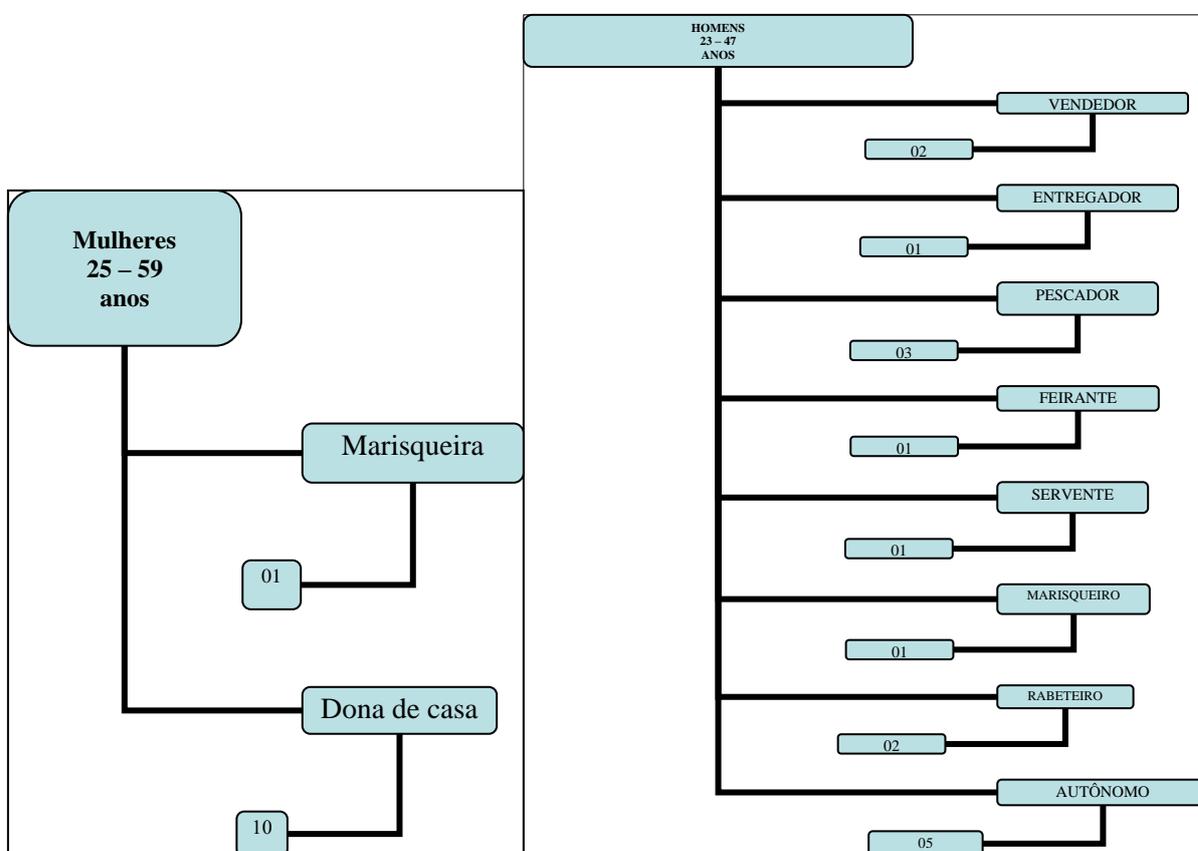
Para selecionarmos nosso grupo participante não somente do projeto em si mas desta pesquisa, construímos um questionário estruturado com perguntas simples e diretas tomando como base principal o nível educacional de cada entrevistado, construído a partir de perguntas simples como por exemplo, idade, profissão, tempo que estava afastado dos estudos em escola regular etc. O foco do questionário foi perguntar se havia interesse de retornar aos estudos tendo

como base a leitura e no caso de afirmação, informávamos como funcionava o projeto e quais objetivos do mesmo e fazíamos assim o convite. A princípio, estipulamos uma idade mínima de 18 anos como delimitação, considerando a juventude que abandona a escola cedo em prol de trabalho como auxílio financeiro familiar.

Aliamos a entrevista direta (questionário) com a pesquisa de campo, já que o projeto teve de ir ao encontro dos possíveis participantes, nas comunidades próximas à Universidade, com vulnerabilidade socioeconômica. Saímos em campo durante uma semana nas redondezas da Universidade Campus Soure, fortalecendo a ideia de extensão às comunidades do entorno do Campus.

Adiante, podemos visualizar no Infográfico 1 as informações gerais dos participantes nessa pesquisa, apresentando a diversidade de faixa etária e sexo dos mesmos.

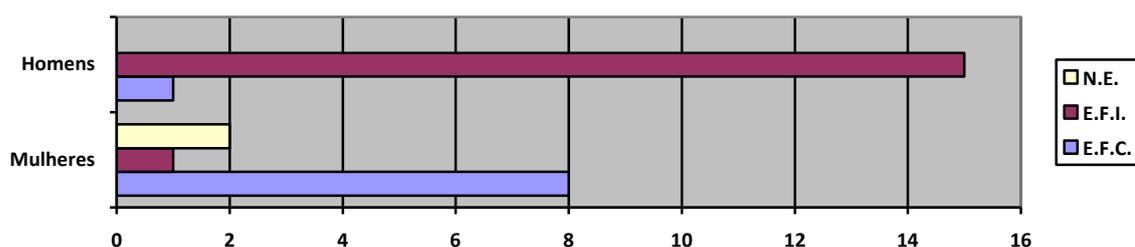
Infográfico 2- Faixa etária X Profissão dos participantes



Fonte: Autores, 2020.

Para análise seleção dos participantes, utilizamos como base as entrevistas individuais realizadas na pesquisa de campo, onde foi possível identificar, o nível de escolaridade e o nível de leitura e escrita dos participantes. Esse processo nos possibilitou selecionar 27 participantes. Podemos perceber a partir do Gráfico 1 que a maioria dos participantes possuem o Ensino Fundamental Incompleto, considerando também que a maioria são homens.

Gráfico 1 – Escolaridade



Fonte: Autores, 2020. N.E. Nunca Estudou. E.F.I. Ensino Fundamental Incompleto. E.F.C. Ensino Fundamental Completo.

Destes, 25 já se consideravam alfabetizados (sabiam ler e escrever), porém estavam a muitos anos fora do contexto escolar. E, 2 participantes eram totalmente analfabetos (não sabiam ler e nem escrever).

Apesar das diferenças, de idade, gênero e experiências, os participantes desse projeto, trouxeram na bagagem estudantil dificuldades de aprendizado na leitura e na escrita muito parecidas, pois como justificaram: a) não conseguiram aprender no período de vida escolar; b) estava muito tempo afastado da escola, ou ainda, c) não tiveram a oportunidade de estudar.

Para dar conta dessa demanda de pessoas que se propuseram a participar desta empreitada, formamos uma equipe de trabalho composta de oito pessoas, entre coordenação, bolsistas e voluntários. Fizemos crachás e camisas de identificação para que os participantes pudessem confiar na equipe e assim, nos aproximarmos mais confiança. Dividimos abaixo no **Quadro 2**, a equipe de trabalho para demonstrar que foi uma ideia coletiva que contou com diversas pessoas para que pudéssemos colocar em prática esta ação.

Quadro 2 – Perfil da Equipe de trabalho

CATEGORIA	IDADE	CURSO MATRICULADO
Funcionária	29	-----
Discente – voluntário	20	Letras – Língua Inglesa
	19	
	19	
	21	
	22	
	23	
	20	
Discente – bolsista	20	
Coordenação	27	-----

Fonte: Autores, 2020.

Vale ressaltar que a funcionária em questão, participou como voluntária, com o objetivo de adquirir experiência docente, já que cursava na época a graduação de Pedagogia, na Universidade do Estado do Pará (UEPA) localizada no município vizinho, Salvaterra. Os demais foram escolhidos com base no curso de Letras – Língua Inglesa pertencente ao Campus da UFPA, o qual se mostrava mais próximo das práticas educativas que queríamos desenvolver.

O projeto contou com o auxílio de 1 (uma) bolsa no valor de R\$ 400,00 custeada pela Pró Reitoria de Extensão da UFPA (PROEX). Considera-se importante ressaltar que além da bolsa de extensão, não havia nenhum outro tipo de financiamento por parte da Universidade para realização do Projeto. Este, contou apenas com a doação de materiais e uso de alguns já existentes do próprio Campus que foram cedidos pela Coordenação Geral do mesmo para nossa utilização, como por exemplo, equipamentos como data show, notebook etc.

3 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO – EXECUÇÃO

Este projeto iniciou no dia 01 de agosto de 2017 e concluiu-se em 31 de julho de 2018 (12 meses). Os encontros ocorreram no turno da noite nos dias de terças, quartas e quintas - feira no horário de 19h às 21h. Como objetivo geral, o projeto visou à formação de leitores por meio do acervo disponível na Biblioteca com a intenção de aperfeiçoar a cognição crítica dos participantes e construir novos pensamentos de mundo por meio da leitura. Especificamente, também consideramos mostrar o valor que a leitura tem na sociedade auxiliando os participantes no desenvolvimento cognitivo salientando a importância do retorno a escola; possibilitamos o resgate da auto-estima do indivíduo a partir do momento em que ele é visto com habilidades para desenvolver a sua aprendizagem; consideramos opiniões diversas e valorizamos as diferentes formas de cultura e de pensamento; não mais, atendemos as demandas sociais da Comunidade externa à Universidade contribuindo para a sua formação social e profissional; contribuimos para a formação acadêmica e profissional dos discentes da Universidade em questão dando a oportunidade de adquirir técnicas de didática e prepará-los para a prática docente a partir da atuação destes como voluntários e por fim, evidenciamos o papel social da Biblioteca, na promoção da educação através de projetos de extensão que motivem a criação de semelhantes.

Vale ressaltar que as metodologias de ensino escolhidas, foram selecionadas pela equipe em conjunto, pretendendo valorizar as pessoas, experiências e vivências cotidianas, assim, tomando por base o que Freire (1996, p. 63) diz a respeito dessa valorização quando elucida que:

A resistência do professor, por exemplo, em respeitar a “leitura de mundo” com que o educando chega à escola, obviamente condicionada por sua cultura de classe e revelada em sua linguagem, também de classe, se constitui em um obstáculo à sua experiência de conhecimento.

O autor fala sobre respeitar a leitura de mundo de cada indivíduo, para que assim se possa delinear o ponto de partida. Desta maneira, para o desenvolvimento das aulas de leitura e outras atividades, nos baseamos em autores da área de ensino-aprendizagem de jovens e adultos como Schwartz (2010), Leal; Albuquerque; Morais (2010) que afirmam em diferentes colocações que a alfabetização consiste na ação de alfabetizar, de ensinar crianças, jovens ou adultos a ler e escrever.

No decorrer da realização dos encontros e atividades laborais de ensino-aprendizagem, investigamos como de fato os indivíduos conseguiam adquirir o conhecimento repassado. E para conseguir analisar essa dinâmica, utilizamos a observação participante, que é a tentativa de colocar o observador e o observado do mesmo lado, tornando-se o observador um membro do grupo de molde a vivenciar o que eles vivenciam e trabalhar dentro do sistema de referência deles (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 194). Desta maneira, conseguimos compreender como o alfabetismo e o letramento contribuíram para a transformação social dos cidadãos participantes do projeto dentro do contexto educacional da Biblioteca.

Para a execução dos encontros e atividades complementares, se construiu um roteiro de ensino para que os professores / voluntários pudessem seguir de acordo com os objetivos do projeto. Podemos perceber no Quadro 3, que as atividades escolhidas tiveram caráter disciplinar de natureza simples para que facilitasse o entendimento de todos, considerando que alguns estavam fora da escola num período mínimo de 10 anos, enquanto outros nem sequer haviam tido a oportunidade de estudar. Para estes, as atividades foram aplicadas individualmente num sistema de monitoria individual já que não conseguiam acompanhar os demais no mesmo ritmo.

Quadro 3 – Roteiro de ensino

ATIVIDADES	DESCRIÇÃO
Rodas de conversas	Nesta fase o alfabetizador conhece o seu público alvo através de uma conversa onde o mesmo irá identificar a regionalidade dos alunos identificando quais frases, palavras, ditos ou expressões, os alunos mais utilizam para que assim se use destes meios para realizar outras atividades que integrem a cultura dos alunos.
Exercícios de Silabação	Realização da separação tradicional das sílabas das palavras, mostrando a família de cada sílaba para formação de outras palavras.
Criação de palavras novas	Formação de palavras novas a partir do conhecimento da família das sílabas.
Reconhecimento	Entender as palavras novas e conscientizar o jovem e o adulto dos problemas cotidianos e conhecimento da realidade social.
Alfabetização por meio do conto	Leitura e escrita dentro da regionalidade utilizando-se a cultura local.
Atividades práticas	Leitura e escrita através do ditado.
Exercícios de fixação	Conhecendo a pronúncia das palavras através de exercício de escrita e oralidade.

Fonte: Autores, 2020.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Abordamos aqui, que muitos dos nossos participantes tinham os mesmos discursos quando perguntado o motivo pelo qual abandonaram os estudos ou nunca foram a escola. E como não era de se espantar, no caso dos homens, estes tiveram que escolher entre o trabalho e a escola devido a situação financeira da família, optando pelo primeiro, e desta maneira perdendo a vontade de retornar à escola já que pensava que não havia necessidade.

Já no caso das mulheres, a maioria casou-se muito cedo, também por questões financeiras e algumas justificaram que não poderiam participar do projeto por conta dos cuidados com a família (marido e filhos) e dos afazeres domésticos. Fatores recorrentes nas diversas regiões do país em diferentes proporções, segundo o Jornal *online* O Globo (2019) que se baseia em dados de pesquisa nacional do IBGE, reiterando essa questão da seguinte forma:

[...] 23% dos jovens de 15 a 29 anos não estudam e nem trabalham. Percentual é maior entre as mulheres, que apontam afazeres domésticos como principal motivo para deixar o sistema educacional.

Toda essa discussão esclarece o porquê da região Norte do país compor o pior índice de educação, segundo o Jornal A Crítica. Com (*Online*, 24/05/2020):

O levantamento revela que a Amazônia brasileira tem um dos piores indicadores do país em educação [...]. Segundo a análise, todos os estados da região Norte encontram-se abaixo da nota média do país no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), da primeira etapa do ensino fundamental (da 1ª a 4ª série).

Foi com base nessas questões que procuramos contribuir de uma forma pequena, mas engrandecedora para a comunidade que nos propusemos a desenvolver este Projeto e apresentá-lo nesta pesquisa, percebendo que a maioria já possuía um aprendizado básico, mas devido o tempo fora da escola, não lembravam o que haviam aprendido, pois disseram achar difícil e perderam o interesse visando o Projeto como uma oportunidade de recomeçar. Tinham como intenção relembrar o que já sabiam podendo corrigir erros de escrita e aprimorar a leitura por meio da prática. Para os que nunca foram a escola, foi uma oportunidade única que como alguns disseram, “nem imaginavam que com idade avançada seria tão maravilhoso aprender a escrever e a ler seu próprio nome” (Relato pessoal)⁹.

Nas primeiras aulas os participantes estavam vergonhosos e logo que conseguimos a confiança deles e se sentiram à vontade, conseguimos fazer com que participassem das aulas oralizando suas dúvidas e contribuindo nas discussões. Inicialmente os conhecemos, soubemos quais as expectativas e quais seus sonhos. A partir da segunda semana de encontros, começamos de fato as atividades onde escolhíamos uma obra da Biblioteca da área de Literatura, principalmente relacionadas ao contexto amazônico, como a obra *Marajó* de Dalcídio Jurandir que possui um “palavriado” conhecido de nossos participantes. Utilizamos também livros que retratavam as lendas da região e fazíamos atividades de reconstrução da história, já que cada participante conhecia uma versão diferente da mesma.

O Projeto passou por algumas dificuldades em relação a material que foram sanadas pela própria equipe a ponto de custear impressões, materiais como lápis, caneta etc. Mesmo com tudo isso, o incentivo era grande quando os participantes chegavam e nos contavam que haviam entendido um comercial de televisão ou que estavam a discutir sobre qualquer assunto em casa. Ainda mais quando se sentiam bem-vindos dentro da Universidade recebendo tratamento igual aos nossos acadêmicos. Essas questões nos mostraram que estávamos no caminho certo. Desta maneira, podemos afirmar que a Biblioteca Professor Ricardo Teixeira de Barros do Campus Universitário de Soure – UFPA, enquanto gestora do conhecimento trabalhou em prol da sua comunidade acadêmica e principalmente, a não acadêmica visando a formação de profissionais habilitados e capacitados para desenvolver trabalhos voltados para o bem-estar social da comunidade em que está inserida e formara leitores através do seu acervo evidenciando sua cultura local.

Entendemos, portanto, que o conhecimento deve ser universal e igualitário, na pluralidade de pensamento visando resultados contínuos através da educação adquirida a partir de suas interações na sociedade. Neste contexto, o Projeto fez com que o processo de alfabetização e letramento ocorresse de forma diferente em cada indivíduo, considerando suas experiências e conhecimentos trazidos em suas bagagens, para que assim pudessemos contribuir com o alcance de determinado nível de conhecimento de acordo com a capacidade cognitiva de aprendizagem de cada um.

4.1 RESULTADOS

⁹ Atividade oral em que a aluna de 59 anos, a qual nunca estudou, relatou a sua felicidade em aprender a escrever seu nome através das atividades do projeto.

A análise dos resultados se deu a partir da observação participante que ocorreu cotidianamente às aulas captando a evolução dos participantes. As duas pessoas que não sabiam ler e nem escrever, concluíram as atividades alfabetizadas. Talvez nem tanto quanto gostaríamos, mas pelo menos sabiam escrever mais do que apenas seu nome e conseguiam interpretar o que estavam lendo e para os que já tinham conhecimento de leitura e escrita conseguiram desenvolver habilidades de concentração, interpretação e crítica.

No decorrer do Projeto conseguimos perceber as lembranças trazidas pelos participantes referentes ao tempo que estavam na escola, quando diziam: *“Eu vi isso na escola, mas não aprendi!”*. (Relato pessoal). Além destes, outros discursos foram significantes em torno do Projeto, como a fala do participante de 45 anos que sonhava em estudar medicina e que se sentia muito feliz em estar dentro da Universidade. Ou da senhora de 28 anos que nos agradecia por poder levar a filha de 6 anos para as aulas pois não tinha com quem deixá-la e pela paciência que era lhe dada ao aprender a escrever e a ler.

O Projeto finalizou com 27 participantes alfabetizados. Claro que não foi possível realizar uma abordagem maior educacional comparado ao trabalho que as escolas desenvolvem, mas a intenção de incentivar o retorno aos estudos e apresentar a importância desse fator para a vida dos participantes a foi o principal objetivo alcançado.

Ao final do projeto, apresentamos os participantes à Universidade onde estes expuseram as suas histórias de vida antes e depois do Projeto e quais eram suas vontades a partir dali. Também, foi apresentado o papel social que a Biblioteca construiu nessa trajetória e como uma pequena ação podia transformar pessoas.

O projeto ficou conhecido na região e foi apresentado em eventos Nacionais de grande porte com a intenção de promover a ideia e apresentar o quanto a região do Marajó necessita de mais visibilidade em suas questões sociais, econômicas etc

A alfabetização por meio da leitura, contribui para a formação do indivíduo como uma atitude positiva, de compreensão, de interpretação e de descoberta e novos caminhos de aprendizagem, edificando um tripé: alfabetização – leitura - cidadania em que se complementam no mesmo objetivo de formar cidadãos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Projeto nos permitiu analisar como a Biblioteca pode e deve ser utilizada como espaço educativo e social. Observamos que ainda há muito a se fazer em prol da Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil, muito mais quando se toma como cenário o Marajó.

Observamos que não basta apenas ir à escola. A escola e os professores têm que oferecer qualidade de ensino e instrumentos capazes de ensinar e não apenas informar. Como bem sabemos, a informação só se transforma em conhecimento quando é transferida e interpretada da maneira correta. De nada adianta palavras se não sabemos formar frases. Saber ler e escrever bem é um direito garantido por lei, mas que na maioria das vezes não se cumpri em regra e é nosso dever enquanto cidadãos de bem e papel da Biblioteca, trazer à tona este conhecimento através de ações voltadas para a comunidade. Ler é importante. Aprender é essencial, mas interpretar é fundamental. A leitura transforma. Liberta. Supri a necessidade do homem em se comunicar e fazer isso bem. Ela é uma das peças fundamentais no processo de alfabetização.

Conhecimento jamais será excesso, ao contrário, é poder, sendo fundamental na construção do senso crítico, ao modo de como nos comportamos na sociedade em que vivemos e como a queremos transformá-la.

Tenhamos em mente que é possível oferecer educação de qualidade em diferentes contextos em diferenciados espaços que tenham consigo um cunho educativo. Aqui, mostramos que a Biblioteca vai além de um “depósito de livros” e muito mais que isso escancarou uma

realidade educacional, que infelizmente muito se discute, entretanto, pouco é feito em prol de melhorias.

Deixamos a reflexão de que independente de público e do contexto, a educação por si só, não é um problema educacional, mas social, político e econômico e que para resolvê-la é obrigação do Estado olhar para todos os lados, a fim de prover condições necessárias para que se possa desenvolver uma educação de qualidade e de direito de todos.

REFERÊNCIAS

ACRITICA. Com. Jornal online. **Estados da região Norte tem o baixo desempenho no IDEB**. Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/estados-da-regiao-norte-tem-baixo-desempenho-no-ideb>. Acesso em: 19 mar. 2020.

ANDRADE, Carlos Drummond de (1902-1987). **A rosa do povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito de leitura**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1995.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: texto compilado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Assessoria de Comunicação Social. **Analfabetismo no país cai de 11,5% para 8,7% nos últimos oito anos**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34167>. Acesso em: 20 abr. 2020.

D'ACAMPORA, Daniela Cristina Paulo; MORAES, Mariléia Gollo de. A contribuição da biblioteca no processo de retorno dos jovens e adultos à escolarização na modalidade de educação de jovens e adultos nas escolas de Santo Augusto. *In: Seminário de pesquisa em educação da região sul (IX, 2012)*. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2338/247>. Acesso em: 15 jun, 2020.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996 – (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996 – (Coleção Leitura). Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousar ensinar**. São Paulo: Olho D'água, 1997.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José. (Org.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo. Editora Cortez, 2011.

GAZETA DO POVO. **Infográficos – Taxa de analfabetismo no Brasil por estados**. 16 jul 2019. Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-no-brasil-por-estados>. Acesso em: 20 dez. 2020.

GIUBILEI, S. (Org.). **Abrindo diálogos na educação de jovens e adultos**. São Paulo: Secretaria Estadual de Educação/CENP, 2005. v. 1. 130 p.

JOLIBERT, Josette. **Formando crianças leitoras**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

JORNAL O GLOBO. **IBGE: 23% dos jovens de 15 a 29 anos não estudam e nem trabalham**. Por Paula Ferreira, 19/06/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/ibge-23-dos-jovens-de-15-29-anos-nao-estudam-nem-trabalham-23748808>. Acesso em: 23 maio 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEAL, Telma Ferraz; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia; MORAIS, Arthur Gomes. (Org.). **Alfabetizar letrando na EJA: Fundamentos teóricos e propostas didáticas**. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2010.

LEITE, Sandra Fernandes. **O direito a educação básica para jovens e adultos da modalidade EJA no Brasil: um resgate histórico e legal**. 2013. 352 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/250841>. Acesso em: 22 abr. 2020.

MENDONÇA, S. G. L.; SILVA, P.S. **Extensão Universitária: Uma nova relação com a administração pública**. Extensão Universitária: ação comunitária em universidades brasileiras. São Paulo, v. 3, p. 29-44, 2002.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983. 107 p.

OLIVEIRA, Cláudia Hochheim. Qual é o Papel da Extensão Universitária? Algumas Reflexões Acerca da Relação entre Universidade, Políticas Públicas e Sociedade. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2, 2004, Belo Horizonte **Anais**. Belo Horizonte: UFRGS, 2004, p. 1-6. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrext/Gestao/WORD/Gestao15.doc>. Acesso em: 20 dez. 2020.

PACHECO, Agenor Sarraf. Encantarias Afroindígenas na Amazônia Marajoara: Narrativas, Práticas de Cura e (In) tolerâncias Religiosas. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 8, n. 17, p. 88-108, abr./ jun. 2010. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/issue/view/126>. Acesso em: 20 dez. 2020.

PARÁ. GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará – FAPESPA. **Diagnóstico Socioeconômico e ambiental da Região de Integração do Marajó**, 2016. Disponível em:

http://seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/ppa/ppa2016-2019/perfil_regiao_marajo.pdf. Acesso em: 30 jan 2021.

PEREIRA, José Varella. Cultura Marajoara. Analfabetismo no Marajó é a ponta invisível do 'apartheid' social que o IDH acusa. **Gente Marajoara (Blog)**. Cidade. 06 jul 2014. Disponível em: <http://gentemarajoara.blogspot.com/2014/07/analfabetismo-no-marajo-e-ponta.html>. Acesso em: 20 dez 2020.

SCHWARTZ, Suzana. **Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010.

SOUZA, Nilo. Experiências literárias e o processo de formação de novos leitores. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 08-21, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818372017008>. Acesso em: 20 ago 2020.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. **Extensão universitária: novo paradigma de universidade?** Maceió: UFAL, 1997.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-Ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CANTOS E GRITOS DA TERRA: CAMPELINOS E PROPRIETÁRIOS RURAIS NOS PROCESSOS DE REFORMA E CONTRARREFORMA AGRÁRIA DO CHILE (1958-1990)

Vanderlei Vazelesk Ribeiro¹

RESUMO

Neste trabalho discute-se o processo de reforma e contrarreforma agrária, ocorrido no Chile entre as décadas de 1960 e 1990. Reflete-se, inicialmente, a respeito do processo de reforma agrária desenvolvido durante as presidências de Jorge Alessandri (1958-1964), Eduardo Frei (1964-1970) e Salvador Allende (1970-1973). Posteriormente, avalia-se o esforço de reversão do processo executado durante o regime liderado pelo general Augusto Pinochet entre 1973 e 1990. Entende-se estes processos como resultado da interação entre a burocracia de Estado e os diversos grupos sociais. Deste modo, analisa-se “a atuação tanto de organizações representativas dos proprietários de terra como dos movimentos campestinos.” Procuraremos perceber estes movimentos não como todos homogêneos, mas observando suas divergências internas, que levam, às vezes, a fraturas intraorganizacionais. Quando possível realiza-se a comparação do desenvolvimento da reforma e da contrarreforma, cotejando seu desenrolar no Chile central e na Região Sul, marcada pelos conflitos entre os terratenentes e as populações *mapuches*, na luta pela posse da terra. Deste modo, compreende-se o peso do tema indígena nesta região, que teria reflexos no contexto nacional.

Palavras-chave: Estado. Movimentos campestinos. Representação terratenente.

CHANTING AND SHOUTING FROM THE LAND: PEASANTS AND LAND OWNERS IN CHILIAN AGRARIAN REFORM AND COUNTER REFORMS PROCESS (1958-1990)

ABSTRACT

In this work is discussed the process of agrarian reform and counter agrarian reform occurred in Chile between 1960 and 1990. Initially there is a reflection about the agrarian reform process developed during the government of Jorge Alessandri (1958-1964), Eduardo Frei (1964-1970) and Salvador Allende (1970-1973). In sequence, there is an evaluation on the effort for reversion of the executed process during the regime led by general Augusto Pinochet between 1973 and 1990. The aim is not to comprehend the movements as homogeneous, but to observe their internal divergences which sometimes lead to interorganizational breaks. On occasion, there will be compared the agrarian reform and counter reform development in central and south Chile, among the conflicts between landowners and *mapuche* population in the struggle for land ownership. In this way we are able to weight the indigenous theme in this region, which would lead to consequences in the national landscape.

Keywords: State. Peasant movements. Landowner representation.

Data de submissão: 25.04.2021

Data de aprovação: 24.05.2021

INTRODUÇÃO

Em março de 1974, escrevendo desde Tomé, província de Concepción, Victor Bárbaro Campos solicitou à *Corporación de Reforma Agraria* (CORA) a devolução de suas terras, que

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor de História da América Latina da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). E-mail: vvazelesk@gmail.com

havia sido expropriadas, em 1972. Embora as tivesse oferecido para expropriação a fim de receber a indenização a que teria direito mais rapidamente, alegava ter sido expropriado à força pelos comunistas do governo deposto. A argumentação de Victor Bárbaro coincidia com páginas da Revista *El Campesino*, órgão da *Sociedad Nacional de Agricultura* (SNA) – entidade representativa dos proprietários rurais chilenos – que afirmara que os fazendeiros sofriam tal pressão do governo. Victor Bárbaro, de fato, recebeu a terra e a indenização.

Em setembro de 1975, Robinson Moira Boaventura e Ireneo Nuñez Leiva pediram à CORA a devolução das terras que lhes haviam sido expropriadas em 1966, ainda no governo do democrata-cristão Eduardo Frei. Usaram o mesmo argumento de Victor Bárbaro, ao afirmar que estavam sendo pressionados ao tempo da expropriação e que, recuperando suas terras, trabalhariam para apoiar a reconstrução de seu país, que fora “resgatado” pelos militares, das mãos comunistas. Teriam, contudo, de aguardar melhores dias. As terras que compraram em Rancagua eram parte de uma extensa propriedade pertencente a Dom Eleodoro Callos, que a dividira com a mulher, Josefina Prado, a filha do casal, Maria Josefina Prado, e o genro, Eduardo Varela. Posteriormente todos vendiam parcelas, como as que os missivistas haviam comprado. O problema é que justamente em abril de 1966, quando eles fizeram essa compra, foi publicada uma lei que proibia o parcelamento de terras sem autorização da CORA². Esses dois exemplos nos mostram a complexidade do processo de reforma agrária ocorrido no Chile durante o período em análise.

Aparentemente, o golpe empresarial-militar, que derrocou a experiência democrático-socialista, teve um caráter fulminante no processo de revisão da reforma agrária. Entretanto, o que observaremos é que apesar da vigorosa repressão, as avaliações foram feitas quase caso a caso, como lembrou Pablo Baraona, um ex-expropriado, que se tornou ministro da economia de Augusto Pinochet (OVALLE, 2013, p. 215). Neste trabalho avaliaremos o processo de reforma agrária chilena em dois momentos: o primeiro entre a aprovação da lei 15.020 até o golpe de Estado liderado pelo general Augusto Pinochet, em 1973; e o segundo durante o regime empresarial-militar, que se estendeu até 1990. Evidentemente, para introduzir o tema será necessária uma discussão acerca do período anterior à aprovação da referida lei, uma vez que os temas da reforma agrária e das relações sociais campesinas no Chile estavam presentes na agenda política do país pelo menos desde a década de 1930. Buscaremos perceber a variedade dos processos que se desenvolveram por todo este período. Observaremos a emergência dos movimentos campesinos que contaram com apoio dos setores vinculados aos partidos Democrata Cristão, Socialista e Comunista, bem como com a articulação dos terratenentes³, organizados não só em suas entidades de classe, como por meio da SNA e do *Consortio de Sociedades Agrícolas del Sur* (CAS) e também com o apoio dos partidos Conservador e Liberal, mais tarde fundidos no Partido Nacional. Além disso, sempre que possível, estabeleceremos as distinções entre o Chile central, berço da conquista espanhola, e o sul do país, onde a presença *mapuche* se fez sentir na ampliação da luta pela terra, quando os autóctones buscaram reconquistar as áreas perdidas, sendo também palco de vivíssima repressão pela parceria público-privada que envolveu militares das forças armadas, corpo de carabineiros (polícia militar chilena) e terratenentes locais. Deste modo, o leitor viajará pelo “País da Geografia Louca”, avaliando os esforços por realizar uma reforma agrária, bem como as tentativas de evitá-la ou revertê-la.

² O Processo de Victor Bárbaro Campos pode ser Encontrado em *Servicio Agrícola y Ganadero, Concepción carpeta 1748*. Quanto ao de Eusebio e Ireneo pode ser revisado em: *Servicio Agrícola y Ganadero, Rancagua, Carpeta 1354*. Neste arquivo, localizado em Santiago do Chile, encontram-se os processos de expropriação das terras durante a reforma agrária e de parcelamento dos lotes após o golpe de 1973.

³ Utilizamos a expressão terratenentes mais comum na língua espanhola, por entendermos que a mesma representa bem o sentido da concentração de terras em toda América Latina.

1 REFORMA AGRÁRIA (1958-1973)

O ano era 1958 e o Chile tinha previsto eleições presidenciais. As elites políticas orgulhavam-se, pois há um quarto de século o país era governado por presidentes eleitos e o parlamento funcionava. Aquela eleição, entretanto, seria diferente, tendo em vista as mudanças que a marcariam: primeiramente, o Partido Comunista (PC), que fora posto na ilegalidade dez anos antes, por meio da chamada “Lei Permanente de Defesa da Democracia”, voltava à cena eleitoral, compondo com os socialistas a *Frente Revolucionaria de Acción Popular* (FRAP), apoiando o já experiente senador Salvador Allende; além disso, a entrega das cédulas eleitorais só seria feita no momento da votação (AVENDAÑO, 2017, p. 136). Todas essas mudanças tiveram impacto decisivo no meio rural. Desde seu nascimento, em 1921, o PC levantava as bandeiras da reforma agrária, da restituição das terras aos *mapuches* – que desde o fim do século XIX eram expropriados, por meios legais ou não – e o estabelecimento de condições adequadas de trabalho no campo. O fato de a cédula ser entregue no local da votação não impedia, mas dificultava as fraudes eleitorais comuns no Chile profundo (OSZLAK, 2016, p. 156).

Deste modo, os temas ligados ao mundo rural retornaram fortemente ao cenário político, ainda que Jorge Alessandri, candidato oligárquico, tenha vencido por trinta mil votos o candidato esquerdista. Utiliza-se o verbo **retornar** pois desde os anos vinte o setor proprietário rural chileno, embora controlasse o parlamento e mantivesse firme aliança com setores do comércio e da Indústria – através da *Confederación de la Producción y comercio* (CPC), vinha sendo questionado por causa das duras condições sociais dos trabalhadores do Chile central e do Sul⁴, tendo em vista o problema *mapuche*. Entre 1866 e 1884, num longo processo de “pacificação” paralelo à “*conquista del Desierto*”, realizada pela oligarquia argentina, militares e terratenentes chilenos subjugarão os *mapuche*, que desfrutavam de autonomia desde os dias da conquista, tendo estabelecido um tratado com os espanhóis em 1641, renovando-o com o Estado chileno, em 1825. Entretanto, a ideia de que havia um “vazio demográfico” a explorar – similar ao que se pensava da Amazônia em países como o Brasil ou Peru – ganhou corpo em meados do século XIX; ali estaria uma terra vazia, onde o que havia eram índios “preguiçosos”.

Completado o processo de conquista, a ampla densidade populacional obrigou o Estado a reconhecer a existência de populações e a necessidade de radicá-las em comunidades tituladas em nome de um cacique local, ainda que em áreas diminutas. Entretanto, muitas vezes a terra era titulada em favor de gente vinda do Chile Central ou até mesmo de outros países, como Alemanha, França e Suíça. Em vários casos, os títulos se sobrepunham a áreas anteriormente destinadas aos indígenas e estes eram expulsos violentamente. Em outras situações eram levados a assinar falsos contratos de arrendamentos por noventa e nove anos, depois registrados como compras nos cartórios locais. Deste modo, os confrontos entre colonos e *mapuches* tornaram-se comuns (CORRÉA, 2005, p. 121; BENGOA, 2014, p. 67-85).

A questão da produtividade agrícola também deve ser levada em conta, uma vez que os tempos em que a agricultura chilena conseguia abastecer também o Peru – durante a época colonial – e que o trigo chileno alimentava também mineiros na Califórnia e na Austrália, em meados do século XIX, haviam há muito terminado. Existiam esforços por parte dos dirigentes da SNA, no início do século XX, no sentido de aperfeiçoar a produtividade

⁴ Dona Alicia Muñoz, atual dirigente da *Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas* (ANAMURI), nascida no Fundo Agua Fría, em Maule, centro-sul do país, contou-me, em entrevista, que trabalhava como doméstica dos patrões e que recorda até hoje da péssima qualidade dos biscoitos e do macarrão oferecidos por eles aos camponeses. Entrevista inédita ao autor realizada em 10 de julho de 2017, na sede da ANAMURI em Santiago do Chile.

agrícola, mas o fato é que a agricultura chilena não exportava nem alimentava o crescente mercado urbano interno, uma vez que sofria a concorrência do trigo e do vinho argentinos, levando o Chile a ser um importador de alimentos (ULLOA, 2006, p. 57).

Todos esses temas ganharam relevância na cena política a partir da crise de 1929, uma vez que o país havia perdido o mercado salitreiro para seu similar sintético desenvolvido pelos alemães, e o cobre, explorado desde o século XVIII, teria de esperar a eclosão da Segunda Guerra Mundial para retornar à projeção anterior. Os resultados da crise não se fizeram esperar: o ditador Carlos Ibañez, que chegou ao poder em 1927, foi destituído em 1931, acarretando um período de intensa instabilidade que durou dezoito meses e que incluiu a proclamação de uma República Socialista de duas semanas de vigência, sob a liderança do Major Marmaduke Grove. A situação política se reequilibraria a partir do retorno do presidente Arturo Alessandri, em 1932 (ele governara o país entre 1920 e 1924 e entre março e outubro de 1925) (BENGOA, 2014, p. 65; OLIVARES, 2019, p. 235).

Enquanto os representantes da SNA brigavam no parlamento contra as medidas trabalhistas e se queixavam da baixa remuneração para seus produtos, os comunistas e socialistas iam ao meio agrário tentar organizar sindicatos e sofriam a viva resistência patronal. Os socialistas chegaram a criar a Liga Nacional de Defesa dos Camponeses Pobres em 1935, com eco maior em Santiago, e os comunistas procuravam organizar sindicatos, também na região metropolitana, explorando a experiência de atuação sindical dos mineiros do Norte (ROJAS, 2015, p. 23).

Do ponto de vista dos setores terratenentes, a situação agravou-se em 1938 face à vitória de Pedro Aguirre Cerda, que liderava uma coligação que unia os partidos Radical, Socialista e Comunista. A sindicalização rural, permitida, mas não regulamentada, ganhava seu maior impulso desde a implantação do código do trabalho, em 1931, em virtude da atuação dos comunistas e, em menor medida, dos socialistas. A resposta terratenente foi sentida de todas as formas: desde a expulsão de camponeses sindicalizados ou que tivessem votado na candidatura radical, com um irônico, “vá pedir trabalho a Aguirre Cerda”, até o sequestro de inspetores do trabalho, agora mais atuantes, apoiando sindicalistas que, por sua vez, levantavam pautas reivindicatórias. Por outro lado, em maio de 1939 os terratenentes organizaram um congresso de agricultores⁵, no qual solicitavam ao presidente a suspensão da sindicalização dos camponeses até que uma nova lei fosse editada, pedido que foi atendido.

De acordo com Loveman (1976, p. 23), havia, ao final de 1939, 219 sindicatos organizados na zona metropolitana de Santiago. A proibição, entretanto, não pôde afetar os sindicatos já organizados legalmente, valendo o princípio de que a lei não pode retroagir para cassar direitos, embora os proprietários se esforçassem vigorosamente para impedir a atuação dos sindicalistas no campo. Jaime Larraín e outros dirigentes da SNA afirmavam que a existência de um sindicato na fazenda representaria, literalmente, um contrapoder na casa do patrão. Não percebendo o camponês como um cidadão titular de direitos, mas sim como uma eterna criança a ser governada, perguntavam-se a quem o trabalhador obedeceria, se ao patrão ou ao sindicato (OLIVARES, 2019, p. 321).

Como alternativa, os dirigentes da SNA ofereciam uma espécie de bondade patronal, pela qual os patrões fossem generosos, atendessem os camponeses no que fosse possível, combatessem o alcoolismo e a tuberculose e realizassem festas domingueiras. Essa ideia de uma sociedade rural harmônica, tão presente nos discursos das sociedades rurais argentina e brasileira, bem como na nossa música caipira⁶, seria reiterada ao longo de décadas pelos dirigentes da Sociedade Nacional de Agricultura. O campo seria um lugar de paz e esta paz só

⁵ No Chile, os fazendeiros autodenominam-se agricultores.

⁶ “Este pedacinho de chão encantado foi abençoado por nosso Senhor! Que nunca nos deixa faltar no sertão: saúde, união, a paz e o amor!” Tião Carreiro, canção “Encantos da natureza”.

poderia ser quebrada por agentes externos: comunistas, inspetores do Ministério do Trabalho e socialistas.

Com a morte de Pedro Aguirre Cerda antes de completar seu mandato e sem atender ao pedido dos dirigentes da SNA no sentido de proibir até mesmo os sindicatos já existentes, assume a presidência, após ser eleito, o também radical Juan Antonio Ríos. Durante seu governo (1941-1945), o panorama não se alterou. No Chile central, os comunistas esforçavam-se para mobilizar os camponeses por direitos trabalhistas, criando a *Federación Nacional de Trabajadores Agrícolas*, além da *Asociación Nacional de Pequeños Agricultores* (OLIVARES, 2019, p. 432). Ao Sul, os *mapuches*, que em sua maioria haviam votado em Pedro Aguirre Cerda e criado a Frente Popular Araucana, como um reflexo da Frente Popular que o levava ao poder, continuavam sofrendo a espoliação de suas terras. Sob a liderança de Venancio Corioepán, que se elegeu deputado em 1942, (já havia deputados *mapuches* desde a década de 1920), criou-se a *Corporación Araucana*, emulando a *Corporación de Fomento*, que era fundamental no processo de industrialização. Esta entidade buscava, entre outras melhorias, abrir estradas que conectassem as comunidades às cidades próximas, visto que os proprietários muitas vezes não lhes permitiam passar por suas terras (BENGOA, 2014, p. 168).

Por sua vez, a já centenária SNA (fora criada em 1838) passou a enfrentar concorrência. Ainda que contasse com a Rádio Agricultura, fundada em 1936, e que foi ao longo das décadas replicada pelo país e embora tenha mudado o nome de sua revista de *El Agricultor* para *El Campesino*, sua atuação era percebida por seus pares como extremamente favorável apenas aos tradicionais cerealistas do Chile central e pouco atenciosa aos modernos fruticultores e principalmente aos pecuaristas do Sul. Assim, em 1944, foi criado em Temuco o *Consorcio de Sociedades Agrícolas del Sur*, que sem necessariamente desconectar-se de Santiago, buscava uma atuação mais autônoma face à SNA (OSZLAK, 2016, p. 132).

Quanto à sua atuação, a SNA continuava lutando para bloquear a sindicalização rural e se queixava do protecionismo que era estruturado em favor da indústria, enquanto a agricultura sofria o tabelamento de seus preços ao mesmo tempo em que pagava caro pelos insumos necessários à sua produção. De acordo com Ulloa (2006, p. 44), a exclusão dos camponeses do direito à sindicalização seria um acordo que possibilitaria o processo de industrialização por substituição de importações, já que, sendo o setor agrário penalizado face aos baixos preços dos produtos agrícolas, os fazendeiros descarregariam seus prejuízos sobre seus trabalhadores, pagando-lhes ínfimas remunerações. Este acordo teria contado, inclusive, com o apoio dos comunistas, que aceitaram a exclusão dos rurais em troca de benefícios aos trabalhadores urbanos. Entretanto, ao avaliarmos o trabalho bem documentado de Maria Angélica Olivares, percebe-se que a militância do PC manteve, bem mais do que o Partido Socialista (PS), um empenho no sentido de incluir os rurais na legislação trabalhista e lutar pela reforma agrária durante o período 1938-1948, quando foram excluídos “legalmente” do sistema político. Isso pode ser melhor observado em 1946, quando, devido ao falecimento do presidente Juan Antonio Ríos, uma aliança entre radicais e comunistas leva ao poder Gabriel González Videla que, por sua vez, nomeou comunistas para Ministérios, inclusive para o Ministério da Agricultura. Neste período, o PC visou derrubar na prática a proibição à sindicalização, enquanto no governo, homens como o *mapuche* Juan Chacon Corona, buscavam liberar a importação do trigo argentino para competir com o trigo nacional açambarcado pelos terratenentes. A reação destes, que ampliavam a SNA criando o Comitê de Relacionamento de Entidades Agrícolas, repetia o padrão de expulsão dos sindicalizados e de firmar uma parceria público-privada com carabineiros e com os inspetores do trabalho, barrando a atuação de sindicalistas, além de fazer uma vigorosa campanha anticomunista nos meios de comunicação.

No parlamento, a aprovação de uma lei de sindicalização rural, que impediu os analfabetos de se sindicalizarem, manteve os sindicatos limitados às fazendas, proibindo a formação de federações e confederações. Determinou ainda que o proprietário da fazenda fosse também o tesoureiro do sindicato, que era necessário que os sindicalizados já estivessem trabalhando na fazenda há pelo menos um ano – algo difícil quando a *inquilinaje*⁷ já se reduzia – e praticamente proibiu as greves. O complemento desta medida foi tomado em julho de 1947, em votação pelo parlamento, na qual os partidos Conservador e Liberal, firmemente ligados aos proprietários, excluíram os comunistas da cena política decretando a ilegalidade do Partido, que tanto batalhava pela sindicalização rural (OLIVARES, 2019, p. 523).

O período compreendido entre 1948 e 1952 pareceu de paz para os terratenentes, pois dedicaram-se ao questionamento dos baixos preços de seus produtos e aprovaram uma lei de privatização das águas de rios que passassem por suas propriedades, transformando-os, em 1951, também em aguatenentes. Porém, logo o tema agrário retornaria à cena, uma vez que nas eleições de 1952, o ex-ditador Carlos Ibáñez voltou ao poder, prometendo a reforma agrária, com apoio dos ilegalizados comunistas.

O projeto de reforma agrária foi facilmente derrotado no parlamento, mas os comunistas organizaram clandestinamente, em 1953, uma conferência de trabalhadores agrícolas, na qual foi reivindicada a devolução das terras aos *mapuches*, além da reforma agrária e da criação de uma legislação trabalhista (PERALTA, 2006, p. 17). Entretanto, para os terratenentes, o pior ainda estava por vir: no fim dos anos de 1930, a Igreja Católica tentou organizar sindicatos, mas a pressão direta da SNA sobre os bispos tornou sua atuação inviável. No início dos anos 1950, a Arquidiocese de Santiago criou a *Fundación de Educación Sindical* e a *Acción Sindical y Económica* chilena, que buscavam apoiar a sindicalização dos trabalhadores rurais. Deste modo, a Igreja Católica foi ao campo disputar espaço com os comunistas, assim como fazia no Brasil nessa mesma época. Para tanto era preciso apoiar reivindicações e, na zona de La Molina, em 1953, ocorreu uma greve que uniu católicos progressistas e comunistas. A ameaça, feita pelo arcebispo metropolitano de Santiago, de promover uma coleta em todas as missas de domingo em favor dos grevistas acuou o governo que, por sua vez, pressionou os proprietários rurais. O governo ameaçou retirar os carabineiros de La Molina, enquadrar os fazendeiros, utilizando contra eles a Lei de Defesa da Democracia e, pior que tudo, sobretaxar o vinho exportado. Deste modo, não foi possível utilizar as velhas estratégias contra os grevistas. Os terratenentes sofriam sua primeira derrota simbólica.

O período entre 1954 e 1958 marcou o crescimento, na sociedade chilena, da noção de que a agricultura era o nervo exposto da economia, uma vez que não exportava e que não alimentava a sociedade, cada vez mais urbana. O cobre, portanto, continuaria como a principal fonte de divisas do país. Assim, mudanças eram urgentes. Os proprietários se defendiam afirmando que os problemas estavam na falta de crédito e de estradas, alegando que se produzissem tudo o que podiam, a maior parte apodreceria no campo (AVENDAÑO, 2017, p. 87).

De acordo com Ulloa (2006, p. 35) e Ovalle (2013, p. 25), as críticas ao setor agrário não vinham apenas da esquerda, mas também de setores da indústria e até mesmo dos conservadores. A noção de que agricultura tinha de mudar e que essa mudança teria de passar pelo tema da propriedade da terra, ganhava corações e mentes antes mesmo das eleições de 1958.

Jorge Alessandri assumiu o poder com uma plataforma liberal, pedindo aos industriais que aceitassem perder a proteção alfandegária da qual desfrutavam havia duas décadas. Na

⁷ O sistema de *inquilinaje* chileno era similar a tantos sistemas de trabalho na América Latina: o camponês trabalhava tantos dias de graça para o patrão e, em troca, tinha direito, dependendo sempre de sua vontade, ao cultivo de um pedaço de terra e pastos para seus animais.

realidade, os proprietários rurais, embora criticassem a proteção à indústria, desejavam-na para si, pois “a agricultura não está abandonada, mas desamparada!”, afirmavam os dirigentes da SNA (OSZLAK, 2016, p. 143). Entretanto, uma série de fatores externos e internos entrecruzaram-se, acelerando o início do processo de reforma agrária. Externamente, a Revolução Cubana, de 1959, e sua radical reforma agrária, que criou milhares de pequenos proprietários⁸, significou a esperança para a esquerda e o pânico entre setores de direita. Nos Estados Unidos, as duras condições de trabalho no campo chileno eram criticadas, especialmente quanto à quase total impossibilidade de sindicalização. Para complicar a situação dos terratenentes, em 1961, após um mega terremoto atingir a cidade de Valdivia, o governo de Jorge Alessandri pediu ajuda aos EUA que, sob a administração Kennedy – a qual patrocinava a chamada Aliança para o Progresso – condicionou o empréstimo à aprovação de uma lei de reforma agrária⁹. Além disso, a vitória dos radicais nas eleições parlamentares de março de 1961 levou o presidente a convidá-los a participar do governo. Entretanto, os radicais também condicionaram sua participação à elaboração de uma lei de reforma agrária. Os proprietários, dividiram-se entre os do Sul, que recusavam qualquer ideia de reforma que significasse a alteração na estrutura de propriedade privada, e os do Chile central, que em parte tendiam a aceitar algum tipo de mudança na tenência da terra. Numa tensa reunião da SNA era aprovada, por um voto de diferença, a não oposição à reforma.

Ainda em 1961, enquanto os comunistas mantinham o esforço para sindicalizar os camponeses, os *mapuches* continuavam batalhando na justiça para reaver suas terras, porém sem obter êxito. Mais recursos eram aprovados para que a *Caja de Colonización* pudesse subdividir as terras públicas e nelas instalar mais colonos, além de prorrogar, mais uma vez, a proibição de vendas de terras das comunidades indígenas radicadas, em sua maioria, no Sul do país¹⁰.

Finalmente, a lei 15.020, que permitia a realização de uma reforma agrária, foi aprovada no parlamento, em 1962. Como no Brasil – com a elaboração do Estatuto da Terra em 1964 – no Chile dois órgãos foram criados: a CORA e o *Instituto de Desarrollo Agropecuario* (INDAP). Aquela se encarregaria da divisão das terras e da instalação dos parceiros, priorizando os que lá estavam. Este buscaria atuar de forma a trazer tecnologia para o meio agrário, bem como difundir a sindicalização no campo.

Em 1963, a constituição chilena foi emendada no sentido de que fosse permitido o pagamento de indenização para os expropriados em dez cotas anuais. A reforma de Jorge Alessandri, expressa na lei 15.020 de 1962, criticada como de *macetero*¹¹ (insuficiente) pela esquerda, de fato não estabeleceu um limite para o tamanho da propriedade rural, mas fixou o princípio de que uma propriedade mal explorada poderia ser expropriada. Se no governo de Jorge Alessandri poucas famílias foram beneficiadas pela ação da CORA, a situação mudaria dramaticamente no governo de Eduardo Frei (OSZLAK, 2016, p. 216). Um ator não convidado entrou em cena neste mesmo ano. No Chile central, o movimento camponês ainda

⁸ No período entre 1959 e 1963, a reforma agrária cubana dividiu terras em propriedades individuais para pequenos cultivadores, criando cerca de cem mil parceiros. Rapidamente, entretanto, para aproveitar especialmente a estrutura das plantações de cana-de-açúcar organizaram-se grandes áreas em cooperativas controladas pelo Estado (VASCONCELOS, 2017, p. 243).

⁹ Tanto no Peru como no Chile, os proprietários rurais têm amargas memórias e queixas do período Kennedy. Para eles, os democratas americanos não aceitariam a concorrência de seus produtos no mercado estadunidense e por isso favoreciam reformas no continente (OTERO, 2007, p. 145; OVALLE, 2013, p. 216).

¹⁰ O tema das terras indígenas era espinhoso ao Sul: eram, como vimos, cedidas em lotes a um cacique, mas os *comuneros* tinham usufruto. Em 1927, aprovou-se a subdivisão das comunidades e, em vários decretos a partir desta data, proibiu-se a venda destas terras até a ditadura de Pinochet finalmente regularizar as propriedades individuais ao fim dos anos 1970 (BENGOA, 2014, p. 376).

¹¹ Traduzindo do espanhol, a palavra *macetero* significa vaso de planta. A reforma era chamada de “macetero” pois acreditava-se que seu impacto seria limitado como o de plantas em vasos.

não havia ganhado força apesar dos temores dos proprietários de terras. Ao Sul, com a bênção da *machi* (médium), os *mapuches* de Arauco realizavam, em 1962, suas primeiras ocupações de terras. O lema de “terra para quem nela trabalha” deixou muitos de fora, especialmente os *mapuches* (BENGOA, 2014, p. 235).

Em 1964, uma derrota para o socialista Oscar Naranjo nas eleições complementares para uma vaga de deputado, na província de Curicó, assustou os setores terratenentes, que pressentiram o perigo da vitória de Salvador Allende, novamente candidato à presidência da república pela FRAP. Por isso, abandonaram o radical Pedro Dum e canalizaram seus votos e de seus camponeses para Eduardo Frei. Entretanto, o candidato da Democracia Cristã disputava espaço não com a direita, mas com a esquerda. A revolução socialista opunha sua Revolução em Liberdade defendida pela Democracia Cristã e a um sistema coletivista, propunha assentamentos, que mais tarde, se converteriam em propriedades individuais.

A reforma agrária no Chile, como a peruana de Velasco Alvarado e a brasileira dos primeiros meses do governo Castelo Branco, parecia ser a melhor vacina contra a revolução no estilo cubano. Desse modo, o governo chileno atuou de forma vigorosa, acelerando a expropriação de terras – dentro dos limites da lei de Jorge Alessandri –, derrubando, na prática, a lei de sindicalização rural, por meio dos promotores da Democracia Cristã, indo especialmente a zonas do Chile central para dinamizar a formação de sindicatos. Os proprietários estavam divididos, pois os do Sul inicialmente apoiaram Eduardo Frei, já que seu discurso de modernização os convenceu de que não seriam expropriados. Os do Centro, entretanto, entenderam que era necessário atuar mais fortemente contra a ação estatal, mas não encontraram apoio em outros setores proprietários, agindo então de forma mais defensiva, decidindo, por exemplo, pelo parcelamento de suas fazendas. Em 1966, uma lei proibiu tal prática, pois exigia prévia autorização da CORA. Enquanto isso, especialmente no Chile central, as greves começavam a ganhar magnitude.

Em 1967, três mudanças afetaram muito o meio agrário: em janeiro, a reforma constitucional, que aumentou para trinta anos o prazo de pagamento pela terra expropriada, ampliando as possibilidades do Estado para realizar este ato; em abril, foi aprovada a sindicalização campesina (os comunistas desejavam um sindicato único, mas a maioria democrata-cristã, que controlava o parlamento, impôs a pluralidade sindical, redundando na formação de múltiplas federações e confederações); e em julho, veio a lei 16.640, da reforma agrária. Pela referida lei, foi estabelecida uma área máxima de 80 hectares para a propriedade, que contasse com irrigação básica o que significava um apenas hectare físico em Santiago, mas que poderia chegar a quatro ou mais hectares no Sul, conforme o tipo de solo, se precisava ou não de irrigação etc. As áreas inferiores a este tamanho poderiam ser expropriadas, se mal exploradas ou abandonadas. As propriedades divididas entre 4 de novembro de 1964 e a data de publicação da referida lei e que não estivessem sendo cultivadas poderiam ser desapropriadas em até três anos. Tal fato desencadeou, em 1970, uma intensificação das expropriações, o que irritou os dirigentes da SNA. Arrendamentos eram permitidos, mas irregularidades nos contratos poderiam dar causa à expropriação (AVENDAÑO, 2017, p. 235; OSZLAK, 2016, p. 265).

Estas mudanças causaram profundas transformações em ambos os setores em análise. Do ponto de vista dos proprietários, seu mundo virara de cabeça para baixo, pois não agradava o fato de terem que negociar com aqueles que consideravam inferiores, ou seja, os camponeses; além de terem que aceitar inspetores do trabalho em suas terras. Ainda, relevar a perda de sua propriedade era extremamente difícil para eles. Não era só uma questão econômica, mas também a sensação de um mundo que conheciam que se desagregava. Os camponeses também viram seu mundo ser transformado, porém tais mudanças ocorreram em sentido oposto àquelas experimentadas pelos terratenentes. Podiam agora participar de greves, recorrer ao inspetor do trabalho e, quem sabe, até ter a propriedade da terra. Tais mudanças,

contudo, beneficiavam mais os homens que as mulheres, já que, como nos recorda Eidi Tinsman, elas eram vistas apenas como mães e cuidadoras do lar. De todo modo, em 1968, os movimentos começaram a surgir.

Na fazenda Santa Marta, no Vale de Longotoma, região de Val Paraíso, uma greve, que durou meses, transformou-se em ocupação de terras. Os fazendeiros conseguiram organizar sua retomada prometendo dinheiro e mesmo um pedaço de terra aos camponeses aliados. Ao final, a terra acabou mesmo expropriada (SEGUEL, 2012, p. 45). Em San Estevan, província de Los Andes, mesma região de Val Paraíso, ainda em 1968, uma greve desdobrou-se em uma ocupação de terra dinamizada por militantes radicalizados do socialismo. Cristian Pérez, provavelmente, supervaloriza a ocupação da fazenda San Miguel, classificando-a como uma protoguerrilha chilena, mas o fato é que, efetivamente, houve jovens dirigentes socialistas que, impactados pelo mito da Revolução Cubana, imaginavam a possibilidade da luta armada a partir do campo (PÉREZ, 2000, p. 198).

O movimento campesino crescia e se diversificava. Os comunistas, por exemplo, que em 1961 haviam criado a *Federación Campesina e Indígena*, agora a batizavam *Ranquil*, compondo-a com os socialistas, evocando o massacre sofrido por campesinos chilenos e *mapuches* em 1934, na cidade sulista que dava nome à organização. Os democratas-cristãos estavam na *Triunfo Campesino* enquanto a Igreja Católica investia na *Confederación Libertad*. Uma cisão da Democracia-Cristã – o *Movimiento de Acción Popular Unitario* – criou a *Unión Obrera-Campesina*, tendo a direita fundado a *Provincias Agrarias Unidas*. O *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) apostou no campo como foco da insurgência, conformando o Movimento Campesino Revolucionário, que deslocaria a maior parte de seus elementos para a zona *mapuche* (TINSMAN, 2009, p. 157).

Quanto aos movimentos dos proprietários, as mudanças também foram rápidas. Sob a direção de Manuel Valdes, foi criada a Confederação de Empregadores Agrícolas. A SNA trocou o desgastado Luiz Marín pelo ex-deputado Hugo Zepeda Barrios, que passou a investir pesado em propaganda e que buscava uma aproximação com os sulistas tendo em vista que todos eram igualmente proprietários e que agora sentiam o peso das greves, das ocupações de terras, dos baixos preços para seus produtos, dos altos custos para gerá-los e das desapropriações (OSZLAK, 2016, p. 278).

Nas eleições de 1965, a Democracia Cristã conquistara maioria absoluta no parlamento, deixando as forças de direita em terceiro lugar. Aglutinadas no Partido Nacional, essas forças vieram a crescer sobremodo nas eleições legislativas de 1969, podendo alimentar esperanças para as eleições presidenciais de 1970. Do ponto de vista da direita, seria mesmo necessário um retorno ao Palácio de La Moneda. Certamente, a atuação do governo de Eduardo Frei não se limitou à reforma agrária e à sindicalização rural, promovendo também um forte investimento na plantação de frutas, que seria colhido durante o pinochetismo. Em agosto de 1969, quando os democratas-cristãos lançaram Radomiro Tomic para presidente, ficou claro para a SNA e para o CAS – este sob a direção de Domingo Durán – que os votos buscados por eles, teriam de ser disputados com a esquerda e não com a direita. Ocorre, portanto, uma aceleração das expropriações de terra em 1970. A reação proprietária tornou-se então mais radical, expressando-se pelo assassinato, na província de Linares, de Hernán Mery Fuenzalida, funcionário da CORA, que havia ido tomar posse material de uma fazenda expropriada. O assassinato foi louvado no parlamento pelo deputado do Partido Nacional, Victor Carmini, que exclamou: “é apenas o primeiro morto!” (AVENDAÑO, 2017, p. 254).

Após quatro milhões de hectares expropriados e um movimento campesino crescente, em setembro de 1970, foi realizada a eleição presidencial. Salvador Allende venceu por margem mínima e teve a vitória confirmada no Congresso Nacional após um acordo com a Democracia Cristã. Para os proprietários, essa situação representava defender-se de um ataque final: num primeiro momento procuraram conversar com Allende e o presidente da SNA,

Benjamin Matte, foi a Cuba tentar vender produtos chilenos para o novíssimo parceiro comercial, já que o novo governo restabelecia o comércio com a ilha socialista. Mas a resposta do novo Ministro da Agricultura, Jacques Chonchol, a uma consulta feita pela SNA não poderia ser mais clara: o governo apoiaria cooperativas mas não sociedades anônimas disfarçadas de cooperativas, a pequena e média propriedade estariam garantidas desde que estivessem em conformidade com as necessidades nacionais e, finalmente, os agricultores poderiam ter voz, todavia as políticas públicas seriam decididas pelos conselhos comunais campesinos, organizados a partir de janeiro de 1971. Deste modo, aquele não apenas não era o seu governo, era o governo contra seus interesses, não havendo espaço para negociação.

Quanto aos movimentos camponeses, antes mesmo do governo de Salvador Allende ser eleito, militantes do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) chegavam à província de Cautín para mobilizar os *mapuches* e, em seus termos “levar consciência a eles”, embora não houvesse necessidade de explicar-lhes que deviam lutar por suas terras, pois faziam isso desde que as haviam perdido. Nos primeiros meses do governo de Salvador Allende, multiplicaram-se as corridas de *cercos*, ou seja, retiravam as cercas que reduziavam as comunidades indígenas. Allende enviou Chonchol ao Sul e muito do que foi feito pelos *mapuches* foi aceito oficialmente. Além dos oficiais conselhos comunais campesinos criados pelo governo, os “miristas” organizaram os conselhos comunais campesinos pela base, buscando incorporar um maior número de militantes *mapuche* e controlar o processo de reforma agrária em nível local, a fim de desenvolvê-lo autonomamente face ao Estado e reforçando o que pensavam ser o poder popular contra o poder burguês (HERNÁNDEZ, 2016, p. 98).

O governo Allende buscou incorporar os não assentados no processo de reforma agrária, a qual havia sido pensada para aqueles que, mal ou bem, já tinham acesso à terra. Desse modo, buscou-se a criação dos Centros de Reforma Agrária, que agregaria o trabalho coletivo dos que estavam participando do processo. Entretanto, é preciso recordar que os campesinos ligados à Democracia Cristã acreditavam na necessidade de terem sua parcela individual de terra. Logo buscaram reivindicar a concessão de lotes nesta modalidade. Isso permitiu, a médio prazo, que os terratenentes da Sociedade Nacional de Agricultura ampliassem suas bases, uma vez que não apenas os fazendeiros expropriados ficaram sem direito à reserva de terra¹², mas também o pequeno e o médio cultivadores, que temiam perdê-la. Também, o beneficiário da reforma temia o “patrão-estado”, e até mesmo o engenheiro agrônomo ou florestal que, descontentes, reclamavam do salário pago pelo Estado.

O crescimento das ocupações de terra multiplicava os confrontos. Os irmãos Baraona, por exemplo, sequestraram o motorista do deputado Joel Marambio, do Partido Socialista, e foram presos. Poucas semanas depois, suas terras foram expropriadas e o patriarca Jorge Baraona enfartou, morrendo durante a ação estatal. Incidentes como estes catalisavam a mobilização terratenente, que se apresentava como defensora da legalidade (OSZLAK, 2016, p. 257; OVALLE, 2013, p. 213-235).

No que tange ao funcionamento do setor reformado, como lembra Bengoa (2015, p. 234), a imagem de que as áreas reformadas não produziam e que ficou gravada na memória da maioria da população chilena, precisava ser redimensionada uma vez que, de acordo com as estatísticas, percebia-se uma disponibilidade de alimentos para o mercado interno maior naqueles anos, apesar da presença de uma relativa escassez de produtos resultante da ampliação da demanda decorrente do aumento dos salários. De todo modo, as memórias elaboradas pelos proprietários depois de 1973 reafirmam a todo tempo a impossibilidade de uma reforma agrária, pela incapacidade campesina (OVALLE, 2013, p. 215).

¹² A reserva era prevista na lei de reforma agrária e o proprietário poderia escolher um pedaço de terra para manter. Na prática, muitas vezes, isso não ocorreu.

A polarização social no Chile crescia a cada expropriação, que atingia, muitas vezes, médias propriedades. Em dezembro de 1971, começaram os panelaços, explorando a presença do líder cubano Fidel Castro no país e a SNA lançou a Frente Nacional da Empresa Privada (FRENAP). Em maio, época da sementeira, foi lançada uma discreta campanha para que os grãos não fossem semeados. Em setembro, a Rádio Agricultura, da SNA, foi suspensa por se recusar a participar de uma transmissão em cadeia nacional, decisão, por sinal, impensável em tempos de Pinochet, mas defendida pela SNA como liberdade de expressão contra o governo de Allende. Em outubro, explode a greve dos caminhoneiros, que paralisou o país enquanto grupos como o MIR, o Partido Comunista Revolucionário e setores socialistas pediam o aprofundamento da revolução. A partir de então, o governo passa a lutar por sua sobrevivência. A SNA coordenou o apoio à greve dos caminhoneiros que acabou se convertendo num *lockout* patronal (OSZLAK, 2016, p. 314). Enquanto isso, ao sul do país, o movimento *Patria e Libertad* promovia atentados à bomba, incêndios e assassinatos de lideranças de esquerda. Nos meses seguintes, armas vindas do Brasil abasteciam a luta armada, numa espécie de paraguerrilha (ÓRDENES, 2018, p. 224).

A partir do impasse representado pela eleição de março de 1973, na qual nem o governo conseguiu maioria do Congresso, nem tampouco a oposição obteve os dois terços necessários ao *Impeachment*, a oposição passa a defender abertamente um golpe militar. Não é nosso objetivo discutir os antecedentes imediatos ao golpe empresarial-militar de 11 de setembro de 1973. Para os limites deste trabalho basta dizer que em agosto, em regiões como Cautín, camponeses *mapuches* já eram torturados sob pretexto de busca de guerrilheiros. Quando o Palácio de *La Moneda* foi bombardeado, o aparato repressivo, portanto, já estava funcionando.

2 CAMPELINOS E TERRATENENTES FACE A AUGUSTO PINOCHET (1973-1990)

Além da vigorosa repressão que se abateu sobre o campo nas primeiras horas do golpe de Estado liderado pelo general Pinochet, os líderes do movimento não tinham clareza a respeito do que fariam com seu país a partir do dia 12 de setembro. Supervalorizando a capacidade do adversário – como um século antes o exército fizera com os araucanos –, a vitória fulminante do golpe pode ter surpreendido até os vencedores. No campo era fácil pisar com coturnos em camponeses para que denunciasses supostos guerrilheiros, tal qual no *Fundo Agua Fría*, província de Maule, como me contou dona Alicia Muñoz. As torturas e desaparecimentos eram logo denunciados no exterior, embora houvesse camponeses aglutinados na Democracia Cristã, prontos a dar declarações favoráveis ao novo regime (SILVA, 1987, p. 32).

As mudanças no setor agrário tinham sido longas demais. A reforma durou onze anos e ainda era popular, apesar do problema do desabastecimento. Assim, num primeiro momento, o objetivo foi ceder em pequenos lotes aos cultivadores, que já as ocupavam, terras das áreas reformadas que não tivessem sido devolvidas aos antigos proprietários, nem redistribuídas a grupos econômicos ligados à nova ordem¹³. Atendia-se a uma reivindicação de parcela expressiva do campesinato e, ao mesmo tempo, quebrava-se a noção de cooperativismo: “não seremos uma nação de proletários, mas de proprietários” (SILVA, 1987, p. 45). Essa mesma noção seria estendida às terras *mapuches*, a partir de 1978. O governo militar procurou demarcar as fronteiras de cada pequeno lote e cedê-lo individualmente.

¹³ Vale salientar que cerca de um terço das terras foi devolvido aos proprietários antigos. Houve terras cedidas, por exemplo, a empresas florestais ao Sul. De acordo com Ulloa, cerca de 45 por cento dos beneficiários permaneceram com as terras, mas a maioria acabaria perdendo-as face à falta de apoio técnico-financeiro após o desmonte das estruturas estatais previstas para apoiar o processo reformista (ULLOA, 2006, p. 265).

Embora houvesse fortes protestos, essa demarcação foi encarada, por muitos *mapuches*, como algo positivo, afinal agora a terra era deles (BENGOA, 2014, p. 254).

Entretanto, é preciso lembrar que a terra só era cedida em lotes individuais a quem fosse bem visto pelo regime. Além disso, o crédito do Banco do Chile e sua função de importação de fertilizantes que regulava os preços desses produtos e a Empresa Comercial Agrícola, cujo objetivo era garantir um preço mínimo para o produto vendido pelo camponês e regulá-lo ao consumidor, não mais existiam.

De acordo com Patricio Silva, três setores disputaram a preeminência no Ministério da Agricultura durante os primeiros meses do regime: aqueles vinculados ao presidente Jorge Alessandri, que defendiam algum apoio aos parceiros; os gremialistas, sob influência dos carabineiros, que buscavam algum sistema cooperativista; e, finalmente, os neoliberais. Estes últimos acabaram triunfando não só no Ministério da Agricultura, mas em todo processo, transformando o Chile em uma espécie de laboratório de experiências que seriam desenvolvidas em todo continente nas décadas seguintes (SILVA, 1987, p. 65).

Num primeiro momento ainda havia alguma proteção aos gêneros agrícolas, mas rapidamente a concorrência de bens estrangeiros reduziu o preço para o produtor nacional. Os produtores de leite do Sul, por exemplo, liderados por Domingo Durán, protestaram em 1977 contra os baixos preços do leite e contaram com o apoio da indústria leiteira, diferentemente dos que plantavam arroz e beterraba, que não tiveram nenhum auxílio de outros grupos sociais. Até mesmo a produção frutífera, que se tornaria importantíssima, perdeu, num primeiro momento, um de seus principais importadores, o Brasil, que passara a produzir maçãs (SILVA, 1987, p. 98.)

Embora tradicionalmente representasse os produtores do Chile central, a construção da unidade com os demais setores proprietários, durante o governo de Allende, levou os líderes da SNA a buscar a representação de todos os demais setores rurais. Desta forma, tentaram agregar os diversos ramos empresariais no apoio a Pinochet, já que não mais sofriam expropriação de suas terras nem ocupação pelos camponeses e as greves deixaram de acontecer. Desse modo, em 1980, apoiaram a constituição imposta pelo regime, via plebiscito.

Entretanto, o ano de 1982 trouxe uma nova crise no mercado mundial e o anúncio de que o México não mais pagaria sua dívida externa acarretou graves problemas, levando ao risco de falência de muitas fazendas. Um articulista do Jornal *El Mercurio*, em tom irônico, perguntou se os proprietários estavam com saudades da reforma agrária. Domingo Durán, dirigente da *Confederación de Productores Agrícolas*, entidade de proprietários rurais do Sul do país, chamava de reforma agrária aquelas visitas de agentes de bancos para cobrar dívidas.

O governo militar passou então a desenvolver uma política de apoio aos setores em crise, abandonando o fundamentalismo neoliberal, uma vez que era necessário garantir a aliança, que desde o começo sustentou o regime. Assim, em 1978, Alfonso Márquez de La Plata, presidente da SNA à época do golpe, foi o primeiro ministro civil da Agricultura (nos primeiros anos do regime a maioria dos Ministérios era ocupada por militares).

Nos anos após a crise, o setor proprietário manteve-se alinhado a Pinochet e, em 1987, quando da campanha em favor do não como resposta ao novo plebiscito previsto na constituição¹⁴, foi realizado um seminário sobre reforma agrária e todos os fantasmas do passado foram trazidos à tona. Falar em reforma agrária nos moldes dos anos 1960 seria um contrassenso, pois era preciso manter a segurança pinochetista. Após a derrota eleitoral do regime, os líderes da SNA buscaram manter-se fiéis ao que entendiam ser seu principal legado: ordem, baixa mobilização sindical e paz para produzir (AVENDAÑO; ESCUDERO,

¹⁴ A constituição de 1980 dava mais dez anos de mandato a Pinochet, que terminariam em março de 1990. Em 1988, haveria um plebiscito que perguntaria se o povo queria dar mais oito anos de mandato ao ditador. Mesmo que perdesse, Augusto Pinochet ficaria mais oito anos como comandante do exército e, depois de 1998, teria uma senatoria sem precisar disputar eleições.

2016, p. 42)¹⁵. Se entidades como a SNA normalmente apoiavam o regime, o que dizer dos movimentos camponeses? Aqueles que foram favoráveis a Allende sofreram o peso da repressão. Dona Alicia Muñoz conta que, de fato, não sabiam o que os maridos estavam fazendo nas ocupações de terra, posto que eles não lhes contavam, face ao machismo reinante na sociedade. Entretanto, o impacto dos desaparecimentos dos homens foi sentido nas primeiras horas. Para Tamara Carrasco e René Moreno, o objetivo fundamental da repressão feita pelos terratenentes, em parceria com carabineiros e membros das forças armadas, não era apenas político, mas principalmente social, tendo em vista que queriam mostrar ao camponês que ele simplesmente não tinha o direito de falar de igual para igual com o seu patrão. Por isso, e para mostrar quem mandava, o treinamento da Escola Militar no verão daquele ano foi feito em áreas predominantemente *mapuches* (CARRASCO, 2012, p. 53; MORENO, 2009, p. 65; BENGÓA, 2014, p. 254).

Um dos principais apoios recebidos pelos camponeses foi o da ala progressista da Igreja Católica. O bispo de Santiago, Dom Raúl Silva Enríques, organizou, nas primeiras horas do golpe, a *Comisión Pro Paz* e, mais tarde, o *Vicariato de la Solidariedad*, criando, desse modo, um departamento campesino. Dona Alicia, na citada entrevista, me conta que a primeira atividade pública foi organizar, em 1977, o Festival do Canto Campesino por meio da Rádio Chilena, pertencente à Igreja Católica. Entretanto, a partir de 1978, várias confederações, inclusive a *Ranquil*, tornaram-se ilegais. A repressão ainda se fazia vigorosa e o novo ministro do trabalho, Sérgio Fernández, chegou a decretar a exclusão de todos os sindicalistas e a convocação para eleições sindicais, em três dias. No exterior, protestos serviram para conter um pouco a força da repressão, uma vez que houve uma ameaça de bloqueio nos transportes aéreos e marítimos para o Chile. A nova lei sindical, porém, não era muito melhor tendo em vista que os sindicatos deveriam ser formados por empresa e as greves seriam praticamente proibidas. Alicia diz também que cada reunião sindical precisava contar com a autorização do prefeito local, mediante a apresentação de uma pauta, além de ser necessário entregar a ata da reunião posteriormente. Evidentemente, nem pauta nem ata eram verdadeiras.

Eidi Tinsman observa a feminização do trabalho rural especialmente no setor frutícola e as duras condições de vida que passavam as mulheres. Como consequência desses processos, os incipientes sindicatos também tiveram maior presença feminina, ampliando as possibilidades para discussão de temas como o cuidado das crianças e reivindicações por creches, embora, como lembra Alicia, os dirigentes homens dos sindicatos tivessem pouca sensibilidade para o tema.

Entre 1979 e 1982, a Igreja Católica organizou a *Comisión Nacional Campesina*, que depois dividiu-se. As velhas confederações buscaram rearticular-se: *Ranquil* (inicialmente *Surco*), vinculada aos comunistas, *Newen* (socialista) e as velhas entidades ligadas à Democracia Cristã, que mesmo não sendo proibidas tinham pouca presença no movimento camponês (GÓMES, 1985, p. 27; MEDEL, 2014, p. 21).

As organizações rurais não participaram vivamente dos protestos contra a ditadura que marcaram o país entre 1983 e 1986. Os pannels, os combates de rua e pequenas ações de guerrilha urbana estiveram longe do meio agrário. No campo, além da repressão, a precarização das relações de trabalho, com a possibilidade da perda do emprego a qualquer momento, era um poderoso instrumento de contenção social. Foi possível juntar-se às forças opositoras para tentar garantir a vitória contra o regime por meio do plebiscito em 1988, após o frustrado ataque armado contra Pinochet em 1986. Apesar da vitória do NÃO, não se poderia dizer que o modelo econômico e político pinochetista tivesse hipóteses de se desagregar.

¹⁵ O plebiscito realizado no Chile em 1980 não teve supervisão internacional e a oposição pôde realizar apenas um ato de campanha em um teatro fechado.

Refletindo sobre o plebiscito de 1988, é importante retornarmos ao tema *mapuche*, tendo em vista que o decreto-lei que anunciava a desagregação de suas comunidades provocou viva reação nas áreas onde sua presença era expressiva. Criaram-se, em 1979, os centros culturais *mapuche*, mais tarde chamados *Asociación Gremial de Campesinos y Artesanos Mapuche*. Entretanto, não foi possível impedir a divisão destas comunidades, que acabaram desagregadas. Os *mapuche* tinham tentado, de acordo com Bengoa (2014, p. 259), unir-se aos camponeses no início dos anos 1970 para recuperar sua terra. Bem ou mal, agora tinham uma garantia da propriedade, ainda que persista a luta em nossos dias, pois muitos ficaram excluídos do acesso à terra. Por outro lado, o regime militar, à moda neoliberal, desenvolveu políticas de subsídio a camponeses, em áreas como Cautín, por meio de aposentadorias, pensões para viúvas e programas comunais agrícolas.

A Araucana, que agrega províncias como Cautín, foi a única região onde Augusto Pinochet venceu, obtendo mais de oitenta por cento em certas comunidades. Na eleição seguinte, os candidatos de direita, que enfrentaram a oposição liderada por Patricio Aylwin, obtiveram cerca de setenta por cento dos votos. O pinochetismo conseguia construir uma base social, além das elites e dos setores médios urbanos (BENGOA, 2014, p. 245).

Deste modo, o ciclo pinochetista na presidência (não podemos dizer no poder, pois as forças armadas continuavam desempenhando importante papel na vida política do país), terminava com um campo bastante modificado. O sindicalismo, que foi praticamente abortado nos anos quarenta e que floresceu a partir da ascensão de Eduardo Frei, encontrava-se desagregado. O velho latifúndio com relações paternalistas também não mais existia. O camponês ou a camponesa moravam agora nos *vilorios*, pequenas cidades, de onde partiam para o trabalho. Quase um século depois, a agricultura voltou a exportar, nos moldes neoliberais, produtos florestais (a partir de áreas do Sul, concedidas às vezes a favoritos do regime) e frutas frescas para a contra estação no Hemisfério Norte, porém o cobre continuava a ser o “soldo do Chile”, na feliz expressão do presidente Salvador Allende. A década de 1990, contudo, se iniciaria sob o signo de uma democracia liberal, sob tutela militar.

3 CONCLUSÃO

Como em toda a América Latina, a Revolução Cubana despertou as mais profundas esperanças e os mais apavorantes temores em amplas camadas sociais do Chile. Para os setores de esquerda, muitas vezes originários da classe média, ela era a vitória possível, de acordo com o mito de que uma dezena de guerrilheiros derrubaria um exército. Para os setores moderados das elites políticas, a reforma agrária, seguindo a receita de *policy makers* estadunidenses, era a vacina para evitar o desastre. Para as elites proprietárias, que eram o alvo destes processos, a reforma era a tradução de tudo o que não precisavam. Desde a crise de 1929, acreditavam pagar o preço da industrialização. Na verdade, muitos destes proprietários, em especial os do Chile central, apareciam pouco em suas fazendas, mas agora começavam a valorizá-las. No Sul, inicialmente compraram o discurso da modernização, acreditando na lenda de que eles mesmos tinham construído aquela região e de que antes deles nada existia a não ser índios iletrados. Mas os índios iletrados em questão mantinham a memória de muita luta e, nas palavras de José Bengoa, os “caciques ricos” cultivavam suas terras e quando as razias promovidas pelo exército, a partir de 1866 tornaram-se mais agudas, passaram a criar gado. Seus descendentes lembravam muito bem onde se localizava a terra que os colonos haviam cercado. A reforma agrária não foi pensada para eles, mas sentiram que poderiam agarrar o seu momento. O camponês do Chile central, visto por seu patrão como “índio”, no pior sentido da palavra, também sonhou que poderia ser o proprietário de sua terra. Talvez não quisesse ser o grande patrão, mas um “*patrón en chiquito*”, tendo em

vista que muitos contrataram gente para trabalhar nos assentamentos organizados no governo de Frei, como lembra Bengoa (BENGOA, 2015, p. 287).

Sonhos para uns, pesadelos para outros, o processo começou a se desenvolver em 1962. Thompson nos mostra que a lei é, antes de tudo, o espaço em disputa e a vitória não está garantida (THOMPSON, 1997, p. 231). Se os planejadores do governo de Jorge Alessandri pensaram aprovar uma lei de reforma, só por “*saludo a la bandera*”, estavam completamente equivocados. A partir do governo de Eduardo Frei, o processo acelerou-se. A reforma era quase um consenso, mas a questão era como fazê-la. Diferentemente do Brasil, onde isso era discurso, já que os interessados em sua não realização se encastelaram na burocracia do governo Castillo Branco, no caso chileno a reforma foi acelerada por Eduardo Frei e disparou no governo Allende. Em menos de três anos houve mais expropriações do que em seis anos do governo de Frei. Como vimos, ficou a memória da disfuncionalidade, mas provavelmente uma análise mais acurada poderá levar a outros resultados.

Quando sobreveio o golpe empresarial-militar de 1973, não houve como simplesmente voltar a 1962, tendo em vista que as mudanças tinham sido grandes demais, no sentido de que fazendeiros se exilaram e terras divididas passaram a outras mãos. O trabalho iniciado no governo Frei e mantido no de Salvador Allende, no tocante à plantação de frutas, continuaria a ser desenvolvido e colhido por Pinochet. Como em todo continente, o êxodo rural seguia, mas não mais para fábricas. O Chile se desindustrializou.

A receita neoliberal era clara e o país de Violeta Parra inseriu-se no mercado internacional rapidamente, mas ficou exposto a crises econômicas, como a de 1982. Passada a era pinochetista, as elites empresariais articuladas na SNA e em outras organizações continuaram defendendo o legado do regime. Quando o Mercosul pôde finalmente tecer acordos comerciais com o Chile, as elites, evidentemente, resistiram, mas aquilo que para eles era um legado de segurança deixado pelo regime militar deveria ser mantido. Daí os protestos *mapuche*, na luta pela recuperação de suas terras, serem interpretados como “terrorismo” pelos dirigentes da SNA.

Quanto aos movimentos campesinos, a luta continuaria nos anos noventa. Para Alícia Muñoz, as diversas confederações têm uma atitude exageradamente moderada e são pouco sensíveis aos temas femininos. Daí a criação da *Asociación de Mujeres Rurales*, mais tarde indígenas. Tais confederações continuam sustentando a bandeira de uma nova reforma agrária, porém não mais calcada no produtivismo dos anos 1960, mas na produção de alimentos saudáveis e gerados localmente. De sua capacidade de mostrar a outros setores que esse objetivo não se limita ao campesinato, depende a possibilidade de efetivar tais resultados. Por enquanto os terratenentes continuam demonstrando que os objetivos válidos para toda sociedade são os seus. A memória camponesa é a da perda de milhares de vidas humanas nos incontáveis massacres enquanto a memória terratenente ainda lamenta a perda de propriedades. São memórias que combatem pela hegemonia na sociedade chilena.

REFERÊNCIAS

AVENDAÑO, Octavio. **Los Partidos Políticos Frente a la cuestión Agraria em Chile**. Santiago: Lom, 2017.

AVENDAÑO, Octavio; ESCUDERO, María Cristina. Elitismo y Poder Gremial en la Sociedad nacional de Agricultura. **Revista Ciencias Sociales**. Santiago do Chile: Universidade Católica de Chile, n. 20, 2016.

BENGOA, José. **Historia Rural de Chile Central**. Santiago. Lom Editores, Tomo 2, 2015.

BENGOA, José. **Mapuche, Colonos y Estado Nacional**. Santiago, Catalónia, 2014.

CARRASCO, Tamara-Chimena. **El campesinado entre Frei y Pinochet**. Testimonios de la Reforma Agraria en tres momentos: comunitaria, socialista y contrarreformista. Huelquén, Paine (1967-1976). Santiago: Universidad de Santiago, Tesis de Magister, 2013.

CORRÉA, Martín. **La Reforma Agraria em las Tierras Mapuches**. Santiago: Lom, 2005.

GÓMEZ, Sergio. **Movimiento Campesino en Chile**. Santiago: Flacso, Documento de Trabajo 246, 1985.

HERNÁNDEZ, Ovídio Cárcamo. Movimiento Campesino Revolucionario y Consejos Comunales Campesinos de base. Una experiencia de Poder Popular en Chile. **Revista Desato**. Barcelona, Universitat autònoma de Barcelona, n. 52, p.191-204. 2016.

LOVEMAN, Brian. **The Struggle in the Countryside: Politics and Rural labor in Chile 1919-1973**. Indiana, 1976.

MEDEL, Rodrigo. Movimiento Sindicalista Campesino en Chile. 1924-2000. **Santiago**, Sipistra, n. 2, 2014.

MORENO, Juan René Maureira. **Enfrentar con la Vida a La Muerte: Historia y Memorias de la Violencia y el terrorismo de Estado em Paine**. Santiago, tesis de Licenciatura en Historia, 2009.

OLIVARES, María Angelica Illanes. **Movimiento en la tierra: Luchas campesinas, resistencia patronal y política social agraria**. Chile, 1927-1947. Santiago: Lom, 2019.

ÓRDENES, Mathias. Cuando la Mano de Obra se Subleva: estrategias terratenientes durante la reforma agraria chilena (1964-1973). **Revista História Agraria**, Baelona: Sociedad de Historia Agraria, p. 201-230. 2018.

OSZLAK, Oscar. **La Trama Oculta del Poder: Reforma Agraria y Comportamiento Político de Los Tierratenientes Chilenos (1958-1973)**. Santiago: Lom, 2016.

OTERO, Luiz Gamarra. Un Testemuño Personal. In: BARRANTES, S. (org.). **A Trinta y Ocho Años de la Reforma Agraria**. Lima: Fundación Herbert Bustamante de la Fuente, 2007.

OVALLE, María Angelica; VICUÑA, Angela. **La Reforma Agraria Chilena: Testemuneo de sus Protagonistas**. Santiago: Memoriter, 2013.

PERALTA, José. (org) **A Desalambrar: Historia de Mapuches e Chilenos em la Lucha por la Tierra**. Santiago: Lom, 2006.

PÉREZ, Cristian. La Guerrilla Rural en Chile. La Batalla por el Fundo San Miguel. **Estudios Públicos**, Santiago: Sociedad de Estudios Públicos, n. 78, oct./dic. 2000.

ROJAS, Nestor Orlando Espinosa. **La política socialista en torno al agro en Chile. 1932-1939**. Maldivia: Instituto de Historia y Ciencias Sociales, Tesis de Licenciatura, 2015.

SEGUEL, Mathias Calderon. **Memorias de la Reforma Agraria**: La lucha por la Tierra en el Valle de Longotoma. Santiago: Lom, 2012.

SILVA, Patricio. **Estado, Neoliberalismo y Política Agraria em Chile (1973-1981)**. Amsterdam: Sedla, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TINSMAN, Eidi. **La Tierra para El Que la Trabaja**: Género, Sexualidad y Movimientos Campesinos em la Reforma Agraria Chilena. Santiago: Lom Editores, 2009.

ULLOA, Roberto Santana. **Agricultura Chilena em El Siglo XX**: Contextos, Actores Y Espacios Agrícolas. Santiago: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2006.

VASCONCELOS, Joana Salen. Reforma Agrária e Socialismo na América Latina. *In*: RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk; SECRETO, Verónica. **Agrarismos**: Sociologia e História do Rural Contemporâneo. Rio de Janeiro: Mauad, p. 237-257. 2017.

A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE LINGUÍSTICA SURDA: A NARRATIVIZAÇÃO AVALIATIVA SURDA SOBRE LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS

Marília do Socorro Oliveira Araújo¹
Elenilce Reis Farias Peixoto²
Rosângela do Socorro Nogueira de Sousa³

RESUMO

Este trabalho é um recorte de pesquisa cuja base teórica abarca a Análise de Discurso Crítica (ADC) e os Estudos Surdos. Objetiva-se, de modo geral, analisar como são avaliados alguns aspectos do mundo (relação com a Língua Portuguesa e a Libras) por uma aluna surda. Especificamente, busca-se identificar como a estudante surda narrativiza sua experiência e, por conseguinte, compreender as implicações dessas avaliações para seu processo de identificação. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de base etnográfica. O objeto são respostas obtidas a partir de uma entrevista com uma estudante surda sobre a sua experiência com a Língua Portuguesa. A análise de dados foi conduzida a partir da ADC e da Linguística Sistêmico Funcional (LSF). A função discursiva pontuada aqui é a identificacional, a partir da análise da categoria avaliação. Os resultados apontam para uma construção negativa sobre a Língua Portuguesa e seu ensino e positiva sobre a Libras, constituindo uma identidade que se afasta da perspectiva ouvintista sobre a surdez assim como da relação entre o surdo e o ensino da Língua Portuguesa como sua segunda língua.

Palavras-chave: Identidade surda. Discurso. Língua Portuguesa. Libras.

THE CONSTITUTION OF DEAF LINGUISTIC IDENTITY: THE DEAF EVALUATIVE NARRATIVIZATION ABOUT PORTUGUESE LANGUAGE AND LIBRAS

ABSTRACT

This work is an excerpt of research whose theoretical basis encompasses Critical Discourse Analysis (ADC) and Deaf Studies. The objective is, in general, to analyze how some aspects of the world (relationship with the Portuguese language and Libras) are assessed by a deaf student. Specifically, it seeks to identify how the deaf student narrates her experience and, therefore, to understand the implications of these assessments for her identification process. Methodologically, this is a qualitative, ethnographic research. The object is answers obtained from a short interview with a deaf student about her experience with the Portuguese language. The data analysis was conducted from the ADC and Functional Systemic Linguistics (LSF). The discursive function punctuated here is the identification, from the analysis of the evaluation category, seeking to identify how the deaf student narrativizes their experience, constituting their identity. The results point to a negative construction about the Portuguese Language and its teaching and positive about Libras (Brazilian Sign Language), constituting an identity

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista FAPESPA. E-mail: lilia_olive@hotmail.com

² Mestre em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI) pela Universidade Federal do Pará. Professora da Universidade Federal Rural da Amazônia. E-mail: nilcefariasreis@gmail.com.

³ Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará. Professora Adjunto I da Universidade Federal do Pará (Campus Universitário de Abaetetuba). Professora do Programa de Pós-graduação PPGCITI (UFPA/Campus de Abaetetuba e da Faculdade de Ciências da Linguagem-FACL E-mail: ronogueiraufpa@gmail.com

that departs from the listener's perspective about deafness as well as the relationship between the deaf and the teaching of Portuguese language as their second language.

Keywords: Deaf Identity. Discourse. Portuguese Language. Libras.

Data de submissão: 25.04.2021

Data de aprovação: 23.05.2021

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema a constituição da identidade linguística surda, a partir da narrativização avaliativa surda sobre Língua Portuguesa e Libras. Objetiva-se analisar como são avaliados alguns aspectos do mundo, neste caso a relação com a Língua Portuguesa e a Libras, por uma aluna surda. Especificamente busca-se identificar como a estudante surda narrativiza sua experiência de ser surda falante de Libras como sua primeira língua e tendo a Língua Portuguesa como sua segunda língua, neste caso ensinada a ela na modalidade escrita no ambiente escolar, e assim, compreender as implicações das avaliações feitas pela aluna para seu processo de identificação. Assim, temos como pergunta de pesquisa: como a aluna surda avalia discursivamente a Língua Portuguesa e a Libras no contexto de sala de aula?

Nosso interesse nessa questão é justificado pela teoria que baseia este estudo, a Análise Crítica do Discurso (ADC), de vertente britânica, tendo como principal representante Norman Fairclough. A ADC, em um sentido amplo, refere-se a um conjunto de abordagens científicas interdisciplinares para estudos críticos da linguagem como prática social, e define-se pela motivação de “investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada pelo uso do discurso” (WODAK, 2004, p. 225).

Desse modo, partimos da hipótese de que a aluna surda ao narrativizar sua experiência acerca das línguas em questão tem a possibilidade de afirmar discursivamente sua identidade linguística e desmistificar olhares pejorativos atribuídos à Libras e a surdez. Essa condição é representada discursivamente e a perspectiva da linguagem como parte irreduzível da vida social pressupõe relação interna e dialética entre linguagem e sociedade, uma vez que questões sociais são, pelo menos parcialmente, também questões discursivas e vice-versa. Assim, além de ser um modo de representar o mundo e de interagir nele, a linguagem como discurso também é um modo de identificar a si mesmo/a e a outrem.

A Língua Portuguesa e a Libras são as línguas que transitam o cotidiano das pessoas surdas no Brasil. A educação de surdos está respaldada pela Lei 10.436/2002, pelo Decreto 5.626/2005 e pela Lei 13.005/2014, o qual estabelece o Plano Nacional de Educação para o período de 2014-2024. Essa legislação apoia a educação bilíngue, ou seja, reconhece que as duas línguas em questão devem estar presentes na formação do aluno surdo, sendo uma língua de instrução (língua usada na interação) e língua de ensino (língua que faz parte do currículo para ser ensinada). A Libras é reconhecida como primeira língua das pessoas surdas e a Língua Portuguesa como segunda, na sua modalidade escrita. O bilinguismo constitui um ponto de partida para uma discussão política sobre as questões de identidades surdas, relações de poder e conhecimento entre surdos e ouvintes (QUADROS, 2019). É neste campo de discussão que situamos esta pesquisa, pois a realidade da educação de surdos comporta ainda muitas barreiras, preconceitos históricos que dificultam a convivência pacífica entre surdos e ouvintes no que diz respeito ao processo comunicacional. Este estudo conta ainda com os estudos de Perlin (2013) e Strobel (2009), ambas escritoras surdas que discutem acerca da identidade surda e as lutas da comunidade para a garantia do que consideram como seus direitos.

O conceito de narrativização utilizado neste trabalho advém de Thompson (2011), o qual concebe a narrativização como uma estratégia de operação da ideologia. Esse conceito pontua que as “exigências [da legitimação] estão inseridas em histórias que contam o passado

e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável” (THOMPSON, 2011, p. 83). Nesse sentido, diante da ação de narrativizar experiências sobre determinados aspectos do mundo, possíveis relações de dominação podem ser sustentadas. Outrossim, a narrativização pode servir como superação dessas relações de dominação. Nesse contexto, a operacionalização desse conceito subsidia a discussão acerca de como uma aluna surda se posiciona quando se expressa acerca da Libras e da Língua Portuguesa em seu contexto de vivência.

No que diz respeito ao termo identificação, nos apoiamos principalmente em Fairclough (2003) que utiliza o termo identificação para destacar o processo contínuo em que as pessoas se identificam e são identificadas. A identificação refere-se ao processo de construção das identidades, um processo nunca completo, nunca fechado, e sim, fluido e dinâmico (HALL, 2014).

O caminho metodológico percorrido foi a partir da abordagem qualitativa. A metodologia de coleta de dados se deu a partir da etnografia, cuja realização ocorreu em uma escola de ensino regular, localizada no município de Abaetetuba, no estado do Pará. Apresentamos uma transcrição, em glosa⁴, de um texto proferido por uma aluna surda. A análise de dados se deu a partir da categoria Avaliação e descrição léxico-gramatical da Linguística Sistêmico Funcional (LSF). Trata-se de um estudo piloto que abarca um projeto maior acerca das identidades surdas. No caso desta pesquisa, a função discursiva a qual nos deteremos é identificacional e volta-se para a formação de identidade pessoal, particular e transformadora.

A afirmação identitária é essencial para apoiar as lutas de grupos que, inseridos em um contexto de desigualdade, sofrem com a exclusão em diferentes aspectos. As pessoas surdas possuem identidade cultural e linguística específica e essa especificidade é conflituosa no convívio social, pois a sociedade está estruturada de modo que não os contempla com condições iguais de acesso e oportunidades. Assim, a luta da comunidade surda pelo reconhecimento e apoio de sua identidade linguístico cultural é progressiva.

1 PESSOAS SURDAS: UMA MINORIA LINGUÍSTICA

A relação de poder existente entre povos sempre foi marca profunda no processo de construção de uma identidade própria, devido a dominância de um impor ao outro sua identidade e cultura. Desde tempos remotos, povos são subjugados e forçados a adquirirem uma cultura alheia a si. Isso acontece ainda hoje com o povo surdo que há muito tempo vem lutando contra a hegemonia ouvintista que subjuga a capacidade de relação surda, rechaçando-a como se não houvesse espaço para uma identidade própria:

[...] apesar de esmagados pela hegemonia ouvinte que tenta anular a sua forma de comunicação (a língua de sinais), procurando assemelhá-los cultural e linguisticamente aos ouvintes, resistem a essa imposição, reivindicando seus direitos linguísticos e de cidadania. (SILVA, 2006, p. 15-16).

Essa minoria durante muito tempo não foi vista sob um olhar de diferença linguística, mas sim com um olhar de exclusão, o qual tenta abafar a constituição da sua identidade e cultura. Hoje, os surdos lutam “pelo direito de ser surdo” (PERLIN, 2013, p. 51) em meio a uma sociedade ouvinte majoritária. Isso não necessariamente reflete o querer estar no mesmo espaço físico que os ouvintes, pois estar no mesmo espaço não necessariamente garante a

⁴ McCleary; Viotti e Leite (2010) definem glosa como uma ferramenta necessária para constituir e aproximar visualmente os textos da língua fonte, a Libras, e da língua alvo, o Português, com o intuito de realizar análise e comparação dos enunciados. A glosa se constitui em palavra grafada em maiúsculo, que representa o sinal com sentido equivalente.

inclusão, tendo em vista que a inclusão deve pressupor, no mínimo, a autonomia de interlocução. Sobre o discurso de inclusão:

É importante compreender que esses discursos inclusivos, da maneira como são construídos e difundidos, acabam por reduzir o conceito de diferença, fazendo com que ele seja entendido como mera diversidade ou como simplesmente o oposto de igualdade. (RODRIGUES; BEER, 2016, p. 664).

Dessa maneira, a classificação dos surdos como “deficientes”, denominação fortemente negada pela comunidade surda, é a materialização da exclusão dada pela separação entre a normalidade pregada pela cultura ouvintista e a anormalidade baseada no (não) desenvolvimento da língua oral. De toda maneira, os surdos dispõem de uma língua natural, com a qual agem socialmente e apresentam sua percepção de mundo a partir da modalidade viso motora e não oral auditiva. Desse modo, não há neles a falta de, mas a existência de uma língua que lhe é suficiente para virtualizar o mundo. Desta feita, não há motivo, a não ser a discriminação, para que os surdos sejam nomeados como “deficientes”. Perlin afirma que:

A violência contra a cultura surda foi marcada através da história. Constatamos, na história, a eliminação vital dos surdos, a proibição do uso de língua de sinais, a ridicularização da língua, a imposição do oralismo, a inclusão dos surdos entre os deficientes, a inclusão dos surdos entre os ouvintes. (PERLIN, 2004, p. 79).

Todas essas ações resultam em “trucidamento da identidade surda” (PERLIN, 2004, p. 79), em função de um modelo de identidade ouvinte que os julga incapazes. Para Perlin, essa subjugação constitui o “surdicídio”, pois muitos sofrem por aceitar a menos valia social imposta, que, segundo a autora, “é como uma violência silenciosa que continua agindo” (2004, p. 80). É importante considerar que as diferenças não são um dado, a priori, mas:

[...] se constroem histórica, social e politicamente; não podem caracterizar-se como totalidades fixas, essenciais e inalteráveis; as diferenças são sempre diferenças; não devem ser entendidas como um estado não desejável, impróprio, de algo que cedo ou tarde voltará a normalidade; as diferenças dentro de uma cultura devem ser definidas como diferenças políticas – e não simplesmente como diferenças formais, textuais ou linguísticas[...]. (SKLIAR, 1999, p. 22-23).

A perspectiva ouvintista sobre a surdez se aproxima da perspectiva médica e se afasta da perspectiva antropológica quando designa o estudo do surdo do ponto de vista da deficiência, da clinalização e da necessidade de normalização. A ideia de ouvinte presume uma noção que identifica a “nós ouvintes” em contraste com “aqueles surdos” (PERLIN, 2013, p. 59), noção que compreende a diferença como desigualdade, colocando como hegemonia que pauta a relação do sujeito surdo com o sujeito ouvinte e a relação daquele com o mundo. Além disso, cabe dizer que o ouvintismo não é ligado ao preconceito e não é o mesmo que oralismo, mas uma perspectiva ideológica dominante.

O ouvintismo deriva de uma proximidade particular que se dá entre ouvintes e surdos, no qual o ouvinte sempre está em posição de superioridade [...] em sua forma oposicional ao surdo, o ouvinte estabelece uma relação de poder, de dominação em graus variados, em que predomina a hegemonia por meio do discurso e do saber. (PERLIN, 2013, p. 59).

Nesse sentido, Quadros (2005) considera problemático o discurso de inclusão, notadamente, segundo o modelo da escola inclusiva brasileira, na medida em que este impõe o bilinguismo. Chamamos a atenção para a exigência do bilinguismo como uma determinação

restrita ao surdo. Em “O ‘Bi’ do bilinguismo na educação de surdos” (2005, p. 26), Quadros identifica que ao surdo na escola é prescrita a condição bi-partida, em que a Libras é um meio de ensino da Língua Portuguesa. A “inclusão” da Libras não faz dessa língua o meio de acesso ao conhecimento.

O bilinguismo e o biculturalismo denotam uma exigência da diversidade imposta pela sociedade anfitriã ao surdo, uma definição sujeita ainda a manter cambaleante a comunidade surda. São, assim, uma forma de etnocentrismo: bilinguismo e biculturalismo mascaram normas, pois mantêm a diferença cultural surda como se ela fosse incômoda (PERLIN, 2004, p. 56). Esse processo produz uma interferência na constituição do grupo surdo, portanto, da identidade surda e, assim, no desejo do discurso surdo: a vontade de constituir a própria voz e admiti-la no espaço social mais amplo.

Entendemos a cultura surda como diferença, o mundo de experiência surda como, sobretudo, visual e não ouvinte. Os discursos hegemônicos narram a condição de surdo e impõe ao surdo a condição de não ouvinte como marca de afetação. Ao combater a perspectiva ouvintista da condição de ser surdo, é importante considerar o que Skliar defende quando afirma que:

Dar lugar às narrações surdas sobre a surdez constitui, dessa forma, um processo de desouvintização. O processo de desouvintização mencionado supõe, entre outras coisas, uma denúncia acerca das práticas colonialistas dos ouvintes sobre os surdos e, ao mesmo tempo, uma desmistificação das narrativas ouvintes hegemônicas sobre a língua de sinais, a comunidade e as produções culturais dos surdos (SKLIAR, 1999, p. 24).

Ao estabelecer esse protagonismo começamos a abrir os espaços de luta por políticas públicas que se encontram regulamentadas na legislação brasileira como discurso de direitos. Na lei que regulamenta a Libras, de 2002, há o reconhecimento da língua. A emergência dessa lei favoreceu a profissionalização do intérprete e despertou uma proliferação de pesquisas da questão surda nos seus diversos aspectos. A Lei nº. 10.436, em seu artigo 1º institui:

É reconhecido como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único – Entende-se como Língua Brasileira de Sinais Libras – a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

O reconhecimento legal da Libras como uma língua natural abre o espaço para a discussão da necessidade dessa língua ser inserida como objeto de ensino na escola. No entanto, ainda não presenciamos ações efetivas que retirem a Libras de língua de instrução e a coloque como língua ensinada no sistema escolar brasileiro. Outro documento que cria uma representação institucionalizada sobre a surdez é o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, Art. 2º, que define a pessoa surda:

Para fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. (BRASIL, 2005).

Nessa definição, vê-se a refração do ser surdo e a assunção da surdez a partir da noção ainda de deficiência, denominada deficiência auditiva. Perlin (2013) define a surdez como

diferença surda, portanto, aborda a surdez na perspectiva da igualdade de direitos, assim admite a forma de resistência surda, como um elemento partícipe na constituição da territorialidade destes sujeitos. Dessa forma, as comunidades surdas mundialmente vêm se organizando sócio politicamente contra essa exclusão que os priva de um convívio social de bem-estar comum.

Nessa perspectiva, atentamos ao campo discursivo como constituinte/parte das práticas sociais capaz de formar olhares acerca da surdez, seja do ponto de vista ouvinte, seja do surdo, pois “questões sociais são, em parte, questões de discurso”, e vice-versa (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 15). Como exemplo, retomamos de Skliar (1997) as considerações sobre o binarismo latentes no campo da surdez para quem o binarismo atrela ao primeiro termo à adequação à norma cultural e o segundo como existente apenas em oposição à norma e inevitavelmente nela. Esses binarismos:

[...] estão atrelados à produção de uma oposição entre audição e visão: ouvinte/surdo; maioria/minoria; oralismo/bilinguismo; ouvintismo/gestualismo; língua oral/língua de sinais; cultura dos ouvintes/cultura dos surdos; ou, até mesmo, à oposição entre diferença/deficiência. (RODRIGUES; BEER, 2016, p. 666).

Dado que esses binarismos são, a prioristicamente construções discursivas, sua adoção na narrativização da condição da surdez como fato social pode impactar diretamente nas práticas sociais das comunidades surdas e, mais ainda, na relação que se estabelece entre surdos e ouvintes. Em vista disso, consideramos a pertinência de se ancorar em uma perspectiva de estudo que se coloque como ciência engajada, a ADC, que assumimos como aporte teórico metodológico deste trabalho a fim de compreender os discursos da aluna surda como um momento das práticas sociais.

2 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA: UM MODELO TEÓRICO METODOLÓGICO INTERDISCIPLINAR

Dada a perspectiva de que a ADC é uma abordagem interdisciplinar para estudos críticos da linguagem como prática social, e que se propõe a subsidiar abordagens sociodiscursivas, que buscam desvelar questões de poder e ideologia subjacente ao discurso (RAMALHO; RESENDE, 2016, p. 14), ela se coloca como perspectiva pertinente para tratar dos discursos sobre a surdez a partir da narrativização do surdo.

É habitual, definir a comunidade de surdos, como uma minoria linguística. Essa descrição está baseada no fato de que a língua de sinais é utilizada por um grupo restrito de pessoas as quais em uma definição tradicional deveriam viver uma situação de desvantagem social, de desigualdade e participar de uma forma limitada na vida da sociedade majoritária. (SKLIAR, 1999, p. 87).

Dada essa condição, a ADC aponta o caminho para a análise porque “teoriza em particular a mediação entre o social e o linguístico” (SILVA, 2010, p. 110). Para a ADC, a linguagem perpassa todos os níveis da vida social: estruturas (fixas), práticas (intermediária) e eventos (flexíveis). Em linhas gerais, segundo Ramalho e Resende (2016, p. 17) constitui a estrutura, o sistema linguístico; a prática social, a ordem do discurso e o evento, o texto. “O conceito de prática social refere-se a uma entidade intermediária, que se situa entre as estruturas sociais mais fixas e as ações individuais mais flexíveis” (RAMALHO; RESENDE, 2016, p. 16). A linguagem, neste caso, é entendida como “prática social e como instrumento de poder” (RAMALHO; RESENDE, 2016, p. 13), manifestando-se nas relações sociais através dos discursos individuais e coletivos.

Embora a ADC apregoe a existência de dois significados de discurso, cabe dizer que discurso, aqui, refere-se a uma maneira mais particular de representar experiências vivenciadas

no mundo (RAMALHO; RESENDE, 2016, p. 19). Tendo isso em mente, a análise se dará sobre a forma como um sujeito surdo discursiviza sua experiência no/com o mundo.

Ainda sobre a posição do discurso em ADC, esse é determinado pelas estruturas sociais, mas, ao mesmo tempo, tem efeito sobre a sociedade ao reproduzir ou transformar tais estruturas. Assim, o discurso configura-se como a maneira de agir sobre o mundo e as/os outras/os e a maneira de representar a realidade, o que pressupõe a manutenção de relações de poder e modos de operação de ideologias, bem como transforma, constitui relações sociais e identidades (FAIRCLOUGH, 2003).

Segundo Ramalho e Resende (2016), a ADC toma a linguagem como discurso, entendido como um momento, uma parte, de toda prática social, como uma parte irredutível do modo como agimos e interagimos, representamos e identificamos a nós mesmos, aos outros e a aspectos do mundo por meio da linguagem. Os modos (agir, interagir, representar e identificar) como o discurso se figura nas práticas sociais estão correlacionados com os três principais significados do discurso, que são: significado acional, representacional e identificacional. Estes significados estão ligados aos elementos de ordem do discurso que são gêneros, discursos e estilos. Assim, tal como os elementos de ordens do discurso, os significados do discurso exercem uma relação dialética e são internalizados uns pelos outros.

Para realizar a análise de discurso crítica é fundamental compreender a LSF, pois ela é, de acordo Fairclough (2003), uma teoria que é voltada para a compreensão da relação entre a linguagem e outros elementos constituinte da vida social, haja vista que o sistema social representa e relaciona-se com as manifestações linguísticas implícitas e explícitas da prática social. “Ela é voltada para a descrição da linguagem como uso em determinado contexto, pois se entende que é o uso da linguagem que molda o sistema” (SILVA, 2010, p. 112). Ademais, é a LSF que dará base para a descrição linguística e ADC através de categorias analíticas.

A LSF caracteriza-se como teoria semiótica preocupada com todas as manifestações e usos da linguagem, buscando sempre desvendar como, onde, por que e para que o homem usa a língua, assim sua grande preocupação é o significado e não a forma sendo, portanto, uma teoria da comunicação humana, ainda assim, o significado é determinante da forma, pois conforme a necessidade do falante em contextos específicos, as escolhas do uso da forma expressam significado desejado (BARBARA, 2009).

Dessa forma, não se pode considerar o texto isolado do contexto, sua constituição abrange os dois aspectos para a realização de análises pautando-se na metafuncionalidade. Segundo Silva (2010), metafunções são denominadas ideacional, interpessoal e textual. Dentro da LSF, a metafunção ideacional se constitui por uma transitividade que abrange processos, participantes e circunstâncias, sendo processos os elementos lexicais; os participantes são elementos que se associam a processos e as circunstâncias que exprimem modo, tempo etc. Já os processos se dividem em material, relacional e mental, havendo ainda relação com instâncias de experiências, que são ação e eventos, estado e relações abstratas com o mundo real e registros mentais de nossas experiências anteriores⁵.

Os conceitos da LSF foram rearticulados por Fairclough a fim de subsidiar linguisticamente a ADC. Assim, a LSF orientará a ADC na aplicação das categorias analíticas que são provenientes de cada significado do discurso (acional, representacional e identificacional). O significado identificacional em ADC é um dos significados do discurso (Fairclough, 2003) que estabelece relação dialética com outros significados: acional e representacional. Segundo Ramalho e Resende (2016), o significado acional/relacional do discurso é relativo a modos de (inter)agir discursivamente, a gêneros, os quais estão para além de gêneros textuais, são antes gêneros discursivos “tipos de linguagem ligados a uma atividade social particular” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 63). O Significado

⁵ Para um estudo mais aprofundado, consultar Halliday (2004); Fuzer e Cabral (2014).

representacional está ligado a maneiras particulares de representar aspectos do mundo. É associado a discursos considerados como “tipo de linguagem usado para construir algum aspecto da realidade de uma perspectiva particular”.

Por sua vez, o significado identificacional é relativo à maneira de identificar(-se) e associa-se a *estilos*. Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 63), refere-se a *estilo* como o “tipo de linguagem usado por uma categoria particular de pessoas e relacionado com sua identidade”, corroborando a isso, Ramalho e Resende (2016, p. 52-53), afirma que *estilos* são maneiras de identificar a si e a outros, o que pressupõe identidades sociais e individuais. Essas identidades são modos de representar o mundo e interagir nele, a linguagem como discurso também é um modo de identificar a si mesmo/a e a outrem.

Esse discurso de identificar a si mesmo e ao outro posiciona-se através de afirmações e negações que ocorrem no campo discursivo e se manifestam nas relações e práticas sociais, pois o tipo de linguagem usado em uma categoria particular de pessoas, “expressa, de alguma forma, como essas pessoas se identificam e como identificam os outros” (RAMALHO; RESENDE, 2016, p. 67).

Segundo Fairclough (2003), a identificação é um processo complexo, devido haver diferença entre aspectos pessoais e sociais, entre identidade social e personalidade. O autor afirma que “a identidade não pode ser reduzida à identidade social, que parte significa que a identificação não é um processo puramente textual, não somente uma questão de língua.” (p. 179). A comunidade surda possui identidade coletiva enquanto grupo de resistência que luta contra a exclusão social, ainda assim, as identidades individuais são várias, pois abrangem a diferença surda. Essas são, ainda, da ordem do gênero, da sexualidade, da classe social; entre o surdo de família ouvinte e o surdo de família surda; entre o “surdo implantado” (uso de aparelho auditivo) e “surdo não-implantado”. Portanto, a identidade surda é híbrida. Perlin (2013), classifica as identidades surdas em identidade política, híbrida, flutuante, embaçada, de transição, entre outras.

Para executar uma análise acerca das formas de identificação, a ADC estabelece categorias de análise, entre elas: Avaliação, Coesão, Estrutura Genérica, Identificação Relacional, Intertextualidade etc. Para proceder este estudo, faremos uso da categoria analítica Avaliação. Conforme Ramalho e Resende (2016), essa categoria é moldada por *estilos*, no que se refere a apreciações ou perspectivas do locutor, mais ou menos explícita, refletindo sobre aspectos do mundo, avaliando em *bom* ou *ruim*, desejável ou não e assim sucessivamente. Essas avaliações refletem a relação que o sujeito tem com o mundo do ponto de vista da atribuição de valor, indicando que “o modo como as pessoas se expressam nos textos é uma parte importante da maneira como elas se identificam, ou seja, a estruturação de identidades.” (FAIRCLOUGH, 2003).

A categoria avaliação pode ser materializada em quatro (4) traços textuais: declarações com juízo de valor; declarações com modalidades deônticas; declarações com verbos de processos mentais afetivos e pressuposições de valor.

Declarações com juízo de valor são, segundo Fairclough (2003), declarações que exprimem o que se deseja ou não, o que é bom e o que é ruim. Em casos mais óbvios, elas se apresentam sobre forma de processo relacional, onde o atributo (que pode ser um adjetivo ou sintagma nominal, ou até mesmo o verbo) concentra o juízo de valor.

Antes de adentrar na questão dos dados, é importante mencionar que este estudo é de natureza qualitativa. Esse tipo de pesquisa lança mão de diversos materiais empíricos, e em se tratando de pesquisa em ADC, os textos são utilizados como principal material empírico (RAMALHO; RESENDE, 2016, p. 75). Esse estudo faz parte de um projeto maior, vinculado ao nosso grupo de pesquisa, que se debruça diante de estudos de grupos minoritários e seus direitos, à luz da ADC. A comunidade surda, representa então o grupo de minoria linguística ao qual investigamos. Assim, esse projeto maior que deu origem a esse trabalho, investiga os

processos de escolarização, inclusão e identidades de pessoas surdas em escolas públicas do município.

Para isso, faz-se necessária a articulação entre a ADC e Etnografia. A etnografia tem por objetivo, conforme Geertz (1989, p. 10), “o alargamento do universo do discurso humano”. Magalhães, Martins e Resende (2017), pontuam sobre a importância de seguir uma abordagem etnográfico-discursiva para o estudo do discurso. Pontuam também que é de suma importância relacionar o texto ao contexto social e seus participantes para a compreensão textual. Isso implica não perder de vista o papel do discurso na compreensão dos momentos da prática social. Portanto, a ADC e a Etnografia podem assim, segundo Magalhães, Martins e Resende (2017), ser complementárias para a coleta e a análise de dados. Essa relação de complementaridade é articulada para a análise das práticas sociais de que os textos são parte.

O *locus* da pesquisa para esse estudo foi uma escola de ensino regular, localizada no município de Abaetetuba, no estado do Pará. Esta escola recebe pessoas surdas para estudarem nas diversas turmas ofertadas regularmente. A pesquisa foi realizada em 2019 com 1 aluna surda do 1º ano do ensino médio. A participante tem 19 anos, nasceu surda com perda bilateral profunda, utilizou aparelho auditivo em algumas etapas de sua vida e aprendeu Libras como sua língua materna quando era criança, língua que utiliza para sua comunicação e expressão. Após o contato e apresentação da pesquisa, procedeu-se com a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, o qual foi aderido pela participante antes de iniciar a entrevista.

A entrevista é utilizada aqui como ferramenta de coleta de dados. Após conseguir agendar a entrevista individual, essa ocorreu em uma sala de aula da escola supracitada. Como forma de registro, utilizou-se a gravação de vídeo. A entrevista ocorreu de forma tranquila, foi conduzida totalmente em Libras entre participante e pesquisadora (usuária de Libras) com base em um roteiro de perguntas. Na condução da entrevista, a estudante foi convidada a falar um pouco sobre questões que perpassam a sua escolarização e convivência com as duas línguas. Algumas das perguntas que direcionaram a análise foram: “Você conversa em Libras com colegas e professores no espaço escolar? Explique como é a sua convivência”. “Fale um pouco sobre como você aprende os conteúdos de Língua Portuguesa e sobre possíveis dificuldades”. “Me fale um pouco sobre sua relação com a Língua Portuguesa, sobre o que você acha dela?”

Após a etapa da entrevista, fizemos a tradução de Libras para a Língua Portuguesa escrita, a fim de compor o *corpus*. Assim, esse *corpus* da pesquisa é um texto escrito, exemplo de prática discursiva e faz parte de uma prática social. Ademais, com base no texto gerado a partir da tradução, extraímos algumas glosas, para fins de análise.

O modelo de análise a ser utilizado será o proposto pela Análise de Discurso Crítica. Serão analisadas as categorias de análise textual proposta por Fairclough (2003), de acordo com os significados do discurso (acional, representacional e identificacional). Desse modo, a categoria analítica, Avaliação da ADC, e as descrições léxico-gramaticais da LSF nos darão apoio para a análise de dados enquanto descrição linguística. Para Fairclough (2003), o discurso conforma-se como um dos elementos da prática social, concebido como forma de representação, ação e identificação. Assim sendo, investigar como a aluna surda avalia discursivamente a Língua Portuguesa e a Libras no contexto de sala de aula, se torna imprescindível.

3 VIVÊNCIAS SURDAS DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: A AVALIAÇÃO EM PERSPECTIVA SURDA

Essa seção aborda a análise de dados que se referem às avaliações presentes nas respostas advindas das perguntas sobre a relação da aluna surda com o ensino de Língua Portuguesa. Essas avaliações nos permitem perspectivar a experiência do surdo a partir de sua

narrativização, tirando do centro a narrativa ouvintista dessa relação. Uma das perguntas dirigidas a aluna foi: “Me fale um pouco sobre sua relação com a Língua Portuguesa, sobre o que você acha dela?”. Em sua resposta, a aluna comentou sobre sua vivência em sala de aula, relatando sua rotina. Apresentamos o excerto a ser analisado: (1) “Mais ou menos. Professor oraliza, fala, fala, fala, eu olhar, *fácil-não*, difícil.”

Glosa em Libras

Fácil-não

Tabela 1 – Tradução para a Língua Portuguesa:

(Língua Portuguesa) não	É	Fácil
Portador	Processo relacional	Atributo

Fonte: Elaborada pelas autoras

O elemento avaliativo está no atributo “fácil”, que, na língua de sinais, como mostra a glosa, é sinalizado “fácil-não”, assim é possível identificar o juízo de valor que a aluna atribui à Língua Portuguesa, avaliando-o negativamente.

No mesmo excerto, temos uma outra declaração explícita, com juízo de valor: (2) “Mais ou menos. Professor oraliza, fala, fala, fala, eu olhar, *fácil-não*, *difícil*.”

Glosa

Difícil

Atributo

Tabela 2 – Tradução

Língua Portuguesa	É	Difícil
Portador	Processo relacional	Atributo

Fonte: Elaborada pelas autoras

Novamente há um atributo (*difícil*) explícito que se aplica como um elemento avaliador do portador (*Língua Portuguesa*), ratificando o juízo de valor atribuído à Língua Portuguesa. Do ponto de vista da aluna surda, a Língua Portuguesa se apresenta como uma realidade intangível e a oralização como algo incômodo e difícil dado que sua experiência com a aula de Língua Portuguesa ocorre como uma violência simbólica a sua primeira língua, a Libras. Como afirma Silva (2016), os discursos são resultados das diferentes perspectivas de mundo que cada um possui, em vista do “lugar” em que se posicionam, ou são posicionadas, em seus contextos sociais. São também resultados das relações sociais que são estabelecidas.

Isso pode ser percebido na avaliação que a aluna faz da Libras, quando a avalia em termos de apreciação estética, indicando o prazer que é poder interagir por meio da Libras. (3) “Ouvinte aprender desejar o que? Libras, *muito linda*, verdade.”

Glosa

LIBRAS, MUITO LINDA

Tabela 3 – Tradução

Libras	É	Muito linda
Portador	Processo relacional	Atributo

Fonte: Elaborada pelas autoras

Aqui, temos uma afirmação feita pela aluna, agora a respeito da Libras. A declaração foi feita em um contexto no qual ela expressava que fica feliz quando há interação e ajuda mútua entre surdos e ouvintes e, desse modo, ouvintes sentem vontade de aprender a língua de sinais. Nessa declaração, o atributo manifesta-se pelo adjetivo *linda*, fortalecida pelo advérbio *muito*. Vale ressaltar que, na língua de sinais, são as expressões faciais que tem valor semântico equivalente aos advérbios da língua oral. Constata-se, como afirma Fairclough (2003), que as declarações com juízo de valor referem-se a algo que é desejado ou não, neste caso o desejo é explícito nos sinais utilizados e estão relacionados à importância que se dá à Libras.

Para Fairclough (2003, p. 178), estilos refere-se ao aspecto discursivo das formas de ser, das identidades. Quem somos parte de uma questão de como falamos, como escrevemos, assim como é uma questão de incorporação. O processo de identificação envolve efeitos constitutivos do discurso, ele deve ser visto como um processo dialético no qual discursos são inculcados em identidades.

Logo as avaliações expressas pela aluna são baseadas nas suas percepções como pessoa surda, tomando como parâmetro o modo como se identifica e como identifica determinados aspectos do mundo, como a Libras, sendo possível compreender pelo discurso a afirmação identitária que se desvela, pois as identidades se constituem discursivamente.

Para além das avaliações em termos de dificuldade e estética, outro tipo de avaliação também presente no discurso da estudante se dá a partir de declarações com modalidade deôntica, como mostra a seguir: (4) “Sim, achar. Mas, pessoa olhar, o que? Nome Língua Portuguesa, como? Perguntar-responder. Chama surdo ouvinte, *precisar* ajuda-mútua, interagir.”

De acordo com Ramalho e Resende (2016), as declarações com modalidade deôntica são declarações ligadas a juízo de valor e podem avaliar aspectos do mundo em termos de obrigatoriedade ou necessidade, como algo bom a ser feito. O excerto acima é referente à resposta ao pedido da opinião da estudante sobre a importância ou não da Língua Portuguesa para o convívio social do surdo. A tradução que se faz em Língua Portuguesa escrita, referente à glosa acima é a seguinte: “[...]sim, eu acho. Mas, as pessoas surdas têm dúvidas sobre as palavras em Língua Portuguesa, assim como ouvintes têm dúvidas em relação aos sinais, então se chama um ao outro e se questiona sobre. É preciso que haja ajuda mútua, interação”.

Nesse sentido, a aluna avalia que precisa haver trocas, reciprocidade entre surdos e ouvintes, marcando assim sua posição quanto ao aspecto do mundo (neste caso, a Língua Portuguesa na relação social entre surdos e ouvintes) em termos de necessidade, corroborando que o discurso de inclusão, baseado apenas na co-presença, não corresponde aos anseios por espaço de atuação e interação do sujeito surdo.

Sobre a experiência subjetivo-afetiva, pode-se dizer que ela se manifesta, em grande medida, a partir de declarações com verbos de processos mentais afetivos. Esse tipo de declaração envolve processos mentais afetivos ligados a avaliações de caráter pessoal. Envolve eventos psicológicos, indicam sentimentos, percepções, desejos e afeições (FUZER; CABRAL, 2004, p. 54). Nesse tipo de declaração, os participantes são tipicamente humanos ou coletivos humanos que sentem, pensam, percebem, desejam. Por isso, a função léxico-gramatical que desempenham na oração é denominada Experienciador. O complemento do processo que se

refere ao que é sentido, pensado, percebido ou desejado denomina-se Fenômeno (FUZER; CABRAL, 2004, p. 54-55).

Nós seres humanos, fazemos relações entre traços de nossa experiência, ora por identificação, ora por caracterização. Nesse sentido, a LSF, por meio da análise dos aspectos léxico-gramaticais de enunciados, oferece uma contribuição importante para a compreensão da constituição das identidades, das emoções e características sobre determinado aspecto do mundo. Assim, na análise linguística do *corpus*, quando a aluna surda expressa a sua experiência com a Língua Portuguesa, nota-se que os processos relacionais são fundamentais para essa compreensão. Esses processos têm contribuição importante para identificar, caracterizar, qualificar pessoas, coisas, bem como situações. Do mesmo modo, também são importantes para atribuir pertencimento a determinados grupos sociais e posse. A observação desse tipo de processo pode auxiliar na compreensão da constituição de identidades. E os processos mentais contribuem para veicular emoções, pensamentos e desejos diante da experiência com a Língua Portuguesa e a Libras.

O excerto abaixo é parte da fala da entrevistada e nele encontramos a ocorrência da declaração com verbos de processos mentais afetivos. Vale ressaltar que a aluna surda já teve contato com os sons ambientes através do uso de aparelho auditivo. (5) “Eu surda, *não-gostar* ouvir, barulho, parar, não-ouvir, calma, bom, paz sentir.”

Tabela 4 – Tradução

Eu surda	Não gostar	Ouvir, barulho
Experienciador	Processo mental	Fenômeno

Fonte: Elaborada pelas autoras

A tradução da glosa corresponde a: “eu não gosto de ouvir barulho”. Ela expressa uma avaliação de caráter pessoal e que diz respeito ao fenômeno “barulho”, “ouvir”, que são avaliados negativamente. Deste modo, é possível compreender que o ato de “parar” corresponde a retirada do aparelho auditivo, situação que permite à aluna sentir-se calma. Esse tipo de avaliação deixa entrever que a surdez não é representada como um problema para o surdo, mostrando que a construção da surdez como um “defeito”, “a falta de” é uma construção sócio-histórica e cultural baseada apenas na cultura ouvintista, que estabelece, a partir da sua hegemonia, parâmetros de normalidade que ferem o conceito de diferença que subjaz a formação social coletiva.

Dar condições para que o surdo narrativize sua condição de ser/estar no mundo como surdo permite entrever na linguagem aspectos da cultura surda que, discursivamente, opõem-se a perspectiva ouvintista da surdez como deficiência ou falta de algum sentido, que o torna estranho ou problemático. Na perspectiva da aluna surda, o binarismo (surdo x ouvinte-normal x anormal) perde o sentido e a hegemonia, de modo que o surdo não passa a existir a partir do ouvinte, mas sim na possibilidade de convivência em cooperação, na construção da interação entre esses dois sujeitos sociais.

As declarações feitas pela aluna surda sobre a sua relação com a Língua Portuguesa, a aula de Língua Portuguesa e a convivência com sujeitos ouvintes estão relacionadas com a sua identidade surda, que, de alguma forma, expressa positivamente ou negativamente avaliações acerca de sua experiência sobre algum aspecto do mundo, neste caso, a sua experiência com a Língua Portuguesa, tendo como parâmetro a língua de sinais que constitui sua identidade linguística, pois a Libras se constitui como artefato cultural de afirmação identitária da comunidade surda.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão que propomos neste trabalho serviu para mostrar como discursos são inculcados em identidades na medida em que são avaliados aspectos do mundo, pois avaliá-los permite desvelar identidades discursivamente constituídas. A análise dos dados demonstrou que há construção negativa sobre a Língua Portuguesa e seu ensino e positiva sobre a Libras, baseada na experiência da aluna surda em questão. Nesse contexto, a identidade que se desvela se constitui a partir do reconhecimento de que a Libras é o artefato principal que caracteriza a identidade cultural surda, por meio de uma afirmação linguística baseada na experiência visual da aluna. Portanto, se afasta da perspectiva ouvintista sobre a surdez e da relação entre o surdo e o ensino da Língua Portuguesa como sua segunda língua.

O processo de escolarização das pessoas surdas, no que se refere ao ensino da Língua Portuguesa como segunda língua, necessita contemplar a identidade cultural do aluno surdo, de modo a garantir o direito linguístico no espaço escolar, pois a Libras é sua língua de instrução. A discussão mostrou como é importante a afirmação linguística identitária da pessoa surda para assegurar melhores condições de acessibilidade na educação e demais aspectos da vida social.

REFERÊNCIAS

BARBARA, Leila; MACÊDO, Célia Maria Macêdo de. **Linguística Sistêmico Funcional para a Análise de Discurso: um Panorama Introdutório**. Cadernos de Linguagem e Sociedade, v. 10, p. 89-107. 2009.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 26 jan. 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 26 jan. 2020.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Normam. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, Normam. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. Londres e Nova York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Normam. **Discurso e mudança social**. Coord. Trad. I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Cristina Scotta. **Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em Língua Portuguesa**. Campinas, SP. Mercado de Letras, 2014.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara; Koogan, 1989.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 103-133. 2014.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **An introduction to functional grammar**. 3 ed. Revisada por C. M. I. M Matthiessen. Oxford, Londres: Edward Arnold, 2004.

MAGALHÃES, Isabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora universidade de Brasília, 2017.

MCCLEARY, Leland; VIOTTI, Evani de Carvalho; LEITE, Tarcísio de Arantes. Descrição de línguas sinalizadas: a questão da transcrição dos dados. **Alfa: Revista de Linguística** (UNESP. São José do Rio Preto. Impresso). v. 54. p. 265–289, 2010.

PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto. O lugar da cultura surda. *In*: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura C. **A invenção da surdez**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto. Identidades surdas. *In*: SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez, Um olhar sobre as diferenças**. Editora Mediação: Porto Alegre, 2013.

QUADROS, Ronice Muller de. O bi do bilingüismo na educação de surdos *In*: **Surdez e bilingüismo**. 1 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005, v.1, p. 26-36

QUADROS, Ronice Muller de. **Libras**. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2019.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas, SP. Pontes Editores, 2016.

RODRIGUES, Carlos Henrique; BEER, Hanna. Direitos, políticas e línguas: divergências e convergências na/da educação de surdos. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 661-680, jul./set. 2016.

SILVA, Luzia Rodrigues da. Representação e Identidades: um estudo crítico do discurso. *In*: RESENDE, Viviane de Melo; PEREIRA, Fábio Henrique. (Orgs.). **Práticas Socioculturais e Discurso: Debates Transdisciplinares**. Covilhã: LabCom books, 2010.

SILVA, Vilmar. Educação de surdos: uma releitura da primeira escola pública para surdos em Paris e do congresso de Milão em 1880. *In*: QUADROS, Ronice Muller de (org.). **Estudos surdos I**. Petrópolis: Arara Azul, 2006.

SKLIAR, Carlos. A Invenção e a Exclusão da Alteridade “Deficiente” a Partir dos Significados da Normalidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 15-32, 1999.

SKLIAR, Carlos. A Educação para os Surdos entre a Pedagogia Especial e as Políticas para as Diferenças. *In*: **Seminário Desafios e Possibilidades na Educação Bilingue para Surdos**, 2, 1997, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: INES, 1997. p. 32-47. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002964.pdf>_Acesso em: 15 fev. 2020.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2 ed. rev. Florianopolis: ed. da UFSC, 2009.

THOMPSON, John Brookshire. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. Linguagem em (Dis)curso. CALDAS-COULTHARD, C. R. & Figueiredo, D. de C. (Orgs.). **Análise Crítica do Discurso**, v. 4, n. especial, p. 223-243. 2004.

**PEDAGOGIA MATERIALISTA HISTÓRICO-CRÍTICA:
O CONTO LITERÁRIO COMO PROPOSTA DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE
LÍNGUA MATERNA**

Valdeci Batista de Melo Oliveira¹
Francisco Pereira Smith Júnior²
André Boniatti³
Edina Boniatti⁴

RESUMO

O presente artigo intenciona discutir e trazer à tona ideias para o desenvolvimento de uma pedagogia materialista histórico-crítica no âmbito das aulas de Língua Portuguesa, enfatizando questionamentos e atividades a ser desenvolvidos no Ensino Fundamental II principalmente, mas que podem ainda ser aplicados com variações em outras séries. Os textos escolhidos para análise e desenvolvimento de sequência didática foram *A festa no céu*, conto tradicional do Brasil narrado por Luís Câmara Cascudo e *A raposa e as uvas*, uma das fábulas de Esopo. Pensamos assim contribuir com o ensino de língua portuguesa no Brasil e com o trabalho a partir de textos literários na América Latina, repercutindo as vozes de uma pedagogia voltada à humanização, ao pensamento crítico e à reflexão acerca da realidade que nos cerca. Para este estudo foram utilizados aportes teóricos de Labov (1997), Barthes (1976) e Fiorin (2008).

Palavras-chave: Ensino de Língua Portuguesa. Literatura. Ensino Fundamental.

**CRITICAL HISTORICAL MATERIALIST PEDAGOGY:
THE SHORT STORY AS A TEACHING-LEARNING PROPOSAL FOR THE
MOTHER TONGUE**

ABSTRACT

¹Doutora em Letras (Literatura Portuguesa) pela Universidade de São Paulo (2007). Docente da categoria associado professora associada do Curso de Letras da UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - campus de Cascavel. Docente do Programa Profletras - Mestrado Profissional em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Unioeste - Campus Cascavel - nível Mestrado e Doutorado. E-mail: valzinha.mello@hotmail.com Orcid: orcid.org/0000-0002-7623-4087.

² Doutor em Ciências pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) e realizando pós-doutoramento em Estudos Comparados (UNIOESTE). Professor associado I da Universidade Federal do Pará, UFPA. Professor do curso de Licenciatura integrada em Ciências, Matemática e Linguagens da Faculdade de Educação Matemática e Científica do Instituto de Educação Matemática e Científica (FEMCI/IEMCI) e do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA/ UFPA). Coordenador do Grupo de pesquisa de Estudos de Letramento Literário e Formação Interdisciplinar (GELLIFI /UFPA). Coordenador do Grupo de Estudos de Literatura Comparada do Nordeste Paraense (GELCONPE/UFPA). fsmith@ufpa.br. Orcid: 0000-0002-6336-9249

³Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2016). Doutorando na área de Letras – Linguagem e Sociedade – com enfoque em Estudos Literários pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Programa de Pós-Graduação em letras (PPGL) - (2018-2022). Professor colaborador do Curso de Letras UNIOESTE-Cascavel. Doutorando do Programa de Pós-Graduação Institucional em Letras da UNIOESTE-Cascavel, dramaturgo, escritor, desenhista. E-mail: zeforis@hotmail.com. Orcid: orcid.org/0000-0003-2227-1613.

⁴Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2007). Doutoranda na área de Letras – Linguagem e Sociedade – com enfoque em Estudos Literários pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Programa de Pós-Graduação em letras (PPGL) - (2020-2024). Professora Quadro Próprio do Magistério do Estado do Paraná. E-mail: edina21boniatti@gmail.com. Orcid: orcid.org/0000-0003-3681-2951.

This article intends to discuss and bring up ideas for the development of a historical-critical materialist pedagogy within the Portuguese language classes, emphasizing questions and activities to be developed in Elementary School, but which can be applied with variations in other grades too. The texts chosen for analysis and development of the didactic sequence were *A Festa no Céu* (*The party in the Sky*), a traditional Brazilian tale narrated by Luís Câmara Cascudo and *The fox and the grapes*, one of Aesop's fables. Thus we intend to contribute to the teaching of Portuguese language in Brazil and with the literature's teaching in Latin American's Elementary School, reflecting the voices of a pedagogy focused on humanization, critical thinking and reflection on the reality that surrounds us. For this study, we used the theoretical contributions of Labov (1997), Barthes (1976) e Fiorin (2008).

Keywords: Portuguese language teaching. Literature. Elementary School.

Data de submissão: 04.05.2021

Data de aprovação: 16.05.2021

INTRODUÇÃO

Um acontecimento ou uma situação vivida pelo entrevistado não pode ser transmitido a outrem sem que seja narrado. Isso significa que ele se constitui (no sentido de tornar-se algo) no momento mesmo da entrevista. Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido. Esse trabalho da linguagem em cristalizar imagens que remetem a, e que significam novamente, a experiência é comum a todas as narrativas [...] (ALBERTI, 2003, p.1)

Ensinar e aprender a contar, a ler e a escrever textos narrativos no ensino fundamental pode ser atividade gratificante tanto para quem ensina, quanto para quem aprende. O elemento primordial que não pode faltar na consecução dessa atividade é a profunda relação havida entre a vida narrada no texto a ser lido e a vida factual vivida pelo aluno e pelo professor, pois narrar é viver duas vezes (uma no plano da realidade e outra no plano da interpretação da realidade, de sua memória, ou fantasia etc., enfim, no plano da *contação*, da narrativa). E todos nós humanos precisamos de mais vida, já que segundo Paulo Freire “a vocação ontológica do ser humano é ser mais”, e não menos (FREIRE, 2014, p. 19). Acrescente-se que todas as formas de vida neste planeta enfrentam muitos limites, percalços e lutas. A respeito disso, o poeta russo Maiakóvski lamenta a condição humana ao dizer de forma poética:

E sinto que
"eu"
pra mim é pouco.
alguém foge de mim como um louco (MAIAKÓVSKI, 1956, n.p).⁵

Outro poeta, o português Fernando Pessoa (2019), afirma: “A literatura, assim como a arte, é uma confissão de que a vida não basta.” (PESSOA, 2019)⁶ Para o humano que vive ou já viveu neste planeta, a vida basta ou já bastou? Na história da humanidade, desde os tempos das figuras nas cavernas rupestres, que podem ser lidas como uma confissão do desejo de continuidade e de ir, por meio da arte, além de si, percebemos que a vida – mesmo a desses homens primários – não basta, seja para o humano mais afortunado, para reis e rainhas, seja para os mais desgraçados.

⁵ MAIAKOVSKI, Vladímir. **Maiakovski. Antologia Poética**. Trad. E. Carrera Guerra. Max Limonad, 1956.

⁶ PESSOA, Fernando. *Impermanence*. In: **Arquivo Pessoa**. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/3582>. Acesso em: 03 out. 2019.

Acerca disso, o poeta francês Alphonse de Lamartine, por sua parte, expressa no poema “L’Homme”⁷ as suas angústias a respeito da condição humana dizendo que:

Infinito em seus desejos, limitado em sua condição
 O homem é um deus tombado que sonha com os céus:
 Ou, deserdado de sua glória antiga,
 De seus destinos perdidos, ele guarda a memória;
 Ou por seus desejos a imensa profundidade
 Anuncia de longe sua futura grandeza,
 Imperfeito ou caído, o homem é o grande mistério (LAMARTINE, 1860, n.p)⁸.

Nesse sentido, a narrativa é uma forma vicária de vida em cujo périplo os humanos dilatam o tempo de sua existência no mundo, vivendo – mediante ao relato das experiências das personagens – mais vidas, buscando “seus destinos perdidos”, anunciando “sua futura grandeza”, elaborando, por fim, projeções que tornem menos nebuloso o “grande mistério” que envolve a existência. Desse modo, a narração nos leva a viver ações e interações da vida mais de uma vez, pois segundo Fiorin (2008) “a narrativa é um simulacro da ação do homem no mundo”, (FIORIN, 2008, p. 248). E se agimos no mundo, as mais das vezes, agimos em busca de algo que nos falta ou para proteger algo ou alguém valioso para nós, ou para nos livrarmos de algo que nos incomoda, ou de algum obstáculo que impede a realização da nossa vocação ontológica de ser mais. Tanto o contador/narrador quanto o ouvinte/leitor, ao ouvirem/lerem uma narrativa, tomam posse da ação praticada por outrem e ganham uma experiência a mais em suas vidas.

Levando isso em consideração, neste artigo, os objetivos se voltam para a elaboração de propostas metodológicas que visem a aplicabilidade de uma pedagogia materialista histórico-crítica no âmbito das aulas de Língua Portuguesa e coloque em destaque elementos e categorias estruturais que compõem o texto narrativo. Entre os teóricos da ciência da narratologia que auxiliarão as discussões aqui presentes estão Labov (1997), Barthes (1976), Barros (2005), Fiorin (2008). A ênfase recai sobre questionamentos e atividades cujo desenvolvimento objetiva o trabalho pedagógico no Ensino Fundamental II principalmente, porém nada impede que sejam aplicados em outras séries com as alterações necessárias. Tendo como motivação atividades lúdicas e prazerosas, os textos escolhidos, para análise e desenvolvimento da sequência didática, foram *A festa no céu* (2019), conto tradicional do Brasil narrado por Luís Câmara Cascudo e *A raposa e as uvas* (1848), uma das fábulas de Esopo. Obviamente que são diversos os entraves à consecução satisfatória da atividade pedagógica sobre o ensino de narrativas. Logo, este estudo pretende apontar como superar alguns deles a partir do trabalho com textos narrativos da América Latina, repercutindo as vozes de uma pedagogia voltada à humanização, ao pensamento crítico e à reflexão acerca da realidade que nos cerca.

1 BURLAR O IMPOSSÍVEL, NARRATOLOGIA E ASPECTOS TEÓRICOS

⁷ Alphonse de Lamartine “L’Homme” (Œuvres complètes de Lamartine, Chez l’auteur, 1860, 1 (p. 77-86). file:///C:/Users/valdeci.oliveira/Downloads/%C5%92uvres_compl%C3%A8tes_de_Lamartine_(1860)_Tome_1_L%E2%80%99Homme.pdf)

⁸ Bornédanssanature, infinidanssesvœux,
 L’homme est undieutombéqui se souvientdescieux.
 Soit que, déshérité de sonantiquegloire,
 De sesdestinsperdusilgardelamémoire;
 Soit que de sesdésirs l’immenseprofondeur
 Lui présage de loinsa future grandeur,
 Imparfaitoudéchu, l’hommeest le grand mystère.

Tentar burlar a incapacidade própria ou o impossível, eis um motor que move os corações humanos e que os leva à descoberta, à emancipação e ao progresso em diversos sentidos. Tal é o que impulsiona o alfaiate Franz Reichelt, como mostra as imagens abaixo, a aventurar-se da Torre Eiffel, a 04 de fevereiro de 1912, com uma roupa que acreditava fazê-lo capaz de voar, cumprindo queda livre até seu trágico desfecho.

A necessidade de irmos além do que a vida nos possibilita, ou seu revestimento em face de possibilidades ainda não concretizadas, acompanha o ser humano desde as priscas eras. Basta olhar os desenhos encontrados em cavernas para vermos neles acenos de narrativas, mediante representações abstratas, ou interpretações artísticas referentes ao sonho de dilatar o vivido em registros de imagens que permanecem no tempo e nas memórias. Assim, ao dilatar o vivido no ato de narrar ressignificamos nosso passado, damos sentido ao nosso presente e protegemos o nosso futuro, voltando-nos para nós mesmos e para a nossa trajetória no mundo.

Ao discorrer sobre tragédia, Aristóteles (1998) fala em “entrecho”, como “mythos”, “trama”, “enredo”, “conflito” “entrecho” no sentido de composição das ações dos elementos participantes da narrativa trágica, mas que podem ser estendidos a toda tipologia narrativa como uma forma de composição e de articulação dos elementos participantes que compõem o desenrolar da ação narrativa, tais como: sujeito do desejo; objeto do desejo; ágon; protagonista e antagonista; peripécias; tempo; espaço; personagens secundários; narrador e focalizador; clímax, desfecho/desenlace que entram na composição da ação, conforme Aristóteles, e são necessários à consecução do discurso narrativo. Alargando as proposições de Aristóteles, Barros (2005) afirma que as narrativas contêm uma sintaxe própria: “a sintaxe narrativa deve ser pensada como um espetáculo que simula o fazer do homem que transforma o mundo” (BARROS, 2005, p. 20). Para que o ouvinte ou leitor possa atribuir sentidos a esse espetáculo e, por meio desses sentidos, construa um avatar na sua mente, encenando-o, é preciso descrevê-lo e essa descrição deve ir para além de determinar seus participantes e o papel que eles representam. Barros fala em duas concepções de narrativa que se complementam.

Narrativa como mudança de estados, operada pelo fazer transformador de um sujeito que age no e sobre o mundo em busca de valores investidos nos objetos; narrativa como sucessão de estabelecimentos e de rupturas de contratos entre um destinador e um destinatário, de que decorrem a comunicação e os conflitos entre sujeitos e a circulação de objetos (BARROS, 2005, p. 20).

Vemos então que no discurso narrativo há uma busca em torno do objeto, de modo que o sujeito do desejo direciona seu olhar movido pela procura de um valor e nessa procura ele revela os contratos que estabeleceu ou com que rompeu ao interagir com os outros que vivem a vida social em comum. Segundo Barthes (1976),

“[...] inumeráveis são as narrativas do mundo. Há em primeiro lugar uma variedade prodigiosa de gêneros, distribuídos entre substâncias diferentes como se toda matéria fosse boa para que o homem lhe confiasse suas narrativas: a narrativa pode ser sustentada pela linguagem articulada, oral ou escrita, pela imagem fixa ou móvel, pelo gesto ou pela mistura ordenada de todas estas substâncias; está presente no mito, na lenda, na fábula, no conto, na novela, na epopeia, na história, na tragédia, no drama, na comédia, na pantomima, na pintura, no vitral, no cinema, nas histórias em quadrinhos [...]. Além disto, sob estas formas quase infinitas, a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há em parte algum povo algum sem narrativa; todas as classes, todos os grupos têm suas narrativas” (BARTHES, 1976, p.19-20).

E Barthes continua dando destaque à narrativa quando afirma.

...a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há, nunca houve em lugar nenhum povo algum sem narrativa; todas as classes, todos os grupos humanos têm as suas narrativas, muitas vezes essas narrativas são apreciadas em comum por homens de culturas diferentes, até mesmo opostas: a narrativa zomba da boa e da má literatura: internacional, trans-histórica, transcultural, a narrativa está sempre presente, como a vida (BARTHES, 1976, p. 103-104).

Mas se narrativa é tudo isso – e muito mais que isso – há que se ter sempre o cuidado para que, na escola, o trabalho com ela não se torne uma atividade enfadonha, sem graça, sem vida, distante do aluno, já que constitui um gênero discursivo essencial a ser trabalhado em âmbito escolar, especialmente no Ensino Fundamental. Se aos professores de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental I e II cabe parte da tarefa de ensinar os alunos a contar, a ler e a escrever textos narrativos, é, pois, necessário zelar para que essa atividade não se esvazie de sentidos.

Assim, ao começarmos a apresentação das propostas metodológicas, é importante nos lembrarmos de que, conforme Labov (1997), não há narrativa sem reportabilidade, ou seja, é próprio do discurso narrativo, do ato de narrar alguma ação ou alguma situação à remissão direta a uma reportagem, no sentido de que o narrar traz inevitavelmente para a cena um acontecimento que merece ser contado porque foge do habitual. Há inúmeros fatos que não são contados por que são por demais mezinhos, ou porque eles não encontraram um narrador que notasse neles algum grau de reportabilidade. E o que é digno de reportagem para os humanos? Tudo aquilo que envolve luta, conflito, demanda, necessidade, carência. Isso porque nas narrativas é que sentimos viver a passagem do tempo, o antes e o depois, a partir da estaticidade da situação inicial, em que o protagonista, como sujeito do desejo, apresenta o seu objeto do desejo, que se constitui numa demanda/necessidade/carência; ou seja, aquilo que falta para se ser o que se quer ser ou aquilo que se precisa para tornar-se ou para continuar a ser o que se é. E, a partir desse ponto estático, dá-se início ao movimento, à dinamicidade do ir-se buscar o que falta. Literalmente, do grego, o termo *protagonista* quer dizer “aquele que carrega o seu *ágon* (luta/conflito/jogo). Logo, para entrar em conjunção com o objeto do seu desejo – que pode ser, por exemplo, uma sombra, ou um copo de água para alguém morrendo escaldado e sedento num deserto – o protagonista precisa ir à luta. Nesse sentido, se fosse o caso de alguém estar com sede e dispor imediatamente de um copo d’água para tomar, não teríamos narrativa, e sim um simples relato, porque não há conflito, luta, *ágon*; enfim, reportabilidade.

De tal forma, a narrativa intercala estaticidade e dinamicidade. Na situação inicial, temos a estaticidade, a apresentação do contexto, do cenário onde se desenrolará a história, as situações de estado do protagonista e das pessoas que ali atuarão. Para haver movimento/dinamicidade/cinesia, é preciso que o protagonista/sujeito do desejo assuma seu *ágon* e vá à luta para obter o objeto do desejo com o qual precisa entrar em conjunção para superar sua necessidade/carência e ser. Esse movimento rompe a estaticidade e instaura a ação responsável por modificar a situação inicial. Geralmente, nas narrativas infanto-juvenis, essa passagem pode vir marcada por uma das diversas conjunções adversativas. Assim se coloca a questão de junção. O protagonista precisa entrar em conjunção, ou seja, comunhão com aquilo de que precisa ou entrar em disjunção, ou seja, se ver livre daquilo que o impede de ser o que ele deseja, pois nem sempre conseguimos aquilo de que precisamos para sermos mais do que somos ou para continuarmos a ser o que somos.

2 PROPOSTAS DE APLICAÇÃO

Iniciamos pelo conto *A festa no céu*, cuja situação inicial é a de pássaros fazendo grande propaganda e alvoroço porque foram convidados para ir a uma festa que ocorrerá no céu (Figura 1).

Figura 1 – Giz pastel macio sobre papel Canson tamanho A2



Fonte: Arte criada por André Boniatti.

Entre todas as aves, espalhou-se a notícia de uma festa no Céu.

Todas as aves compareceriam e começaram a fazer inveja aos animais e outros bichos da terra incapazes de voo. Imaginem quem foi dizer que ia também à festa...

O Sapo! Logo ele, pesadão e nem sabendo dar uma carreira, seria capaz de aparecer naquelas alturas.

Pois o Sapo disse que tinha sido convidado e que ia sem dúvida nenhuma.

Os bichos só faltaram morrer de rir. Os pássaros, então, nem se fala!

O Sapo tinha seu plano. Na véspera, procurou o Urubu e deu uma prosa boa, divertindo muito o dono da casa. Depois disse:

- Bem, camarada Urubu, quem é coxo parte cedo e eu vou indo, porque o caminho é comprido. O Urubu respondeu:

- Você vai mesmo?

- Se vou? Até lá, sem falta!

Em vez de sair, o Sapo deu uma volta, entrou na camarinha do Urubu e, vendo a viola em cima da cama, meteu-se dentro, encolhendo-se todo.

O Urubu, mais tarde, pegou na viola, amarrou-a a tiracolo e bateu asas para o céu, rru-rru-rru...

Chegando ao céu, o Urubu arriou a viola num canto e foi procurar as outras aves.

O Sapo botou um olho de fora e, vendo que estava sozinho, deu um pulo e ganhou a rua, todo satisfeito.

Nem queiram saber o espanto que as aves tiveram, vendo o Sapo pulando no céu!

Perguntaram, perguntaram, mas o Sapo só fazia conversa mole.

A festa começou e o Sapo tomou parte de grande.
 Pela madrugada, sabendo que só podia voltar do mesmo jeito da vinda, mestre Sapo foi-se esgueirando e correu para onde o Urubu se havia hospedado.
 Procurou a viola e acomodou-se, como da outra feita.
 O sol saindo, acabou-se a festa e os convidados foram voando, cada um no seu destino.
 O Urubu agarrou a viola e tocou-se para a Terra, rru-rru-rru...
 Ia pelo meio do caminho, quando, numa curva, o Sapo mexeu-se e o Urubu, espiando para dentro do instrumento, viu o bicho lá no escuro, todo curvado, feito uma bola.
 - Ah! camarada Sapo! É assim que você vai à festa no Céu? Deixe de ser confiado...!
 E, naquelas lonjuras, emborcou a viola. O Sapo despencou-se para baixo que vinha zunindo. E dizia, na queda:
 - Béu-Béu! Se desta eu escapar, nunca mais bodas no céu!...
 E vendo as serras lá embaixo:
 - Arreda pedra, senão eu te rebento!
 Bateu em cima das pedras como um genipapo, espapaçando-se todo. Ficou em pedaços.
 Nossa Senhora, com pena do Sapo, juntou todos os pedaços e o Sapo voltou à vida de novo.
 Por isso o Sapo tem o couro todo cheio de remendos (CASCUDO, 2019, n.p).⁹

Como apenas eles (os pássaros) podem voar, a divulgação da festa visa mesmo causar despeito; inveja; ressentimento e indiferença nos bichos que não poderão ir, por não poderem voar. Eis aí um belo exemplar de “tentação do impossível”. Mas um sapo “sabido”, ao saber da festa no céu, deseja dela participar. Temos aqui na figura do sapo o actante sujeito do desejo e, na festa no céu, o actante objeto do desejo, e, além do mais, no fato de que ele – por ser um sapo – não dispõe do poder de voar, temos o oponente do desejo, ou *antagonista*, que se opõe à realização do desejo do *protagonista* o sapo. Assim, o animal tem o querer, mas não tem o saber. E se não tem o saber, não tem o poder; portanto, não pode fazer, nem ser, pois não tem conjugação com aquilo que deseja.

Mas o sapo começa a alardear que também irá à festa no céu. E, como ele era um sapo sabido, sabe encontrar na esperteza uma saída: enganar o urubu, então se esconder no espaço que há dentro da viola é a solução. Com essa estratégia, ele ganha o poder de ir até à festa no céu. Logo, vemos que nessa narrativa, assim como em outras, temos duas forças contrárias: O *protagonista* e o *antagonista*. Numa narrativa, esse embate entre *protagonista* e *antagonista* pode ter um *round* apenas ou diversos *rounds*, dependendo das forças dos combatentes. Um exemplo bem banal: se for alguém tentando fazer regime, pode ser que a gula vença alguns *rounds* e a necessidade de emagrecer vença outros. Se a pessoa consegue emagrecer é porque ela venceu seu *antagonista* que era a gula. Essa luta vale para o etilismo, drogadição e outras dependências das quais o *protagonista* precisa entrar em disjunção, pois elas se constituem naquilo que o impede de ser. Como se nele mesmo morassem o *protagonista* e o *antagonista*, abraçados na luta perpetua que Sá de Miranda efabulou no belíssimo poema narrativo, chamado “Comigo me desavim”¹⁰. Do embate entre essas forças sairá um vencedor e um perdedor.

⁹ CASCUDO, Luís Câmara. A festa no céu (1848) In: **Portal do professor**. Acesso em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=27371>. Acesso em: 03 out. 2019.

¹⁰ Cantiga “Comigo me desavim”, de Sá de Miranda:

Comigo me desavim,
 Sou posto em todo perigo;
 Não posso viver comigo
 Nem posso fugir de mim.
 Com dor da gente fugia,
 Antes que esta assicrecesse:
 Agora já fugiria

Entretanto, por que o sapo queria também ir à festa no céu? Podemos interrogar por vários motivos: Sedução? Complexo de inferioridade em relação às aves? Curiosidade e vontade de conhecer o céu? Gulodice, já que em festa há muita comida, o sapo poderia sonhar com encher a barriga de quitutes, matar a fome, interagir, se exibir? No caso do sapo, parece que todos esses motivos são motor da ação. Na verdade, são questões postas à descoberta da interpretação do leitor, algumas implícitas, que ficam abertas até o fim e podem ser preenchidas pela recepção. E aqui está um ponto importante para o trabalho com o texto narrativo em sala de aula, fazer com que o aluno participe desse conflito, compreenda-o com seus olhos, produza texto acerca do que se lhe apresenta aos olhos, e como fazer isso? Levando-o a se colocar no lugar do sapo, ou em situações análogas.

Sobre o período que conclui o parágrafo acima, vale voltarmos a dois aspectos. Barthes (1976) salienta que obra (no caso um texto fonte de discussões, elevado de uma maneira ou outra – pela própria persistência no tempo talvez) é aquela que produz texto. Ou seja, uma obra literária – agora centremo-nos na literatura – produz discussão, produz resposta, reportabilidade, como em Labov, produz outras obras. Ela repercute, por isso não morre. E o problema em ela ser bem recebida em sala de aula, no caso de nossa preocupação neste artigo, é o de que os alunos possam, ou mais, sintam-se instigados a produzir texto acerca dela. E para isso é necessário que eles sejam capazes de visualizá-la (que ela se apresente aos seus olhos, visual e sensivelmente). Se o texto descreve e narra em face de produzir imagens, ou mesmo de resgatá-las ao passado, é necessário que quem entre em contato com narrativas seja capaz de percebê-las em sua imaginação, ou não haverá compreensão, muito menos prazer estético. Para tanto, faz-se necessário que o professor, ao assumir o papel de “ensinar” narrativas, primeiramente goste de lê-las e sinta desejo de compartilhá-las. Pelos olhos do professor, assim, os alunos serão capazes de ver. Ou melhor, não é papel do professor mostrar, mas fazer ver. Como? Lendo antes diversas vezes, até conseguir dar a entonação necessária à história. Muita gente lê tão sem graça, como se fosse um “ford velho” numa subida monótona e enfadonha. Leitura é vida e ela começa pelos professores. Os professores devem primeiro eles mesmos lerem em voz alta as histórias para os alunos. Uma, duas, três vezes ou mais. Ler contando com entusiasmo, compreensão e entonação. Gesticulando e, se possível, imitando vozes, convidando a imitar – os alunos – animais, a participar da festa. Apenas com visada lúdica, de uma maneira lúdica. Na brincadeira se pode fazer muita coisa séria. As propostas feitas aqui estarão mortas, sem essa leitura engajada do professor. Na sequência das atividades, os alunos começam a ler diversas vezes em silêncio e em voz alta.

Depois que os alunos se apoderaram da narrativa, seria muito bom ativar a imaginação (recurso mnemônico) dos alunos para a plasticidade da imagem, propondo a criação de cartazes, recontagem em quadrinhos, pôsteres, desenhos diversos. Evitando, algumas vezes, de mostrar-lhes ilustrações, para ativarem a capacidade de eles mesmos representarem as histórias, cenários e personagens. Perceba-se que algumas histórias estão abertas à diversidade. Por exemplo, qual a cor ou a espécie dos pássaros (afora o que esteja indicado no texto)? De que espécime de sapo se está falando? O próprio instrumento musical, como é ele? Depende do espaço geográfico e cultural em que a criança, ou adulto, vive, esta fará suas escolhas (pré-determinadas, contudo). Por isso é que se faz necessário também deixar com que os alunos pensem por si, narrem suas próprias histórias da vida cotidiana, porque é assim que passará a compreender a narrativa como um processo estético e próprio da diversidade.

De mim, se de mim pudesse.
Que meo espero ou que fim
Do vão trabalho que sigo,
Pois que trago a mim comigo
Tamanho imigo de mim?

Assim, no esforço de eles mesmos contarem e, subsequentemente, no esforço em ouvir o outro contar, compreenderão o processo inato de decodificação da narrativa em imagens, próprio da condição e capacidade humanas, a partir do interesse sobre o outro e da tentativa de fazer-se entender.

Vemos então que o texto narrativo, após decodificado, suscita muitas reflexões. A primeira foi acima exposta e, claro, pode ser proposta ao debate pelo próprio professor, que não limitará as respostas, a não ser ao nível da verossimilhança necessário ao trecho. E poderíamos ainda perguntar: Por que os outros animais riram do sapo? Esse sapo era um sapo metido e gabola? Ou ele gostava de festa e essa festa tivera muita divulgação? Você já riu de alguém que não pode fazer alguma coisa, embora quisesse? E você: já quis fazer alguma coisa e não pode? Como essas questões entramos na vida, no querer dos alunos e os ajudamos a perceber quantas vezes foram sapos querendo ir às festas no céu. Conseguiram? Não conseguiram? Por quê? O que ganharam e o que perderam nesse querer? Ou apenas quiseram, sonharam e ficaram querendo, sem pensar em modos de efetivar, de lutar para realizar seus desejos? E se quisermos ir além: que sentimentos resultam dessa ação de querer, mas não empreender luta para se tomar posse do que se quer? É possível para algum ser humano realizar todos os seus desejos e tomar posse de tudo que se quer?

É claro que a interação do professor com os alunos deve esquivar-se ao máximo de inculcar nestes os seus valores morais. O texto não serve à moralidade, senão para pôr a mesma em debate, para suscitar reflexões subjetivas. Os alunos devem ser livres para pensar, sempre em face da verossimilhança e da coerência, elementos a serem questionados pelo professor. Contudo, conduzir a uma interpretação única porque nela se crê é vezo indefensável. Deve ser levado em conta o capital cultural do aluno, quais são seus conhecimentos de mundo. Lembremos de que o texto não pode ser pretexto para uma didática moral, ou moralizante. É por tal motivo que, antes de qualquer questionamento, o aluno deve ser conduzido a fruir a diversão que o texto propõe, o prazer do ouvir, do ler, do conhecer, o prazer plástico do ver e do sentir e de viver a experiência de outrem como se lhe fosse própria. Depois, deve ser orientado a buscar dentro de si e de sua realidade uma interpretação para os problemas suscitados pelo *ágon* vivido pelo sapo. Pôr em debate a interpretação entre pares de idade e escolaridade similar é frutificante, mas impor conceitos por preceitos nossos seria o mesmo que destruir a fruição do texto para esse aluno, que perderá o desejo de ler a obra, pois foi incapaz de produzir, a partir dela, um texto.

Depois, mesmo interdisciplinarmente, podemos propor outras inferências, instigando os discentes a estabelecer relações e a desenvolver novos conteúdos: se não tem o poder para voar, como o sapo encontra a saída? Faz uso de um saber, esperteza, técnica, ou de uma prótese (a viola e as asas do urubu) para chegar até os céus? Nós humanos também não voamos, iguais ao sapo? O que fizemos para voar? Porque sentimos inveja mesmo de um pequeno pardalzinho, por ser ele capaz de voar? Imagine-se, antes do avião, quantas pessoas sonharam voar. Quais os custos da realização desse sonho?

Podemos avançar ainda aos campos da pesquisa: como ir para os céus já foi muito perigoso, é possível propor pesquisar, por exemplo, o que acontecia com os aviadores quando os aviões não tinham cabine pressurizada? Ou se os discentes conhecem a história da cachorra russa Laika, que foi para o céu numa espaçonave? Lançando para a ordem pessoal, as questões podem percorrer o seguinte caminho: como você faz para conseguir alguma coisa que quer e não pode? Desiste e faz como a raposa da fábula *A raposa e as uvas*, que será apresentada na sequência? Não desiste e enfrenta os maiores obstáculos para conseguir o que quer? Mas e se o que você quer estiver muito além das suas forças de atuação no mundo?

Em *A raposa e as uvas*, o *ágon* resolve-se, diversamente de n' *A festa do céu*, por meio da desistência, visto a incapacidade (o não saber) que a raposa demonstra em persistir no problema. A fábula, escrita por Esopo, é a seguinte (Figura 2):

Figura 2 – Giz pastel seco e lápis de cor aquarelável sobre papel Canson tamanho A4



Fonte: Arte criada por Marianna Bernartt.

Uma Raposa, aproximando-se de uma parreira, viu que ela estava carregada de uvas maduras e apetitosas. Com água na boca, desejou-as comer e, para tanto, começou a fazer esforços para subir até elas. Porém, como estivessem as uvas muito altas e fosse muito difícil a subida, a Raposa tentou mas não conseguiu alcançá-las. Disse então:

- Estas uvas estão muito azedas e podem desbotar os meus dentes; não quero colhê-las agora porque não gosto de uvas que não estão maduras.
E dito isso, se foi (ESOPO, 1848, n.p).¹¹

A desculpa que a raposa encontra, como que para convencer-se a si mesma, é demonstrativo de pessoas que pouco se dedicam, preguiçosas ou desleixadas, que preferem as coisas fáceis e desistem sem hesitar do que possa exigir delas um tempo maior de dedicação. Sua recusa às uvas encontra-se com a recusa dos seres humanos em aprender, aprimorar suas capacidades mediante a reflexão e o teste, a aplicação. É uma boa deixa para preocuparmos, junto aos discentes, em refletir sobre a prática dos próprios alunos.

No âmbito do plano didático em sala de aula, hoje não há mais a hesitação em entendermos a aprendizagem – e todo o seu processo – como um projeto espiralado. Quando pensamos em PPCs e planos docentes, temos de levar em conta que os conteúdos não se resolvem por si, isoladamente. Eles formam um conjunto. E se é método pedagógico pensar a interdisciplinaridade (como apontado nos questionamentos acima, na análise de *A festa do*

¹¹ As Fábulas de Esopo. Adaptação: Joseph Shafan **Baseado na edição em língua portuguesa:** "Fabulas de Esopo - com aplicações moraes a cada fabula" - 1848 - Paris, Typographia de Pillet Fils Ainé. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ea000378.pdf>.

céu, questionando-se elementos exofóricos, implícitos no texto, que adjungem a outros campos de conhecimento), é de suma relevância ainda atentarmos para o fato de que o conteúdo proposto em currículo deve ser inter-relacional. Ou seja, não trabalhamos com elementos indispostos uns em relação aos outros, mas com quebra-cabeças, que, quando bem dispostas as peças, complementam-se de maneira acessível e facilitadora para o aprendiz. Por isso, criou-se a noção de sequência didática.

A sequência didática pressupõe em si a aquisição de conteúdo como um movimento em espiral, em idas e voltas. O problema da escola, explícito em seu sistema e incompreendido pelos, ou mal explicado aos, docentes, em grande monta, está em se querer resolver os conteúdos como se fossem momentos distintos da aprendizagem, separados em caixas, empacotados, cozidos, servidos e lançados ao léu logo após, como exigência de um sistema burocrático em que conta conteúdo ensinado, não assimilado. Os conteúdos devem, no entanto, circular pela sala de aula durante os anos, em idas e voltas. É óbvio que devem ser elencados conforme a maturidade dos alunos, mas seu avanço deve ser previsto em sequências de acréscimo. É como se as sementes fossem lançadas já mediante a previsão do tratamento das plantas em face da colheita, ou da finalidade máxima: o domínio do saber.

Nesse sentido, o conto *A festa do céu* pode apresentar-se como ponto de partida para uma sequência didática que agora suscitasse o gênero fábula em *A raposa e as uvas*, ou vice-versa. Em comparação, nós temos *ágonas* que clamam o “desejo do impossível”, entretanto com resoluções, ou desfechos, bastante diferentes. Qual das duas personagens, o sapo e a raposa, agiu com maior sabedoria?

Lembrando-se que na estrutura da fábula temos um elemento primordial, que é a sanção, ou a moral da história, é interessante refletir-se qual essa moral? O que o autor, em sua época, queria aludir com essa história? Vejamos que, em relação ao conto de Luís Câmara Cascudo, há elementos dissonantes, já que se trata de conto. O final, por exemplo, em que se insere um fundo de religiosidade, trazendo o aspecto do maravilhoso à narrativa, faz com que nos sosseguemos e enchamos os olhos de amor pelo sapinho, que, por fim, mereceu a bênção dos céus. Já na fábula, por pressupor um eixo didático-moral, o final abre ao leitor uma reflexão interior, que não se resolve no maravilhoso, contudo em sua própria existência, em seu dia a dia. Logo, na fábula, tal elemento conclusivo é ponto-chave à exploração em sala de aula. E uma forma de provocar nos discentes do ensino fundamental o vislumbre desse propósito, deixando-lhes a cargo sua interpretação, é o trabalho com o teatro.

O teatro é essencial à vida humana, tanto quanto a narrativa, pois é uma forma de imitar com o próprio corpo, os gestos, a fala, a ação das personagens, a *narracão*. Aristóteles (1998) enfatiza o quanto a dramaturgia volta-se à ação, aquela que organiza os caracteres, as personagens e seus modos de agir, atuar. Observemos que a palavra *atuar* refere-se à raiz *ato*, que em si sugere *ação*. Atuando como outrem, imitando, o ator incorpora realidades diversas compreendendo-se compassivamente com elas, mesmo que em âmbito de jogo, de brincadeira, lúdico. A proposta não é desenvolver cenários e figurinos, mas que as crianças possam incorporar personalidades diversas das delas; assim, mesmo que inocentes disso, discutindo as atitudes dessas personagens, comparando-as com as suas próprias.

Contudo, pairarmos na imitação como simples fator didático de apreensão moral. Já discutimos isso, não é propósito do ensino de gêneros literários ou discursivos, nem de nenhum conteúdo disciplinar escolar. Logo, trazemos à tona uma expansão desse ato didático-teatrológico a partir de dois de entre os vários e excelentes exercícios propostos por Augusto Boal, um contido em sua obra *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas* (2013) e o outro em *Jogos para atores e não atores* (2012). Boal expande as técnicas de Bertold Brecht¹²

¹² Um dos escritores fundamentais deste século: revolucionou a teoria e a prática da dramaturgia e da encenação, mudou completamente a função e o sentido social do teatro, usando-o como arma de conscientização e politização in <https://portaldosatores.com/2017/08/14/vida-e-obra-bertolt-brecht/>

numa acepção centrada na realidade latino-americana, o que o faz teatrólogo de suma importância em todo o mundo. Seus exercícios propõem a ressignificação dos valores vivenciados no cotidiano concreto de pessoas comuns. Ao lecionar sobre o Teatro do Oprimido¹³, no uso do teatro enquanto discurso, ele propõe um exercício a que intitula “dramaturgia simultânea”, que consiste no seguinte, em suas próprias palavras:

A cena deve ser representada até o ponto em que se apresente o problema central, que necessite uma solução. Neste ponto, os atores param de interpretar e pedem ao público que ofereçam soluções possíveis, para que as interpretem, para que as analisem. Em seguida, improvisando, interpretam todas as soluções propostas, pelo público, uma a uma, sendo que todos os espectadores têm o direito de intervir, corrigindo ações ou falas inventadas pelos atores, que são obrigados a retroceder e a interpretar outra vez as mesmas cenas ou dizer as novas palavras propostas pelos espectadores. (BOAL, 2013, p. 136).

Tal exercício em relação à fábula – embora em sala de aula pudesse limitar o número de representações, talvez buscando uma apenas em que o grupo de espectadores acordasse – faria com que os discentes pudessem a mais que julgar a atitude da raposa, empenhar-se em outra atitude para sentirem-se dentro do problema e solucioná-lo. Em relação à fábula *A raposa e as uvas*, o ponto em que se apresenta o problema é justamente o ponto em que a raposa resolve desistir, ao tentar e não alcançar. Nesse momento, a turma seria convidada a discutir soluções analisando sempre a coerência destas. Por exemplo, alguém pudera supor pegar uma escada. Contudo, a raposa seria capaz? Que verossimilhança no trecho poderia fazer isso possível? Ela está próxima a uma escada, ou a um local em que haja uma escada? Ao fim, as melhores soluções seriam improvisadas. Conquanto em meio à representação improvisada, mediante a ação, pudessem ser vislumbrados novos problemas, não refletidos ou mentalizados pelos alunos anteriormente ao ato. Por isso a importância em representar, visualizar ações, atitudes, reações que fazem parte do caráter de cada um.

O Teatro Fórum é outra alternativa que põe em debate o caráter das personagens e a resolução de problemas. Nesse exercício, monta-se um fórum em sala, para julgar o enredo e apontar as falhas de caráter nas atitudes e falas das personagens. Assim, propõe-se também a ressignificação e a improvisação de um novo enredo a partir do debate. Ambos valiosos exercícios sem grande complexidade, desde que o professor entenda que tudo deve dar-se em forma de brincadeira séria, de processo de reorganização moral em discussão, de reflexão e jogo, de ludo. Materialismo histórico-dialético em prática.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os professores e os pais sabem que a vida humana é insegura e que não nos oferece nenhuma garantia e, talvez porque já tenhamos enfrentado muitos e muitos obstáculos, queremos aplainar as caminhadas de nossos alunos e filhos. Não estamos errados em fazê-lo, mas como nos lembra Walter Benjamin banimos da vida das crianças, adolescentes e jovens (alunos e filhos) o conhecimento necessário sobre as lutas agônicas que travamos, incluindo

¹³ Para fazer frente à censura e à repressão desencadeada pelo AI-5, Boal incrementa sua aproximação com as propostas de Bertolt Brecht (1898-1956). Inspirado na peça didática, monta *Teatro Jornal*, 1971, com o Núcleo 2 do Teatro de Arena. A encenação, aberta ao improviso, utiliza notícias do dia, comentadas pelos atores sob diversos modos. Outros textos também são utilizados para polemizar, extrair contradições e pontos de vista divergentes contidos num mesmo relato. Chega, desse modo, a uma crítica global das formas narrativas tradicionais, exposta no texto *O Sistema Trágico Coercitivo de Aristóteles*, no qual tece as bases de sua proposta e faz críticas à *Poética* in <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo616/teatro-do-oprimido>.

nesse banimento a visão dos hospitais e da morte¹⁴. Desse mundo sem óbices, porém, pode resultar a “aversão cada vez maior ao trabalho prolongado”.

As duas narrativas aqui trabalhadas são clássicas no sentido de que expressam duas formas diferentes de se lidar com as “tentativas do impossível”. São chamadas de fábulas, com suas devidas variações, porque os animais que as protagonizam são antropomorfizados para serem exemplos dos obstáculos e lutas que os humanos enfrentam, em prol de serem aquilo que precisam ou que querem ser. Elas figuram saídas e formas de ação, atuação de como os humanos podem lutar e se arranjar na vida social, como se fossem um repositório de banco de dados de lutas/problemas, *ágonas*, e das saídas e resoluções encontradas como meios de ultrapassá-los para realizar sua vocação ontológica: a de manter a vida e de estendê-la um pouquinho mais.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Narrativas na história oral**. Anais do Simpósio Nacional de História João Pessoa: ANPUH-PB, s/p. 2003.

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução e comentários de Eudoro de Souza. Brasília: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1998.

BARROS, Diana Luz de. **Teoria semiótica do texto**. 4. ed. São Paulo: Editora Parma, 2005.

BARTHES, Roland. **A análise estrutural da narrativa**. Seleção de ensaios da revista Communications. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda. 1976.

BARTHES, Roland. Da obra ao texto. *In: O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

BENJAMIN, Walter. “O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. *In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

¹⁴ “No decorrer dos últimos séculos, observamos que a ideia da morte vem perdendo, na consciência coletiva, sua onipresença e sua força de evocação. Esse processo se acelera em suas últimas etapas. Durante o século XIX, a sociedade burguesa produziu, com as instituições higiênicas e sociais, privadas e públicas, um efeito colateral que inconscientemente talvez tivesse sido seu objetivo principal: permitir aos homens evitarem o espetáculo da morte. Morrer era antes um episódio público na vida do indivíduo, e seu caráter era altamente exemplar: recordem-se as imagens da Idade Média, nas quais o leito de morte se transforma num trono em direção ao qual se precipita o povo, através das portas escancaradas. Hoje, a morte é cada vez mais expulsa do universo dos vivos. Antes não havia uma só casa e quase nenhum quarto em que não tivesse morrido alguém. (A Idade Média conhecia a contrapartida espacial daquele sentimento temporal expresso num relógio solar de Ibiza: ultima multis). Hoje, os burgueses vivem em espaços depurados de qualquer morte e, quando chegar sua hora, serão depositados por seus herdeiros em sanatórios e hospitais. Ora, é no momento da morte que o saber e a sabedoria do homem e, sobretudo sua existência vivida – e é dessa substância que são feitas as histórias – assumem pela primeira vez uma forma transmissível. Assim como no interior do agonizante desfilam inúmeras imagens – visões de si mesmo, nas quais ele se havia encontrado sem se dar conta disso -, assim o inesquecível aflora de repente em seus gestos e olhares, conferindo a tudo o que lhe diz respeito aquela autoridade que mesmo um pobre-diabo possui ao morrer, para os vivos em seu redor. Na origem da narrativa está essa autoridade. A morte é a sanção de tudo o que o narrador pode contar. É da morte que ele deriva sua autoridade. Em outras palavras: suas histórias remetem à história natural”. BENJAMIN, Walter. “O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. *In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

CASCUDO, Luís Câmara. A festa no céu (1848) *In: Portal do professor*. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=27371>. Acesso em: 03 out. 2019.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Contos tradicionais do Brasil**. Col. Joaquim Nabuco. Ediouro, 2019.

ESOPO. **As Fábulas de Esopo** Adaptação: Joseph Shafan Baseado na edição em língua portuguesa: "Fabulas de Esopo - com aplicações morais a cada fabula", 1848.

FIORIN, José Luiz. **As Astúcias da Enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática S.A., 2008.

LABOV, William. Some Further Steps in Narrative Analysis. *In: Bamberg, M. (ed.). Oral versions of personal experience. Three decades of narrative analysis*. A special issue of The Journal of Narrative and Life History, 1997.

LAMARTINE, Alphonse de. **“L’Homme” Œuvres complètes de Lamartine**, Chez l’auteur, 1860, 1 (p. 77-86).
file:///C:/Users/valdeci.oliveira/Downloads/%C5%92uvres_compl%C3%A8tes_de_Lamartine_(1860)_Tome_1_L%E2%80%99Homme.pdf

LLOSA, Mario Vargas. **A tentação do impossível**: Victor Hugo e Os miseráveis. Tradução Paulina Wacht e Ari Roitman. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

MAIAKOVSKI, Vladímir. **Maiakovski. Antologia Poética**. Trad. E. Carrera Guerra. Max Limonad, 1956.

MIRANDA, Sá de. **Poesias escolhidas**: introdução, seleção e crítica de José V. de Pina Martins. Lisboa: Verbo, 1969.

PESSOA, Fernando. *Impermanence*. *In: Arquivo Pessoa*. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/3582>. Acesso em: 03 out. 2019.

Nova Revista Amazônica

novarevistaamazonica.ufpa@gmail.com